UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DANIELE ROSA SANCHES

**Discursos diagnósticos pós-lacanianos: dos fundamentos em psiquiatria às teses
sobre um novo sujeito**
(versão original)

São Paulo
2015

DANIELE ROSA SANCHES

Discursos Diagnósticos Pós-Lacanianos: dos fundamentos em psiquiatria às teses sobre um novo sujeito.

(versão original)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientador: Prof. Dr. Christian I. L. Dunker

São Paulo
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Sanches, Daniele Rosa.

Discursos diagnósticos pós-lacanianos: dos fundamentos em psiquiatria às teses sobre um novo sujeito / Daniele Rosa Sanches; orientador Christian Ingo Lenz Dunker. -- São Paulo, 2015.

191 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Diagnóstico 2. Psicose ordinária 3. Lacan, Jacques-Marie Émile, 1901-1981 4. Loucura I. Título.

RC506

Nome: Daniele Rosa Sanches

Discursos Diagnósticos Pós-Lacanianos: dos fundamentos em psiquiatria às teses sobre um novo sujeito.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovado em

Banca examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição _____ Assinatura: _____

A meu avô Arnaldo (o xibibo), que trazia o sol para me visitar.

Agradecimentos

A Christian Dunker, pela orientação da tese, pela longa parceria de trabalho e pela transmissão de um pensar às avessas, mas, sobretudo, por acolher calorosamente em seu grupo os muitos estrangeiros que, como eu, achavam difícil conseguir cruzar o rio.

A Heloísa Ramirez e Tatiana Assadi, pela primeira porta em São Paulo: a “nossa” Rede.

A Manoel Berlinck, por abrir a outra porta: Laboratório de Psicopatologia Fundamental.

A Sonia Petrocini e Vera Lúcia Taques, pelo solo do qual extraí meu desejo.

A Mauro Mendes, pela escuta e pelo cuidado.

A Camila Marvulle, Maíra Calzavara e Josani Campos, por aguardar os dias que volto.

A Luciana Salum, por me fazer inverter a moldura da janela do mundo que habito.

A Sergio, por compartilhar do começo da jornada.

A Berta Azevedo, pela perene luz acesa ao lado.

A Luiz Eduardo de V. Moreira, pelas inúmeras formas de ajuda. Pela revisão da tese. E, principalmente, por oferecer a mim a possibilidade de ter novas malas.

A Maria Letícia Reis, pela delicadeza de levar sua bandeja de sonhos.

A Filipe V. Costa, pela presença que desconsidera o tempo.

A Lola Andrade e Stella Ferraretto (*in memoriam*), pela trilha iniciada em conjunto.

A Roberto Profeta, por me levar até “As palavras e as coisas” e trazer o cinema.

A Paulo Beer e Hugo Lana, pelo afeto que demite a necessidade de palavras.

A Pedro Ambra e Vivi Venosa, hábeis em pequenos gestos e pelas cores de Valparaíso.

A Rafael Alves, Rafael Cossi, Julia Catani, João Domiciano, Anna Turriani, Chris Mathias, Michele Faria, Carina Sciutto e Luciana Lorens pela interlocução. E, Eloísa Pedroso, pelo amor.

Aos colegas do grupo de orientação (USP), do FCL-SP e do Latesfip, pelo tecido que costurou esta escrita. E aos amigos do Instituto Vox, pela abertura a uma nova escrita.

A Clarinha e Fernanda, pelas fotos enviadas que me permitiram participar.

A avó Wanda, por me esperar e, também, ao xibibo e ao seu janjão.

A minha mãe, pela ajuda decisiva nos recomeços oferecida com imutável sabor do café.

A meu pai, pela aposta incondicional e sua habilidade de ajeitar as velas no vendaval.

À Capes, pela concessão da bolsa de doutorado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

La stranezza di un cielo che non è il tuo

Cesare Pavese

RESUMO

SANCHES, D. R. (2015). *Discursos Diagnósticos Pós-Lacanianos: dos fundamentos em psiquiatria às teses sobre um novo sujeito*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A pesquisa tem por objetivo geral construir um mapeamento dos principais discursos diagnósticos pós-lacanianos que se circulam no Brasil. Um primeiro objetivo específico desta tese é distinguir a racionalidade subjacente comum a diferentes autores. O segundo objetivo específico é realizar uma breve indicação dos elementos conceituais que se destacam em cada discurso, um destaque que nos revelas as chaves para abrir o debate a ser realizado mais adequadamente nas considerações finais. A justificativa desta pesquisa reside na possibilidade de oferecer ao campo da psicanálise uma inédita visão de conjunto do universo diagnóstico pós-laciano. Neste intuito, nossa tese possui uma primeira parte que tem função histórica de situar o campo em debate e refazer os primeiros passos de construção do pensamento diagnóstico em Lacan, assim oferecemos as condições prévias para acompanhar a subsequente discussão pós-lacianiana. Optamos por realizar esta apresentação histórica, pois a hipótese com a qual trabalhamos é que alguns fundamentos do período nascente da obra lacianiana, da década de trinta e quarenta, retornam como questão no debate pós-laciano. Na sequência, temos dois grupos discursivos que trabalham diretamente ligados ao texto de Lacan. O primeiro grupo de autores representa a visão da diagnóstica clássica, pois faz uma redescrição das três estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão) e adota esta racionalidade como modelo diagnóstico padrão da obra lacianiana; já o segundo grupo de autores defende a necessidade de reformulações na diagnóstica lacianiana, pois postula a insuficiência do modelo das estruturas clínicas; tais autores estão unidos pela hipótese de que a obra de Lacan possui rupturas conceituais determinantes para uma reacomodação diagnóstica. Por fim, os dois últimos capítulos de nossa tese define um terceiro grupo discursivo que não extrai sua interpretação diretamente do texto de Lacan, mas sim de um diagnóstico social sobre o declínio da função paterna na atualidade, donde cada autor fará sua hipótese para “um novo sujeito contemporâneo”. Enquanto resultado adicional desta pesquisa, verificamos que as problemáticas clínicas da esfera do Eu retornam ao campo laciano de modo direto ou indireto. Como conclusão constatamos que o tema do declínio da função paterna, o desentendimento acerca do alargamento conceitual da categoria de psicose (através da psicose ordinária e psicose compensada) e, por fim, o uso variável da noção de suplência, são os principais elementos dos discursos pós-lacanianos que nos dão as chaves para o debate diagnóstico na atualidade.

Palavras-chave: Diagnóstico, Psicose ordinária, Lacan, loucura.

ABSTRACT

SANCHES, D. R. (2015). *Discourses of post-lacanian diagnosis: from psychiatric foundations to theses about a new subject*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This research aims to map the main discourses of post-lacanian diagnosis that spread in Brazil. This thesis' first specific objective is to differentiate the underlying rationality common to different authors. The second specific objective is to make a brief indication of the conceptual elements that stand out in each discourse. This reveals the keys to open the debate to be more adequately done in our closing remarks. The justification of this research resides in the possibility of offering to the psychoanalytic field an original overview of the post-lacanian diagnostic universe. In order to do so, we first locate historically the field at issue and remake the first steps of Lacan's diagnostic thought. This subsidizes the ensuing post-lacanian debate. Our hypothesis is that some fundamentals of the first part of the lacanian oeuvre, comprising the 1930's and the 1940's, return in the form of a question in the post-lacanian debate. We present then two discursive groups that are directly related to the lacanian text. The first group of authors represents the classic diagnostic view, since they do a redescription of the three clinic structures (neurosis, psychosis and perversion) and adopt this rationale as the standard diagnostic model in the lacanian oeuvre. The second group of authors defends the necessity of reformulations in lacanian diagnostic, postulating the insufficiency of the clinic structures model. These authors gather around the hypothesis that the lacanian oeuvre has conceptual ruptures that are decisive for diagnostic reaccommodation. The two last chapters define a third discursive group that does not extract its interpretation directly from lacanian text, but from a social diagnosis about the decline of the paternal function nowadays. Each author will hypothesize about "a new contemporary subject". As an additional result, we found that the clinical problematic of the Ego returns to the lacanian field both direct and indirectly. We conclude that the main elements of the post-lacanian discourses that grant us the keys to the nowadays diagnostic debate are 1) the decline of the paternal function; 2) the misunderstanding regarding the broadening of the category of psychosis (ordinary psychosis and compensation psychosis) and 3) the variable use of the notion of supplant.

Keywords: Diagnostic. Ordinary psychosis. Lacan. Madness.

Sumário

Introdução	13
Método	24
1. Fundamentos do pensamento diagnóstico em Lacan: do sacrifício de Isaac ao sussurro do anjo	27
1.1. Da alienação ao automatismo mental	28
1.2. Do uso do automatismo ao diagnóstico estrutural da psicose	38
1.2.1. A autonomia do "modo imaginário" e a fórmula geral da loucura	43
1.2.2. O grau zero do sujeito: a oposição entre o diagnóstico fenomenológico e estrutural	53
1.3. Nome-do-Pai: do centro à dispersão	67
2. A diagnóstica clássica	76
2.1. Os tempos lógicos e a construção edípica	77
2.2. Neurose, psicose e perversão: passos estruturais e privilégio do falo	80
3. Reformulações da diagnóstica lacaniana	95
3.1. Alteração da função paterna e autonomia dos registros	95
3.2. A clínica dos fracassos da fantasia	108
3.3. Diagnóstico diferencial e episódios delirantes ocasionais na visão de outros autores	116
3.4. Revisão da antropologia de base	121
3.5. Psicose não decidida na infância: tempo e contingência na teoria estrutural	131
4. Império do gozo e queda do pai: do homem rarefeito ao perverso ordinário	135
4.1. Variações sociais da estrutura a partir do exame da noção de gozo	135
4.2. Um novo sujeito: o <i>homem sem gravidade</i>	140
4.3. Um novo sujeito: o <i>perverso ordinário</i>	149
5. A Psicose Ordinária	162
5.1. Os casos raros e inclassificáveis de Arcachon	166
5.2. A Convenção de Antibes	172
5.3. A noção de psicose ordinária aplicada a um caso de anorexia	186
Considerações finais	193
Referências	201

.... *essa loucura pela qual o homem se crê homem*
(Lacan, 1946)

Introdução

Em 1508 a Loucura fala em primeira pessoa:

Nascida nesta terra de encantos, meu nascimento não foi anunciado por meu choro; assim que vim ao mundo, viram-me sorrir graciosamente para minha mãe. Seria um grande erro eu invejar a Júpiter a felicidade de ter sido aleitado por uma cabra, pois as duas ninfas mais graciosas do mundo, a Mete (a Embriaguez), filha de Baco, e Apédia (a Ignorância), filha de Pã, foram minhas amas de leite. Podeis vê-las aqui entre minhas companheiras e seguidoras. A propósito de minhas seguidoras, convém que vo-las apresente. A que vos observa ali com um ar arrogante é o Amor-próprio. A outra, com o rosto afável e as mãos prontas para aplaudir é Adulação. Aqui vedes a deusa do Esquecimento, que adormece e parece já esquecida. Mais adiante a Preguiça tem os braços cruzados e apoia-se sobre os cotovelos. Não conheceis a Volúpia, por suas guirlandas, suas coroas de rosas, e pelas essências deliciosas com que se perfuma? Não notais aquela que passeia toda volta seus olhares impudentes e incertos? É a Demência. A outra, de pele luzente, corpo abundante e rechonchudo, é a deusa das Delícias. Mas também percebeis dois deuses em meio a essas deusas. Um é Como e o outro é Morfeu. É com o auxílio destes servidores fiéis que submeto a meu império tudo o que existe no universo; é através deles que governo os que governam o mundo. (Erasmus de Rotterdam, 1508/2010, p. 17)

Eis introduzida a face satírica da loucura apresentada por Erasmo de Rotterdam em *O Elogio da Loucura* (1508/2010). A grande experiência chamada *loucura* é o solo sobre o qual irá se erguer todo o exercício diagnóstico em psiquiatria e, posteriormente, em psicanálise. Veremos que a noção de loucura quase desaparece do debate diagnóstico na medida em que a noção de psicose se especializa e passa a ser distinta em diversas classificações. Também no pensamento de Jacques Lacan, tal é conceitualizada em meados da década de quarenta, mas, irá cair num relativo silêncio na medida em que a leitura estrutural do diagnóstico da psicose ganhou força em seu pensamento nos anos cinquenta.

Ao contrário de Sigmund Freud, que edificou a teoria psicanalítica adotando a neurose como psicopatologia de base para seu sistema de pensamento, o psiquiatra Jacques Lacan se aproximou da psicanálise através da clínica da psicose. Assim, a entrada de Lacan (1932/2010) no âmbito psicanalítico abriu uma estrada nunca antes percorrida por Freud, nem por seus discípulos. Entretanto, será a própria definição do diagnóstico de psicose que se mostrará transfigurada pelo discurso milleriano, um dos mais influentes entre os herdeiros de Lacan, sem dúvida. A aceitação ou não da

ampliação conceitual da categoria de psicose, através da noção de *psicose ordinária*, se apresentará como um dos principais pontos de discórdia entre os comentadores do psicanalista francês. Neste contexto, nossa tese se delineou de modo a construir um percurso que busca os fundamentos da construção do pensamento diagnóstico em Lacan no que tange, principalmente, à sua leitura diferencial dirigida à psicose.

O Capítulo 1 possui esta função de situar o grande campo diagnóstico e fornecer os principais conceitos de base para que possamos acompanhar, com propriedade, a discussão pós-lacanianana. Neste capítulo introdutório, partiremos da era alienista inaugurada por Pinel (1745/1826), um período no qual a noção de loucura se redefine sob o nome de *alienação mental*. Traremos a passagem histórica através da qual a noção perde espaço até cair em desuso. A grande especialização de vocabulário médico aplicado aos diversos transtornos mentais obrigou a psiquiatria a pensar para si um código único de diagnóstico que na atualidade responde pelo manual DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), editado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA). Uma das críticas mais fortes dirigidas a este sistema é o fato dele ter sido convertido numa *check list* de sintomas. Esta conversão se deve ao apagamento das bases teóricas que fundamentariam seus quadros diagnósticos. Para não incorrer neste mesmo equívoco de apagamento das bases, optamos por refazer alguns passos das tradicionais escolas de psiquiatria com o objetivo de chegar à Gaëtan Gatian de Clérambault (e sua proposta do *automatismo mental*), aquele a quem Jacques Lacan nomeou de seu *único mestre em psiquiatria*.

Dentro de nossa tese, este resgate histórico tem a finalidade de demonstrar aspectos teóricos existentes nos primórdios do exercício diagnóstico de Lacan os quais retornarão nas entrelinhas do debate de seus comentadores. A hipótese de pesquisa que introduzimos aqui é a sugestão de que algumas das encruzilhadas diagnósticas mais evidentes entre os discípulos de Lacan se apresenta como um retorno sintomático de um período nascente do seu pensamento clínico, período quase nunca trabalhado. Nossa proposta aponta que nódulos de discordância entre os pós-lacanianos talvez possam recuperar algum esclarecimento se voltarmos a atenção aos textos anteriores ao primeiro seminário que data de 1951, ou seja, às publicações datadas da década de trinta e quarenta. Tais artigos do psiquiatra Jacques Lacan são pouco mencionados, mas parecem conter fundamentos paradigmáticos de sua

racionalidade diagnóstica. Usaremos aqui o termo “racionalidade diagnóstica” ou “razão diagnóstica” tal como foi definido por Dunker (2011b) como uma visão clínica amparada por uma teoria que inclui: hipótese etiológica, diagnóstico e previsão de tratamento, sendo o exercício diagnóstico o eixo central do sistema. Assim, o Capítulo 1 justifica-se por sua função de apresentar três eixos inaugurais da razão diagnóstica em Lacan que retornarão ao debate.

Um primeiro eixo diagnóstico nos mostra que Lacan (1946) possuía uma síntese teórica completa para um entendimento particular da noção de “loucura”. Tal síntese, ele mesmo a batizou de sua *fórmula geral da loucura*, uma elaboração intimamente associada ao que nomeou, na época, de *o modo imaginário* do funcionamento subjetivo. Verificaremos que, a base epistêmica que sustenta todo seu pensamento para construção desta *fórmula geral* foi extraída da teoria hegeliana. A exposição desta passagem de meados da década de quarenta mostra que, nos primórdios de Lacan, há uma *teoria da alienação* já muito avançada conceitualmente, vinculada à noção do imaginário, ali concebido como um modelo autônomo. Entendemos que tal apresentação histórica é necessária no contexto de nossa tese, posto que, outro grande ponto de discórdia diagnóstica dentre os pós-lacanianos irá se desenhar sobre a repatriação do valor do imaginário para a constituição subjetiva considerado em igualdade hierárquica com simbólico e o real. A possibilidade tardia no ensino de Lacan de que o imaginário volte a ser concebido em sua vertente autônoma (ou seja, não totalmente subordinado ao registro simbólico), será o solo argumentativo para que alguns pós-lacanianos defendam a tese de que certos fenômenos próprios ao registro imaginário (um delírio momentâneo ou uma alucinação sensorial, por exemplo) não devam ser tomados como índices diagnósticos para uma psicose.

O segundo eixo sublinha a distinção entre um diagnóstico fenomenológico e um diagnóstico estrutural da categoria da psicose. Neste sentido, o retorno aos primórdios de sua atividade é crucial para nos demonstrar que, é a combinação do índice clínico do *automatismo mental* associada às contribuições da linguística (ciência piloto do estruturalismo) que dá à Lacan a condição para estabelecer a radical diferença de um diagnóstico estrutural da psicose em oposição a um diagnóstico fenomenológico. Eis aí um ponto teórico chave a ser colocado em xeque pelo debate pós-laciano.

O terceiro elemento inaugural do pensamento diagnóstico de Lacan refere-se ao lugar teórico crucial assumido pelo conceito Nome-do-Pai como elemento central, condição prévia para o estabelecimento da lógica do falo. Adentraremos aqui na década de cinquenta. Mais uma vez, a reconstrução história se justifica em nosso texto, pois, o falo, bem como a manutenção ou não do Nome-do-Pai como centro do pensamento diagnóstico de Lacan, irá retornar como uma placa giratória conceitual no universo dos comentadores. Não haverá consenso, nem quanto à efetividade da pluralização para os nomes-do-pai, tampouco quanto às modificações diagnósticas diretamente vinculadas a ela, ponto cego perante o qual os grupos de autores assumirão posições bem diferentes. O elo teórico indispensável se dirige à noção de “função paterna” enquanto determinante da constituição do sujeito em Lacan. A retomada é necessária, posto que, a hipótese da queda da “função paterna” na atualidade determinará um forte discurso contemporâneo.

Findo este capítulo introdutório, daremos um salto. Um salto irremediável que nos leva diretamente aos textos pós-lacanianos. Por “pós-laciano” entendemos os autores que, após a morte de Lacan, ocorrida no ano de 1981 se dedicaram a continuar transmitindo seu ensino; seja em produções escritas, seja em produções orais (vias seminários ou convenções). O estilo barroco do psicanalista combinado a uma multiplicidade de aportes teóricos advindos da filosofia, da matemática, da biologia, entre outros, faz de sua obra uma leitura complexa e aberta a muitas interpretações. Neste contexto, aqueles aos quais chamaremos esporadicamente de “os herdeiros” são psicanalistas que tiveram convivência direta com o mestre; alguns frequentaram por anos seu seminário ou foram seus analisantes; entretanto, o que conceitualmente nomeamos de “pós-lacanianos” são autores que se dispuseram a publicar suas interpretações clínicas e teóricas sobre a obra de Lacan.

Ao se fazer intérprete, cada autor escolhe um determinado conjunto de conceitos e propaga a transmissão de uma razão diagnóstica dotada de um sentido clínico. Todavia, quando acrescentamos ao título de nossa tese a palavra “discurso”, quer dizer que supomos que, mais além do sentido clínico propagado, também há um sentido político carregado em cada conjunto de autores. Juntamente com Pereira (2013, p. 44) assumimos que “uma classificação diagnóstica jamais é politicamente neutra, pois sempre veicula – necessária e implicitamente – uma visão de homem e de

sociedade”. Assim, adotamos a noção de “discurso” tal como foi delineada por Michel Foucault em *As palavras e as Coisas* (1966/2007). Na concepção foucaultiana, um discurso se produz quando há no dizer a transmissão de um saber organizado e delimitado. Para o filósofo francês, o saber transmitido se revela como um discurso na medida em que constitui um procedimento de controle, pois na transmissão reitera constructos invariantes que determinam o sentido propagado.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, construir um primeiro mapeamento dos “*discursos diagnósticos pós-lacanianos*”. Pretendemos reunir, num único estudo, as principais propostas contemporâneas defendidas pelos intérpretes da obra de Lacan cujas ideias circulam no Brasil. Nosso *primeiro objetivo específico* é distinguir a racionalidade subjacente em comum entre diferentes autores. Este objetivo se revela aplicado a cada capítulo formado por autores que compartilham da mesma hipótese para a diagnóstica lacaniana. Ao realizar este movimento, julgamos que nossa tese possui uma posição inaugural posto que os autores são aqui reunidos determinados pela semelhança de sua visão clínica e não pela filiação a uma mesma escola ou instituição lacaniana. Tal como anuncia o recente estudo de Dunker (2015), o desenvolvimento da psicanálise lacaniana no Brasil se deu de modo tal que há uma pluralização de muitas instituições cuja característica é um fechamento hermético entre seus filiados, uma lógica de um saber construído entre muros fechados ao qual o autor nomeou de “lógica do condomínio”. Considerando este contexto, nossa pesquisa se inscreve na contramão deste fechamento ao realizar a união de autores pelo seu traço argumentativo comum, sem usar como critério divisório o ambiente institucional ao qual são filiados. Desta feita, será o modo como cada capítulo foi pensado que revela nosso compromisso com este primeiro objetivo específico aqui anunciado.

Uma vez que conseguimos ter uma visão panorâmica dos autores, o *segundo objetivo* específico é realizar uma breve indicação dos elementos conceituais que se destacam em cada discurso, um destaque que nos revela as chaves para abrir o debate a ser realizado mais adequadamente nas *considerações finais*. Neste contexto, a justificativa de existência desta pesquisa reside no fato de que não há na literatura precedente um trabalho que tenha executado tal exercício comparativo entre os comentadores de Lacan debruçados, especificamente, sobre o tema do diagnóstico. Assim, temos a possibilidade de oferecer ao nosso campo de trabalho uma inédita visão de conjunto do universo diagnóstico pós-lacaniano. Por disciplina de método, os

psicanalistas cujas contribuições foram escolhidas para serem expostas em nossa tese se restringem àqueles que declaradamente trabalharam o tema do diagnóstico.

O salto representado pela evidente quebra de narrativa existente entre o Capítulo 1 e o Capítulo 2 será o mal necessário para que a tese se mantenha fiel ao seu propósito: não se trata de um estudo destinado a reconstruir toda a diagnóstica lacaniana, mas uma pesquisa objetivamente dirigida aos comentadores. Se optássemos por construir uma ponte, trilhando os degraus de todo o pensamento diagnóstico em Lacan, a tese se transformaria, evidentemente, em outro estudo que não o anunciado. Se o capítulo introdutório tem a tarefa de oferecer condições prévias para que o leitor mais distante do tema possa acompanhar a discussão pós-lacaniana, admitimos, entretanto, que uma pesquisa dirigida ao universo de comentadores pressupõe certa familiaridade do leitor com outros desenvolvimentos da obra de Lacan.

Assim, a partir do segundo capítulo o debate diagnóstico pós-lacaniano se abre. Trata-se de um universo clínico rico, mas sem apreço pelo consenso o que, em nossa opinião, valida ainda mais a exposição plural que pretendemos demonstrar. Somos então convidados a subir as escadas de uma Torre de Babel.

O Capítulo 2, intitulado “A diagnóstica clássica”, representa o grupo de autores unidos pelo traço comum na aposta de que a obra de Lacan não possui uma quebra conceitual importante, ao contrário, a interpretação deles sugere a existência de uma linearidade e homogeneidade da obra lacaniana. Todos eles trabalham muito próximos ao texto lacaniano original e usam uma comparação “Lacan com Lacan” para defender sua perspectiva. Outro denominador comum, que nos levou a agrupá-los como um conjunto, revela uma leitura diagnóstica referida integralmente à teoria das três estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão) como modelo padrão da diagnóstica na obra de Lacan. Neste contexto, a posição do grupo se passa como uma redescritção das categorias diagnósticas tal como foram formuladas por Lacan na década de cinquenta. Os passos lógicos da construção edípica, bem como a primazia do conceito do falo, enquanto operador central de toda a racionalidade, advindo da inscrição do Nome-do-Pai, são os elementos conceituais que se destacarão como eixos norteadores de toda exposição. Veremos que o olhar clínico impresso pelos

autores deste primeiro grupo se pauta por uma lógica binária baseada na noção de foracclusão/não-foracclusão do Nome-do-Pai.

Para tais autores, a grande ampliação teórica de Lacan está na sucessiva introdução do registro do real após a década de sessenta. Entretanto, a conceitualização e formalização cada vez mais delimitada do real teria levado Lacan apenas a ampliar os constructos já adotados. Ou seja, trata-se de uma interpretação que supõe que os desenvolvimentos do último período da obra de Lacan reforçam os constructos elaborados no primeiro período. Neste grupo, a novidade diagnóstica que fará um adendo – digamos assim – à teoria das estruturas clínicas é a possibilidade de uma psicose compensada. Esta hipótese diagnóstica será aplicada por alguns autores para reler o caso o Homem dos Lobos, de Freud. Apesar da leitura de uma nova apresentação da psicose, veremos que o raciocínio subjacente que sustenta o argumento de tais autores será fiel à lógica da foracclusão do Nome-do-Pai, conceito mantido ali pelo grupo como regente de toda a racionalidade.

No Capítulo 3 “Reformulações da diagnóstica lacaniana” encontraremos a visão clínica que faz objeção aos argumentos do grupo anterior. No exame do conjunto, o grupo de autores se une pela hipótese de existência de rupturas conceituais na obra de Lacan que obrigam a uma reformulação da diagnóstica. Trata-se de uma noção de ruptura parcial e não uma proposta que uma cisão radical na obra de Lacan. O que verificaremos é uma interpretação segundo a qual o ensino lacaniano deve ser lido como possuidor de diferentes modelos diagnósticos, modelos que coexistem, mas não se sobrepõe entre si. Trata-se de um esforço dos autores para verificar as semelhanças e diferenças teóricas que os leva a supor uma falência do modelo das três estruturas clínicas como único representante da razão diagnóstica do mestre francês. Todos fazem este exercício realizando uma interpretação que opõe Lacan com Lacan, ou seja, a proximidade com o texto original também será tomada ao pé da letra por este segundo grupo de comentadores. Apesar de não formularem exatamente a mesma proposta, verificaremos que o elemento mais forte deste discurso, aquele que nos oferece a chave de condução do debate, é a diluição da centralidade do conceito do Nome-do-Pai como determinante solitário da razão diagnóstica lacaniana. A costura comum tecida pelo grupo defende a tese de que, após

os desenvolvimentos da década de setenta no ensino lacaniano, já não mais o conceito Nome-do-Pai deve ser lido como centralizador de toda diagnóstica.

Neste sentido, veremos que para tais autores, o que não se sustenta na obra de Lacan é uma visão diagnóstica binária pautada apenas pela lógica da forclusão/não-forclusão, considerada pelo grupo uma lógica simplista demais que não é capaz de abarcar casos clínicos que fogem da condição padrão. Veremos assim alguns autores examinar condições clínicas e defender suas propostas de direção do tratamento para o campo da psicopatologia que inclui casos graves de suspensão do ato (Hamlet), anorexias e transtornos de personalidade. Assim, a visão diagnóstica que mais será defendida pelo grupo mostrará uma forte objeção em assumir tais condições clínicas complexas como casos de psicose compensada ou ordinária.

Continuando com os pós-lacanianos, consideramos, entretanto que, na passagem do Capítulo 3 aos dois últimos capítulos posteriores há uma modificação discursiva importante que merece ser antecipada aqui. Detenhamo-nos nela por um momento. Adentraremos num grande campo entre os pós-lacanianos que debate a hipótese da queda da função paterna na atualidade e suas consequências à constituição subjetiva. Todos eles lacanianos – ou melhor, pós-lacanianos – tomam a função paterna como decisiva para a constituição do sujeito, donde verificaremos uma série de teses propondo a existência de um novo sujeito já que a hipótese de base é que o lugar do pai e a inscrição da lei estão totalmente comprometidos na atualidade.

A hipótese não é, em princípio, deles.

A destituição da função paterna ganhou força discursiva tanto na filosofia (com o debate acerca da morte de Deus desde o advento da ciência) quanto na sociologia (com o debate acerca da morte do patriarcado desde o advento do capitalismo). Em primeiro lugar, trata-se, genericamente, da possibilidade da morte Deus. Ela se aproximou dos homens, pela primeira vez com certa teoria da Evolução das Espécies, publicada por Charles Darwin, em 1859. Contrariando narrativa bíblica, Darwin diz ao mundo que, em sua opinião, não viemos à imagem e semelhança de Deus, mas sim, como evolução de um macaco. Mesmo para povos fora da religião católica ou judaica, até então, a humanidade não conhecia outra forma de narrar a si a não ser remendo sua existência ao céu. O céu, não é somente a casa de Deus, mas é o paradeiro de toda forma de suposição do transcendente. Em fins dos anos 1920, a

narrativa bíblica de que somos todos filhos de Deus sofre outro duro golpe: a teoria do Big Bang. Em 1929, Edwin Hubble reforça a tese do Big Bang com a comprovação de galáxias distantes. O que tal teoria disse aos homens é que eles não são filhos do Criador, mas sim de uma grande explosão. O tema da ‘destituição do transcendental’ ficou na pauta do dia e, veremos, que a destituição do transcendente (transcendente assumido como o lugar do Outro) será o eixo articulador de todos os debates concentrados nos dois capítulos finais. Para os pós-lacanianos, se o lugar do Outro está abalado, questionado ou desaparecido, isto vai ter incidências direta sobre a constituição do sujeito.

Mas, se tudo isto ocorreu no próprio século de Freud, porque só agora a função paterna estaria em desuso? A resposta vem com a lógica do mercado: só agora a sociedade da produção tornou-se a sociedade do consumo.

Do transcendente ao tecido social, como fazer esta passagem? A passagem era evidente na Idade Média quando a Igreja era a voz de Deus na Terra e era igualmente evidente na época áurea dos regimes de monarquia, nos quais o Rei era o escolhido direto por Deus; sua lei, lei central e única, determinava as regras do jogo para todos os súditos. Luis XIV, o rei sol, gostava de repetir ao mundo: *L'état c'est moi*. A lógica do estado era a lógica do pai. O pai, o rei, o monarca centralizava a lei, lei que por sua vez, era remetida ao transcendente – como garantia. Tanto a lei central atribuída ao lugar Outro (Estado) quanto a legitimidade de uma garantia externa foram colocadas em xeque-mate pelo advento do capitalismo. Este contexto social será tomado como ponto de partida por todos os autores reunidos nos dois últimos capítulos de nossa tese. Tais comentadores se assemelham pela proposta comum de que, no mundo contemporâneo, haveria a substituição de uma subjetividade organizada pelo recalque por uma subjetividade organizada pelo imperativo de gozo - letra incansavelmente repetida para demitir a neurose como paradigma da subjetividade humana.

As divergências internas a este discurso pós-laciano aparecerão relacionadas à questão posterior: se a neurose não é mais o paradigma do sujeito, então, o quê a substitui? Cada autor dará sua resposta particular.

No Capítulo 4 “Do homem rarefeito ao perverso ordinário” acompanharemos duas propostas para um novo sujeito associadas à interpretação sobre o lugar da função paterna na atualidade. Veremos que na primeira tese o lugar reservado ao Pai

ficará mantido, mas será interpretado como um lugar vazio. O vazio que domina a função paterna se transmitirá como um eco na subjetividade do sujeito contemporâneo, donde veremos aí a defesa do argumento de que na atualidade teríamos um homem rarefeito cujas balizas identificatórias estão perdidas. Na sequência, outro autor construirá a hipótese de que não é que o lugar do pai esteja vazio, mas sim que sua função seria desempenhada de modo invertido. Trata-se da sugestão de que, ao invés de interditar o gozo, a função paterna atual o autorizaria de modo irrestrito, donde decorrerá a tese de que o sujeito contemporâneo revela-se um perverso ordinário. Neste caso acompanharemos a sugestão de que o paradigma da neurose deve ser substituído pelo da perversão.

No Capítulo 5 “A Psicose Ordinária” encontraremos a mesma hipótese de partida, mas lida em sua extrema radicalidade: nesta tese a função paterna está totalmente abolida, ela não se mantém nem como lugar vazio, nem tampouco como invertida. Trata-se aqui do raciocínio só de um autor, Jacques-Alain Miller, cujo discurso parece ter grande influência dentro do universo pós-lacaniano. Veremos neste capítulo que a proposta de psicose ordinária contém a suposição de base de que todo o raciocínio estrutural do sistema diagnóstico lacaniano teria sido substituído por uma razão quantitativa – a qual o autor irá nomear de clínica do gozo. A proposta clínica irá se fundamentar na interpretação feita pelo autor acerca da obra lacaniana. Veremos que no sistema de pensamento milleriano, a obra de Jacques Lacan, possui uma ruptura conceitual total após a década de setenta, na qual o conceito de gozo determinaria a condução clínica, dirigida pela ideia de que o psicanalista deve ler a quantidade e o modo de gozo pertencente a cada paciente, no singular. Neste sentido, veremos neste capítulo a defesa da tese de que o exercício diagnóstico, enquanto uma atividade clínica que separa sujeito entre classes, deveria ser totalmente abolida, posto que o último ensino de Lacan teria sugerido a substituição do paradigma estrutural qualitativo por um paradigma quantitativo.

Se o gozo não é interditado, já que a lei paterna estaria abolida. Será com este raciocínio de base que o autor adotará a proposta da psicose como novo paradigma do sujeito contemporâneo. Temos aí uma imensa discussão armada em torno da noção de *psicose ordinária*, que pretende explicar os casos clínicos que nunca se enquadraram na razão convencional das estruturas clínicas. Adotar o diagnóstico de psicose em alguns casos implicará impasses clínicos cruciais, através dos quais, grande parte dos

fundamentos do pensamento lacaniano entrará em colapso. Veremos que os índices do diagnóstico estrutural serão declaradamente demitidos e substituídos por uma avaliação da posição do sujeito perante o laço social. Neste contexto, observaremos que retornará ao debate pós-lacaniano uma análise das funções adaptativas do Eu. O diagnóstico de um psicótico ordinário irá alargar tanto a categoria de psicose que colocará questões a muitos comentadores que se recusam a admitir tal consenso. Eis um dos maiores pontos de discórdia que se travará no universo pós-lacaniano.

É, portanto, justamente pela discordância acerca deste ponto que nossa tese também irá dar uma sugestão de acréscimo à discussão: ao invés de ampliar a categoria de psicose, será que não é chegado o momento de fazermos um resgate acerca da noção de loucura, enquanto parte fundamental que habita todos nós? Assim, voltamos ao nosso ponto de abertura, lembrando que Erasmo de Rotterdam (1508/2010), havia colocado a loucura como fundamento de uma crítica política-religiosa àqueles que governam o mundo. Usando um tom satírico a narrativa da loucura tece ironias aos tradicionais contratos sociais, por exemplo, o casamento, à igreja e às amizades, mas seu alvo principal são os ideais comuns, socialmente compartilhados. Este tipo de loucura mostra um discurso sóbrio denunciando o engodo mascarado dos grandes acordos e expectativas da boa moral. A sátira denuncia que, caso tenhamos a boa sorte de enlouquecer, podemos, enfim, nos ver desamarrados de determinados padrões sociais. Ora, não será isto que está em questão para o tão afamado psicótico ordinário de nossos tempos? Enfim, deixamos aí a nossa introdução ao debate.

Método

Nosso trabalho se inscreve numa área restrita: o campo mapeado diz respeito à bibliografia que circula no Brasil sobre o tema exclusivo do diagnóstico. Não trabalhamos apenas com autores brasileiros, mas sim, com textos aos quais os psicanalistas brasileiros possuem fácil acesso – uma literatura que circula, prioritariamente, traduzida para o português e para o espanhol.

Consideramos que a grande incidência da psicanálise lacaniana no Brasil é composta por uma diversidade política, acadêmica e institucional que, ao mesmo tempo consome, produz e faz circular a bibliografia, o que é suficiente para nos oferecer uma ‘amostra’ legítima das principais interpretações sobre o tema. Assim, construímos um pequeno mapa das principais leituras contemporâneas sobre a diagnóstica lacaniana, tal como ela é lida e transmitida no Brasil. Sabemos que não conseguimos rastrear todas as leituras, pois há muitos grupos de trabalho que possuem produções de circulação mais interna.

O principal critério desta seleção bibliográfica foi a escolha por trabalhos que apresentam convocação direta para o tema do diagnóstico. Usamos o critério editorial que se refere à busca por exposições ligadas à diagnóstica, publicadas pelas principais editoras e coleções destinadas à psicanálise lacaniana brasileira.

Ressaltamos que, no que tange à noção das ‘estruturas clínicas’, trabalharemos exclusivamente como a noção aparece no universo discursivo pós-lacaniano. Ou seja, não é propósito de nossa tese refazer junto ao texto de Lacan o percurso de construção desta diagnóstica, que já consideramos apropriada de nosso leitor. Também como opção metodológica não adotamos a postura de comparar cada proposta pós-lacaniana com o original do texto de Lacan, embora o capítulo introdutório realize parcialmente esta possibilidade. Partimos do pressuposto de que, se existe diferentes interpretações, é o próprio texto lacaniano que permite suas existências. Assim, fica a critério do leitor adotar qual delas aproxima-se mais de sua visão clínica. Entretanto, nossa pesquisa não está livre de imprimir sobre os comentadores uma visão crítica. O estudo não se resume a um inventário destes discursos, posto que, sugerimos acrescentar o tema da loucura ao debate, rastreamos os elementos conceituais principais de cada

discurso e o confrontamos numa análise comparativa ao final do texto, no item “considerações finais”.

Ainda como disciplina de método, optamos por realizar uma exposição de cada autor do modo mais livre o possível de nossas interferências. Em cada capítulo destinado aos pós-lacanianos, o leitor terá diante de si uma grande resenha organizada de cada argumento. Tentamos, ao máximo, não fazer discussões ao longo de cada exposição para que o raciocínio clínico do autor em questão conservasse sua coerência interna. Deste modo, é condição de método de nosso trabalho que, cada discurso seja transmitido do modo mais fiel possível ao comentador apresentado. Esta escolha tem como efeito colateral o fato de que, nosso leitor, terá acesso aos conceitos lacanianos usados por cada autor do modo tal como eles aparecem no texto original. Em outras palavras, se um autor se debruça sobre um conceito, nós o expomos, se ele o apresenta de modo distante, assim o será repassado. Esta opção metodológica se faz necessária para a pesquisa se mantenha fiel a seu objetivo geral que é construir um panorama. Para que uma visão global dos comentadores seja construída, por questão de método, não podemos interromper a sequência argumentativa com a finalidade de explicar cada conceito usado.

Caravaggio, O Sacrifício de Isaac (c.1601-1602)

Florença, Galeria Uffizi.

1. Fundamentos do pensamento diagnóstico em Lacan: do sacrifício de Isaac ao sussurro do anjo

Abraão, o hebreu, cumprindo os imperativos de sua fé deve sacrificar seu único filho, Isaac. Ao erguer a faca em direção a Isaac, Abraão responde como escravo de fé que atua em cumprimento da lei ordenada pelo transcendente. Obedecer ao Pai, ser um pai e ter a missão de gerar um novo povo: a encruzilhada de leis que se impõe a Abraão evidencia três possíveis destinos, a escolha por um deles anula os outros; realizar um desígnio implica em desconsiderar os outros. A opção pelo sacrifício de Isaac define a morte como destino de um filho e junto ao menino aniquila-se a função de um pai “*em nome de*” executar o imperativo advindo do Outro. O destino está traçado, a não ser pela voz do anjo que vem sussurrar nova possibilidade de inscrição da lei e abre inédito destino indicando o cordeiro para a morte. Para a tradição cristã, a tela de Caravaggio conseguiu capturar a opção pela fé de Abraão, capturou o momento do ato de escolha a submeter-se como filho devoto e crente. Na catequese católica, Abraão é o exemplo daquele que, apesar da possibilidade de ser capturado pela dúvida e pelo conflito devido à sua condição humana, escolhe agir por sua posição de fé. No centro dos debates cristãos não se polemiza o sofrimento de Isaac, o menino prestes a ser assassinado, mas sim debate-se o flagelo interior que poderia ter levado Abraão a duvidar de sua fé.

A tela *O Sacrifício de Isaac* foi pintada por Caravaggio em 1601 e inscreve-se no movimento artístico barroco. Em meados de 1600 a pintura barroca irá refletir a tentativa angustiante de conciliar forças antagônicas: bem e mal; Deus e Diabo; céu e terra; pureza e pecado; alegria e tristeza; paganismo o cristianismo; espírito e matéria. Ha no campo temático a retratação de um tipo de sofrimento humano expresso nestes pares opositivos, afirma Gombrich (2007). O ano de 1600, data em que a tela foi pintada, reflete assim uma época na qual a narrativa geral sobre o sofrimento humano era baseada numa dialética de oposições representativas das cisões entre o bem e o mal, da dúvida entre exercer o correto da lei ou sucumbir aos prestígios das paixões humanas. Este pareamento dialético é, por exemplo, bastante evidente na obra de Jean-François Senault (1599) – como afirma Carvalho da Silva (2007), pesquisador

em História da Ciência. O autor ressalta que a esta época “creditava-se às paixões o poder de condicionar aspirações, inspirar alianças, corromper governos, arruinar sociedade, despertar fé, unir concidadãos, proteger dos perigos, promover a saúde ou até mesmo provocar a morte (p. 537)”. Jean-François Senault publicou *De l’usage des passions* em 1641, um estudo de fundamento teológico e um verdadeiro tratado sobre a capacidade das paixões impelirem o homem a realizar boas ou más ações. Neste tratado, Senault realiza um exame detalhado para cada par opositor de paixões: audácia e medo, prazer e dor, desejo e fuga, esperança e desespero, amor e ódio (Carvalho, 2007). A única exceção aos pares de paixão, a única que circula sozinha neste tratado de *pathos* humano – afirma Carvalho (2007) – é a cólera.

A cólera reina solitária no inventário de Jean-François Senault por não definir o seu contrário. A “loucura” como sinônimo da cólera interna é a grande imagem reproduzida no período da Renascença – tal como nos mostra Foucault (1961/2010). A imagem das paixões descontroladas, das mutações de figuras semi-humanas representadas nas pinturas: “[...] todas estas figuras que nascem do outro mundo, denunciam, da mesma forma, os monstros do coração (Foucault, p.26, 2010)”. O filósofo francês irá resgatar a face trágica da experiência da loucura. Para Foucault (1961/2010), a loucura tal como é apresentada nas palavras de Erasmo de Rotterdam (1508/2010), é livre somente na medida em que se mostra herdeira legítima dos vícios – a embriaguez, a volúpia e a preguiça. Assim, a imagem do louco, mesmo o louco sábio, não escaparia da condenação moral que os levou ao aprisionamento em asilos.

1.1 Do alienismo ao automatismo mental

O cenário encontrado por Pinel (1745-1826) nos asilos de recolhimento dos loucos dava mostra de que não havia tratamento que pudesse estar em prática. O trabalho de Pessotti (1996) descreve as formas do médico se aproximar do louco antes da era de

Pinel: exerciam-se práticas de sangramentos até quase exaurir a vida daqueles acometidos pela loucura, usavam-se instrumentos que tinham por função fazer a contenção para que os pacientes não se arremessassem uns contra os outros dos quais o *cruxifixo* foi o modelo mais usado ou a máquina rotatória de Halram; comum era também o uso de violência constantemente associada a métodos de dopagem do interno, além das famosas correntes de ferro empregadas fosse para conter qualquer tipo de agitação temporária, fosse para manter ‘a liberdade errática do louco’. Acorrentar não era tratar – eis o que Pinel descobriu. A sugestão para desamarrar os ‘alienados’ inaugura um diálogo inédito entre ‘o médico’ e ‘o louco’. Ao propor a observação, ao invés de correntes de ferro, Pinel aplica o método clínico ao grande campo obscuro da loucura e assim fundou a antes inconcebível sugestão de que era possível um tratamento para determinadas formas de *alienação mental*.

Com Pessotti (1996) podemos acompanhar que a proposta de tratamento de Pinel era consonante com suas hipóteses etiológicas para a loucura: Pinel acreditava que as causas da *alienação mental* eram numerosas e dentre elas destacavam as lesões orgânicas e as *famosas causas morais* (advindas de influências de uma educação corrompida e de desregramentos no modo de viver, além das paixões ardentes e desmedidas). É justamente por considerar as chamadas *causas morais* da loucura que insistia na efetividade da internação e no isolamento como medidas benéficas ao tratamento.

A visão pineliana retira a loucura da uma condição de dejetos a instaura sob a égide de uma condição médica que deve ser tratada, tal como qualquer doença do corpo o seria. Pinel naturalmente viu todas as condições clínicas existentes, afirma Bercherie (1980), ao se referir à imensa quantidade de descrições e categorizações feitas pelo alienista. Entretanto, o autor adverte que, apesar da semelhança guardada entre algumas nomenclaturas e classes diagnósticas pinelianas com as nossas nomenclaturas atuais, seria um grande equívoco ler as antigas categorias estabelecidas por Pinel através do nosso olhar nosológico contemporâneo. Neste contexto, Bercherie (1980) destaca especialmente o risco de entendermos a noção de *alienação mental* como uma das muitas categorias estabelecidas por Pinel. Ao contrário de ser uma categoria, a *alienação mental* era para Pinel o próprio estatuto da loucura entendida como uma totalidade: “Pinel fez da alienação mental uma unidade, pois empírica e metodologicamente, ela formava um grupo homogêneo de fenômenos, bem distintos das outras doenças e,

portanto, por trás dos fenômenos, algo da essência correspondia a ela” (Bercherie, 1980, p.37).

A *alienação mental* não era, portanto, um diagnóstico. O termo *alienação mental* era o grande campo da experiência do enlouquecimento que poderia ao longo de seu curso assumir diversas formas. Entretanto, em Pinel, não havia ainda qualquer clareza diagnóstica, havia disposição para o entendimento da experiência da loucura. Todo o tratamento de Pinel era baseado no fato de que os tipos de alienação mental portavam um sentido. Isto acabou por subverter a própria concepção do homem louco aproximando-o do homem sadio:

O louco não é, para Pinel, substancialmente diverso do homem sadio, já que em tantos momentos da vida, qualquer um age indiferente à razão ou ao bom senso (no *Traité* essa idéia é recorrente). E, nessa convicção, a loucura passa a ser vista como apenas uma possibilidade humana, de qualquer ser racional. A função da psicopatologia é, basicamente, a de distinguir entre um estado e outro. (Pessotti, 1996, p. 73).

Se para Pinel o louco não era substancialmente diferente do homem sadio, para Foucault (1961/2010) foi o advento do cogito cartesiano que abriu em abismo, fazendo o louco ser radicalmente diferente do homem são. Assim, quando a grande experiência humana da loucura recebe o olhar da razão médica que a concebe, já não mais como paixão interna ou cólera psíquica, mas sim como uma doença, então, instaura-se “o inevitável cortejo da razão” (Foucault, 1961/2010 p. 42). É a partir do “cortejo da razão” que a loucura é decomposta em classes e subclasses, separadas por regras capazes de agrupar os fenômenos e sugerir tratamento. Inaugura-se o exercício diagnóstico. A palavra “diagnóstico” vem derivada “do grego *diagnostikós*: capaz de ser discernível” (Cunha, 2010 p. 216,). Para Saurí (2001) diagnosticar é registrar e agrupar signos, é realizar o exercício de colocar o fenômeno comprovado dentro de um sistema teórico que o transcende. Deste modo, “diagnosticar, além de consistir na observação, é esquematizar por meio de uma apresentação mediadora e catalogando” (Saurí, 2001, p. 20). O homem cartesiano criou uma linguagem especializada para falar da loucura: a semiologia. Médico e louco se fazem aí radicalmente separados pelos muros do vocabulário diferenciado – mostra a tese de Dunker (2011). A semiologia faz com a experiência da loucura já não seja uma experiência compartilhável pela mesma descrição do fenômeno: o louco o descreve, o médico o

redescreve em seus termos. O relato daquele que enlouqueceu é traduzido em signos determinados: “a semiologia é a parte da medicina que ensina a indicação das moléstias”. (Cunha, 2010, p. 588, 2010).

A função deste vocabulário especializado é facilitar o mapeamento de signos (semio = signo) da doença, doravante nomeados de “sintomas”. Para Dalgalarrodo (2000), o sintoma é um índice que indica uma disfunção que está em outro ponto do organismo e ainda é o indicador crucial para o estabelecimento de um diagnóstico. Neste contexto, um diagnóstico, nunca deve ser concluído através de um único sintoma ou fato isolado. De todas formas, o sintoma é aquilo que se dá a ver e abre o campo da psicopatologia para uma de suas principais bases filosóficas: a fenomenologia – afirma Dalgalarrodo (2000). A fenomenologia nasce como corrente filosófica em finais do século XIX com Franz Brentano, mas se propaga pelas ideias de Edmund Husserl (1859-1958). (Abbagnano, 2012, p.511). O princípio sustentado pelos fenomenólogos pode ser extraído do radical que compõe seu termo *fen*, “do radical FEN (o), do grego *phen*, de *phaino* = brilhante” (Cunha, 2010, p. 289). Desta forma, o sintoma, enquanto um fenômeno é aquilo que “brilha” aos olhos do clínico. O exercício diagnóstico baseado na busca pelo sintoma enquanto “fenômeno brilhante” ainda hoje constitui o principal guia clínico da psiquiatria.

Atualmente o sistema categorial DSM (*Diagnostic and Statistical of Mental Disorders*) é considerado a “bíblia diagnóstica” da psiquiatria e “seu objetivo principal era o de alcançar um nível significativo de confiabilidade diagnóstica” (Pereira, 2013 p. 39). A primeira versão do DSM nasceu no início da década de cinquenta, mas foi a partir de sua terceira edição, o DSM-3, publicada em 1982, que o sistema ganhou infiltração mundial, acreditando ter finalmente conseguido uniformizar a atividade diagnóstica em psiquiatria, ou, na visão crítica e irônica do filósofo Safatle (2013): “desde o advento do DSM- 3 a psiquiatria teria enfim encontrado o caminho em direção a sua segurança ontológica e deixado para trás décadas de imprecisão” (Safatle, 2013, p.22).

A visão de Ianinni & Teixeira (2013) acompanha a mesma leitura de Safatle (2013). Os autores postulam que a ilusão de classes consistentes dentro da psiquiatria adveio na terceira edição, mas que o crescimento exacerbado de categorias diagnósticas, fazendo dobrar o número de transtornos mentais desde a primeira edição, revela que o DSM deixou de ser uma manual estatístico para converter-se numa bíblia de “patologização da vida cotidiana”. O exagero na quantidade de fenômenos cotidianos

transformados em doenças, a partir da última versão do manual, o DSM-V, publicado em 2013, fez com que fosse muito mal recebido, tanto pelos críticos quanto por órgãos de financiamento de pesquisa psiquiátrica. Tal foi o caso da instituição norte-americana NIMH (*National Institute of Mental Health*) que fez uma nota pública reprovando o número descabido das categorias diagnósticas, anunciando seu desligamento do sistema DSM. A partir do momento em que o principal órgão de financiamento de pesquisa em saúde mental descredencia seu sistema oficial de diagnóstico, pode-se indubitavelmente afirmar que a psiquiatria está vivendo uma era de “crise interna”, resume Pereira (2013). Na leitura do autor, o DSM teve na origem uma válida preocupação de uniformizar a língua padrão, e isto realmente é necessário, mas o sistema foi engolido por si mesmo e atualmente gera um efeito colateral extremamente danoso: “o empobrecimento da clínica psiquiátrica”. Para o autor, dentro do atual sistema DSM, o exercício diagnóstico deixou o campo clínico como algo “obsoleto” e tornou-se um procedimento técnico, asséptico, no qual há absoluto esvaziamento da relação médico-paciente.

Em resumo, tal como podemos visualizar, a grande crítica se ergue em dois tempos. O primeiro refere-se a um atual discurso social de que o sofrer psíquico deve ser necessariamente considerado uma doença. Neste sentido, a clínica psiquiátrica tornou-se um grande vigia da normatividade do cidadão comum que, ao mostrar o mínimo descompasso com as regras e ideias socialmente esperados, é imediatamente rotulado como doente e precisa ser medicado.

O segundo tempo de críticas ao sistema se refere ao fato de que, em nome da padronização da linguagem e do vocabulário, o exercício diagnóstico abriu mão de seus fundamentos clínicos. O esforço das escolas psiquiátricas para separar, discernir, isolar entidades e acompanhar seu curso clínico fica totalmente esquecido e apagado da história. É neste ponto que julgamos aqui necessário resgatar alguns passos das escolas de psiquiatria. Consideramos que, se queremos debater a problemática diagnóstica no pensamento de Lacan, não devemos correr o risco de fazer nossa atividade diagnóstica converter-se numa *check-list* ou numa visão adaptacionista do sujeito, ou seja, se o universo pós-lacaniano quer debater a questão diagnóstica no pensamento de Lacan, não devemos incorrer no erro de apagar suas bases de formação clínica, fundamentos de seu sistema de pensamento. Faremos, portanto, um rápido sobrevoo por alguns passos dos expoentes da psiquiatria até chegar naquele que Lacan nomeou de seu “único mestre”: Gaëtan Gatian De Clérambault (1872-1934).

O século sucessor de Pinel foi intensamente marcado pela produção de bases clínicas significativas que delinearam todo o campo, não só da diagnóstica, mas da concepção geral do que vem a ser a experiência do enlouquecer. As escolas acadêmicas alemãs e francesas foram produtoras de grandes autores que desde Esquirol, contribuíram para construir os fundamentos diagnósticos. O estudo de Bercherie (1989) mostra o delineamento de racionalidades distintas que formaram a “tradição de escolas” em psiquiatria. Para Bercherie (1980) a história da psiquiatria pode ser dividida em quatro grandes ciclos: 1. *A primeira clínica: ‘espécies do gênero loucura’* (onde, dentre outros, o autor localiza Esquirol e Griesinger); 2. *Fundamentos da nosologia clássica* (grupo no qual estão incluídos Jean-Pierre Falret e Benedict-August Morel); 3. *Psiquiatria Clássica: a clínica das doenças mentais* (aqui estão inclusos do lado francês Valentin Magnan e o grupo da Salpêtrière e, do lado alemão, Émil Kraepelin [antes de 1900]); 4. *Psiquiatria Moderna: a era psicodinâmica* (na qual se destacam os franceses como de Clérambault, Henri Claude e Georges Dumas que serão os formadores de Jacques Lacan).

A “*primeira clínica*” foi inaugurada pela necessidade de realizar uma separação e distinção de fenômenos, uma atividade feita de modo inédito por Étienne Esquirol (1772-1840). Quando as doutrinas de Esquirol são comparadas com as de Pinel, nada de muito novo se acrescentou, a não ser o aprimoramento de categorização adotado pelo discípulo de Pinel. Foi Esquirol quem definiu pela primeira vez a loucura como uma “*afecção cerebral crônica e sem febre*”. Na visão de Esquirol, os distúrbios mentais passaram a ser descritos como “[...] uma perturbação do equilíbrio das faculdades interiores e a grande função sintética do Eu, a atenção” – nos revela Bercherie (1980, p. 49). Esquirol escolheu, portanto, analisar a loucura através da função sintética do Eu. Esta escolha irá marcar todo e qualquer sistema de pensamento diagnóstico, tanto em psiquiatria, quanto em psicologia e na psicanálise. Veremos adiante em nossa tese que será justamente contra a noção de uma diagnóstica centrada na função sintética do Eu que o projeto estruturalista de Lacan irá se erguer. Entretanto, antes que Lacan desembarque neste universo há pela frente ao menos cem anos de retórica diagnóstica baseada na “função sintética do Eu”, inaugurada aqui com Esquirol.

Do lado da psiquiatria alemã encontramos as teses do primeiro grande organicista, Wilhem Griesinger (1817-1869). Foi o pensamento deste psiquiatra que deu o traço de identidade biologicista para toda a escola alemã nos dois séculos seguintes. Para Bercherie (1980) a escola alemã irá conservar para sempre “tentações totalizantes” e uma tendência a realizar uma “interpretação fisiológica” de qualquer quadro clínico em questão, um marco que fará a linha mestra divisória com a concepção da tradição francesa que relegava as considerações fisiológicas ao segundo plano e colocava as causas morais em primeiro (Bercherie, 1980). Na mesma época em que a escola alemã desenhava sua tendência em olhar para a loucura como uma razão fisiológica, a escola francesa de psiquiatria inaugurava um pensamento diagnóstico orientado para os detalhes clínicos em detrimento dos grandes fenômenos delirantes. A origem desta visão se deve prioritariamente ao francês Jean-Pierre Falret (1794-1870).

Para Bercherie (1980) a metodologia de Falret imprime um aprimoramento diagnóstico, pois a primeira clínica de Esquirol havia deixado como legado uma nosologia meramente descritiva, sem definição de entidades mórbidas. O olhar minucioso de J-P Falret conseguiu subverter o campo dos fenômenos da loucura que verdadeiramente mereciam atenção para formulação de um diagnóstico: “[...] já não era mais o aspecto aparente o mais central que devia primar, mas sim o detalhe dos sinais cuidadosamente recolhidos que permitiriam ligar o quadro clínico, por sua periferia a uma verdadeira espécie mórbida” (Bercherie, 1980, p. 97). O interesse de J-P Falret pelo “detalhe dos sinais” irá determinar a identidade da razão diagnóstica de toda escola francesa de psiquiatria. Instaurava-se ali a priorização dos ‘fenômenos basais’ em detrimento dos fenômenos ideativos delirantes. Tal como vimos anteriormente, a atitude diagnóstica nasceu vinculada à observação do fenômeno, aquele que “brilha”. Com J-P Falret, a clínica psiquiátrica dá seu primeiro passo para olhar para fenômenos estruturais, não tão brilhantes assim. Esta forma de pensar terá incidência bastante evidente na diagnóstica de Clérambault no início dos anos vinte.

Os anos 20, após guerra, foram de intensa produção psiquiátrica revelando um anseio por oferecer alguma resposta ao fenômeno do mutismo que acometia os soldados que retornaram da Guerra. Era como se sua produção científica pudesse dar contorno e superar pela via intelectual aquilo que o exército inimigo havia destruído

pela força – afirmam Berrios & Porter (2012). Dentre seus principais expoentes estão Georges Dumas, Henri Claude e Gaëtan Gatian de Clérambault, um trio cujas produções são independentes, mas fortes o suficiente para definir os rumos de toda psiquiatria acadêmica francesa – escola que formará o jovem médico Jacques Lacan. Georges Dumas, titular da disciplina de psicopatologia da Sorbonne, era radicalmente contra as ideias da psicanálise, mas foi o responsável por instaurar a prática de apresentação de pacientes, feita aos domingos. Para Roudinesco (1998) foi de Dumas que Lacan herdou a sua prática de apresentação de pacientes.

Henri Claude (1869-1945) foi o inventor do termo “esquizose” que designava as doenças caracterizadas pela dissociação (Roudinesco, 1998, p. 119). A partir de 1922 torna-se chefe da clínica de doenças mentais no Sainte-Anne e será o orientador da tese de doutorado de Lacan. Na condição de residentes internos, Jacques Lacan e Henri Ey eram alunos próximos de Henri Claude, mas Ey tinha muito mais proximidade e afinidade para levar adiante as teses de Claude, do que Jacques Lacan que, por sua vez, era notoriamente mais interessado pela visão clínica mais pragmática de Clérambault. Entretanto, apesar do próprio Lacan mais tarde afirmar algumas vezes que seu “único” mestre em psiquiatria foi Clérambault, a influência do pensamento de Henri Claude se faz presente em seu início, principalmente na tese de 1932. No campo da psiquiatria francesa dos anos vinte, Henri Claude tinha assumido o papel de defensor das ideias freudianas dentro da psiquiatria e muito de sua interpretação das contribuições de Freud foram incorporadas por Lacan em seu doutorado.

Por fim, Gaëtan Gatian de Clérambault, uma figura peculiar de personalidade extravagante, não admitia mulheres entre seus internos. Em 1905, Clérambault foi assumido como médico adjunto da Enfermaria Especial da Chefatura de Polícia, em Paris e logo ficou responsável pelo setor, no qual Lacan fará longo estágio. A enfermaria especial recebia casos em estados agudos de descompensação psíquica e “a Clérambault cabia a difícil missão de investigar o agudo, o momentâneo e dentro dele distinguir o perene e o estrutural” (Pereira, 1999, p. 143). Após esta distinção clínica os laudos que dariam o destino de encaminhamento dos pacientes eram elaborados. O estudo de Pereira (1999) ressalta que os laudos de Clérambault chamavam atenção pelo estilo conciso e preciso; dentre a grande desordem na qual

havia mergulhado o paciente, Clérambault distingue o perene e o estrutural. Exercia também a prática de apresentação de pacientes, sempre marcadas por sua habilidade de tocar pontos que faziam o paciente desencadear certos fenômenos delirantes, uma apresentação que possuía um tom provocativo, nos revela Pereira (1999). Em termos etiológicos matinha uma aposta radical na base orgânica para os fenômenos mentais, entretanto, dentre os expoentes franceses, era o único que carregava um olhar alienista em seu sistema de pensamento, pois buscava na fala de seus doentes fatos que revelam a loucura como vizinha próxima da verdade. O pensamento de Clérambault carregou, portanto, o paradoxo de pensar tal como pensavam os alienistas, mas sob a égide a primazia orgânica. Ao ser diagnosticado com um glaucoma que o deixaria parcialmente cego, suicidou-se em 1934.

Clérambault adquiriu centralidade no campo da psiquiatria francesa por seu olhar investigativo e pragmático que o levou a formular a hipótese de uma estrutura de base que acompanha o diagnóstico de toda psicose: a síndrome do automatismo mental. “O termo automatismo mental, tal como empregado por Clérambault, refere-se a este grupo elementar de sintomas, de natureza sobretudo alucinatório-sensorial que estaria à base de diversos quadros de natureza psicótica” (Pereira, 1999 p. 144,). O discernimento da presença destes fenômenos basais de características rígidas, perenes e constantes, fizeram Clérambault agrupá-los como uma “síndrome”, nomeada a *síndrome do automatismo mental* e, tal como foi isolada por Clérambault, contava com a presença de um grupo de fenômenos que ele nomeou de *petit automatisme*:

(...) caracterizado por bloqueios do curso do pensamento, sentimentos de estranhamento em relação aos próprios conteúdos psíquicos, surgimento na consciência de “lembranças não evocadas” e de “palavras impostas”, perplexidades sem objeto e impressão de ter seus pensamentos adivinhados por outrem. Todos estes sintomas deixam no sujeito a angustiante impressão de que seu pensamento está sendo controlado por forças exteriores (Pereira, 1999, p. 144,).

A síndrome identificada por Clérambault, além do *petit automatisme*, devia apresentar também o *grand automatisme*, grupo de fenômenos que inclui “alucinações verbais com comentários dos pacientes, ecos do pensamento, sensação de adivinhação, defissão ou roubo do pensamento, estereotipias gestuais e automatismo sensorial e sensitivo com diferentes alucinações táteis, gustativas e cenestésicas”

(Pereira, 1999, p. 144). Tratava-se para Clérambault de fenômenos de ordem cerebral que se impunham ao sujeito, gerando episódios invasivos e brutais, ou seja, um automatismo. O olhar diagnóstico detalhado de Clérambault mostra-se herdeiro da minúcia clínica de J-P Falret. A escola francesa se revela defensora de uma clínica orientada pelos fenômenos de base e não prioritariamente pautada nos fenômenos de ideação delirante, ou seja, “a síndrome do automatismo mental seria o ponto de partida para as psicoses alucinatórias crônicas, marca registrada da tradição psicopatológica francesa” (Pereira, 1999, p. 144).

A exuberância dos grandes delírios ficaria doravante submetida ao edifício mecânico que se impunha como organismo externo à fala do paciente. A pesquisa de Bercherie (1980) também constata que a proposta da *síndrome do automatismo mental* pode ser considerada uma das heranças mais marcadas do olhar diagnóstico da psiquiatria francesa cuja origem pode ser também remetida à Ballet (1853-1916). O psiquiatra, que ocupou a cadeira de enfermidades mentais e do encéfalo em Sainte-Anne, já havia descrito no ano de 1908 dois casos de psicose alucinatória crônica sem a presença de delírio. Nestes casos, uma síndrome alucinatória verbal aparece de forma isolada, sem ideia delirante associada, um quadro tão peculiar que posteriormente foi nomeado de “*alucinose*”, por Dupré. Oriundo indubitavelmente desta tradição, o edifício do *automatismo mental* construído por de Clérambault chancelou, portanto, um exercício diagnóstico que distingue fenômenos de base, considerados estruturais e perenes dos fenômenos secundários considerados mais flutuantes e dispersivos. Os automatismos verbais são tomados como episódios alucinatórios avulsos e, ao longo de sua pesquisa, Clérambault aprimorou sua descrição através de um empenho para separar os ‘casos puros’ de automatismo mental dos ‘casos mistos’ (ou seja, casos com presença de delírio):

A parte do aspecto muito arcaico de sua psicologia, mais próxima de seu mestre Magnan do que das correntes contemporâneas, podemos notar que a obra de Clérambault inscreveu-se perfeitamente nos problemas da psiquiatria de sua época: distinção e oposição dos delírios primários processuais (automáticos) e das simples reações patológicas em sujeitos predispostos (psicose passionais); delimitação dos mecanismos primários da psicose e da elaboração delirante secundária (Bercherie, 1980, p. 295).

A influência deste pensamento clínico de Clérambault irá aparecer de forma bastante insistente nos passos da construção da racionalidade diagnóstica de Lacan. A

maciça importância que Lacan irá conferir à presença do automatismo mental no exame de um caso será inaugurada publicamente em 1931, quando o jovem psiquiatra Jacques Lacan faz a apresentação do caso Marcelle.

1.2 Do uso do automatismo ao diagnóstico estrutural da psicose

No anfiteatro do Sainte-Anne, Jacques Lacan apresenta o caso de uma professora de 34 anos cujo delírio incluía uma missão de regenerar a França, mas suas principais ideias eram expressas numa espécie de catálogo de poemas e narrativas que, de tão numerosos foram compilados em vários volumes. Para Marcelle, sua escrita inovadora era uma forma de fazer evoluir a linguagem – algo muito importante dentro da sua missão de regeneração. Para Lacan, mais do que o conteúdo era a forma da escrita da paciente que lhe revela a chave de entendimento do caso “[...] os seus escritos possuem a estrutura idêntica ao seu delírio” (Lacan, 1931/2011, p. 385). Assim, é exclusivamente sobre a análise gramatical e léxica destes escritos que Lacan apresenta o caso, uma visão clínica bastante diferente daquilo que todo o campo da psiquiatria conhecida da apresentação de caso, afirma Roudinesco (1994):

Os autores preservavam-se de qualquer interpretação dos escritos de Marcelle e *definiam a estrutura paranoica a partir dos distúrbios semânticos, estilísticos e gramaticais*. Inspiravam-se menos no modelo da psiquiatria clássica do que na experiência surrealista. Segundo eles, a síndrome de automatismo mental não se devia aqui a uma constituição, mas a um jogo semelhante às criações poéticas de Breton, Éluard, Péret e Desnos, que tinham uma parte de automatismo e uma parte de intencionalidade (Roudinesco, 1994, p. 42).

Dentro do empenho de Lacan em ressaltar o aspecto formal dos escritos, destaca-se neles a constatação da presença do *automatismo mental*, mas observa que, conjugadas ao empobrecido automatismo há frases onde se identifica uma verdadeira intenção da paciente em formular rupturas de linguagem as quais conclui que “tratam-

se de uma verdadeira arte poética” (Lacan, 1931/2011, p. 382). Desta forma a escrita disforme de Marcelle é comparada por Lacan à escrita surrealista de Breton, por onde realiza um inédito malabarismo de conciliar a visão surrealista da loucura com a constatação diagnóstica do automatismo mental – honrando a tradição francesa de psiquiatria que conferia maior importância aos fenômenos basais do que a aparência grandiosa dos conteúdos delirantes. Desta forma, Lacan apresenta um caso aparentemente simples de erotomania fora do eixo médico padrão – diz Roudinesco (1994). Em termos psiquiátricos, o caso nada continha de extraordinário, mas Lacan ao evidenciar os elementos de escrita da paciente cria para o campo da psiquiatria um problema novo: comprova a incidência do automatismo mental, mas, ao mesmo tempo questiona a hipótese do fenômeno advir de uma determinação orgânica. Inscreve-se aí um paradoxo. O jovem psiquiatra examina a sintaxe e a gramática da paciente e constata que há uma alternância entre o automatismo mental e momentos de ‘pura criação literária’ e postula uma interpretação limítrofe observando que “quando falha a intenção da escrita, entra o automatismo; onde justamente aí a paciente dizia-se ‘inspirada’ é o ponto de menor inspiração possível” (Lacan, 1931/2011, p. 386). O psiquiatra encerra a apresentação do caso Marcelle sugerindo que o clínico deve ficar atento ao problema da escrita na psicose, observando que se trata de uma verdadeira criação literária *a la* Breton. Destaca-se da leitura clínica de Lacan uma ênfase nos fenômenos formais da escrita e quase um esquecimento da ideação delirante da paciente.

Inaugura-se com Marcelle um peculiar interesse de Lacan aos fenômenos de escrita produzidos pelas psicoses, bem como uma visão inédita para o automatismo mental: deslocado da organicidade para ser resituado ao lado de produções literárias.

No ano seguinte, fará do mosaico epistêmico que havia aplicado em Marcelle como um ensaio, a sua própria tese de doutorado: *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade* (1932/2011). Recentemente reeditada em português, foi ora definida como “[...] a primeira incursão de Lacan no campo da psicanálise e constitui uma ampla crítica a toda tradição psiquiátrica” (Coutinho Jorge, 2011, p 20). A ‘ampla crítica’ está no modo como Lacan recusa-se a usar ou meramente reproduzir as bases médicas para compor os argumentos de leitura de seu estudo de caso: outro caso de erotomania sustentado pela psicose paranoica, a paciente foi nomeada por ele

de Aimée (Marguerite Anzieu). Tal como havia ocorrido com Marcelle, o jogo de escrita desta paciente também o hipnotizou. Ela havia tentado algumas vezes publicar seus romances e, uma vez que todos eles foram rejeitados pelos editores, sua última tentativa foi enviá-los ao príncipe de Gales, obtendo uma resposta padrão da coroa que lhe dizia que, por protocolo o príncipe não poderia aceitar presentes dos súditos (Roudinesco, 1994, p. 59).

A ampla crítica à tradição psiquiátrica se deve também à sugestão de uma psicogênese da paranoia – em oposição a tradicional da etiologia orgânica para as psicoses. Lacan (1932/2011) supunha que o conceito de personalidade era o elemento teórico que lhe permitiria hipotetizar uma psicogênese da paranoia e com isto tentava descredenciar a tradicional aposta no elemento orgânico constitutivo. Declara que sua tese irá investigar as relações entre a paranoia e a personalidade, sendo que “[...] a personalidade é aquilo que realiza a função de síntese humana, falar sobre isto não é desconhecer a legitimidade dos supostos fatores orgânicos, mas sim levar em conta uma coerência que é própria a esta função de síntese (Lacan, 1932/2011, p.03)”.

O intuito de dar ênfase à noção de personalidade leva Lacan a apresentar fatos históricos e contingências que determinaram a ‘personalidade’ persecutória da paciente, montando um argumento que mostra a determinação ambiental em detrimento da determinação biológica, retirando a psicose da condição de processo mórbido. Pela combinação da personalidade com o exame de escrita da paciente, o universo surrealista iria aclamar a tese como um estudo que libertava a loucura do estigma de doença degenerada. Após a publicação de seu doutoramento, Jacques Lacan foi convidado a integrar o time dos escritores surrealistas que compunham o editorial da revista *Minotaure*¹ - o veículo de maior difusão das ideias lideradas por Breton e seus companheiros. No que tange ao desenvolvimento teórico, Jacques Lacan e sua tese de 32 concluíram pela absoluta prevalência do conceito de personalidade em relação ao conceito de psicose. Deste diagnóstico, a grande hipótese teórica extraída de sua pesquisa, revela-se, portanto, uma hipótese etiológica: “Há um fator patogênico de causa específica na constituição deste quadro, trata-se de uma anomalia específica da personalidade” (Lacan, 1932/2011, p. 348). Com esta

¹ Dois textos da revista *Minotaure* foram incluídos na reedição em português da tese, pela 2ª edição da Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2011.

afirmação, Lacan articula o conceito de personalidade – enquanto sobredeterminante à psicose - com a noção de estádio.

Na sequência, nosso leitor irá acompanhar que o psiquiatra insistentemente volta a destacar a estranheza e a peculiaridade dos fenômenos de escrita na psicose. De outro lado, agarra-se com afincos à noção de personalidade, levando-a em seu bolso e dela lança mão todas as vezes que se sente obrigado a opor-se a um determinismo biológico. Desta forma, a visão clínica em jogo não abrirá mão da noção de personalidade até que consiga encontrar para ela um substituto conceitual: a noção freudiana de *Eu* (que ele descobre ser o representante de uma função de alienação intimamente vinculada ao conceito de Imago – um constructo teórico que assume papel protagonista em suas exposições até o pós-guerra).

No ano de 1936, o psiquiatra, já dentro do campo psicanalítico, dirigiu-se pela primeira vez a uma plateia exclusivamente composta de psicanalistas, num congresso da Sociedade Internacional de Psicanálise (IPA) em Marienbad. Sua primeira apresentação sustentava uma tese de que a instância do Eu representa uma função alienação e desconhecimento – uma proposta que ali Lacan denominou *o estádio do espelho*. A noção de espelho havia sido emprestada dos então modernos estudos do psicólogo Henri Wallon que se valia dos modelos da etologia, já a noção de ‘alienação’ – diz Roudinesco (1994) – era o grande truque que Lacan havia aprendido por frequentar os seminários de Kojève que ensinava o sistema de pensamento hegeliano à intelectualidade francesa: “A frequentação do seminário de Kojève havia levado Lacan a interrogar-se sobre a gênese do Eu por intermédio de uma reflexão filosófica acerca da *consciência de si*.” (Roudinesco, 1994, p. 125).

O estádio de espelho na década de trinta era, portanto, esta composição entre a noção de alienação extraída via Kojève de Hegel e a noção de espelho, extraída da psicologia de Wallon – uma combinação que seria explosiva para o contexto político em questão. Era Ernest Jones quem presidia o congresso tendo pela frente a difícil missão de colocar panos quentes no violento conflito teórico que havia rachado a Internacional ao meio. A figura de fundo do debate era a clínica com crianças, mas a discussão central era acerca do privilégio ou não da função organizadora e adaptativa do Eu enquanto objeto de direção de uma análise. O Eu enquanto realizador de uma função organizadora, matriz que faz a intermediação do Isso com a realidade e que

deve zelar pelo equilíbrio de forças, não era apenas a visão de Anna Freud, era sim a interpretação padrão que toda a França fazia sobre a obra freudiana que conhecia “(...) um Freud ora à La Pichon, ora à La Loewestein, mas sempre o Freud do Eu” (Roudinesco, 1994, p. 124). O *estádio do espelho*, tal como Lacan o anunciou em Marienbad, era uma bomba intelectualmente sofisticada e elegante, que intencionalmente ou não, implodia todos os pressupostos de uma análise dirigida ao privilégio do Eu, justamente, pois defendia a tese da instancia do Eu enquanto sinônimo de alienação – ele substituíria assim a função de síntese pela função de desconhecimento e pela noção de imago.

Em seu texto *Os Complexos familiares na formação do indivíduo* (1938/2002), Jacques Lacan sugere que o afrouxamento do liame familiar não deve assustar a sociedade, ainda que a consequência deste afrouxamento deixe como herança ao campo social uma série de feitos psicológicos decorrentes do declínio social da imago paterna possam no futuro se reunir sob a forma de “*neuroses de caráter*” – diz Lacan (1938/2002, p. 60). Trata-se de um texto cuja ênfase é a mesma de sua tese: a temática da constituição da *personalidade*, mas agora amparada sobre o conceito de complexo e de imago. Sua análise reflete sobre as formas contemporâneas de família e se pergunta quais os *efeitos psicológicos* que tais mudanças sociais podem causar e faz sua hipótese:

Não somos daqueles que se afligem do pretenso afrouxamento do liame familiar. Não será significativo que a família tenha se reduzido a seu agrupamento biológico à medida que ingressava os mais elevados processos culturais? Mas um *grande número de efeitos psicológicos nos parecem depender de um declínio social da imago paterna*. Declínio condicionado pelo retorno de efeitos extremos do progresso social no indivíduo, declínio que se marca, sobretudo, em nossos dias, nas coletividades que mais sofreram esses efeitos: concentração econômica, catástrofes políticas (Lacan 1938/2002, p. 60)².

O texto constrói uma hipótese sociológica de que efeitos patológicos adviriam do declínio do Pai ou do tipo de personalidade fracassada do pai, uma configuração cada vez mais progressiva naqueles idos anos 30. Segundo o raciocínio construído por Lacan, tais efeitos psicológicos teriam a possibilidade de substituir as neuroses freudianas por questões de problemática do caráter dizendo que ao analisar a

² Grifo nosso.

psicopatologia oriunda de vertentes sociológicas as questões “parecem ter evoluído no sentido de um complexo caracterial que irá compor a grande neurose contemporânea. Nossa experiência nos leva a designar sua determinação principal na personalidade do pai, sempre carente de alguma forma, ausente, humilhada, dividida ou postiça” (Lacan, 1938/2002, p. 61).

A noção de caráter é utilizada por Lacan quase como uma sucedânea da noção de personalidade e o termo complexo, extraído do complexo de Édipo freudiano assume relação com a imago. Na ficha catalográfica da edição em português, este texto de Lacan é identificado pelas seguintes palavras chave: 1. Complexo (psicologia) 2. Família. 3. Personalidade – indicação inequívoca da prevalência destes termos no tecido teórico de Lacan. Desta forma, neste texto de 1938, o psicanalista aposta que as neuroses de caráter serão a consequência psicológica direta da era da desmontagem da sociedade patriarcal. Entretanto, sua hipótese do declínio social da imago paterna irá sucumbir a um temporário silêncio quando a história lhe parece impor a força uma tese inversa: uma autoridade patriarcal emerge prometendo salvar a Alemanha de todos os riscos de fragmentação social. Em nome da unidade de um povo e da prevenção contra qualquer possibilidade de afrouxamento do liame da raça, Hitler assume o júbilo pela própria imagem total e consciente de si mesmo, julgando-se plenamente amparado tanto pela ciência quanto pela certeza da razão para invadir a França de Jacques Lacan. “No dia 14 de junho de 1940 o exército alemão entra em Paris sem enfrentar resistências” (Riding, 2012, p. 15).

1.2.1. A autonomia do “modo imaginário” e a fórmula geral da loucura

Em 28 de setembro de 1946 no ainda sombrio contexto do pós-Guerra, Lacan abre as jornadas psiquiátricas de Bonneval a convite de Henri Ey, seu colega dos anos de residência médica. O tema de debate era a etiologia da loucura.

Para Henri Ey a loucura deve ser decifrada pela interlocução da neurologia com a psiquiatria, uma vez que aposta na causalidade orgânica; entretanto, ele convida Jacques Lacan para o debate das jornadas a qual preside, justamente por saber que seu antigo colega vinha defendendo a hipótese de uma causalidade psíquica da loucura, desde seu doutorado concluído em 1932. É o próprio psicanalista quem narra este percurso, assumindo que de fato aposta numa “psicogênese da loucura” e aproveita para criticar ironicamente o uso razão: “(...) a presunção do poder só pode servir ao artifício da Razão” (Lacan 1946/1998, p. 152). Assim, dois horizontes compõem a paisagem de Lacan naquelas jornadas: a crítica na hipótese da causalidade orgânica da loucura e o desastre mundial causado pela loucura de um homem munido da certeza da razão.

Lacan (1946/1998) confirma que o argumento que irá apresentar ali advém de sua tese de 1932 e dela ele próprio destaca duas ideias principais. A primeira refere-se à defesa de que, em suma, *a loucura é um fenômeno do pensamento*. Em segundo lugar, relembra que, do vasto campo delirante da paranoia, o seu esforço de doutorado se deu para enfatizar a importância dos fenômenos elementares: “Eu havia destacado esse traço significativo em minha tese, quando me esforcei por explicar a estrutura dos fenômenos elementares da psicose paranoica” (Lacan, 1946/1998, p. 184). É à importância de identificar a presença dos fenômenos basais que dedica a primeira parte de sua apresentação. Fazendo um verdadeiro tributo àquele a quem ele nomeia de “*o meu único mestre*” (p. 169), elogia repetidas vezes Clérambault e define que seu indelével legado à clínica psiquiatria foi ter descoberto:

(...) o magnífico leque que de estruturas que vai dos chamados ‘postulados’ dos delírios passionais aos chamados fenômenos basais do automatismo mental. Eis por que creio que ele fez mais do que qualquer um pela tese psicogenética; em todo caso vocês verão como eu entendo isso (Lacan, 1946/1998, p. 169).

Para Lacan (1946/1998) o automatismo mental constata-se através de fatos de linguagem que por sua vez é um fenômeno do pensamento e não um fenômeno orgânico. Segunda a posta lacaniana, apesar dos mecanicistas como De Clérambault e Guiraud apostarem veementemente na causalidade orgânica dos fenômenos basais da psicose, foram eles descobriram os fatos clínicos realmente dignos de atenção. É

assim que seus ouvintes são convidados a adentrar no campo dos transtornos de linguagem, fenômenos pelos quais a loucura deve ser reconhecida. Assim, a escuta atenta da fala do ‘alienado’ imediatamente revelaria ao clínico algumas deformações da linguagem, as quais ele chama de *as palavras das paixões*:

Enveredemos por este caminho para estudar as significações da loucura, como nos convidam a fazer as modalidades originais que nela mostram a linguagem: as alusões verbais, as relações cabalística, os jogos de homonímia e os trocadilhos que cativaram o exame de Guiraud – e, direi eu, *o toque de singularidade cuja ressonância é preciso saber ouvir numa palavra para detectar o delírio, a transfiguração do termo na intenção inefável, a fixação da ideia no semantema (que aqui, precisamente, tende a se degradar num signo), os híbridos do vocabulário, o câncer verbal do neologismo*, o envolvimento da sintaxe, a duplicidade da enunciação, e também a coerência que equivale a uma lógica, a característica que, pela unidade de um estilo das estereotípias, marca cada forma de delírio: tudo isso pelo qual o alienado, através da fala ou da pena, comunica-se conosco [...] (Lacan, 1946/1998, p. 168).

Retomemos o catálogo estabelecido:

“Transfiguração do termo numa intenção inefável”; “fixação da ideia no semantema (que tende a se degradar num signo)”; “híbridos do vocabulário”; “o câncer verbal do neologismo”: eis aqui uma verdadeira lista dos fatos de linguagem que, na opinião de Lacan (1946/1998), merecem destaque diagnóstico. Trata-se de uma sequência de desconfigurações linguísticas a qual nós poderíamos nomear aqui como um verdadeiro catálogo dos tumores da linguagem. Através desta listagem baseada no aspecto formal da linguagem, verificamos que o olhar clínico de Lacan no campo da psicose se revela absolutamente concentrando na “transfiguração do vocabulário”, nos “jogos de homonímia”, no “envolvimento da sintaxe” desde a apresentação de Marcelle, em 1931. Ou seja, a esta altura, podemos dizer que a cartilha de fenômenos da linguagem captura a ênfase clínica de Lacan já há quinze anos, posto que estamos no ano de 1946. Para o herdeiro de Clérambault, o modo de detectar o delírio assume, inequivocamente, a feição de uma análise linguística e, tal como não poderia deixar de ser, remete Lacan aos escritos de Aimée fazendo-o confessar o fascínio oculto cujo segredo já sabíamos: “Essa enferma me chamara a atenção pela significação ardente de suas produções escritas, cujo valor literário impressionou muito escritores [...]” (Lacan, 1946/1998, p. 169). Ou seja, quatorze anos após a publicação de seu doutorado, Lacan ainda sublinha o mesmo ponto diagnóstico, enfatizando a importância que confere aos tumores da linguagem tal

como eles aparecem nos escritos da psicose promovendo rupturas de sintaxe e de gramática que merecem atenção. Uma vez reforçados os fenômenos basais que em sua opinião são os fatos que verdadeiramente merecem exame clínico, então, Lacan passa ao seu segundo ponto: a defesa da tese da causalidade psíquica da loucura, que na época foi associada à noção de personalidade.

Pode-se dizer sua apresentação a partir dali é uma ‘reformulação’ completa de seu conceito de personalidade.

Lacan (1946/1998) lembra que uma das maiores contribuições de seu doutorado estava no inédito privilégio conferido à noção de personalidade. Narrando seu próprio percurso, descreve que o uso desta noção lhe foi muito importante, pois a ela deve o fato de ter conseguido identificar em sua paciente a existência de um profundo desconhecimento de si mesmo. Neste contexto, Lacan (1946) reapresenta a noção de personalidade como uma ‘*estrutura geral do desconhecimento*’ que deve ser lida como a consequência da conjugação entre dados biográficos e os processos identificatórios:

Assim, procuramos situar a psicose em suas relações com a totalidade dos antecedentes biográficos, das intenções confessas ou não da doente, dos motivos enfim, percebidos ou não, que se destacam da situação contemporânea de seu delírio – ou seja, como indica o título de nossa tese, em suas relações com a personalidade.

Parece-nos ressaltar disso, desde o começo, a estrutura geral do desconhecimento. Mas há que entendê-la bem (Lacan, 1946/1998, p. 171).

A partir de então, Lacan se esforça para que sua plateia entenda aquilo que ele está chamando de *estrutura geral do desconhecimento* que será resumida pela noção de *idêntico a si mesmo*. Em outras palavras, a tese de Lacan (1946/1998) revela que o mais profundo desconhecimento do homem se dá quando se acredita idêntico a si mesmo. Assertiva por onde deduz que a loucura é um tipo de fixação identificatória que ilude o homem fazendo-o acreditar-se homem: “As primeiras escolhas identificatórias da criança, escolhas inocentes, não determinam outra coisa com efeito – à parte às patéticas fixações da neurose – senão *essa loucura pela qual o homem se crê homem*” (Lacan, 1946/1998, p. 189)³. Assim, a proposta lacaniana é que desde suas primeiras identificações o homem se faz escravo de sua própria imagem e, ali,

³ Grifo nosso.

arrisca-se a ser capturado pela ilusão de tornar-se idêntico a sua imagem no espelho, donde, enlouquece. Querendo ilustrar o pensamento que está fazendo, numa passagem hilária, recorre como exemplo social paradigmático do ‘idêntico a si mesmo’ aquele a quem ele chama de *o janota nascido na abastança*:

Para me fazer entender, evocarei a simpática figura do janota nascido na abastança, que, como se diz, “não desconfia de nada”, especialmente do que deve a essa auspiciosa fortuna. O bom senso tem o costume de qualificá-lo, conforme o caso, de “o inocente bem aventurado” ou “o bostinha”. Ele se croit [se acha], como se diz em francês: no que o espírito da língua põe a ênfase onde convém, isto é, não na inadequação de um atributo, mas num modo verbal, pois o sujeito se acredita em suma aquilo que ele é, um felizardo, mas o bom senso lhe deseja, *in petto*, o empecilho que há de revelar-lhe que ele não o é tanto quanto acredita (Lacan, 1946/1998, p. 172).

O sujeito que não desconfia de nada, o sujeito que acredita ser idêntico a si mesmo – eis a loucura, segundo Jacques Lacan (1946/1998).

O psicanalista retoma a atenção do público pedindo-lhes que não se percam, pois, é neste ponto que situa o desconhecimento alienante de sua paciente de 32. Desta forma, a noção do sujeito que *se croit*, a imagem do louco enquanto sinônimo do inocente que não desconfia que entre o “si” e o “si mesmo” há um abismo, ganha força na sequencia dos argumentos. O segundo exemplo utilizado é um contra modelo do primeiro. Ele recorre à figura de Napoleão, situando-o como um não-louco. “*Napoleão de modo algum se achava Napoleão*” (Lacan, 1946/1998, p. 172). Sua hipótese é de que Napoleão sabia muito bem a trilha de sofrimentos que Bonaparte havia passado e por isto não havia nele um desconhecimento a respeito de si. Napoleão não se acreditava idêntico a si mesmo, não apostava ser detentor de uma consciência absoluta de si, em suma, não tinha uma Bela Alma.

No encadeamento dos argumentos, Lacan (1946/1998) chega, portanto, à hegeliana figura da Bela Alma, assumindo-a como o melhor modelo desta escolha inocente na consistência de si mesmo. É através da bela alma que Lacan, por fim, recorre à personagem Alceste de Molière, afirmando: “(...) é que Alceste é louco, e Molière o mostra como tal – justamente pelo fato de que, em sua bela alma, ele não reconhece que ele mesmo concorre para a desordem contra qual se insurge” (Lacan, 1946/1998, p. 174, 1946). Segundo a tese lacaniana, a loucura de Alceste não está no fato dele amar uma mulher que o trai, mas sim está na paixão que ele tem por sua

própria imagem no espelho, o que ele chama de ‘baile da *das miragens narcísicas*’, que ali na novela se revelaria como uma espécie de idealização coletiva do sentimento amoroso. Uma vez tomada a Bela Alma como imagem paradigmática do desconhecimento, pelo ponto cego do domínio da consistência de si, Jacques Lacan deixa o campo das ilustrações e passa a um segundo nível de sua exposição, no qual irá fundamentar sua tese em termos conceituais. Doravante explicará que a loucura, enquanto sinônimo do “idêntico a si mesmo”, possui uma dupla causalidade: a imago (decifrada pelo constructo do estádio do espelho) e a identificação (naquilo que tange o traço de Ideal). É por esta dupla associação que nos oferece sua *fórmula geral da loucura* cuja ilustração principal foi extraída da Bela Alma:

Tal é a fórmula geral da loucura que encontramos em Hegel, pois não creiam que estou inovando, ainda que tenha julgado dever tomar o cuidado de apresentá-la a vocês de forma ilustrada. Digo “*fórmula geral da loucura*”⁴ no sentido de que podemos vê-la aplicar-se particularmente a qualquer uma das fases pelas quais se realiza mais ou menos, em cada destino, o desenvolvimento dialético do ser humano, e de que ela sempre se realiza, ali como espécie de estase do ser, numa identificação ideal que caracteriza esse ponto de um destino particular (Lacan, 1946/1998, p. 173).

Assim, sugere que para constataremos a presença da loucura no homem os episódios delirantes nunca serão suficientes; a loucura não está no delírio e sim na presença de identificações poderosas cuja totalidade da imagem se apresenta tão ideal que provoca uma sedução do ser: “É possível que um corpo de ferro, identificações poderosas e as complacências do destino levem com mais certeza a esta sedução do ser” (Lacan, 1946/1998, p. 177). Em síntese, sua *fórmula geral da loucura* refere-se aos processos constitutivos da instância do Eu, ao passo que a fórmula “específica” da loucura (a psicose), refere-se aos processos de desregramento da sintaxe, da desconfiguração do uso da linguagem.

Neste sentido, Lacan (1946/1998) se dirige à plateia explicando-lhe que, se querem entender algo sobre o fenômeno do enlouquecer, terão que admitir que a loucura não deve ser buscada nas ‘dobras do cérebro’, mas sim que possui um débito para com a noção de imago. Através desta porta aberta, o vemos voltar à sua apresentação de Marienbad, a qual apelida de *minha marionete*. O psicanalista aproveita o momento para refazer todo o percurso da constituição especular que

⁴ Grifo nosso.

gostaria de ter demonstrado em 1936, explicando que é lá, em sua marionete, e no seu isolamento conceitual da imago, que o drama da loucura tem sua causalidade finalmente decifrada:

E, para definir a causalidade psíquica tentarei agora apreender a modalidade de forma e de ação que fixa as determinações deste drama na medida em que ele me parece cientificamente identificável com o conceito de imago (Lacan, 1946/1998, p. 179).

Repetindo. O drama da loucura é *cientificamente identificável com o conceito de imago*. Observamos aqui, portanto, uma espécie de finalização de sua teoria do estádio do espelho que ficou suspensa em Marienbad. Se na época havia usado a teoria da alienação de Hegel para postular o Eu como instância de desconhecimento, neste momento da década de quarenta, acrescenta a sua tese que, não obstante se trata de uma alienação, mas em si é a própria definição da loucura no homem.

A partir daí há um corte na sua exposição. A terceira parte de seus argumentos é intitulada: “Os efeitos psíquicos do modo imaginário” (Lacan, 1946/1998, p. 180). Ali, bem demonstra que, *o efeito psíquico do modo imaginário* é o enlouquecer. O “modo imaginário” será situado como fundamento da causalidade da loucura, mas também, será apresentado enquanto um modelo cuja autonomia é o fato que lhe chama atenção. Na medida em que o drama da loucura é cientificamente identificável com o conceito de imago adverte que, em sua opinião, “a imago é uma das grandes ameaças à humanidade” (Lacan, 1946/1998, p.194). O conceito é apresentado como a origem da alienação do sujeito, ou, “(...) ponto essencial, o primeiro efeito que aparece da imago no ser humano é um efeito de *alienação do sujeito*” – afirma Lacan (1946/1998, p. 182). A partir deste ponto, o psicanalista parece converter-se num alienista e faz declarações impactantes dizendo, por exemplo, que, ao ser tributária da tomada jubilatória, a loucura é a própria lei de nosso devir, ou ainda que, o ser do homem não seria ser do homem sem a loucura. Não obstante, afirma ainda que, “o médico que contesta o louco não divaga menos que o próprio louco” (Lacan, 1946/1998, p. 178).

Enfim, Henri Ey deve ter se arrependido do convite.

Haveria ao longo da exposição inúmeras frases cuja torção formal sempre sugere que a loucura é um fundamento universal no homem, posto que está vinculada

ao Eu e sua imago. O estilo barroco da apresentação do psicanalista incomodou Henri Ey que via sua causalidade orgânica da loucura ser questionada por truque elegante de retórica. Roudinesco (1994) nos revela que, quando Henri Ey abriu o debate ao público, ele teria feito um único comentário irônico dizendo que, se a teoria do Dr. Lacan fosse levada a sério, então, não haveria qualquer diferença entre o normal e o louco. De fato, é esta a tese defendida por sua *fórmula geral da loucura*. Na medida em que somos todos psiquicamente constituídos por uma imago ilusória cuja fonte é a alienação e o desconhecimento radical acerca de si, então, sim, somos todos loucos, alienados de nós mesmos. Salta aos olhos como a noção de loucura aqui defendida vale-se do recurso à pineliana noção de alienação mental.

A nosso ver, entretanto, a ironia e irritação de Henri Ey são absolutamente compreensíveis e merecem nosso crédito. É realmente preciso verificar, em meio ao rebuscado estilo barroco de Lacan, qual era de fato a tese que defendia ali. Exporemos, a nossa interpretação.

Há, ao que parece, uma separação conceitual importante a ser feita. Na primeira parte do texto, a loucura aparece enquanto um sinônimo genérico de psicose – cujo verdadeiro exame clínico deveria concentrar-se nas rupturas de linguagem, no câncer verbal, nos híbridos do vocabulário. Ao entrar na segunda parte de sua exposição, o uso da noção de loucura assume outra face. Assume sua *fórmula geral*, uma estrutura fundamental do desconhecimento cujo débito conceitual é para com o conceito de imago. No fundo, estamos no campo do engodo das identificações poderosas, *a loucura pela qual o homem se crê homem*. Parece-nos que, aquilo que escapa a Henry Ey (e que talvez escapasse ao próprio Lacan) é o fato de que, a tese que acabara de ser defendida ali, na verdade, determina uma distinção fundamental entre a noção de loucura e a noção de psicose.

Em outros termos, podemos identificar nessa passagem da década de quarenta uma distinção elaborada conceitualmente entre a aceção de loucura numa *fórmula geral* e a aceção de loucura numa condição específica: a psicose. A noção de psicose sugere um olhar diagnóstico específico dirigido às palavras das paixões ou, tal como nós a nomeamos, a cartilha dos tumores de linguagem. Esta definição específica da loucura (a psicose) teria seu “débito conceitual” para com a noção de *automatismo mental* e não para com o conceito de imago.

Em contrapartida, a tese que conceitualmente defendida como *fórmula geral da loucura* é, nitidamente, um acréscimo feito sobre sua teoria do estágio do espelho, teoria da formação do Eu e da imago, cuja exposição foi interrompida dez anos antes. Pautado numa imago cujas identificações podem oferecer verdadeiras colagens e cristalização de ilusão de completude, ela a entende como uma grande ameaça para a humanidade – talvez encontremos aqui o ensinamento clínico de um texto pós-guerra, extraído da imago do general recém saída de cena. A loucura do homem que se crê homem pode ter efeitos e dimensões catastróficas, mas não necessariamente psicótica.

Neste sentido, o “modo imaginário” se apresenta a Lacan (1946/1998) não só como uma ameaça alienante – tal como era visto na apresentação de *Marienbad* – mas também como detentor de uma autonomia cujos efeitos são reconhecíveis no campo da psicopatologia. Neste momento da exposição, Lacan (1946/1998) recorre aos estudos de Lhermitte sobre os fenômenos de sensibilidade nos membros amputados, das alucinações do duplo, dos fenômenos de aparente desligamento corporal. Enfim, reserva algumas páginas de seu relatório destinadas a lembrar seus ouvintes que, os efeitos psíquicos do modo imaginário possuem relação íntima com fenômenos corporais de aparência alucinatória, posto que autônomos. Dissecando os estudos em questão, chama nossa atenção para o fato de que em tais fenômenos “o mais importante, porém, ainda é *sua autonomia* como lugar imaginário de referências das sensações proprioceptivas” (Lacan, 1946/1998, p. 187)⁵.

Em síntese, nos é surpreendente constatar que em meados da década de quarenta, o pensamento lacaniano possui uma elaboração bem avançada sobre o que chama “o modo imaginário” - certamente aquilo que posteriormente irá responder pelo nome de registro imaginário. Observamos ainda que, o conceito de personalidade, como elemento que indica a estrutura geral do desconhecimento, acaba de ser substituído silenciosamente pelo aprimoramento teórico da noção da imago e seus consequentes processos formativos egóicos.

Ao que tudo indica, Jacques Lacan usou as jornadas psiquiátricas de Bonneval para fazer uma síntese de todas as teses que quisera ter sustentado até ali, mas que não havia conseguido - fosse por força do desdém médico com o qual sua tese de

⁵ Grifo nosso.

doutorado foi recebida, fosse pela interrupção de Jones que o impedira de concluir sua apresentação da instância do Eu como função de alienação em detrimento à tradicional função de síntese. Tal como pudemos acompanhar, o texto *Formulações para a causalidade psíquica* (1946/1998) se revela como um grande condensado teórico de todos os constructos pelos quais um Lacan psiquiatra vinha trabalhando há pelo menos quinze anos.

Ao refazer em Bonneval todos os passos de sua exposição interrompida sobre o estádio do espelho, Lacan (1946) acaba por remover a noção geral da loucura da condição de doença e a transforma como sinônimo da bela alma, do bem aventurado que se acredita igual a si mesmo e assim, finalmente, consegue concluir o raciocínio iniciado em 1932 e defender conceitualmente sua tese de que a loucura tem causalidade psíquica. E, esta causalidade psíquica é dupla: a imago e a identificação.

Funda-a uma forma de causalidade que é a própria causalidade psíquica, a identificação (que é um fenômeno irreduzível) e a imago (que é a forma definível no complexo espaço-temporal imaginário) e que tem por função realizar a identificação resolutive de uma fase psíquica, ou em outras palavras, uma metamorfose das relações do indivíduo com seu semelhante (Lacan, 1946/1998, p. 189).

Veremos que esta teoria da alienação, tão bem delineada sobre o modo imaginário, ficará reclusa em seu ensino sob a sombra do grande guarda-chuva do simbólico. Doravante Jacques Lacan irá voltar todas suas atenções para o conceito novo que, por sua cientificidade, promete salvar as ciências humanas de sua bela alma louca: o simbólico e sua estrutura de linguagem. O novo fundamento teórico viria do além-mar, foi trazido para aquecer a França acadêmica do pós-guerra através do antropólogo Claude Lévi-Strauss que havia passado os anos da ocupação nazista exilado nos EUA. Finda a Guerra, o antropólogo estava de volta a Paris. A eficácia simbólica de Lévi-Strauss captura Jacques Lacan que, por meio dela, irá novamente reler a sua marionete, no ano de 1949.

A noção de loucura e sua bela alma quase desaparecem dos textos de Lacan. A noção de psicose e seus tumores das palavras ganham carimbo científico através da linguística – a ciência piloto do estruturalismo. A França do psiquiatra Jacques Lacan entra na onda estruturalista do antropólogo Claude Lévi-Strauss.

1.2.2 O grau zero do sujeito: a oposição entre o diagnóstico fenomenológico e estrutural.

Em 1948, Lévi-Strauss defende na França sua tese sobre as Estruturas Elementares de Parentesco: “Na busca de invariantes que possam explicar universais das práticas sociais, Lévi-Strauss encontrou a proibição do incesto, comportamento inalterável, apesar da diversidade das sociedades humanas” (Dosse, 2007, p. 50). A variabilidade das diferentes sociedades revela, aparentemente, um labirinto infinito de regras para contração do matrimônio, mas quando examinadas em suas coordenadas simbólicas fundamentais verifica-se a mesma estrutura de interdição válida nas diferentes civilizações – um pacto que pode ser redutível a leis que exercem uma função, no sentido matemático do termo.

Atento às produções acadêmicas de seu meio, Jacques Lacan incorpora imediatamente as teses do antropólogo e faz nova releitura de seu *Estádio do Espelho – como formador da função do eu* (1949/1998). O texto é aberto como uma declaração que avisa seu leitor que irá realizar ali uma leitura pautada no novo “método de redução simbólica” (Lacan, 1949/1998, p. 101). Após anunciar abertamente o uso desta nova lente metotológica, então, remete seu leitor ao texto *A eficácia simbólica*, publicado por Lévi-Strauss:

Com efeito, para as imagens – cujos rostos velados é nosso privilégio perfilar-se em nossa experiência cotidiana e na penumbra da eficácia simbólica⁶ - a imagem especular parece ser o limiar do mundo visível, a nos fiarmos na disposição especular apresentada na alucinação e no sonho pela imago do corpo próprio, quer se trata de seus traços individuais, quer de suas faltas de firmeza ou suas projeções objetais, ou ao observarmos o papel do aparelho especular nas aparições do duplo em que se manifestam realidades psíquicas de outro modo heterogêneas” (Lacan, 1949/1998, p. 98).

⁶ Nota do próprio Lacan: Cf. C. Lévi-Strauss, “L’efficacité symbolique”, Revue d’Histoire des Religions, janeiro-março de 1949.

Nesta citação localizamos um primeiro momento segundo o qual a eficácia simbólica rouba a autonomia da *marionete*. O simbólico é colocado hierarquicamente mais alto do que o imaginário. Doravante no ensino de Lacan o “modo imaginário” perde sua condição de independência e será formalizado cada vez mais em regime de subordinação ao simbólico. A partir da entrada do método de redução simbólica, *os efeitos psíquicos do modo imaginário* perdem a destreza de sua autonomia outrora enfatizada quando da noção de imago extraiu a causalidade psíquica da loucura. O modo imaginário, bem como sua teoria da alienação, ficam soterrados pelo império do simbólico, a nova pupila dos olhos lacanianos, mas também, de toda uma geração que dominará a França dos anos 50. A primazia simbólica entra em voga no sistema de pensamento de Jacques Lacan e irá determinar todo o tom do ensino da década de cinquenta. A linguagem que antecede a chegada de todo e qualquer sujeito assume o posto de Outro, o grande outro, que oferece a matéria prima da qual um sujeito será estruturado.

Para Porge (1998), quando Lacan usa nesta primeira vez o método estrutural para reler seu *estádio do espelho*, ele o reformula em bases inteiramente distintas daquelas que havia originalmente apresentado em 1936 (em Marienbad). A noção de simbólico, tal como era trazida por Levi-Strauss, dava nova cientificidade à Lacan que, mais uma vez insistia em apresentar o Eu enquanto função de desconhecimento, mas a partir de então, dizia ao quê referia-se o desconhecimento: o sujeito desconhece as coordenadas simbólicas que o sustentam ali. A articulação entre a noção linguística do signo de Saussure (que postulava a arbitrariedade entre significante e significado) combinada à noção de função, extraída da matemática, gerou nos anos 50: “Essa dupla fecundidade, essa dupla contribuição de rigor, de cientificidade, no ventre macio de uma ciência social [...]” (Dosse, 2007, p. 56).

Alçar as ciências humanas em pé de igualdade com as ciências exatas – eis a promessa que o estruturalismo carregava em sua bagagem. O novo método de redução simbólica trazia a inédita possibilidade de desbancar o brilhante reinado fenomenológico do baile das miragens narcísicas onde dançava absoluta a bela alma do homem sartreano. O homem do existencialismo de Sartre era um homem projetado para o pleno exercício e domínio de sua consciência submetida ao imperativo do bem viver. Para Dosse (2007) o movimento estruturalista se ergue só depois que conseguiu apagar a estrela de Jean-Paul Sartre. Todo o sistema existencialista e fenomenológico eram parceiros da psicologia

tradicional baseada no reduto do Eu, nos afirma Alain Badiou (2012) – que presenciou o momento de entrada do estruturalismo na França. Em recente entrevista o filósofo narra com precisão a chegada do método estruturalista e transmite com precisão o momento histórico que estamos tentando descrever:

Desde a invenção por Husserl, a fenomenologia remete o pensamento do sujeito a uma filosofia da consciência. Enraíza-se na experiência vivida, imediata e primitiva. O sujeito se confunde com a consciência e a compreensão transparente do que acontece com a pessoa. Não por acaso os fenomenologistas (pensemos em Merleau-Ponty) deram tamanha importância à percepção: ela é a experiência mais elementar dessa relação direta e intencional da consciência do mundo. Além disso – *e nisso a fenomenologia francesa é herdeira da psicologia tradicional* – o sujeito é apreendido como interioridade, pelo ângulo do seus sentimentos, das suas emoções, etc. Resulta daí uma forte centralização no *ego reflexivo* e na esfera da intimidade. Para libertar um pensamento da emancipação revolucionária, apoiada na ciência (que vinha a ser o ‘nosso programa comum na época’) era preciso sair deste modelo fenomenológico – reflexivo e existencial – do sujeito. Para isso, podíamos nos apoiar nas ciências humanas, na objetividade científica e no formalismo lógico-matemático. Resumindo, contra a fenomenologia, o estruturalismo representava uma tábua de salvação (Badiou, 2012, p. 18).

Resumindo, contra a fenomenologia, contra a psicologia de Eu (baseada nos constructos essencialistas de caráter e personalidade) o estruturalismo era uma tábua de salvação. Uma salvação contra qualquer filosofia baseada na primazia da consciência de si. O que Badiou (2012) chama de psicologia tradicional é a clínica que tomou emprestado de Freud sua segunda tópica fazendo dela a verdade das coisas para o exame psicológico. Foi valendo-se da teoria do Eu e seus mecanismos de defesa que a psicologia tradicional tomou para si a tarefa de moldar egos mais adaptados e fortes, donde, o centro de racionalidade diagnóstica da psicologia não é outra instância, senão o Eu. Formulou-se em torno de testes psicológicos um ideal capaz de fornecer uma radiografia das habilidades egóicas, uma verdadeira tomografia do Eu.

Neste contexto, se, enquanto era psiquiatra Jacques Lacan havia se esforçado para chegar à conclusão de que a instância do Eu responde como instância essencialmente alienada cuja imago delimita *a estrutura geral do desconhecimento*; enquanto um psicanalista estruturalista irá provar que o exame das funções egóicas torna-se elemento dispensável para uma elaboração de um diagnóstico em psicanálise.

Este efeito da aplicação do método estruturalista a seu sistema de pensamento fará da teoria de Jacques Lacan uma proposta radicalmente distante de todas as

vertentes psicanalíticas pós-freudianas válidas até então. Entretanto, veremos no debate pós-lacaniano que este projeto terá um preço. Na racionalidade construída pelo texto lacaniano, a partir da incorporação do simbólico importado de Lévi-Strauss, a noção de *ego* fica cada vez mais coadjuvante e ofuscada pela incansável tarefa tomada por Lacan para definir *o seu sujeito* pelas bases da linguística. Uma proposta que revela o quão engajado estava Lacan em uma das principais metas do movimento estruturalista: *a busca pelo grau zero* (Dosse, 2007). O grau zero denotava o esvaziamento total da subjetividade em benefício da exposição de uma função formal. O grau zero é a redução da complexidade de um fenômeno a poucas coordenadas simbólicas que respondem como a realização de uma função matemática, na estrita literalidade dos termos.

Neste contexto intelectual imenso, a busca de Lacan pelo grau zero do sujeito, ou seja, implica na construção de uma nova razão diagnóstica e, em consonância com todo projeto estruturalista, chega à hipótese de que a direção da cura deve orientar-se para a noção de destituição subjetiva, outra forma de atingir um ponto zero do sentido. Neste contexto, Jacques Lacan irá articular, paulatinamente, a linguística (ciência piloto do estruturalismo) à conceituação do Nome-do-Pai (extraído da religião católica), nomeado por ele como significante puro. Este processo de articulação tem seu início datado de 1951 e irá se alongar por sete anos quando, finalmente, a busca pelo grau zero do sujeito será formalizada em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses* (1957/58).

Acompanhemos os passos desta construção.

O amigo antropólogo havia adiantado o caminho: realizou o esvaziamento da noção subjetiva do Édipo quando, através da constatação da proibição arbitrária e universal do incesto, o retirou da condição de um universal natural e o reposicionou enquanto um universal simbólico, diz Roudinesco (1994). Mas, a proposta de uma *metodologia estrutural* foi factualmente apresentada pelo antropólogo em sua introdução à obra de Marcel Mauss escrito em 1950. Neste prefácio, Lévi-Strauss não se limita a apresentar a obra de um dos mestres da antropologia francesa, mas aproveita a ocasião para definir o seu programa do método estruturalista (Dosse, 2007). Ou seja, no ano de 1950, Jacques Lacan tem diante de si tanto o incesto tomado como uma coordenada simbólica universal, quanto um novo *método* de análise que confere cientificidade às ciências humanas.

O estruturalismo enquanto *método* refere-se àquilo que Lacan (1949/1998) nomeou de '*método redução simbólica*'. Foi através desta perspectiva que o incorporou inicialmente. No final de 1951, Lacan recebe em sua casa um grupo de pessoas para realizar um comentário sobre o caso do Homem dos Lobos. É neste contexto que o termo *nome do Pai* aparece pela primeira vez (Porge, 1994). O objeto de análise é a relação transferencial de Freud com seu complicado paciente. O comentário de Lacan (1951) aponta que jamais houve um pai que simbolizasse e encarnasse o Pai; por isto, o nome lhe reservaria o lugar. O pai aparece ao mesmo tempo como nome e como lugar, um lugar funcional.

Para Porge (1994) o modo como o psicanalista dá entrada ao termo revela, simultaneamente, um lugar privilegiado dentro de um sistema de relações, mas também uma depreciação original, certo enfraquecimento do pai: "A conquista de uma dimensão simbólica plena pelo Nome-do-Pai colocará na sequencia a questão de sua articulação com o simbólico e pode-se perguntar se o Nome-do-Pai não ficará sempre marcado por esta depreciação primitiva" (Porge, 1998, p. 28). A articulação do Nome-do-Pai como um trampolim ao simbólico será visualizada com mais clareza no ano seguinte, quando Lacan reúne novamente em sua casa o grupo de ouvintes para novo estudo, agora do caso Homem dos Ratos. Estamos em fim de 1952 e início de 1953. O exame clínico do caso do Homem dos Ratos foi transformado, na mesma época, em uma conferência apresentada no Collège Philosophique – segundo nos informa Miller (2008), responsável pela publicação deste texto sob o título de *O mito individual do Neurótico (1952/53[2008])*. A escolha do título resume o argumento principal usado por Lacan. Tratava-se de uma exposição que combinava a análise do homem dos ratos com a apropriação dos estudos sobre mitos, realizados por Lévi-Strauss. Lacan (1952/53 [2008]) importa a grade estrutural de um mito para ler a fantasia do Homem dos Ratos, inaugurando um hibridismo entre a estrutura de um mito e a estrutura de uma fantasia neurótica: "Mito e fantasia se juntam aqui e a experiência passional, ligada à vivência atual da relação com o analista serve de trampolim, por intermédio das identificações que comporta, para a resolução de alguns problemas" (Lacan, 1952-53[2008], p. 28).

Para Roudinesco (1994), apesar do texto lacaniano anunciar que está valendo-se do estudo de mitos, o que ele verdadeiramente faz neste comentário é uma operação intelectual um tanto desonesta, pois, em verdade, aplica-se ali a grade

simbólica de sistema de parentesco bem específico descoberto por Lévi-Strauss, mas sem fazer a correta menção a ele:

No comentário de 1953 sobre o Homem dos Ratos, Lacan utilizava, sem mencioná-la, a descrição feita por Lévi-Strauss dos sistemas Crow-Omaha (idênticos aos de nossa sociedade), segundo os quais os rebentos de um casamento contraído por um clã A num clã B não podem contrair um casamento análogo durante um certo número de gerações. Trata-se aí de uma proibição ampla, ou seja, de um modelo de estruturas complexas em que cada aliança deve ser diferente das precedentes (Roudinesco, 1994, p. 223).

A crítica da historiadora merece um exame.

Notamos que, a maneira como Lacan incorporou até aqui as teses de Lévi-Strauss parece indicar um modo de apropriação da proposta estruturalista bem específico. Quando há a apropriação dos sistemas Crow-Omaha para reler o homem dos ratos, tem-se, neste caso, um uso aplicado da noção de estrutura. O modelo estrutural usado é, portanto, importado da antropologia de Lévi-Strauss. Outro aspecto importante a ser ressaltado aqui é que, para Roudinesco (1994) a exposição que Lacan faz sobre o Homem dos Ratos é marcada por um ponto crucial: “(...) ele retoma de maneira obsedante uma temática que lhe era cara desde 36: a o estádio do espelho e a do declínio da função paterna” (Roudinesco, 1994, p. 222). Em resumo, a historiadora francesa destaca no comentário lacaniano sobre o Homem dos Ratos o mesmo tópico que já foi ressaltado por Porge (1998), ao examinar o comentário sobre o Homem dos Lobos. Ambos comentadores enfatizam a insistência lacaniana de apresentar a imagem paterna como declinante, desde o início. Quando nos dirigimos diretamente ao texto de fato, localiza-se facilmente a matéria prima através da qual os autores fizeram a mesma aposta:

É o que nos permite entender, num segundo plano, que a teoria analítica está toda ela baseada no conflito fundamental que, por intermédio da rivalidade com o pai, liga o sujeito não a um valor simbólico essencial – mas isso como verão, sempre em função de uma certa degradação concreta, talvez ligada a circunstâncias sociais específicas, da figura do pai. a própria experiência se estende entre essa imagem do pai sempre degradada e [...] (Lacan, 1952/53[2008], p. 14).

A ênfase no tema do declínio do pai ganha, portanto, sua face concreta na própria explicitação do psicanalista. Se de um lado, sua teoria está prestes a colocar o Nome-do-Pai no centro de sua rede estrutural, de outro lado, o declínio da imago

paterna aparece como um consumado fato social: “Ao menos numa estrutura social como a nossa, o pai é sempre, por um lado, um pai discordante com relação a sua função, um pai carente, um pai humilhado, como diria o Sr. Claudel” (Lacan, 1952/53 [2008], p. 40). Constata-se aqui que, o tema do descrédito da imagem do pai consta no programa lacaniano há pelo menos quinze anos – desde os *Complexos Familiares na formação do indivíduo* (1938/2002), apesar de ainda estamos no ano de seu segundo seminário. Vale notar aqui que, sua obsedante ênfase no declínio do pai, não o impede de erigir o Nome-do-Pai como o conceito equalizador de sua razão diagnóstica estrutural.

Na passagem de 1953 a 1954, Lacan transfere o seminário de sua residência para o anfiteatro do hospital Sainte-Anne – velho conhecido de seus anos de residência. Sua proposta de retorno a Freud será marcada pela ênfase no sistema de redução simbólica enquanto instrumento de crítica às análises pós-freudianas centradas na função do Eu. Entretanto, será no fim de 1955 e início do ano letivo de 1956, no seminário dedicado às Psicoses, que a razão estruturalista no pensamento de Lacan deixa de ser um método aplicado para tonar-se a própria base epistêmica de seu sistema diagnóstico.

No *Seminário 3, As Psicoses* (1955/56 [2002]), Lacan afasta-se da noção de estrutura emprestada do mito para, desta vez, construir sua própria base estrutural, retirando-a diretamente da fonte, ou seja, da ciência piloto: a linguística. É realizando um minucioso exame dos fatos de linguagem que o psicanalista, ao falar das psicoses, subverte o olhar diagnóstico que o campo da psicanálise conhecia até então. No seminário em questão, Lacan (1955/56 [2002]) cria um abismo entre o exercício de um diagnóstico estrutural e um diagnóstico fenomenológico. Afirma que, se há algo no qual um analista deve ficar atento ao realizar um diagnóstico diferencial, este ‘algo’ é a forma como a linguagem se revela na fala do paciente, anunciando sua estrutura. O modo como a língua se conjuga, se articula e fundamentalmente, como a língua atravessa o sujeito, é ali – mostra o seminário lacaniano – que se realiza um diagnóstico estrutural da psicose. Neste contexto, a racionalidade diagnóstica em questão, revela-se ali como um sistema conjugado que associa os anos de formação com Clérambault ao advento científico da linguística. Nesta conjugação, Lacan (1955/56 [2002]) dá total prioridade à presença dos distúrbios da linguagem em detrimento da fácil captura pelos grandes fenômenos delirantes. Apropriando-se

diretamente da linguagem, a aula de 18 de janeiro de 1956 separa o campo da “fenomenologia psicótica” (reservado a toda sorte de fenômenos delirantes) do campo da “estrutura psicótica” (reservado aos transtornos de linguagem) e explicita qual lógica utiliza para realizar um diagnóstico de psicose:

Eu deixei minhas ocupações aqui na última sexta feira para ver uma paciente que evidentemente tem um comportamento difícil, conflituoso com seu meio. Faziam-me vir em suma para dizer que era uma psicose, e não, como parecia à primeira vista, uma neurose obsessiva. Eu me recusei a dar o diagnóstico de psicose por uma razão decisiva, é que não havia nenhuma destas perturbações que constituem nosso objeto de estudo este ano, e que são os distúrbios da ordem da linguagem. *Devemos exigir, antes de dar o diagnóstico de psicose, a presença destes distúrbios*. Não basta uma reivindicação contra personagens como supostamente agindo contra vocês, para que estejamos na psicose, isso pode ser uma reivindicação injustificada que participa de um delírio de presunção, mas nem por isso é psicose (Lacan, 1955/56 [2002], p. 109)⁷.

O comportamento conflituoso e a ideação paranóide não são suficientes para o psicanalista optar pelo diagnóstico de psicose. Se o clínico deve exigir, *antes* de dar o diagnóstico de psicose, a presença de um distúrbio de linguagem, isto denota que ali o uso do método estrutural muda de estatuto dentro de sua teoria, deixa de ser uma ciência aplicada e passa ser a base epistêmica de seu pensamento clínico. Em suma, para realizar a leitura da fantasia do neurótico há um empréstimo advindo da antropologia. Mas, para realizar o diagnóstico da psicose, Lacan (1955/56[2002]) usa a noção de estrutura como razão epistêmica que finalmente fundamenta, fora do organicismo, o índice do automatismo mental de Clérambault, cujo modelo de base é a própria linguagem e os distúrbios que nela se apresentam. Assim, a clara exigência da presença dos distúrbios de linguagem para confirmar um diagnóstico estrutural de psicose mostra a assinatura do contrato de casamento que o fundamento do pensamento diagnóstico lacaniano faz entre o edifício do *automatismo mental* legado por Clérambault e a linguística (de Roman Jakobson e Ferdinand Saussure). Ou seja, o que se vê nesta passagem de seu terceiro seminário parece ser uma espécie de finalização lógica de um longo processo de construção clínica que o acompanha em linha reta desde sua residência no Sainte-Anne. A diferença entre um diagnóstico fenomenológico e um diagnóstico estrutural se mostra, portanto, a finalização de uma racionalidade que vem sendo construída há muito tempo.

⁷ Grifo nosso.

Quando Lacan (1955/56 [2002]) faz a exigência relativa ao fato de linguagem antes de confirmar qualquer diagnóstico de psicose, observamos que seu argumento clínico obedece a uma filiação evidente. Filiação a uma escola que, tal como vimos, foi inaugurada pela insistência do *detalhe dos sinais* ensinado por um Jean-Pierre Falret; ou pela minúcia da *síndrome alucinatória verbal* descrita por Ballet em 1908 e renomeada de *alucinose* por Dupré; filiação advinda ainda do esforço de Clérambault para separar os *casos mistos* dos *casos puros* de automatismo mental que, lá no início, determinaram o fascínio de Lacan pelos poemas de certa Marcelle e o fizeram furtar os romances de sua Aimée.

Aqui, propomos, portanto, uma inversão: aquilo que comumente se toma como o início de um pensamento diagnóstico (o terceiro seminário), em verdade, parece ser um acabamento, no sentido de um retoque final, de uma lógica clínica que o acompanha a esta altura há duas décadas. O carimbo disto, a tese que confirma sua linha reta para a diagnóstica da psicose, virá no ano seguinte quando os distúrbios de linguagem aparecerão como o carro abre-alas do relatório *De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses* (1957/58[1998]) – relatório que, segundo Miller (1999/2006) foi tomado como o “metro-padrão” da diagnóstica estrutural lacaniana.

Na passagem de 1957 a 1958 o exame detalhado dos transtornos de linguagem presentes na psicose é o ponto escolhido por Lacan para abrir seu relatório. A exposição é iniciada dizendo que meio século de freudismo aplicado à psicose ainda deixa seu problema por repensar. Lacan (1957/58[1998]) se refere ao que qualifica como uma verdadeira bagunça feita pelos pós-freudianos quanto à localização do fenômeno da alucinação verbal, criticando-os pela negligência de colocá-la “*no mesmo saco*” dos outros índices clínicos. A análise lacaniana sugere a importância diferencial de uma alucinação verbal, bem como a necessidade de que se a separe dos outros fenômenos que podem ser atribuídos a processos psíquicos no sentido de Jaspers – afirma o psicanalista. Assim, ele inicia um exame destes transtornos, ali nomeados de sintomas da linguagem, isolando-os segundo dois tipos: os “*fenômenos de código*” (p.544) e os “*fenômenos de mensagem*” (p.546). Fazendo a extração de alguns componentes presentes no texto do presidente Schreber, as alucinações auditivas e os neologismos são distúrbios de linguagem identificados como *fenômenos de código*:

Aos fenômenos de código pertencem nesta abordagem as vozes que servem de *Grundsprache*, que traduzimos como língua fundamental (...). em outro ponto ele se reporta com pesar a sua ‘forma autêntica’ por seus traços de nobre distinção e simplicidade. Essa parte dos fenômenos é especificada em locuções neológicas por sua forma novas palavras compostas, mas numa composição conforme as regras da língua do paciente e por seu emprego (Lacan, 1957/58 [1998] p. 544).

Para Lacan (1957/58 [1998]) os *fenômenos de código* portam uma cristalização de sentido pela qual “seu grau de significação adquire um peso proporcional ao vazio enigmático” (p. 545). Ressaltando a incidência automática do significante nestas manifestações da linguagem, Lacan separa outro grupo de distúrbios que irá compor o que ele nomeia como *fenômenos de mensagem*: “Trata-se das mensagens interrompidas pelas quais se sustenta entre o sujeito e seu interlocutor Divino uma relação ao qual elas dão forma de um *challenge* ou de uma prova de resistência” (Lacan, 1957/58 [1998] p. 546). O exemplo que utiliza é de uma paciente que narra primeiramente uma alucinação verbal. Ela escuta o insulto “*Porca!*” ao atravessar a rua. A investigação clínica posterior revela que, a alucinação foi precedida pela frase “*Eu venho do salsicheiro*” – mensagem interrompida pela qual o significante que caiu desde o externo se oferece como conclusão de sentido. Este exame – que a esta altura já ocupou várias páginas do relatório – conclui pela aposta de que, tanto nos *fenômenos de código*, quanto nos *fenômenos de mensagem*, realiza-se a análise do significante, um o maquinário de base que pode fazer funcionar o posterior fenômeno delirante. Eis o carro abre-alas do famoso relatório, donde no campo das psicoses, o exame dos *distúrbios de linguagem* aparece como questão preliminar e o exame das ideações delirantes aparece como questão secundária.

Lacan (1957/58) faz justamente da ênfase nestes fatos de linguagem o instrumento de sua luta armada contra à concepção pós-freudiana da psicose, dizendo que do ponto de vista “*deles*” a psicose é nada mais que uma noção de “perda da realidade (p. 549)”. Aqui o texto opõe o exame dos fatos de linguagem ao exame das funções de síntese do Eu. Na trilha de seu combate elege como adversária a Sra. Ida Macalpine e a julga equivocada em sua análise de Schreber por resumi-la a uma espécie de “tomografia do eu” (p. 550). Mais uma vez, constatamos que seu esforço teórico se ergue em prol de desautorizar o uso do Eu enquanto um elemento digno de

exame para a definição diagnóstica. Para terminar sua ferrenha oposição, recorre ainda aos esforços de um certo Sr. Katan que reconheceu a fase pré-psicótica de Schreber na descoberta de uma homossexualidade incubada; entretanto – diz Lacan (1957/58) – apesar da análise do Sr. Katan ser muito aliviante, ela em nada explica “o problema da criação literária na psicose!”⁸ (p. 549). Em suma, ele parece ainda carregar os escritos de suas pacientes no bolso.

Seguindo seus argumentos o vemos abandonar, sem aviso, o campo da psicose, para adentrar o campo das neuroses, mantendo-se no trilho de ferro da análise linguística. O automatismo é retraduzida aqui pela incidência aqueles significantes que insistem em se repetir para o neurótico, deixando atrás de si os rastros que decifriam a “fixidez dos sintomas (p.556)”. Pela via da neurose o tema da alienação à imago e das “miragens narcísicas” entra novamente em pauta. Neste momento do relatório, Lacan (1957/58[1998]) inaugura uma construção que, em formato de trança, articula o campo do imaginário (a imago especular) ao campo do simbólico, representado pelo Outro (A) enquanto tesouro do significante. A aliança estabelecida entre o simbólico e o imaginário, será primeiramente nomeada de “*uma simbiose*” (p. 558) e, posteriormente, ao final do relatório, ganhará o estatuto de “*um vínculo genético*” (p.577). Ao que tudo indica, estamos no ponto do ensino lacaniano no qual “o modo imaginário” está sendo conceitualmente amarrado ao “modo simbólico”.

Em 1946 o primeiro já era pensado como o modo da alienação, mas sem sua subordinação ao segundo. Esta relação simbiótica entre imaginário e simbólico é executada por Lacan através do exame do conceito de falo, responsável por articular funcionalmente o engodo da imago às coordenadas simbólicas que o determinam. Neste contexto, a falácia da imagem total dá suas notícias ao sujeito somente quando na imagem abre-se uma fenda, uma hiância que provoca tremor na placa tectônica da simbiose:

Com efeito, é pela hiância que esta prematuração abre no imaginário, e onde pululam os efeitos do estádio do espelho, que o animal humano é capaz de se imaginar mortal; não que possamos dizer que ele pudesse fazê-lo sem sua *simbiose com o simbólico*⁹, mas sim que, sem essa hiância que o aliena em sua própria imagem, não poderia produzir-se essa simbiose com o simbólico onde ele se constitui como sujeito para a morte (Lacan, 1957/58[1998], p. 558).

⁸ Exclamação do próprio Lacan.

⁹ Grifo nosso.

A proposta conceitual de amarração simbiótica entre imaginário e simbólico é realizada e caminha rumo a uma formalização. O psicanalista estabelece que a função de ordenamento entre eles se dá pelo falo, enquanto uma função: “essa função imaginária do falo, portanto, Freud a desvelou como pivô do processo simbólico que arremata, em ambos os sexos, o questionamento do sexo pelo complexo de castração” (Lacan, 1957/58 [1998], p. 561). Desta forma, usa o falo imaginário como ‘arrematador da castração’ para, mais uma vez, criticar os pós-freudianos por ainda usarem a noção de falo vinculada a seu representante na cultura: o pênis. Na ironia que lhe é peculiar, diz não duvidar que ainda seja preciso do pênis para a procriação da espécie, mas, não será nele que função paterna deve ser procurada e sim no Nome-do-Pai – onde então introduz pela primeira vez no relatório o conceito que estamos rastreando: “É justamente isto que demonstra que a atribuição da procriação ao pai só pode ser efeito de um significante puro, de um reconhecimento, não do pai real, mas daquilo que a religião nos ensinou a invocar como o Nome-do-Pai” (Lacan, 1957/58 [1998], p. 562).

Em resumo, é pelo intermédio do Nome-do-Pai, enquanto aquilo que a religião nos ensinou a convocar que, a simbiose entre imaginário e simbólico é formalizada num esquema, o esquema R (Lacan, 1957/58[1998] p. 563). São dois triângulos: “o modo imaginário” e “o modo simbólico”, que doravante são registros determinados por coordenadas duplicadas entre si. O falo (ϕ) no imaginário é o efeito da presença do Nome-do-Pai (P) inscrito no simbólico replicando o lugar do Outro (A). O esquema R conserva a estrutura de um jogo, formaliza a conceituação operacional do tema da metáfora paterna, mostrando a função matemática de ordenamento que se estabelece quando a mãe conseguiu transmitir à sua criança que ela própria é castrada, que seu desejo está endereçado a um outro lugar. Este outro lugar, lugar terceiro que se intromete na dialética mãe-criança, se inscreve pelo nome de Pai.

Desta forma, o Nome-do-Pai (P) emerge no texto lacaniano como o significante “puro” que, para a criança, substitui o desejo da mãe, por um enigma: o que o Outro quer de mim? A resposta que o sujeito inventa para si é a chamada “significação fálica” que determina sua fantasia, ou, o seu mito individual: “A significação do falo, dissemos, deve ser evocado no imaginário do sujeito pela metáfora paterna” (Lacan, 1957/58[1998], p. 563).

Uma vez assim formalizada a simbiose entre imaginário e real, o texto lacaniano convida seu leitor a pensar uma subjetividade na qual esta ordenação não estaria presente. A arguição nos convoca a adentrar no delírio de Schreber, onde teríamos uma circunstância subjetiva na qual o apelo ao Nome-do-Pai cai no vazio, faz eco e ensurdece o sujeito voltando desde fora, pois há ausência do próprio significante.. Então, propõe: “Para passarmos agora ao princípio da forclusão (*Verwerfung*) do Nome-do-Pai, é preciso admitir que o Nome-do-Pai reduplica no lugar do Outro, o próprio significante do ternário simbólico, na medida em que ele constitui a lei do significante” (Lacan, 1957/58[1998], p. 584).

Na passagem ao exame do delírio de Schreber, vemos Lacan redobrar sua aposta na trança pela qual o triângulo imaginário se define como a reduplicação automática do simbólico. Matematizando seu pensamento, define o delírio schreberiano pelo Esquema I, enquanto a formalização de um desastre imaginário:

É na falta do Nome-do-Pai nesse lugar que, pelo furo que abre no significado, dá início à cascata de remanejamentos do significante *de onde provém o desastre crescente do imaginário*, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante (Lacan, 1957/58,p. 584).

Diante desta formalização, o psicanalista chega a se questionar se seria possível que fenômenos delirantes como este sejam efeitos diretos do imaginário, signos apenas da elisão do falo. Parecendo esquecer-se de que um dia foi ele próprio que ressaltou alguns fenômenos autônomos do modo imaginário, o psicanalista suspende sua pergunta pois, ao identificar que o rompimento é simultâneo, que a ruptura do imaginário é *uma cascata* provinda do simbólico, postula que, neste caso, só se pode pensar que a associação entre o imaginário (estadio da condição especular) e o simbólico refere-se a um “*vínculo genético*” (p.577). Ou seja, bem mais que uma simbiose. Neste momento do ensino, o vínculo torna-se genético, portanto, originário. A amarração entre simbólico e imaginário (que acaba de ser construída pelo esquema R e desamarrada pelo esquema I) passa a ser tomada, doravante, como condição prévia.

Para Lacan (1957/58[1998]), há na história da psicanálise um digno reconhecimento de que, antes do delírio propriamente dito instaurar-se, o pensamento tido por Schreber de que ‘deveria ser bom ser uma mulher no ato da cópula’ corresponde a um o momento definido como disparador das ideias delirantes.

Entretanto, e concordando com Freud neste ponto, Lacan sugere que o momento de *desatrelamento* delirante só é precisamente localizável quando Schreber coloca *Fleshing* numa serie subsequente a seu pai, desde onde o famoso presidente do tribunal se autoriza a proferir um insulto: “*Deus é uma P...!*”. Bem, é exatamente aí que:

(...) os dardejamentos divinos farão ouvir seu concerto no sujeito para mandar o Nome-do-Pai se f... pelo rabo com o Nome de D... e fundamentar o Filho em sua certeza de que, ao cabo de suas provações, ele não poderia fazer melhor do que sujar sobre o mundo inteiro (Lacan, 1957/58 [1998], p. 589).

Mais uma vez, a análise de Lacan prioriza o fenômeno basal, prioriza a estrutura da frase, em detrimento da suposta loucura explícita por um presidente de tribunal capturado por sua imagem vestida de mulher frente ao espelho. Vestir-se como mulher diante do espelho: eis aqui a loucura dada pela psicose de Schreber. Finalmente vemos assim que, ao deixar de lado os empréstimos dos mitos de Lévi-Strauss para formalizar com a linguística a assíntota de seu esquema I, Lacan (1957/58[1998]) nomeia e inscreve matematicamente a forclusão do significante do Nome-do-Pai (*Verwerfung*), pela notação P_0 , que se lê Nome-do-Pai “zero”. Seguindo a lógica de sua trança simbiótica, reduplica o zero anulando a função de ordenamento: Φ_0 (Phi zero). Em suma, grau zero do sujeito efetivado. Missão estruturalista concluída com êxito.

Esta limpidez da racionalidade estrutural legou uma verdadeira assepsia para o campo diagnóstico psicanalítico. Através daquilo que nomeou neste relatório de *função paterna*, determinante para a presença ou ausência do *Nome-do-Pai*. Confirma-se aí a façanha de realizar um diagnóstico em psicanálise que dispense, totalmente, um exame das funções do Eu. No campo da psicose, a questão estrutural preliminar está na linguagem. No campo da neurose, está vinculada à estrutura do mito. A clínica lacaniana passou a se deter na cadeia significante, ou na ruptura dela, e o esvaziamento da subjetividade foi conquistado com excelência pelo pensamento de Lacan, a tal ponto que, seu sujeito, o sujeito do grau zero, é um sujeito assexuado. Desta forma, a assepsia do novo método de redução simbólica trazido do além-mar, pelas malas exiladas de Lévi-Strauss, conseguiu fundar uma razão diagnóstica em psicanálise que pôde prescindir dos conceitos chaves da psicologia e fenomenologia:

caráter e personalidade. Veremos que estas noções retornarão de modo incisivo no debate pós-lacaniano.

1.3 Nome-do-Pai: do centro à dispersão.

Nos anos sessenta, a grande crítica dirigida ao método estrutural sugere que seu fundamento teria transformado as ciências humanas numa ‘tecnocracia’, pois reduziu a humanidade ao vazio de uma função matemática, em suma, provou ser a “*miséria da razão*” – propõe Coutinho (1972/2010). Se as críticas começam a ser difundidas já no início da década, será somente em meados dos anos 60 que uma nova linguística surge na França como opção alternativa à linguística de Saussure. Trata-se da gramática geracional de Chomsky que visa reintroduzir o sujeito na voz ativa, ou seja, enquanto um agente transformador da própria linguagem (Natal, p. XVI, 1985).

O caráter aberto e a perspectiva criadora trazida pelo chomskysmo anuncia o ponto de crítica à concepção fechada de ‘estrutura’. Um grande porta-voz das teorias de Noam Chomsky na França seria o jovem Nicolas Ruwet. Este principal ator da difusão das teorias de Chomsky conta ao historiador seu percurso, e o privilégio que o gerativismo trazia à França, dando elasticidade e vida a uma linguística que paralisada em si mesmo. Nesta breve conversa entre o historiador e o linguista temos acesso a um fato curioso descrito pelo próprio Nicolas Ruwet. O historiador Dosse (2007) pergunta ao linguista como foi que ele havia entrado em contato pela primeira vez com a teoria de Chomsky, ao que Ruwet lhe responde que foi em 1960 em cima da mesa de Lacan: “Encontrei-me sozinho no cômodo que servia de escritório à Lacan e sobre a escrivaninha estava um pequeno livro: era *Syntactic structures*, de Chomsky”. (Ruwet em entrevista à Dosse [p. 18, 2007]).

A gramática gerativa de Chomsky parecia trazer um contraponto importante à base da ideologia estruturalista e, estava na mesa de Lacan já em 1960. Noam Chomsky apresentava-se contra à tecnocracia que o estudo da linguagem havia se tornado sob a rubrica de um espírito cientificista que não admite falseabilidade, dentro do qual o estruturalismo francês teria tornado-se “o parceiro íntimo do positivismo behaviorista de B.F Skinner” (Natal, p. XVI, 1985)¹⁰. No ano letivo de 1967 já era evidente um significativo recuo discursivo dos principais pensadores do método que havia trazido cientificidade às humanidades e, após os eventos de maio de 1968, o movimento estruturalista é definitivamente colocado na parede. Os cartazes dos revoltosos estudantes afirmando que “as estruturas não descem às ruas” revelavam um repúdio à noção estática de homem que o termo “estrutura” carregava. O jornal *Le Monde* publica em novembro daquele mesmo ano um caderno especial sob o título: *o estruturalismo foi morto por maio de 1968?* – revela Dosse (2007, p. 151). Neste contexto, o grande legado de maio de 68 não foi destruir ou silenciar a proposta estrutural, mas sim foi “abrir” a noção de estrutura, através de conceitos como *tempo* e *contingência*. Na interpretação Williams (2012) o “evento” de 68 mostrou ao mundo que o sujeito pode assumir voz ativa e mudar, ou ao menos, abrir a grade estrutural que o determina. Tempo e contingência são duas noções sintetizadas pela acepção de “evento”, donde se constata cristalizado na história o jargão “os eventos de maio de 68”. Os eventos de maio de 68 se apresentam como a contingência inesperada capaz de alterar ou resistir à estrutura – revela-nos a pesquisa “*O Pós-Estruturalismo*” de Williams (2012). O autor inglês defende a tese de que o movimento *pós-estruturalista* jamais deve ser interpretado como um “anti-estruturalismo”.

Para o autor, aquilo que os pós-estruturalistas criticam é certa acepção de estrutura como borda rígida dentro da qual emerge um espaço de verdade absoluta e imutável: “(...) os pensadores pós-estruturalistas romperam cada um desses espaços para mostrar como qualquer determinação de um espaço puro, absoluto, não se sustenta” (Williams, 2012, p. 42). Seguindo o mesmo argumento do autor inglês, Dosse (2007) nomeia um dos capítulos que relata o declínio do movimento estruturalista de “*O tempo, o espaço e a dialógica*” (p. 524), deixando indicado que

¹⁰ Trecho de introdução ao volume “Saussure, Jakobson, Hjelmslev, Chomsky – textos selecionados, coleção Os Pensadores”. Tradução: Carlos Vogt; Haroldo de Campos. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

“tempo” e “espaço” são os conceitos que colocam cheque mate na noção hermética de estrutura. Em seu contexto geral, a década de 1960, desde seu primeiro ano até o último, seria marcada pelo ataque às bases estruturalistas e pela tentativa de se responder a elas.

Porge (1998) identifica que o conceito Nome-do-Pai se esvanece dos seminários de Lacan ao adentrar a década de 1960. O conceito central torna-se, aos poucos, com aparição periférica. O estudo minucioso do autor constata que, nos seminários imediatamente posteriores ao relatório *De uma questão preliminar [...]* (1957/58), o conceito o Nome-do-Pai praticamente desaparece da fala de Lacan, a começar pelo sexto seminário:

(...) O desejo e sua interpretação, A ética da psicanálise, A transferência, A Identificação, A angústia. Este período cobre aquele do questionamento da IPA iniciado em julho de 1959, com a demanda da adesão as SFP e que culminará com a condenação de Lacan. *Nenhum destes seminários aborda de frente o Nome-do-Pai (a não ser por algumas poucas exceções)* ou o ternário pai simbólico, imaginário, real. (Porge, p. 45, 1998).

Tal como vimos, o Nome-do-Pai, segundo a tese de Porge (1998) foi o conceito que se tornou a alavanca do privilégio do simbólico; ademais, foi o conceito que selou o vínculo genético do simbólico com o imaginário (‘modo imaginário’ que um dia fora pensado como avulso e autônomo pelo Lacan psiquiatra). Assim, tamanha centralidade e importância deste conceito fazem chamar atenção para seu desaparecimento.

Para Cabas (2010), a década de sessenta implica uma introdução sucessiva da noção de real na teoria lacaniana e isto transforma a ênfase clínica do projeto estruturalista: antes voltada ao simbólico, agora outro registro determina uma leitura dos fenômenos clínicos. Ao adentrar a década de 1960, o real toma a cena como protagonista, principalmente, quando introduz a noção de *objeto a*. A clínica da extração do *objeto a* começa a assumir paulatinamente o campo lacaniano e a aceção de travessia da fantasia é introduzida como orientação diretiva ao tratamento da neurose.

Para Porge (1998), a partir dos anos sessenta, “o Nome-do-Pai está mais próximo do nome de Deus do que do pai da horda” (p. 27). Na opinião do autor, o conceito que se aproxima do nome de Deus, serviu à Lacan como uma síntese teórica

que lhe permitiu articular os registros do imaginário, simbólico e do real: “Em 1951, Lacan já tinha à sua disposição as categorias do imaginário, do simbólico e do real, mas *as utilizava separadamente*”¹¹ (Porge, p. 29, 1998).

Quando Porge (1998) afirma que Lacan utilizava os registros separadamente, observamos que sua leitura está em consonância com a nossa exposição na qual mostramos que, antes do advento estruturalista, já havia no pensamento de Lacan uma conceituação avulsa sobre o “modo imaginário”. Assim, segundo a interpretação de Porge (1998), o conceito do Nome-do-Pai assumiu paulatinamente no ensino de Lacan a responsabilidade por realizar a articulação entre os registros real, simbólico imaginário ainda que a noção de função paterna não esteja na origem deles:

É de modo sucessivo e não de modo sincrônico que vem a Lacan os termos imaginário, simbólico e real.

Entretanto, se a questão da função paterna não estava na origem da invenção destas três categorias, pode-se sustentar que ela contribui para uni-las, para reuni-la como tríade, para sincronizá-las (Porge, 1998, p.30).

Se no início do pensamento de Lacan, os registros (real, simbólico e imaginário) eram pensados separadamente, sendo que o Nome-do-Pai advém como conceito que as reúne como tríade, então, é nossa tarefa verificar que o vínculo genético construído por Lacan (1957/58[1998]), não é, em suma, tão genético assim, é no máximo “simbiótico” – conforme era sua hipótese primeira. A simbiose, a amarração fundamental entre os registros ganhou a aparência de originária, aparência de genética, somente após o conceito Nome-do-Pai se consolidar como chave. O conceito, ele próprio, não estava lá no início, mas posteriormente reinou absoluto como maestro regente do pensamento diagnóstico.

É justamente este reinado que parece ser deposto quando Lacan (1963/2010) convoca seus ouvintes a olhar para a tela *O Sacrifício de Isaac*, pintada por Caravaggio em 1601. Sua denúncia é que nela deveríamos buscar os *Nomes-do-Pai*. Ele afirma que teríamos ali um filho e dois pais, mas que isto não é tudo: haveríamos ainda que examinar a função do anjo. “Há um menino, a cabeça imobilizada contra o pequeno altar de pedra. A criança sofre, faz caretas. A faca de Abraão está erguida

¹¹ Grifo nosso.

acima dele. O anjo está ali, presença daquele cujo Nome não é pronunciado. O que é um anjo?” (Lacan, 1963/2010, p. 80).

O sussurro do anjo foi dado no ensino de Lacan em 20 de novembro de 1963.

O anjo, escolhido para portar o dizer que nomeia o cordeiro para sacrifício no lugar de Isaac, faz a função de transmitir outra lei, também do Pai, na ausência Dele. A voz traz ao ouvido de Abraão uma nova abertura de destino. Diante da possível relativização da lei, a posição de Abraão é, a princípio, duvidar da legitimidade do dizer portado pelo anjo. Abraão desconfia que Eloim, desde o lugar de exceção (lugar de transcendente que dita as regras desde fora), possa ter modificado sua primeira ordem. O anjo está ali, carregando nova abertura, mas está nas mãos de Abraão a decisão.

A tradição judaica nos revela que é neste ponto da narrativa que se fundamenta a origem do procedimento de circuncisão. Na descrição do Rabbi Salomon bem Isaac – diz Lacan (1963/2010) – encontramos os comentários de um “judeu devotadíssimo”, narrando a cena imortalizada pelas telas de Caravaggio. Com a faca em punho, Abraão desfere um pequeno golpe contra Isaac, retirando-lhe um pedaço de carne para provar-se descontente com a mudança de lei feita de última hora. Abraão aplica parcialmente a ordem primeira e, realizando um pequeno golpe, faz Isaac sangrar. O pedaço de carne extraído é oferecido à Eloim. Ao narrar esta cena, Lacan (1963/2010) pede a sua plateia que não o recrimine por denunciar aí a “pouca sensibilidade” de Abraão:

Não me recriminem por ter feito pouco caso da sensibilidade de Abraão (...). Quando Abraão fica sabendo pelo anjo que ele não está ali para imolar Isaac, Rachi faz-lhe dizer: “E, então? Quer dizer que eu vim aqui para nada? Vou, mesmo assim, lhe fazer ao menos um leve ferimento, para sair um pouco de sangue. Isso te dará prazer Eloim?”. Não sou eu quem está inventando, é um judeu devotadíssimo e cujos comentários são bastante estimados na tradição da Mishnah.

Ei-nos, então, com um filho e, depois, dois pais (Lacan, 1963/2010, p. 83).

O episódio assim comentado foi parte principal da única aula dada pelo seminário *Os Nomes do Pai* (1963/2010). Na noite anterior, Jacques Lacan teve seu título de analista didata suspenso. Estava fora do quadro de psicanalistas da Internacional (IPA). Nestas condições, ele optou por dar somente a primeira aula de tudo que havia preparado para aquele ano. Antes de deixar seus ouvintes no vazio,

pede a eles que busquem no seu ensino tudo o que havia dito tanto sobre a função do nome próprio, quanto ao que havia nomeado de função paterna e na sequência revela o motivo deste pedido:

O fato de remeter a meus seminários passados àqueles que queiram tentar ver em que direção eu pretendia prosseguir em meu discurso mostra-lhes que há uma direção já muito avançada em sua estruturação que poderia ter me permitido dar este ano o passo seguinte (Lacan, 1963/2010, p. 59).

O “passo seguinte” não foi dado, ao menos, não ali. Ele deixaria o anfiteatro do Sainte-Anne, nestas condições: com um filho e, depois, dois pais, mas não desenvolve as consequências de um filho ter dois pais. Interrompeu seu seminário sobre os nomes-do-pai e disse que nunca mais falaria sobre o passo conceitual que gostaria de ter dado. Então, volta aos fundamentos. Em início de 1964, abre sua primeira aula destinada à falar da excomunhão que sofreu. Ele havia mudado o título do ano para *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964/1998)*. Neste ano parece fazer novo retorno. O inconsciente, a transferência, a repetição e a pulsão são escolhidos como conceitos fundamentais. O inconsciente estruturado como uma linguagem é reafirmado na seção de abertura, mas nota-se, ao longo do seminário, uma modificação quanto à base teórica para sua teoria da constituição do sujeito. Nas aulas finais do seminário de 1964, o sujeito lacaniano já não parece mais ser tão estático quanto àquele sujeito preso ao quadrângulo representado pela estrutura neurótica no esquema R (1957/58[1998]). A *teoria da alienação*, que havia sido tão próxima do “Lacan psiquiatra”, parece ter voltado à cena, ocupando um papel de protagonista.

Lembramos que, enquanto era um psiquiatra, a teoria da alienação (importada de Hegel via seminários de Kojève) havia lhe servido para postular a profunda estrutura de desconhecimento do Eu e também para localizar no conceito de imago a causalidade psíquica da loucura, em sua *fórmula geral*. Vimos ademais que, esta mesma teoria da alienação ficou soterrada embaixo dos auspícios do registro simbólico. Com o advento do estruturalismo, o Outro da linguagem, Outro como tesouro do significante, ditava as regras da constituição do sujeito e o “modo imaginário” perdeu autonomia, passou a figurar como subordinado.

O que notamos a partir de 1964, entretanto, é uma repatriação da *teoria da alienação* elaborada entre as décadas de trinta e quarenta. Após ser excomungada, a fala lacaniana sobre o sujeito deixa um pouco na lateral – digamos assim – a primazia

do simbólico para restabelecer nova parceria com a *alienação* que, desde os primórdios, é a base teórica que fundamenta o registro do imaginário, tal como vimos. Assim, a alienação, ou sua correlata, a loucura intrínseca ao “modo imaginário” confere, em 1964, novo movimento à formulação do sujeito neurótico que havia sido bem delimitado pelas coordenadas estáticas do “esquema R”. O sujeito lacaniano, tal como exposto no décimo primeiro seminário lacaniano, não se revela obediente a coordenadas estáticas, nem tampouco se mostra tributário da lógica “tudo ou nada”. Ao contrário, o sujeito ali aparece como o efeito subjetivo de um paradoxo: está simultaneamente submetido à alienação e à separação.

Desta forma, quando Lacan (1964/1998) reintroduz a teoria da alienação no seio de sua tese sobre a constituição psíquica, parece devolver a seu sujeito uma humana parte de loucura que o projeto estruturalista lhe havia roubado. Não sugerimos aqui, em hipótese alguma, que a partir de então, Jacques Lacan teria abandonado as bases estruturalistas – até mesmo porque, já o ressaltamos nós mesmos que este seminário da excomunhão foi aberto com uma reiteração acerca do inconsciente estruturado como linguagem. O que notamos, igualmente, é uma nova ênfase do imaginário, cujo suporte teórico sempre foi a noção de alienação. Portanto, naquele ano, Lacan (1964/1998) não falou sobre os *nomes-do-pai*, mas se pôs a redescrever seu sujeito pela base teórica que muito já havia trabalhado quando, apoiado em Hegel, sintetizou os efeitos psíquicos do modo imaginário em sua *fórmula geral da loucura*.

Destacamos aqui este movimento teórico, pois veremos doravante que, o tema do *resgate do imaginário* será questão central no debate dos pós-lacanianos acerca do diagnóstico. Entretanto, se o imaginário teve ali em 1964 seu primeiro resgate, feito através da alienação, uma velha conhecida, devemos notar a introdução de uma teoria senão nova, ao menos não tão elaborada anteriormente. No mesmo seminário, o *objeto a* assume a liderança conceitual na outra ponta da constituição subjetiva: o real. O real havia sido deixado de fora do neurótico quadradinho R (1957/58[1998]), um problema resolvido por Lacan somente oito anos depois quando, no ano de 1966, fez questão de voltar à *De uma questão preliminar [...] (1957/58[1998])* para introduzir o real entre a amarração simbiótica do imaginário e simbólico. Uma extensa nota de rodapé feita em 1966 foi acrescentada ao texto. A nota cortou seu sujeito do esquema R com a lâmina do real, e da transferência, e provocou uma torção dupla na faixa da

realidade que, uma vez convertida em *banda de moebius* tornou-se correlato da topologia da fantasia. Jacques Lacan não parece ter o velho costume freudiano de retornar periodicamente a seus textos para reescrevê-los, assim, chama nossa atenção o ato que o fez retornar a um texto chave de seu ensino para, com uma nota, quebrar a estagnação do quadradinho obediente. Eis parte da nota:

Basta dizer isso, já que a partir daí, esse campo será apenas o lugar tenente da fantasia ao qual esse corte fornece toda sua estrutura.

Queremos dizer que somente o corte revela a estrutura da superfície inteira, por poder destacar nela os dois elementos heterogêneos que são (marcados em nosso algoritmo ($\$ \Delta a$) da fantasia, o $\$, S$ barrado da banda, a ser esperada aqui onde ela efetivamente surge, isto é recobrindo o campo R da realidade, e o a, que corresponde aos campos I e S.

[...]

Quem acompanhou nossas exposições topológicas (que não se justificam pela estrutura da fantasia a ser articulada) deve saber perfeitamente que, na banda de moebius, não há nada de mensurável a ser retido em sua estrutura, e que ela se reduz, como o real aqui em questão, ao próprio corte.

Esta nota é indicativa do momento atual de nossa elaboração topológica [julho de 1966] (Lacan, 1957/59 [1998] acrescentado em 1966, p. 560).

A consequência da introdução da nota de rodapé é extremamente significativa para o que viria a ser concebido como a direção do tratamento com o sujeito neurótico. Tal como afirma o psicanalista, na nota, o corte introduzido fornece toda a estrutura. Qual estrutura? A estrutura da fantasia.

Este ponto merece um destaque.

Através da nota, o ensino lacaniano eleva a noção de fantasia. Todo seu esquema R fica inteiramente subordinado a este corte topológico que gera a *banda de moebius*. A banda torcida duplamente doravante responderá pela estrutura da fantasia, tomada como homóloga à estrutura do sujeito (o neurótico). Esta equivalência é ainda mais evidenciada quando, no seminário *A lógica da fantasia (1966/67)* – cuja data coincide com a introdução da nota – a direção da clínica lacaniana aposta que a “travessia da fantasia” representa seu horizonte. Assim, a lógica da fantasia passa a ser confundida com a própria constituição do sujeito, bem como, com a conceituação sobre a direção do tratamento. Há aí uma sobreposição de três esferas: constituição do sujeito, direção do tratamento e estrutura topológica. Desta sobreposição, o paradigma da neurose é assumido estruturalmente como modelo padrão do sujeito lacaniano. Em

outras palavras, isto quer dizer que, quando temos em análise um sujeito que não obedece à lógica da torção da *banda de moebius*, estamos diante de uma tensão (ou de uma incógnita) diagnóstica. Considerando este ponto de largada, veremos que é a destituição ou não da neurose como paradigma que entrará em questão quando alguns pós-lacanianos irão se propor a articular os desenvolvimentos de Lacan após a década de 70.

A década de 1970 abre o período da obra de Lacan que será nomeada por seus intérpretes de o *último período* ou o *último Lacan*. Entretanto, nem todos os autores concordam que este período tardio representa uma ruptura na obra. Eis o sinal inaugural de partida do debate pós-laciano. Na sequência, veremos que o grupo do Capítulo 2 “A diagnóstica clássica” defende a continuidade e linearidade da conceituação lacaniana, esta continuidade se aplica, essencialmente, sobre a *função paterna* – elemento determinante para a lógica da inscrição ou da forclusão do Nome-do-Pai. Já, o grupo do Capítulo 3 “Reformulações diagnósticas” aposta na modificação conceitual da obra após 1970. A incidência, novamente, recai sobre a noção de função paterna. Para tais autores será prioritariamente a função do pai que muda no ensino de Lacan, obrigando a reformulação.

Enfim, ao que tudo indica, ainda estamos habitando o dilema paterno proposto pela tela *O Sacrifício de Isaac*. Parecemos estar diante de uma pergunta: Abraão deve ou não aceitar a possibilidade de relativização da lei? Deve conceder com a mudança da incidência da lei, advinda pela voz do anjo, ou deve manter-se fiel à primeira ordem? Descobrimos que os pós-lacanianos não possuem um consenso para esta resposta.

2. A diagnóstica clássica

“(...) uma proposta: aceitamos a tripartição freudiana em psicose, perversão e neurose. Também que nestas a neurose faz série por uma estrutura que excede as formas que se manifesta. A série das estruturas, também nos leva a outra afirmação: com as coordenadas que até hoje escrevemos no espaço de nossa disciplina, a psicanálise, elas são três, nem mais, nem menos.” (Vegh, 2008, p. 05)

A hipótese de uma pluralização dos nomes-do-pai, não convoca uma reacomodação diagnóstica para este grupo de autores. Este capítulo condensa um grupo de autores que se une pela hipótese comum de que a racionalidade diagnóstica lacaniana é representada pela teoria das três estruturas clínicas: neurose, psicose e perversão: *“Elas são três, nem mais, nem menos”* – diz Isidoro Vegh (p. 05, 2008)¹². O discurso reinante neste capítulo é que a obra de Lacan permite ser lida em regime de continuidade e linearidade. Os autores em questão são opositores das interpretações de leitura que vem rupturas definitivas em Lacan, o que fica explicitamente sintetizado na fala: *“E nisto é preciso advertir que o último Lacan não desdiz o primeiro, senão que o confirma e o reforça”* (Lombardi, 2003, p. 22). Os autores deste capítulo fazem um percurso clássico pautados numa razão que refaz a formalização do Édipo freudiano à luz dos conceitos lacanianos de tempo lógico e metáfora paterna. A exceção, ou o adendo, à narrativa redescritiva das estruturas clínicas fica reservada a duas leituras da noção de *psicose compensada* aplicada ao Homem dos Lobos. O método estrutural legou para o universo lacaniano uma maneira clássica de expor a razão diagnóstica através da teoria da constituição do sujeito. Eis o

¹² Nota de tradução: Os referidos textos de Isidoro Vegh (2008), bem como de Gabriel Lombardi (2003) e Gerard Pommier (1999) estão publicados no idioma espanhol. Todas as citações deste texto que o leitor encontrar neste capítulo possuem *tradução livre nossa*.

modo pelo qual a autora Faria (2010) nos guia na diagnóstica clássica, pelas trilhas da constituição do sujeito.

2.1 Os tempos lógicos e a construção edípica

Faria (2010) em seu estudo *Constituição do sujeito e estrutura familiar: o complexo de Édipo de Freud a Lacan*, é, dentre os autores pós-lacanianos brasileiros, aquela quem oferece o ponto de vista mais completo sobre a lacaniana noção de *estruturas clínicas*. No campo dos comentadores, o estudo de Faria (2010) foi escolhido enquanto ponto de partida do debate posto que sua contribuição não apenas apresenta a diagnóstica clássica “neurose, psicose e perversão”, através do Édipo relido com os tempos lógicos, mas, principalmente, pois a autora constrói (ao final do livro) argumentos em defesa da tese de que, mesmo com os avanços do ensino lacaniano após 1960, a diagnóstica clássica das três estruturas clínicas e seu respectivo fundamento edípico se mantém válida – um debate crucial no universo diagnóstico pós-lacanianos que será retomado ao final deste tópico. Além disso, nosso leitor encontra na tese de Faria (2010) toda a teoria de base que será imprescindível para melhor acompanhar os pontos sobre os quais as novas propostas diagnósticas irão se fundamentar. Visitemos então os argumentos de Faria (2010), nossa primeira representante da diagnóstica clássica.

Doravante retiramo-nos de cena para deixar falar uma das mais clássicas leituras diagnósticas dentro do universo discursivo pós-lacanianos.

Seguindo os passos de Lacan no Seminário 5 (1957/58) *As formações do Inconsciente*, a autora irá apresentar a diagnóstica das estruturas clínicas como consequência da saída edípica que, de acordo com o retorno a Freud proposto por Lacan, obedece a três tempos lógicos. Faria (2010) relembra que o tema do Édipo em Lacan jamais pode ser concebido desvinculado de sua teoria sobre o Estádio do Espelho: “Isso porque é a partir da alienação fundamental inicial do Outro materno, como espelho, que o primeiro tempo do Édipo em Lacan pode ser pensado (Faria, p.

45)”. A problemática em questão é a alienação à imagem especular oferecida pelo olhar do Outro que irá dar o contorno totalizante ao Eu. Neste ponto, é a condição de neonato que Lacan se refere ao propor que o Estádio do Espelho é a experiência que permite ao bebê humano passar de uma condição de insuficiência biológica (vivida como corpo em pedaços) à condição de uma ilusão de uma imagem total de seu Eu, que se antecipa à maturação biológica que ainda estará por vir.

Relembra a autora que, na obra freudiana, a formação do Eu possui sua datação em alguns textos, mas ao referir-se à passagem que vai da função autoerótica à função narcísica, diz que entre ambas deve haver uma “ação psíquica” que determine e viabilize a passagem da difusão pulsional autoerótica à organização pulsional que representa o narcisismo. É a esta “ação psíquica” que Lacan nomeou o Estádio do Espelho e ao qual Faria (2010) localiza como a ação determinante do primeiro tempo lógico do Édipo fazendo a equivalência da função materna com a função especular: “Essa conquista da imagem do corpo próprio como unidade, a partir da alienação do Outro materno como espelho, é o eixo a partir do qual entendemos ser possível situar o primeiro tempo do Édipo em Lacan (Faria, p. 47, 2010)”.

Nesse sentido, no primeiro tempo edípico, a função lógica em destaque é a função materna, enquanto onipotente desde a perspectiva da criança que interpreta a mãe como possuidora de todos os objetos de satisfação, a mãe enquanto Dom capaz de dar ou recusar aquilo que satisfaz a criança – relembra a autora. Estando sempre com os olhos voltados ao bebê, ele se conjuga como único destinatário do desejo materno, lugar subjetivo que Freud tão bem nomeou de ‘sua majestade o bebê, ou, em outros termos, a ilusão a qual o Estádio do Espelho impõe à criança é a de ser o falo da mãe. Sendo a mãe o universo potente, a leitura lacaniana abre um tempo lógico anterior à instauração da castração que é a dialética da *frustração*. A frustração é a noção subjetiva da criança que vive o primeiro tempo como “assujeito” e a mãe como sujeito todo potente. Será a mudança da dialética da frustração para a da *privação* engendrada através de sucessivas faltas e distanciamentos da mãe, que irá se instaurar na criança o par presença-ausência como a matriz simbólica fundamental. Se à mãe é necessário ausentar-se, logo, a ela também lhe falta o objeto. O segundo tempo edípico, relembra Faria (2010), é caracterizado, portanto, por uma dupla queda: a

criança se despede da ilusão de ser o falo materno e igualmente demite a mãe da condição de onipotente:

Podemos pensar que se a identificação fálica da criança, no primeiro tempo, situa a mãe como possuidora do falo que a criança é, então a quebra da ilusão de ser o falo materno, implica, necessariamente, a percepção de que a mãe não é fálica. Se a mãe não tem o falo, é porque a criança não o é. Esse é o ponto que Lacan considera decisivo para a instauração do segundo tempo do Édipo: a incidência da castração na criança depende de sua incidência enquanto falta no Outro materno (Faria, 2010, p. 60).

Faria (2010) nota que o advento desta leitura de Lacan introduz como novidade ao Édipo freudiano o fato de que, no segundo tempo lógico, a castração materna adquire valor como tal para a criança, mas a própria criança ainda não concretizou a sua própria castração, que advirá somente no terceiro tempo com a entrada da função paterna. “É justamente porque a mãe deseja “outra coisa”, x, para além da criança, que nela pode ser situada uma falta. Enquanto no primeiro tempo a criança se relaciona com a mãe como pura presença, como Outro fálico, onipotente, no segundo tempo passa a ter de lidar com um Outro faltante, desejante” – afirma Faria (p. 65, 2010)”.

O Outro faltante e desejante é a coordenada simbólica que irá permitir ao pai entrar como elemento terceiro na relação mãe-bebê, assim, a função paterna entra em causa na constituição do sujeito através da mãe que deseja outra coisa, que não apenas o bebê. Abre-se o terceiro tempo edípico, donde a função paterna irá postular a castração como a lei que definitivamente (simbolicamente) interrompe o resto de ilusão de ser completo ou de completar o Outro. Dessa forma, diz Faria (2010) “Lacan situa definitivamente no terceiro tempo o pai como um significante em nome do qual a lei é estabelecida (p. 81)”. A partir da apresentação deste terceiro tempo lógico na dramática edípica que a castração freudiana se define mesmo como castração simbólica, na releitura de Lacan. Assim, é com o advento deste terceiro tempo que se abre para a criança suas possibilidades de inscrição sexual. Para Lacan, a instauração da posição do pai como detentor do falo é o que oferece o ponto de identificação do menino e já para a menina, ela supõe que sabe onde o falo está, (ou seja, do lado do pai) e vai então em direção àquele que o tem. “Ao final do Édipo, o que se tem, portanto, é o final de uma construção, que é a da identidade sexual” - conclui Faria (p. 83, 2010) que, por fim ressalta que, de certa forma, é preciso admitir

que a saída revelada pela teoria edípica lacaniana, não deixa de ter seu caráter ‘normalizante’.

A partir da retomada do terceiro tempo do drama edípico o estudo da autora entrará na apresentação que faz das três estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão) a resposta diagnóstica ligada a cada um dos respectivos tempos lógicos em questão, donde então, a partir daqui, Faria (2010) não segue mais sozinha, pois o modo como a autora escolheu para apresentar as estruturas clínicas ‘neurose, psicose e perversão’ obedece ao mesmo modelo de expositivo escolhido pelo autor Joël Dor¹³ em seu livro *Estruturas e Clínica Psicanalítica* (1991). Juntando-se ao mesmo grupo, localizamos ainda que, a mesma lógica teórica de exposição das três estruturas clínicas foi usada de modo análogo também por Gérard Pommier (1999). Desde aqui, julgamos essencial adiantar ao nosso leitor qual o ponto exato que une de modo inequívoco a exposição destes autores: as três estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão) são apresentadas como a universalidade diagnóstica da teoria lacaniana que respondem a três formas de incidência da função do falo, que toma como eixo conceitual decisivo a presença ou ausência do Nome-do-Pai – tal como foi exposto por Lacan, no texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1957/58[1998]). Em suma, os textos destes autores apresentam a mesma interpretação da diagnóstica lacaniana, conservando, obviamente, diferenças em alguns pontos de ênfase, mas que podem ser, em última instância, qualificadas como diferenças de estilo de transmissão, posto que a exegese teórica revela-se fiel aos mesmos pontos, donde então, serão visitados simultaneamente.

2.2 Neurose, psicose e perversão: passos estruturais e privilégio do falo

¹³Curso dado no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1989, fez-se livro *Estruturas e Clínica Psicanalítica* (1991) e, pode ser considerado como um dos veículos mais clássicos da difusão didática da noção de estrutura clínica no Brasil, na passagem da década de 80 para 90.

Para Dor (1991) a atividade clínica do psicanalista deve iniciar-se pela identificação de ‘*traços estruturais*’, apresentados como índices diagnósticos do que ele chama de “*estruturas psicopatológicas* (neurose, psicose, perversão)”. Para Dor (1991) o diagnóstico deve ser feito pela identificação de traços estruturais que respondem à posição do sujeito em relação ao falo naquilo que está implícito em forma de demanda nos laços sociais. Nesta diagnóstica, toda a racionalidade é declaradamente guiada pela dialética de ‘ter’ ou ‘ser’ o falo. Os modos como aparecem na fala do sujeito a negação de seu desejo e também suas relações com a lei, definem os *traços estruturais*, diz Dor (1991). “Tais modos” respondem à diferentes tipos de incidência da função fálica (Φ) e o autor é explícito em seu raciocínio: “[...] tratam-se de modos de relação em uma dialética do amor, onde um dia a criança desejou ser ou ter o falo para a mãe”. A dialética amorosa que assim toma o falo como função central instaura para a criança a pergunta que dará abertura ao campo da fantasia: “É somente porque a criança perde a ilusão de ser o falo materno que ela pode perguntar-se sobre o que ela é para o Outro. é a quebra desta ilusão que engendra a questão: então o que sou? Questão que, segundo Lacan, retorna para o sujeito articulada a um o que quer o Outro de mim? (Faria, p. 93, 2010)”. O que o Outro quer de mim? Eis a pergunta neurótica por excelência que Pommier (1999) articula como vitalmente ligada à dialética do amor, desde que este amor seja experimentado como decepção: “O amor é uma decepção e não por exceção, é a regra que diz respeito ao pai (p.30)”. Assim, tendo a dialética do amor como herdeira edípica por excelência que inaugura a função fálica, o exercício desta diagnóstica irá obedecer ao que comumente nomeia-se como “pontos de ancoragem estrutural”, que dizem respeito à função do falo associada aos tempos edípicos. Assim, comecemos com a definição do campo das neuroses, para passar à perversão e, por fim, a psicose.

Na neurose histérica, o *traço estrutural* diagnóstico mais marcante define-se por uma posição do sujeito em querer fazer advir a verdade a qualquer custo o que implica uma constante destituição do mestre, uma constante exposição da falha do Outro – diz Dor (p. 45). O autor define a posição subjetiva da histeria como “um sujeito militante do ter” e, já que não o tem, quer *ser* o falo. Assim, um dos maiores traços diagnósticos que apontam à histeria advém de uma constatação clínica de que há naquele sujeito uma reiterada decisão de reivindicar para si o falo do Outro, como se fosse seu de direito. Para Dor (1991) o *traço estrutural* diferencial do sujeito

histórico aparece clinicamente na forma de um “[...]desafio de provar que o outro não tem, aquilo que é suposto ter (p.46)”. Faria (2010) relembra que este traço de reivindicação da posição histórica na verdade traduz o enigma de sua impossibilidade de simbolização do sexo: o sujeito histórico deu-se conta de que não tem o falo, mas supõe que ele está no campo do Outro. Para Pommier (1999), o analista só pode assumir este traço de reivindicação como signo de um diagnóstico estrutural quando, para além da fenomenologia queixosa, o traço aparece como signo da modalidade de transferência dirigida ao analista. Em suma, o *ponto de ancoragem estrutural* da posição histórica reside no fato de que, o sujeito se vê como injustiçadamente ‘privado’ do falo, o que lhe confere a característica de um “*militante incansável*” da exposição (às vezes obscena) da verdade com vistas à destituir o falo do Outro – diz Dor (1991, p. 69).

Na neurose obsessiva a relação com a verdade aparece invertida, ou seja, há um esforço por ‘encobrir’ a falha do Outro em nome de manter o mestre no lugar de mestre, donde, o sujeito obsessivo ocupa o lugar de escravo, diz Dor (1991). Assim, há como traço de estrutura uma reiterada decisão por sustentar a lei – mesmo aquelas impossíveis de serem sustentadas – truque que fracassa e renova o império da culpa. Para Faria (2010) a culpa em questão na neurose obsessiva pode ser retraduzida, em termos conceituais, como a questão do sujeito endereçada para além de sua posição sexuada, uma questão mais propriamente dirigida à existência, onde a autora lembra que, para Lacan no seminário dedicado à relação de objeto, a pergunta que abre a fantasia do sujeito obsessivo, se faz em torno do: *quem sou com referência ao pai*, já que posso de alguma maneira dispensá-lo o bastante para concebê-lo como morto?

É neste paradoxo da pergunta desde o sexo dirigida à questão do ser e da morte que Dor relembra o traço de “devedor” presente no obsessivo que estabelece seu laço social como aquele que “sofre da doença da demanda (p. 104)”, pois, transforma a demanda do Outro em lei a ser executada, donde o clínico lacaniano recolheria como traço estrutural mais evidente da neurose obsessiva uma posição de “eterna servidão voluntária” (Dor, 1991, p. 104). É, justamente, elaborando em torno deste traço de servidão voluntária que Pommier (1999) irá definir o diagnóstico do Homem dos Lobos como um caso de neurose obsessiva. Para o autor, o célebre caso freudiano responde, na transferência com Freud, a esta posição de servo, de caso modelo do mestre, que repete, o amor dirigido ao pai, que permaneceu inquestionável,

posto que este pai sucumbiu doente, inviabilizando a rivalidade do sujeito. O aprisionamento nesta etapa, diz Pommier (1999), coloca o sujeito num encarceramento diante de uma feminização cujo determinante estrutural é a posição passiva do homem dos lobos diante do pai, o que não impede a florescência fenomenológica de sintomas histéricos:

Na clínica podem ver-se sintomas histéricos a partir do momento em que um homem ama a seu pai por sua função, no momento em que está feminização por seu próprio amor. Mas há uma dificuldade, porque a maneira que um homem luta contra sua feminização impede de localizar esse momento de feminização. Isto se pode ver no Homem dos Lobos. No *Homem dos Lobos*, onde se trata sem discussão de uma *neurose obsessiva*, aparece uma frase na qual Freud fala da histerização do intestino deste paciente. Como se uma parte de seu corpo se comportasse dando uma resposta feminizada, ou histérica (Pommier, 1999, p. 87)¹⁴.

Para Pommier (1999) a atitude passiva rechaçada é o que retorna sob a forma sintomática fóbica e histérica, entretanto, a posição estrutural do sujeito enquanto servo voluntário define conclusivamente para o diagnóstico de uma neurose obsessiva – embora, veremos adiante, este diagnóstico não seja consenso entre os pós-lacanianos. Por fim, *o ponto de ancoragem estrutural* na neurose obsessiva reside fato do sujeito julgar-se um dia ‘ter sido o falo’, donde, revela-se o crime do qual é culpado, diz Dor (1991, p. 49).

Tudo aquilo que o sujeito obsessivo de fato faz para manter a lei, o sujeito perverso desconstrói por estrutura. Para Dor (1991) na perversão há (assim como na histeria) o apreço pela exposição obscena da verdade e pela transgressão, mas, o traço que define o diagnóstico diferencial é que na perversão, o sujeito leva o outro transgredir a lei junto com ele – donde, o campo do cúmplice ou da testemunha abre-se ao abismo da angústia (Dor, 1991, p. 49). O sujeito sabe da angústia que causa ao Outro, mas, atua como se não soubesse. Neste ponto, Faria (2010) lembra que a chave conceitual que traduz esta fenomenologia clínica responde pelo nome de *Verleugung* (a recusa), notando que a estrutura perversa é tributária de uma retenção da passagem do segundo ao terceiro tempo do Édipo onde há uma inversão pela qual o sujeito toma a mãe como aquela quem dita a lei ao pai: “Assim, no caso da perversão, a negação e a afirmação da falta recobrem o mesmo ponto. É um curto-circuito que reenvia a

¹⁴ Grigos nossos.

criança à mãe, no momento em que ela deveria fazer um apelo ao pai (Faria, p. 108, 2010)”.

Da mesma forma como a autora definiu a perversão, Dor (1991) conclui que no sujeito perverso, o *ponto de ancoragem estrutural* é duplo: “(..)a cumplicidade libidinal da mãe e a complacência silenciosa do pai são coordenadas simbólicas estruturais que obscurecem ao sujeito a validade lei (p. 52)” – esta definição é importante, pois, tal como veremos mais tarde, será o eixo conceitual prioritário no qual irá se balizar a proposta diagnóstica de uma Perversão Comum. Na perversão, diz Dor (1991), há o organizador fálico, há a significação da lei, mas ela não conta como necessariamente impeditiva para o sujeito. Eis pela fragilidade da lei no perverso, o ponto de ligação que faria para o autor o diagnóstico diferencial com a psicose: na psicose não há lei, não há organização subjetiva referida a esta dialética fálica que vemos descrita nestas outras estruturas (Dor, 1991). É nisto que o *sujeito psicótico* se difere, posto que, em diferentes termos, em suma, sua condição estrutural aponta para uma linguagem que se recusa a partilhar da significação comum. Em fase delirante, isto é evidente, mas, mesmo fora do episódio delirante, é possível observar que, o campo da fala e da linguagem se posiciona em regime de exceção. A linguagem do sujeito psicótico diz ao analista que ele não mede sua significação em regime de retorno, ou seja, remetendo-a a um ponto central o que lhe dá o caráter de desordem ainda que não muito aparente, mas o suficiente para ditar um peculiar uso da linguagem. Faria (2010) retoma que a ausência do organizador simbólico que seria responsável pela ordenação da significação deve conceitualmente ser buscada nas conceituações de Lacan no texto “*De uma questão preliminar [...] (1957/58[1998])*” e no terceiro seminário dedicado ao tema da psicose, onde a forclusão do Nome-do-Pai (*Verwerfung*) como signo da ausência da concretização do terceiro tempo edípico, ausência do estabelecimento da castração enquanto simbólica. Assim, apresenta-se a psicose, a terceira estrutura clínica tal como é vista pelos estruturalistas clássicos e para finalizar, ao menos este primeiro tempo de abertura dos discursos diagnósticos pós-lacanianos, encontramos numa passagem do texto de Faria (2010) um importante resumo desta visão diagnóstica clássica:

Lacan retoma o caso Schreber nos anos 1955/56, no seminário dedicado ao tema das psicoses. O texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses (1958), escrito entre a primeira e segunda parte do seminário 5, é também dedicado à estrutura psicótica. Em ambos os textos, Lacan retoma a concepção freudiana das psicoses a partir do mecanismo da *Verwerfung* freudiana, denominando-a forclusion.

O termo de origem jurídica, indica o uso de um direito não exercido no momento oportuno e é utilizado por Lacan para descrever aquilo que falta ao sujeito psicótico: a castração enquanto ordenadora do campo simbólico e, conseqüentemente, de suas relações com a realidade. Enquanto que na neurose, a castração sobre recalque e na perversão ela é denegada, na psicose, ela permanece forcluída para o sujeito (Faria, 2010, p. 112).

Reinterpretando a teoria freudiana das defesas com a teoria dialética da negação, a racionalidade diagnóstica clássica, faz do recalque (*Verdrangung*) o signo da neurose, da perversão, o signo diagnóstico da recusa (*Verleugnung*) e da psicose, o signo diagnóstico da forclusão (*Verwerfung*). A pergunta que abre a segunda etapa do debate dentro dos estruturalistas clássicos é: e as contribuições de Lacan, após 1958? A teoria pós década de 60 implica uma mudança na razão diagnóstica das três estruturas clínicas? Não, a razão diagnóstica não muda, apenas acrescenta-se a ela o *real*. Para os comentadores que serão expostos na sequência, as contribuições de Lacan após a década de 60 acrescentam e incluem problemas deixados de fora até 1958, mas este acréscimo teórico, não desfaz e nem tampouco modifica a universalidade da diagnóstica tripartite (neurose, psicose e perversão). Desta forma, todos os autores que serão expostos, possuem um mais que evidente denominador comum em sua interpretação da obra lacaniana: após 1960, o grande avanço clínico de Lacan é conseguir fazer o real enquanto causa entrar na racionalidade diagnóstica. Veremos que para Faria (2010) o real é o que irá permitir à Lacan, no Seminário 17 fazer uma nova leitura do Édipo; para Vegh (2008) a elaboração mais conceitual do registro do real é o avanço teórico responsável que lhe permite reler o nó-borromeano como o equivalente do grafo do desejo, mas com a inclusão do real; também é atribuindo ao advento do real como viabilizador da teoria do nó-borromeano, que tanto Quinet (2011) quanto Lombardi (2003) irão fazer a releitura diagnóstica do Homem dos Lobos.

Após o “metro-padrão” conceitual definido em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses* (1957/1958[1998]) e desde então, representante da razão diagnóstica estruturalista, há adiante dele vinte anos de ensino, pelos quais algumas afirmações do próprio Lacan parecem desconstruir pontos importantes de sua chave diagnóstica dos anos 50. Uma das grandes polêmicas inicia-se pelas declarações feitas algumas vezes no *Seminário 17 O avesso da psicanálise* (1969/70[1992]) onde Lacan ironiza acidamente o uso do Complexo de Édipo,

chamando-o de ‘*o sonho de Freud*’. Ora, em xeque está nada menos que o conceito freudiano fundamental que lhe permitiu a elaboração das três estruturas clínicas em meados da década de 50. Nem Dor (1991), nem Pommier (1999) mencionam este “paradoxo” teórico. Estes comentadores apresentam as três estruturas clínicas como se este ponto de ressalva da teoria lacaniana não existisse. Entretanto, dentre eles, Faria (2010) encara abertamente o problema e irá formular sua hipótese:

Como compreender essa ironia e esse questionamento endereçados à teoria do Édipo, uma teoria que na década de 50 teve tanta importância para Lacan? A nosso ver, são ao menos duas possibilidades de compreensão desta ironia. Na primeira delas, podemos pensar que Lacan põe, nesse momento, uma pedra sobre um dos fundamentos teóricos mais importantes da obra de Freud. Teria ele então modificado certas concepções teóricas a ponto de descartar um conceito que ocupa, em 1957, grande parte de seu seminário? Parece-nos que somente uma leitura apressada e desatenta desse ponto do seminário de 1969-70 poderia levar a tais conclusões. Em uma segunda linha de compreensão dessa ironia presente no Seminário 17, podemos pensar que não se trata de uma crítica à teoria do Édipo como um todo, mas sim a seu uso interpretativo, comum a uma determinada escola de psicanálise sobre a qual incidiam suas ferozes críticas nessa época (Faria, 2010, p. 128).

Para a autora, a virada teórica que está na ordem do dia no *Seminário 17* é, uma nova releitura do Édipo à luz da inclusão da categoria de real. Na interpretação de Faria (2010), desde 1964, no *Seminário 11*, Lacan já havia começado esta releitura através da inclusão do objeto *a* como causa, assim, o avanço conceitual que estaria sendo proposto, não seria a desautorização do Complexo de Édipo, mas sim a introdução da noção de real, uma introdução que, em sua opinião, permite à Lacan livrar o Complexo de Édipo do seu uso “interpretativo” e aceder a condição de impossibilidade implicada no gozo:

Incluir a noção de real à teoria do Édipo implica, portanto, situar o gozo como impossível, impossibilidade essa que é própria da inscrição do sujeito no campo do significante. O Édipo adquire a dimensão de uma tentativa de articulação simbólica, de recobrimento simbólico, desse real da impossibilidade de gozo (Faria, 2010, p. 134).

Desta feita, constatamos que a tese de Faria (2010) coincide com a tese de Vegh (2008). Ambas possuem o mesmo fundamento argumentativo para a interpretação do paradoxo lacaniano que começa a ser situado neste ponto do ensino. A tese de Vegh (2008) propõe igualmente que o avanço teórico em questão é a inclusão diferencial da categoria de real, o que em nada altera a razão fundamental da

diagnóstica lacaniana, apenas a reformula em novos termos. Para sustentar a interpretação de que em relação à diagnóstica não há alteração nosográfica – a não ser o ganho clínico representado pela inclusão radical e subversiva do objeto *a* que vem lembrar aos psicanalistas “a humildade que o real reclama para si (p. 06)” – Vegh (2008) faz um esforço conceitual para tentar sugerir uma equivalência formal do Grafo do Desejo (1957/1998) com o nó-borromeano formulado em 1975/76. Em outras palavras, a tese de partida do autor consiste em sustentar a ideia de que a teoria do nó-borromeano pode ser lida como o grafo do desejo sustentado em outros termos através da inclusão da categoria do real, representada pela noção do objeto *a* como causa. Fazendo uma torção “elástica” dos vetores do grafo, o autor chega a uma primeira elaboração:

A vantagem que se apresenta em fazer figurar assim a passagem do grafo ao nó-borromeano é colocar em evidência o modo segundo o qual o fantasma se entrecruza com o imaginário; se vocês comprovam, vão verificar que isto não reenvia simplesmente a um delírio. Neste nó derivado o objeto *a* fica no mesmo lugar que no nó-borromeano clássico (Vegh, 2008, p. 21).

O esforço em desdobrar o grafo do desejo de tal modo a convertê-lo no nó-borromeano evidencia – e em nossa interpretação resume – a posição do autor em ler a obra de Lacan através da lente da continuidade. Após formulação dos vetores do grafo do desejo convertidos nos anéis do nó-borromeano, a interpretação de Vegh (2008) é dirigida para realizar uma construção teórica que explica, através do nó-borromeano, a situação de uma psicose que não esteja com delírio desencadeado:

Me interessa abordar esta questão para situar de que maneira e porque Lacan passa do grafo do desejo ao nó borromeano e deste nó de três anéis ao nó de quatro. Entendo que estas passagens obedecem ao que Lacan havia deixado pendente quando o expulsaram da IPA; se trata de uma tema que retorna em sua obra, o do Nome-do-Pai e daquilo que funciona como limite para este Nome (Vegh, 2008, p. 21).

Tal como podemos acompanhar, sua leitura, supõe a teoria do nó-borromeano como o advento teórico que explana e amplia o entendimento clínico dentro da psicose antes do advento da crise delirante. Para seguir com sua tese, o exemplo ao qual recorre é Joyce, que, na interpretação do autor pode ser tomado como exemplo paradigmático de uma psicose que não esteja desencadeada. Assim, o ponto teórico que sustenta a apresentação de base de Vegh (2008) é a noção de que uma amarração suplente, o *sinthome*, tem a função de remediar uma falha da função do pai:

Lacan já não assinalará então este quarto anel de ‘o nome do sintoma (em francês, symptôme), mas sim de o *sinthome*, recorrendo a uma grafia antiga do termo. Este *sinthome* vem a remediar uma falta da função do pai, algo que nos indica a preocupação de Lacan neste momento dos limites da função paterna (Vegh, 2008, p.22).

Vegh (2008) postula que para ele, os avanços da teoria após década de 60 devem ser interpretados nesta condição de limite a qual chega Lacan para pensar a função paterna simbólica, sendo necessário recorrer às noções e implicações de pensar o pai real e o pai imaginário. De toda a forma, desde sua apresentação inicial, o autor deixa bem claro que a diagnóstica permanece dividida em três. Interpretando Joyce como um psicótico compensado, o autor deixa evidente que faz um uso clínico do nó-borromeano dentro da categoria da psicose e sua tese não está sozinha. Exatamente a mesma sequência de argumentos teóricos e, portanto, a mesma interpretação de leitura da obra lacaniana é encontrada nas palavras de Quinet (2011) em seu trabalho *Teoria e Clínica da Psicose* e de Lombardi (2003) em *Vestígios clínicos de lo real em el hombre de los lobos*. A interpretação de base segue a mesma sequência que vimos partir desde Faria (2010), a saber de que, o avanço clínico em jogo é a inclusão da categoria de real. O denominador comum que costura as entrelinhas das teses destes autores é o fato de que, a modificação teórica se dá no plano formal, posto que, apesar do real existir enquanto fato desde os primeiros seminários, após meados de 1960, há – na interpretação destes autores – o esforço de Lacan em conseguir formalizar o real em sua teoria. Desta feita, tanto Quinet (2011) quanto Lombardi (2003) farão do nó-borromeano o mesmo uso conceitual feito por Vegh (2008), ou seja, o interpretarão como um novo instrumento teórico capaz de decifrar o enigma de uma psicose compensada e ambos irão aplicar a novidade teórica para refazer a leitura clínica de um dos casos de diagnóstico mais enigmático no campo psicanalítico: o Homem dos Lobos. Na opinião destes dois autores, o obscuro caso freudiano pode ser diagnosticado como “*o precursor do psicótico compensado de nossos tempos*”, diz Lombardi (p.23).

Lombardi (2003) refaz a diagnóstica do Homem dos Lobos, valendo-se do nó-borromeano, mas antes de dar início a sua construção clínica, faz, no prólogo do livro um enfático e repetido alerta de que, para ele, o enigma que por anos foi sustentado pelo caso do Homem dos Lobos, pode ser lido como “*vestígios do real*” – donde decorre o nome do livro em questão. Assim, em pauta está, evidentemente e mais uma

vez, a interpretação de que a introdução do real amplia e esclarece enigmas clínicos antes indecifráveis, mas que, ao cair do dia, este incremento teórico só faz ampliar o postulado já existente e, ademais, deve ele próprio contribuir para a manutenção da clara linha divisória estrutural entre neurose e psicose, tal como não deixa dúvidas a introdução do autor antes de começar a expor o caso do Homem dos Lobos:

Por isso convém à clínica psicanalítica sustentar até o limite a linha divisória psicose-neurose, tangentemente colocada por Lacan desde os primeiros anos de seu ensino. E nisto é preciso advertir que o último Lacan não desdiz o primeiro, senão que o confirma e o reforça (Lombardi, 2003, p. 22).

Para sustentar a tese de que o primeiro Lacan não desdiz, senão que confirma e reforça o primeiro, Lombardi (2003) irá usar a teoria do nó-borromeano como um conceito que vem a favor da manutenção da diagnóstica das estruturas clínicas. Tal como vimos na leitura de Vegh (2008), também na interpretação da obra lacaniana segundo Lombardi (2003), a noção clínica de psicose compensada aparece como um avanço teórico que permitiria o inédito exercício diagnóstico de conseguir reconhecer casos de psicose que não possuem um franco delírio desencadeado.

A luz do saldo do ato analítico, o sintoma fundamental do Homem dos Lobos não resulta ser nenhum sintoma neurótico, senão o que sustenta sua estrutura em um rechaço radical da castração. A pergunta que este diagnóstico deixa aberta é então outra: como se explica a existência de sintomas similares aos do neurótico em um sujeito que não conta com o pai como referência metafórica (Lombardi, 2003, p. 21).

À pergunta que este diagnóstico deixou aberta por anos, na opinião de Lombardi (2003) pode ser respondida com uma varredura pelas acepções da noção de real que se pode encontrar na obra de Lacan. Segundo a interpretação do autor, o caso do Homem dos Lobos coloca em jogo uma das definições de Lacan sobre o real que não é muito explorada, para além da vertente da repetição, a saber: o sintoma vem do real. Para Lombardi (2003) há três definições do real em Lacan. A primeira delas refere-se ao fato de que ‘o real retorna sempre ao mesmo lugar, uma definição que o autor extrai do Seminário 3. A segunda definição poderia resumir-se ao intento de Lacan em apreender o real mediante o ‘impossível’, enquanto modalidade lógica e, por fim, a terceira acepção de real, resume-se àquilo que não tem sentido, que sem dúvida, encontra no sintoma um representante. O sintoma é o que vem do real. “(...) Lacan resenha três definições do real que deu ao longo dos anos. A três são boas e incompletas. Começamos pela terceira, o sintoma que vem do real” (Lombardi, 2003,

p.28). O real é tomado como causa e como ponto de irreversibilidade. A *psicose compensada*, signo de um sujeito que consegue se fazer integrante da vida e do laço social, mas não sem dificuldades:

Que um psicótico consiga levar uma vida integrada ao social por algum laço que o inclui, como é o caso do Homem dos Lobos, alguma consistência distinta ao Nome-do-Pai, não deve nos levar a desconhecer seu sintoma, quer dizer de modo concreto que para ele, está em jogo: - a castração como laço com o pai, recusada [...] (Lombardi, 2003 p. 23).

A recusa da castração no caso do Homem dos Lobos, para Lombardi (2003) é evidenciada pelo retorno do real e ressalta o fato de que alguns diagnósticos, de fato, só podem ser concluídos depois do término do atendimento – tal como foi o caso do Homem dos Lobos.

A temática do ‘retorno do real’ é a lente através da qual Quinet (2011) aborda o mesmo caso freudiano, valendo-se de uma sustentação teórica análoga à de Lombardi (2003), mas oferece a seu leitor maior precisão acerca dos signos clínicos que – em sua opinião – são decisivos para definir o diagnóstico da “estrutura psicótica do Homem dos Lobos” (Quinet, 2011, p. 202). A releitura diagnóstica de Quinet (2011) para o Homem dos Lobos é inteiramente amparada pela chave clínica de *psicose compensada*. Ao contrário, da ênfase de Lombardi (2003) que recaiu sobre os signos do real na forma de múltiplos sintomas, Quinet (2011) sublinha que a psicose do Homem dos Lobos se manteve compensada, mas, foi o episódio de ‘descompensação’, o episódio delirante hipocondríaco que autorizaria o diagnóstico de psicose. Ou seja, da perspectiva do autor, subentende-se um diagnóstico retroativo:

Ao afirmarmos aqui a *estrutura psicótica* do Homem dos Lobos cabe-nos perguntar: como ele se manteve compensado durante o curso de sua existência? A resposta nos é fornecida pelo produto de sua análise com Freud: o significante *Wolfsman*, o caso clínico. *Wolfsman* é o significante de *sua suplência do Nome-do-Pai*. ele designa o sujeito como homem e o Outro com lobo, esse Outro que inclui olhar, objeto de gozo, como demonstra o sonho que dá nome ao caso (Quinet, 2011, p. 202)¹⁵.

Para Quinet (2011) o episódio psicótico do Homem dos Lobos, ocorrido em 1926, tal como foi relatado por Ruth Mac Brünswick pode ser considerado como o momento em que a decisão diagnóstica pela psicose está dada. Quinet (2011) irá

¹⁵ Todos os grifos são nossos.

analisar o famoso episódio da preocupação hicondriaca do paciente sobre um “furo no nariz” enquanto signo de elisão do falo (-φ):

A elisão do falo tem como efeito um distúrbio no imaginário, da imagem especular. Ora, o que normalmente possibilita sua estabilidade é o simbólico e a falta constitutiva que sustenta o imaginário, falta fálica (-φ) presente no estágio do espelho e que, no entanto, não se vê, pois, o que falta não pode ter imagem. Mas no lugar de (-φ) tem-se (Φo) que retorna fazendo irrupção no imaginário e provocando um furo no real na imagem no corpo do homem dos lobos: o furo no nariz, no órgão, representa o pênis, segundo Freud (Quinet, 2011, p. 200).

Assim, acompanhamos que o raciocínio diagnóstico do autor opera inequivocamente com a hipótese conceitual de uma psicose compensada e com a noção clínica de suplência, exatamente tal como fora apresentada por Vegh (2008). Para Quinet (2011) no caso do Homem dos Lobos a forclusão do Nome-do-Pai é uma evidência comprovada pelo episódio delirante. A função paterna forcluída no simbólico é suprida, é suplantada por um significante criado pelo tratamento: *Wolfsman*. Em outras palavras, na visão clínica de Quinet (2011) o Homem dos Lobos manteve-se compensado até quando pôde sustentar-se no laço social, apresentando-se com este nome, um nome suplente, que não era o seu:

Essa suplência será abalada em 1951, no momento de novo surto do homem dos lobos, quando ele é interpelado pelo seu nome originário [...]. ao ser interpelado pelo seu nome russo e não pelo nome de suplência, situação que se constitui um chamado ao Nome-do-Pai, uma vez que é mobilizada a questão da nomeação, dá-se a emergência do objeto a no campo da realidade sob a forma de olhar e vozes (Quinet, 2011, p. 203).

Assim, é a noção de *psicose compensada* e o advento de uma teoria da suplência ao Nome-do-Pai, localizada pelos comentadores apresentados como ‘o constructo teórico’ legado por Lacan pela teoria do nó-borromeano que encerramos a exposição de um time de autores que compõe o que chamamos ‘os estruturalistas clássicos’. O predicado ‘clássico’ advém da clara ênfase que estes autores se esforçam por dar à manutenção da diagnóstica estrutural e tripartite (neurose, psicose e perversão) admitindo a existência de uma psicose renovada em outros termos, esta renovação não deixa de ser uma sustentação estrutural – na interpretação destes autores:

Desde esta perspectiva, podemos considerar o Homem dos Lobos um precursor do psicótico compensado de nossos tempos, às vezes inapto para certas rotinas que não lhe interessam – e quase completamente indiferente a respeito do que ocorre a seu

redor, exceto no que faz seus pontos de sustentação estrutural (Lombardi, 2003, p. 23).

Tal como podemos visualizar, a leitura deste autores combina a razão diagnóstica da forclusão ou não-forclusão do Nome-do-Pai com a teoria do nó-borromeano. Em outras palavras, o Nome-do-Pai (em sua presença ou sua ausência) “é tomado como eixo articulador central da clínica diagnóstica que acabamos de ver ser realizada aqui.

Encontramos na leitura de Porge (1998) uma interpretação conceitual que pode ser vista como suporte das leituras aqui desenvolvidas. Para o autor, quando Lacan decide pluralizar o Nome-do-Pai em *nomes-do-pai*, na verdade, estaria completando um circuito teórico que desdobra seu principal conceito, mas não modifica sua reflexão diagnóstica. Ou seja, na hipótese do autor, a pluralização dos nomes não implica um declínio na função diagnóstica binária exercida pela presença ou ausência do Nome-do-Pai, implica apenas um desdobramento conceitual do que Lacan chama de função paterna por ter incluído o real como conceito forte em seu ensino. Em suma, para Porge (1998) o que se pluraliza é a noção de Lacan em torno da “função paterna”, mas isto não implica necessariamente um desdobramento acerca da centralidade do Nome-do-Pai que sendo chave da diagnóstica de Lacan, teria condições de reabsorver e reacomodar em sua singularidade toda a pluralidade atribuída aos desdobramentos da função:

A singularidade do termo *Nome-do-Pai* resistirá ao movimento constante de reabsorção da função paterna na sua determinação pelo real, pelo simbólico e pelo imaginário e ao franqueamento destas três dimensões. É a história desta resistência que nos propomos a retrair. Supomos que, quando Lacan anunciou, em 1963, um seminário que tinha por título *Os nomes do pai*, ele estava a ponto de reconhecer esta resistência. (Porge, 1998, p. 30)¹⁶.

Em suma, trata-se de outra leitura que defende a tese de que o Nome-do-Pai, no singular, resiste à proposta de pluralização, ou seja, resiste a ser transformado em os nomes do pai. Este grupo que representa a diagnóstica clássica reforça, prioritariamente, o pensamento tal como foi formulado por Lacan na década de cinquenta. Os passos lógicos da construção edípica, bem como a primazia do conceito

¹⁶ Todos os grifos são do autor.

do falo (enquanto operador conceitual chave que advém da inscrição do Nome-do-Pai) dominam o tom da racionalidade diagnóstica em questão. O falocentrismo é condição da psicanálise desde a era inaugurada pelo sujeito freudiano.

De toda a forma, entretanto, a grande ampliação teórica vista por estes autores, não está na reacomodação crítica do Édipo, mas sim na introdução sucessiva que Lacan teria conferido ao registro do real, após a década de sessenta. Para tais comentadores, a formalização cada vez mais delimitada do real leva Lacan a ampliar os constructos já adotados e confere fôlego renovado à primeira década do ensino.

Na visão de conjunto, verificamos que este grupo trabalha muito próximo ao texto de Lacan. Os comentadores em questão mencionam os lugares da obra nos quais se apoiam. Em suma, seu regime de interpretação é combinar Lacan com Lacan. Ainda sim, mesmo com este rigor de proximidade, não deixa de chamar nossa atenção que, apesar das possibilidades teóricas estarem bem delimitadas neste capítulo, há duas leituras diagnósticas radicalmente diferentes para o Homem dos Lobos: Em Pommier (1999) o caso é lido pela chave da uma neurose obsessiva e, em Quinet (2011) e Lombardi (2003) o caso é diagnosticado como uma psicose que estava compensada até certo momento do segundo tratamento do paciente em questão. A discrepância de dois diagnósticos tão diferentes, dentre autores que partilham da mesma base teórica é relevante ao debate. A primeira consequência que podemos extrair disto é, em princípio, que a garantia de uma leitura uniforme dentre os pós-lacanianos está impedida de partida. Uma diferença adicional é, entretanto, evidenciada. Para fundamentar sua leitura diagnóstica, Pommier (1999) usa a noção de castração e realce (pilares da teoria das estruturas clínicas) para ler os episódios narrados pelo paciente, mas sua construção fundamental não se dá via estes constructos e sim pela análise da relação transferencial que este paciente tinha com Freud. O diagnóstico de neurose obsessiva é sustentado com a condição de articulação na posição de servo obediente ao mestre que o Homem dos Lobos adotou perante Freud, por anos, segundo Pommier (1999). Esta dimensão da análise da transferência não é adotada como problemática de frente para os autores que fazem sua hipótese do diagnóstico de psicose compensada. Deste modo, tanto a noção clínica de suplência, realizada pelo significante *Wolfsman*, quanto o indecifrável do caso associado ao real, parecem ganhar autonomia decisória nesta leitura.

Estes elementos abrem nosso debate a uma questão importante legada pelo discurso extraído deste grupo. A noção de *psicose compensada* aparece aqui como elemento que foge à lógica interna de redescritção das estruturas clínicas. Devemos destacar, entretanto, que sua aplicação, apoiada na noção de suplência ao significante Nome-do-Pai. Verificamos que o diagnóstico em questão, quando analisa o episódio delirante do paciente sobre o furo no nariz, supõe ali uma desamarração entre os registros imaginário, simbólico e real. Entretanto, a noção explicativa ainda permanece vinculada à forclusão do Nome-do-Pai, que entra como condição de causa para o aparecimento do delírio tardio do paciente. Sendo um diagnóstico *a posteriori* devemos introduzir aqui a pergunta se haveria algum indício clínico que permitisse aos autores cancelar o diagnóstico de psicose, antes da “descompensação”?

3. Reformulações da diagnóstica lacaniana

O discurso dos autores apresentados neste capítulo possui um ponto em comum: a hipótese de que os desenvolvimentos conceituais de Lacan, após a década de 1960 e, principalmente, após a década de 1970, implicariam a superação de uma diagnóstica fundada na lógica binária forclusão/não forclusão. Os autores que se debruçaram sobre o tema propõem uma necessária complexificação do universo diagnóstico pautado na obra lacaniana. Para eles, as mudanças conceituais no ensino não podem ser lidas apenas como alargamento de constructos, mas sim como alterações que produzem diferenças qualitativas na visão diagnóstica. Assim, o discurso que encontraremos a seguir é de que as quebras teóricas introduzidas por Lacan devem ser reconhecidas, em suas diferenças, principalmente, no que tange a possibilidade de que o conceito central, o Nome-do-Pai, tenha se tornado dispensável ou substituível. Exporemos a tese de cada um deles, a começar pela proposta crítica de Soler (2009)¹⁷.

3.1 Alteração da função paterna e autonomia dos registros, segundo Colette Soler

Para Soler (2009), após os desenvolvimentos teóricos iniciados com o seminário *Les non-dupes errent* (1973/74), a racionalidade diagnóstica apresentada por Lacan em seu ensino já não mais pode ser considerada apenas a partir da leitura das três estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão). O primeiro argumento crítico da autora é que a chamada diagnóstica tripartite nunca se sustentou como tal: considerando que o conceito chave da diagnóstica das estruturas clínicas é o Nome-

¹⁷ Nota de Tradução: o texto da autora está publicado no idioma espanhol. Todas as citações referentes a essa obra são de nossa responsabilidade.

do-Pai, então, operacionalmente, a clínica lacaniana teria sido sempre regida por um binarismo (foraclusão ou não foraclusão do Nome-do-Pai): “funcionamos com a alternativa ou *psicose ou neurose-perversão*, terceiros excluídos” (Soler, 2009, p. 59). Outra crítica diz respeito às interpretações da obra de Lacan que optam por radicalismos, ou seja, há uma objeção tanto à leitura continuísta (que toma a obra como linear e sem rupturas), quanto à leitura “evolucionista”, que prevê que o desenvolvimento da década de 1970 anularia todos os conceitos e bases teóricas usadas antes disso.

Ainda segundo Soler (2009) o grande ganho clínico com a teoria do nó borromeano teria sido justamente oferecer um modelo capaz de abarcar constituições subjetivas não psicóticas que dispensam o Nome-do-Pai como articulador necessário aos três registros. Neste sentido, a objeção final construída pela autora refere-se ao atual uso desmedido da noção de *psicose compensada*, uma construção que em sua opinião não se sustenta conceitualmente:

(...) então, porque não dizer que a neurose é uma psicose compensada? Uma psicose compensada pelo Nome-do-Pai como quarto, que as três dimensões se mantêm unidas na neurose, porque este quarto que é o Nome-do-Pai? Neste caso, devemos dizer: neurose= psicose compensada. (Soler, 2009, p. 67)

Para defender sua proposta contrária à noção, Soler (2009) sugere que Lacan teria aberto mão da centralidade do Nome-do-Pai em sua razão diagnóstica. Ou seja, Lacan, após 1974, teria introduzido mudanças subversivas quanto ao que ele mesmo chamou de função paterna, na década de 1950. A partir delas não seria mais possível operar com a lógica binária foraclusão/não foraclusão do Nome-do-Pai. Assim, por diversas vezes a autora irá reiterar que “Lacan não disse o mesmo sobre o pai”:

Lacan, entre todas as dificuldades de leitura que apresenta, há uma que consiste em certa tendência, se vocês o seguem de um extremo ao outro de seu ensino, a retomar os mesmos termos que utiliza há dez ou quinze anos: aqui se trata do Nome-do-Pai. Então, retoma antigos termos, variando totalmente de uso, as definições, a função, mas, conserva a palavra e, obviamente, isto produz mal-entendidos. Numa leitura precipitada se afirma: “Ele diz o mesmo!”. Não, não, ele não disse o mesmo e acerca deste ponto do *pai* em particular, creio que não disse o mesmo. (Soler, 2009, p. 71, grifo nosso)

Se Lacan não disse o mesmo acerca do ponto do pai (em particular) precisamos perguntar à psicanalista francesa em qual ponto ele houve mudança conceitual acerca do que disse sobre o pai. Segundo ela, Lacan modificou

radicalmente sua aceção acerca da noção de função paterna¹⁸: à época do texto *De uma questão preliminar [...]*, a concepção de Lacan sobre a função paterna era uma e depois foi modificada após 1973. Essa alteração implicará, necessariamente, a queda da centralidade do Nome-do-Pai como chave da diagnóstica. A autora remete o leitor ao texto de Lacan, localizando a ruptura conceitual em questão num grupo de três seminários: *Les non-dupes errent* (1973/74), *R.S.I* (1974/75) e *O Sinthoma* (1975/76)

Na interpretação de Soler (2009), o desenvolvimento de Lacan acerca das diferentes possibilidades de anodamento dos três registros (real, simbólico e imaginário) obriga os clínicos a sair do comodismo de uma diagnóstica binária, considerada “uma repartição muito simplista” (Soler, 2009 p. 63), para pensar uma diagnóstica mais complexa, que envolve outros elementos conceituais. A psicanalista lança mão de uma ironia para criticar os autores que usam o nó borromeano como se ele fosse uma nova roupa numa velha diagnóstica. Segundo sua tese, a teoria borromeana submete os seguidores de Lacan à árdua tarefa de repensar uma completa reformulação no campo da repartição nosográfica, uma empreitada deixada inacabada pelo mestre:

Meu título deste ano é *La querella de los diagnósticos*, eu quisera me comprometer em um desenvolvimento que interroga com precisão o que é que muda no que se refere a questão do diagnóstico a partir da introdução do nó-borromeu (...). O que muda com o nó borromeu, o que deveria mudar se levamos em conta as elaborações de Lacan nesta época? Efetivamente se seguem falando da clínica diferencial como se nada tivesse mudado desde de “De uma questão preliminar [...]”. Continua-se funcionando com as categorias clássicas como se o novo esquematismo não tivesse se aberto a nenhuma acomodação no nível da nosografia clínica. Seguimos funcionando com a alternativa binária: Nome-do-Pai ou Nome-do-Pai zero (NP ou NP0); não foraclusão ou foraclusão e, então, funcionamos com a alternativa “ou psicose ou neurose-perversão”, terceiros excluídos. E então, fim para os borderlines, fim para as personalidades narcísicas e aí os deixo. (Soler, 2009, p. 59, grifos nossos)

Para Soler (2009), a divisão estrutural entre uma psicose e outras formas de subjetividade continua mantida. A teoria lacaniana do nó borromeano não cria qualquer linha contínua entre as diferentes psicopatologias, mas sim cria um “novo esquematismo”. Novo, porque obrigaria o psicanalista a incluir os casos nomeados por ela de os “terceiros excluídos” (p. 59) do binarismo. Trata-se das personalidades

¹⁸ A mudança na função paterna à qual a autora se refere obedece a um desenvolvimento complexo, exposto adiante.

narcísicas, borderlines, anorexias, que posteriormente serão classificadas por ela como personalidades de exceção.

A crítica direta feita aos autores que interpretam a obra de Lacan na chave da continuidade refere-se ao que ela indica como uma infiltração do Nome-do-Pai no nó borromeano, o que levaria a uma subutilização do modelo. O passo dado pela teoria do nó foi descobrir que uma efetiva amarração borromeana pode dispensar o Nome-do-Pai e ser feita por outros meios. Entretanto, “infiltrando o Nome-do-Pai no fundamento do nó borromeano, somente resta indicar que não há nó borromeano sem o Nome-do-Pai” (Soler, 2009, p. 62). A grande descoberta que “muda tudo” (p. 81) é justamente a possibilidade de amarração borromeana feita por outro meio: a suplência.

É necessário destacar o uso muito particular que Soler (2009) faz do conceito de suplência ou o “suplente ao pai”. Não se trata de um substituto frágil para o Nome-do-Pai, mas sim seu justo contrário: é um artifício substituto, tão eficiente quanto o oficial. O suplente, oferecendo-se como um quarto elo, engendra uma amarração também borromeana para os três registros, dispensando o Nome-do-Pai. Em sua leitura, só podemos falar em psicose quando não há amarração borromeana, nem por meio da suplência, nem por meio do Nome-do-Pai. Pautando-se inteiramente neste princípio, a autora usa a noção de suplente ao pai como o conceito teórico que teria permitido à Lacan pensar uma constituição psíquica não psicótica mesmo na ausência do Nome-do-Pai: “Gostaria de fazer um comentário. Se o Nome-do-Pai é suplementário e pode ser suprido, o que nos autoriza a dizer que, quando o quarto nó é distinto do Nome-do-Pai estamos diante de uma psicose?” (Soler, 2009, p. 67). É por esta via que a autora acusa a infiltração do Nome-do-Pai num esquematismo teórico que seria inédito, justamente, por ter descoberto que o Nome-do-Pai é dispensável: “Quero sublinhar que com esta forma de considerar os problemas, Lacan obteve algo muito claro: se trata de colocar em questão a própria necessidade do Nome-do-Pai em si mesmo (Soler, p. 65, 2009)”.

Ela afirma ironicamente que, quando o nó borromeano é lido com a lente teórica dos anos 1950, ou seja, através do binarismo forclusão/não forclusão, então fica “muito fácil” defender a tese da homogeneidade diagnóstica na obra de Lacan. Já que a grande mudança trazida na esteira do nó borromeano não é o postulado de uma abolição de classes, então alguns analistas aproveitam para dizer que “nada mudou”:

É possível servir-se perfeitamente bem do nó borromeano para não mudar nada de nossos critérios diagnósticos. É muito fácil. A descontinuidade colocada por Lacan desde o início entre a psicose e as outras estruturas clínicas (neurose e perversão) não está posta em questão propriamente falando pelo nó-borromeu. A problemática clássica pode reformular-se facilmente no nó-borromeu como se tão somente se tratasse de uma mudança de vocabulário. (Soler, 2009, p. 62)

Para a autora, se Lacan estivesse seguro que sua diagnóstica das três estruturas clínicas (e o papel decisivo do Nome-do-Pai) devesse permanecer inalterada, ele não teria se esforçado tanto para desdobrar o conceito de função paterna com noções como “dizer”, “um dizer que nomeia” e “nomeado para”. Assim, segundo a tese de Soler (2009), a obra de Lacan possui sim uma ruptura parcial. Desta forma, constatamos que a noção de “ruptura epistemológica” aplicada por ela não carrega o sentido de uma substituição evolucionista de paradigma. Dito de outra forma, para a autora os desenvolvimentos do último Lacan (que ela localiza após 1973) não anulam os primeiros desenvolvimentos, mas carregam uma diferença importante quanto ao uso da função paterna e “isto implica finalmente, imediatamente, sem exame clínico suplementar, a possibilidade de outra repartição no campo nosográfico” (Soler, 2009, p. 66).

Para a psicanalista, Lacan tentou de toda a forma manter a homogeneidade conceitual de seu ensino, mas em 1973 viu-se diante de um paradoxo quanto à necessidade do Nome-do-Pai para formar uma constituição psíquica. Assim, rastreamos os pontos que em sua opinião perfaz a ruptura. Descobrimos dois deles: a mudança na concepção de função paterna e o postulado de não hierarquização e independência entre os três registros.

Lacan teria se esforçado até 1974 para fazer de suas novas elaborações apenas um incremento de vocabulário, uma ampliação daquilo que ele já havia dito, mas, para Soler (2009), no seminário *Les non-dupes errent* (1973/74) este plano começa a fracassar. Se Lacan ainda acreditava que era possível manter-se o mesmo, as principais mutações já estavam presentes em sua fala. A autora indica que, se buscarmos o ano de 1974, encontraremos Lacan tentando incluir a função do pai e reacomodar o Complexo de Édipo, apenas sugerindo uma ampliação teórica sem consequências qualitativas:

Em 1974 tentou também localizar a inibição sintoma e a angústia na clínica borromeana, logo depois o Complexo de Édipo, e a letra, o objeto a, a função do pai,

etc. então, ele mesmo fez esboços –ainda que não desenvolveu muito – de trasladar sua análise clínica de uma formulação a outra. Isto nos indica ao menos que ele pensava que era possível, que não havia feito um salto a outro paradigma. Isto nos obriga então a interrogar as razões do deslocamento e porque ele faz um giro até um esquematismo novo. (Soler, 2009, p. 28)

A grande questão colocada a partir de 1974 é que Lacan, ao tentar apenas retraduzir os conceitos, altera-os significativamente. Para Soler (2009), o desenvolvimento do conceito criou seu próprio paradoxo e se viu obrigado a fazer um giro que o leva a um novo modelo diagnóstico. Para Soler (2009) não é coincidência que no exato momento em que o nó borromeano lhe foi apresentado, o leitor atento de Lacan conseguirá observar que, ali, ele introduz uma fala acerca de novas sintomatologias e novas designações do sintoma, até então ausentes de sua fala:

Acabo de indicar que Lacan conservou a mesma posição até 73. Mas, avançou um passo a mais em seu último ensino, a partir do momento que introduziu o nó borromeu, começando justamente nos anos 72/73. Ali introduziu, falando com propriedade, uma nova sintomatologia; quer dizer, novas designações do sintoma e uma nova construção teórica para tentar dar conta disso. O mais estranho, enfim, bem estranho... é que não nos referimos a isto quase nunca (...). Nos referimos, ou seguindo nos referindo, com preferência às elaborações anteriores. Especialmente nas psicoses vamos diretamente a “De uma questão preliminar” e ao “Seminário 3”: está claro que não serei eu que irá dissuadi-los de estudar estes textos, eles são a base, mas, creio que assim, ficamos um pouco estacados no tempo, para dizer o mínimo. (Soler, 2009, p. 17).

Soler (2009) define em seguida a nova sintomatologia tem relação com as psicopatológicas historicamente alinhadas sob a classe psiquiátrica de *transtornos de personalidade*. Depurando um pouco mais o que encontramos em Soler (2009), ela sugere que, quando em *Les non-dupes errent* (1975/74) Lacan fala daquilo que um dia foi proibido (o plural dos *nomes do pai*), ele de fato introduz uma mutação em seu principal conceito, modificando a possibilidade de transmissão da lei paterna: já não é mais necessariamente transmitida e inscrita pela metáfora (advinda do Nome-do-Pai), mas pode ser inscrita por algo *nomeado para*. No lugar do nome, entra um suplente “nomeado para”.

A autora sugere a seu interlocutor que vá até as aulas de março de 1974, onde, em sua opinião, encontraremos um desenvolvimento que obedece aos seguintes passos: em princípio, a função do pai é nomear – índice da metáfora. Depois, a função paterna é alterada para “o pai porta um dizer que nomeia” e até aí, diz Soler (p. 81),

não temos grandes alterações. Entretanto, quando na sequência Lacan formula que “o dizer que nomeia tem a mesma função do pai”, isto altera tudo acerca do que sabíamos sobre a função paterna:

Insisto porque quando diz “o pai porta um dizer que nomeia”, não há problemas. Mas, quando se agrega, tal como faz Lacan, “o dizer que nomeia tem a mesma função do pai”, isto muda tudo. E teremos a prova disto com Joyce: um dizer que nomeia sem o pai pode ter a mesma função que o pai. Eu o retomarei, para tentar consolidá-lo.

Dito de outro modo, a função de nominação que é uma função de anodamento é precisamente o que certifica nestes anos, me parece, *a queda do privilégio do pai*. É por isso que Lacan produziu estes desenvolvimentos e fez estes assinalamentos tão insistentes: o pai não é indispensável, ‘é um nome para perder’, ‘pode-se prescindir dele’, “sem recurso ao Nome-do-Pai, etc, há muitas fórmulas e todas elas vão no mesmo sentido. (Soler, 2009, p. 82, grifos nossos).

A autora não é nada obscura em sua leitura e localiza nas passagens acerca da função do dizer e da nomeação ocorridas ao longo do seminário *Les non-dupes errent* (1973/74) a principal mutação no ensino de Lacan, ponto de virada que faz, se não uma ruptura paradigma, ao menos uma quebra crucial na razão diagnóstica que reinava absoluta até então pelo eixo binário forclusão/não forclusão:

Poderia se pensar que somente se trata ali de uma mera agregação que Lacan faz ao que concerne ao Nome-do-Pai (...). Mas, não se trata simplesmente de um agregado, é um salto na concepção do que ele havia chamado de “função paterna”. (Soler, 2009, p. 81)

Este salto leva a autora a depurar a obra de Lacan. Aqui a vemos nitidamente propor sua interpretação, já desenhando uma nova repartição nosográfica. Segundo sua tese, o salto deve ser dado pegando carona na noção diferencial entre receber a inscrição do nome puro (o Nome-do-Pai) e *ser nomeado para*: “Se seguimos Lacan é necessário distinguir a nominação daquilo que ele chama de “ser nomeado para [être nommé à]”, diferença esta desenvolvida em *Les non-dupes errent*, se não estou equivocada” (Soler, 2009, p. 87).

Neste contexto, o “ser nomeado para” aparece como destino indissolúvel do sujeito dado pelo outro, um desígnio que faz a função de maestro dos registros e ordena toda a subjetividade em questão. Para a psicanalista, trata-se não de um mandato, mas uma espécie de destino insubstituível fortemente prescrito ao sujeito e “se tivéssemos que dar uma fórmula para o *ser nomeado para* ela não seria do tipo: “tu és” (o “tu és” pode ser uma nominação), mas sim ela seria do tipo: *tu serás*”

(Soler, 2009, p. 87). Neste argumento teórico reside o salto que altera a exclusividade do Nome-do-Pai.

Na tese de Soler (2009), à época do texto *De uma questão preliminar [...]*, a função paterna aparece intimamente associada à “nomeação” (cuja inscrição estabelece os moldes quadrangulares de uma neurose: o esquema R), mas com os desdobramentos de *Les non-dupes errent* (1973/74) a função paterna é relativizada. Estes desenvolvimentos provocam uma teoria da constituição psíquica que abre mão do conceito Nome-do-Pai para admitir duas possibilidades diferentes de existência subjetiva: “uma submissão despersonalizante” e “problemas de personalidade”. Estas subjetividades não inscrevem o sujeito dentro da lógica de uma neurose nem seguem uma estruturação psicótica, ou seja, tratam-se de outras possibilidades subjetivas. A autora encontrou nesta interpretação da obra de Lacan uma possibilidade de acolher o grande campo psicopatológico tradicionalmente nomeado pela psiquiatria como “distúrbios da personalidade”:

Melhor tentarmos compreender um pouco a diferença. Se pode pensar que “ser nomeado” no sentido forte do termo é precisamente o que permite não sucumbir para o “ser nomeado para”. O “ser nomeado para” é uma forma de alienação, e em linhas gerais, produz dois tipos de respostas dos sujeitos. A dimensão do “tu serás isto ou aquilo” produz dois tipos de respostas nos sujeitos, dois tipos de indivíduos: por um lado, possivelmente o que chamarei de “*uma submissão despersonalizante*”, o que provoca sujeitos cuja vida realiza a prescrição que o Outro lhe dirigiu (...). por outro lado, ocasiona respostas de rechaço, de repulsa, de desobediência. Neste caso, se trata daquilo que em toda uma corrente de psicanálise e psiquiatria se chama de “*os problemas de personalidade*”. (Soler, 2009, p. 88, grifos nossos).

Seria então pela via do “ser nomeado para” que a constituição do sujeito encontra uma suplência ao Nome-do-Pai sem que isto implique uma estruturação psicótica. No caso dos problemas de personalidade a autora irá alterar o nome para “personalidades de exceção” – via pela qual irá examinar Joyce.

Tal como a interpretamos, com essa articulação teórica a psicanalista começa a desenhar a seu modo a nova repartição nosográfica no ensino de Lacan. A necessidade de superar esta razão diagnóstica binária, para Soler (2009), deve ser ainda fundamentada numa outra mutação teórica em Lacan: o postulado de independência originária dos três registros. Se Lacan descobriu nova possibilidade de articulação entre real, simbólico e imaginário, então deveríamos pensá-los como independentes em sua origem. Neste contexto, as diferentes possibilidades de

amarração formam o próprio campo da constituição subjetiva. É nesta aposta que localizamos a tese de Soler (2009), para quem este ponto de ruptura na obra de Lacan está localizado no período entre os anos de 1975 a 1976, que abrange tanto o Seminário 22, *R.S.I* (1974/75), quanto o Seminário 23, *O Sinthoma* (1975/76). Na opinião da autora, trata-se aqui de uma reformulação da conceituação de Lacan acerca do que são os três registros. Acompanhemos sua articulação.

Para Soler (2009), o giro que culmina na elaboração de um esquematismo novo (o nó borromeano) pode ser lido como um “ciclo” discreto na apresentação de Lacan sobre os três registros cujo primeiro passo costuma ser apagado: no *Seminário I* os três registros (real, simbólico e imaginário) são intuitivamente pensados por Lacan de modo “avulso”, autônomos e não hierarquizados; a partir de meados dos anos 1950 eles passam a ser pensados como intimamente associados e hierarquizados pela prevalência do simbólico. Após 1973, os três registros são definitivamente conceituados como autônomos e não hierarquizados. Assim, de modo inequívoco, para Soler (2009) a *última fase* do ensino de Lacan não é caracterizada por uma prevalência do real, mas pela noção de autonomia dos registros onde um não se sobressai em relação a outro. De acordo com esta interpretação, esta última fase do ciclo separa os três registros. Este seria o giro teórico que faz com que o problema clínico de Lacan seja colocado nos seguintes termos: como pensar a cada caso o modo como os registros (autônomos) foram amarrados? É neste ponto – diz Soler – que a função diagnóstica passa a ser referida à função de anodamento: é o tipo de anodamento que se converte num problema, o que “implica finalmente, imediatamente, sem qualquer exame clínico suplementário, a possibilidade de outra repartição nosográfica” (Soler, 2009, p. 67). Vamos acompanhar o argumento da autora.

Quanto ao registro do simbólico – diz Soler (2009) – duas definições não se contrapõem nem se superpõem. A definição clássica do simbólico como “cadeia significante” prevê um simbólico intimamente associado ao imaginário (p. 38). Por sua vez, o simbólico pensado como registro independente deve valer-se da metáfora dos grãos de areia, ou seja, “um simbólico que não pode ser senão um conjunto de elementos disjuntos, de Unos não encadeados, não anodados entre si” (Soler, 2009, p. 40). É assim que, para a autora, a redefinição de Lacan de cada um dos registros não pode ser vista como um acréscimo de conteúdo, pois estas duas definições não podem

ser redutíveis ao mesmo. Seria preciso, assim, admitir que o simbólico do Grafo do Desejo não é o mesmo simbólico do Nó borromeano:

Um amontoado de gente como um montão de areia! Então, algo muito importante: *o simbólico do nó borromeano, não é o simbólico do Grafo do Desejo*, por exemplo. O imaginário mesmo, no nó borromeano, não é o de “De uma questão preliminar [...]”, Lacan insiste regularmente nos últimos seminários sobre a afirmação seguinte: o imaginário é o corpo. Isto não designa ao corpo como substância viva, senão o corpo da imagem, o da “boa forma” – como se diz. Em outras palavras, se trata de um imaginário voltado sobre a matriz do estádio do espelho, sobre este fenômeno primário, aparentemente irreduzível, da fascinação do ser humano por sua própria imagem (Soler, 2009, p. 40, grifo nosso).

Notemos a importância dessa articulação conceitual. Quando a autora sugere que o simbólico do nó borromeano não é o mesmo simbólico do grafo do desejo vemos que ela defende uma tese oposta daquela defendida por Isidoro Vegh (2008), que faz justamente um esforço de demonstrar como o grafo do desejo pode ser retraduzido pelo nó borromeano. É neste tipo de comparação de leitura que vemos as diferenças conceituais produzidas por diferentes modos de interpretação de uma obra.

Para Soler (2009), a mesma mutação conceitual ocorre com o registro do *imaginário*. Quando Lacan decide por formalizar o imaginário de modo desvinculado do simbólico, ele coloca a seus seguidores a necessidade de reformular “toda a fenomenologia” que está atribuída ao imaginário. Isto obriga a repensar situações clínicas que remetem ao corpo, a existência de fenômenos do imaginário que estejam livres das construções fantasmáticas, ou seja, livres do ponto em que o imaginário se articula com o simbólico. Não parece se tratar do imaginário do período intermediário do ensino de Lacan: “Me parece seguro que o imaginário não anodado é um imaginário que não inclui as significações do desejo e do fantasma (...). É por isso que Lacan repete todo o tempo: ‘o imaginário é o corpo’” (Soler, 2009, p. 43).

Por fim, a autora lembra que as muitas definições que Lacan dá ao *real* geralmente costumam-se ater ao impossível, como impossível de simbolizar ou de significantizar. Até aí, diz a autora, “o real assume a mesma definição de Deus na ontologia negativa” (p. 42). Partindo deste ponto, a desconfiguração que o nó borromeano traz à categoria de real é o fato dele ser pensado como a articulação paradoxal entre o vivente (vida) e a morte (impossível de simbolizar). É nesta injunção que se conjugaria o conceito de gozo. Assim, na leitura da autora, o real do nó borromeano não pode ser equivalente somente ao vivente, ao falasser: “Em

referência ao real, Lacan o define também como fora do simbólico e do imaginário, desanodado no nó borromeano, autônomo” (Soler, 2009, p. 42).

Assim, considerando a autonomia, são as diferentes possibilidades de realizar o anodamento dos três registros que irão determinar, necessariamente, uma nova repartição nosográfica: “Vamos dividir o campo em duas grandes partes: a parte em que não há nó borromeu, que escrevo como uma foraclusão para conectar com a foraclusão do Nome-do-Pai – aí estamos do lado da psicose – e a parte onde há nó” (Soler, 2009, p. 66).

Na parte onde há nó borromeano a autora vê duas possibilidades: a neurose clássica, na qual o nó borromeano é amarrado pelo Nome-do-Pai, e subjetividades de exceção, nas quais o nó borromeano é efetivado por um suplente ao pai, um dizer que nomeia, o *nomeado-para*. Esta nova proposta nosográfica da autora não faz uma linha de continuidade entre psicose e as outras formas de amarração dos três registros. Do lado do não anodamento borromeano, a autora prevê duas formas de psicose: a esquizofrênica (desanodação total) e a paranoica (anodação pelo nó simples de três). Ela resume sua sugestão assim:

Lacan acaba de indicar-nos três possibilidades: a eventualidade de um anodamento de três, sem o quarto suplementário – e é o que ele faz quando desenha o nó simples – e depois os anodamentos de quatro, com um quarto que anoda os três que não estavam anodados. Mas, acaba de indicar que estes anodamentos de quatro são em si mesmo divisíveis: o anodamento de quatro pelo Nome-do-Pai como quarto (Édipo Freudiano) e anodamentos de quatro pelo que poderia funcionar como outro quarto, as suplências do Nome-do-Pai, já que ele mesmo disse que o Nome-do-Pai é suscetível de suplência. Trato de seguir a lógica de sua elaboração. (Soler, 2009, p. 66).

Vejamos um último ponto na teorização da autora: a questão da “psicose compensada”. Para Soler (2009) essa noção nunca foi um constructo teórico usado ou desenvolvido por Lacan – por isso ela se recusa a pensar o caso Joyce sob esta lente diagnóstica. Quando Lacan desdobrou a função paterna e encontrou a possibilidade de um suplente que viesse a fazer a mesma função do pai, ele legava a seus seguidores a tarefa de realizar um exercício clínico muito complexo e minucioso: a cada caso em que não existir uma neurose comum (amarração borromeana feita via Nome-do-Pai) o psicanalista se vê diante da tarefa de ter que “estudar ou saber, o que caracteriza em cada caso os laços fundamentados em suplementos que não são o pai. Mas, colocá-los todos no grande caso das psicoses não resolve o problema” (Soler, 2009, p. 110). Sob

esta perspectiva, Joyce não seria um sujeito psicótico e, Lacan não acreditava que ele o fosse. Ao referir-se ao caso Joyce, Soler (2009) parece indignar-se com a plateia que acompanha seu curso e lança a seus ouvintes um desafio para que alguém lhe traga uma prova de que Lacan teria pronunciado uma única frase afirmando a psicose de Joyce:

Peço a vocês que busquem, busquem e lhes asseguro que não encontrarão uma só frase que diga que Joyce era psicótico, nenhuma; ou caso encontrem alguma se me escapou, peço que venham me assinalá-la urgentemente para que eu vá ver o contexto. (Soler, 2009, p. 69).

O desafio lançado pela autora fica aqui repassado a nosso leitor.

Para Soler (2009) não foi por mera prudência que Lacan não afirmou que Joyce era um psicótico. A autora relembra sua relação pessoal com Lacan e assegura a sua plateia que não se tratava de alguém que tivesse qualquer apreço por uma atitude socialmente precavida com o intuito de evitar escândalos. O que Lacan realiza com Joyce é um exercício, uma investigação exaustiva sobre a pergunta “é ou não um caso de psicose?”. Para Soler (2009), a possibilidade de ser uma psicose está lançada e relançada por Lacan o tempo todo, mas ele não a conclui como resposta:

Constarão vocês duas coisas: Primeiro, e está claro, é evidente que ao longo dos textos Lacan se interroga sobre uma possível psicose de Joyce. Pergunta: Joyce estava louco? Ele se dirige a Jacques Aubert, especialista em Joyce e responsável pelo volume de *La Pléiade* e lhe pergunta: “segundo sua opinião, Joyce se tomou por um redentor?”. Estando subentendido que tomar-se por redentor é um dos sintomas-tipo de uma psicose. Logo sublinha, a partir do episódio de la paliza que este relato testemunhou que Joyce tinha uma relação especial com seu corpo próprio. Diz: a indiferença, ao deixar-se cair do próprio corpo, nos faz ‘suspeitar’ de uma psicose. Depois há outras indicações que mostram que a pergunta estava colocada. (Soler, 2009, p. 69)

Assim, o tema da psicose de Joyce fica cerceado por uma pergunta, mas não por sua conclusão, pois: “Ao final, ele conclui dizendo que em Joyce há um anodamento por um quarto que não é o Nome-do-Pai, e sim o seu *ego*, mas ele não diz que se tratava de uma psicose (...). Não creio que era apenas prudência” – sugere Soler (2009, p.69). Para Soler (2009) quando após muitos rodeios Lacan finalmente decide postular que o Nome-do-Pai é substituível significa que ele, de fato, é substituível:

Creio que quando ele diz “Joyce, o *sinthoma*” quer dizer que faz de Joyce o exemplo paradigmático de um sujeito que prescindiu do Nome-do-Pai, mas se serviu dele, quer dizer que coloca a operar uma função de anodamento homóloga sem passar pelo Pai. É assim que isto não produz uma psicose, apesar de tudo o que se pode dizer a respeito em outras ocasiões (Soler, 2009, p. 70).

A noção de *sinthoma*, aparece, portanto na tese da autora como sinônimo do uso que ela faz do conceito de suplência. O ego de Joyce entra como *sinthoma* não por ser um ego, mas por ser o ego do artista e, então, “o Nome-do-Pai é um *sinthoma* e há outros. Por exemplo: Joyce. Em Joyce, Lacan arma a hipótese de que seu ego, o nome de seu ego, mais precisamente o artista que funciona como quarto” (p. 68). O mais difícil de trabalhar com os discursos pós-lacanianos, neste sentido, é descobrir com qual interlocutor silencioso cada autor fala, mas a luta conceitual entre eles se revela, em verdade, benefício clínico a nós que assim estamos montando nosso panorama. Neste ponto, devemos destacar que, para Soler (2009) – contrariamente ao que veremos em Miller (1999)¹⁹ – não há qualquer passagem no texto de Lacan na qual se possa extrair a tese de que a noção de suplente ao pai faz uma amarração borromeana mais frágil, mas passível de soltura, do que a amarração borromeana feita pelo Nome-do-Pai. Ela critica seus pares pelo atual uso desmedido da noção de *psicose compensada* e debocha da estranha posição de psicanalistas que recentemente decidiram mudar o diagnóstico de seus pacientes atendidos há anos: “Quando vemos um sujeito que foi considerado neurótico durante dez, quinze anos, e se desencadeia, se diz ‘ah, não se reconheceu que se tratava de um psicótico!’. É muito simples, uma explicação mágica” (Soler, 2009, p. 68).

A ironia talvez pudesse ser acompanhada de maiores explicações acerca de como a autora sugere fazer um exame para realizar o diagnóstico diferencial. O que vemos aqui anunciado é um fato clínico importante que será debatido na sequência: está aberta a possibilidade de admitir episódios de desrealização corporal (tal como Soler (2009) localizou em Joyce), de irrupção de episódios delirantes, sem que eles sejam tomados como signos clínicos imediatos de uma psicose. Quando Soler (2009) dá grande ênfase à autonomia originária dos registros, ela aponta que uma nova

¹⁹ Neste contexto, adiantamos ao leitor que a tese de Soler (2009), radicalmente contrária à noção de “psicose compensada”, pode ser lida como uma verdadeira barricada conceitual à leitura milleriana sobre Joyce, inteiramente fundamentada na noção de “psicose compensada” e que irá até a noção de “psicose ordinária”, tal como exporemos adiante.

fenomenologia deve ser atribuída à condição de sua independência. Disto extraímos que o psicanalista pode ter notícias “avulsas” do imaginário (por exemplo, um episódio de descolamento corporal) ou, ainda, a possibilidade de apagamento momentâneo da referência fálica (um delírio ocasional) sem que isto necessariamente indique um desanelamento da condição borromeana. Veremos que todas estas condições clínicas serão examinadas por Amigo (2007) sob o nome de “clínica dos fracassos da fantasia”.

Deixemos Joyce descansar um pouco para adentrarmos na clínica dos fracassos da fantasia, terra de Hamlet e das anorexias.

3.2 A clínica dos fracassos da fantasia, segundo Silvia Amigo

Se fizermos um esforço de vencer nossos próprios preconceitos, ao ser o duplo da estrutura, o analista confrontado com este tipo de analisante ver-se-á obrigado a rever suas premissas sobre a completude do universo tripartido neurose, psicose e perversão

(Silvia Amigo, p. 118)

Descobrimos que a proposta de “clínica dos fracassos da fantasia” possui uma relação intrínseca com a proposta de Soler (2009): também para Amigo (2007) o advento da teoria do nó borromeano no ensino de Lacan oferece aos analistas a possibilidade inédita de sair de uma diagnóstica de lógica binária. Trata-se de uma suposição segundo a qual é preciso ler Lacan vencendo os próprios preconceitos acerca da não universalidade da diagnóstica tripartite. Antes de iniciarmos a exposição desta autora, julgamos válida uma nota acerca de seu vocabulário. Em alguns momentos refere-se aos registros (real, simbólico e imaginário tal como dispostos no nó borromeano) como “os anéis”, mas frequentemente prefere usar o termo “cordas”. O termo “corda” não é apenas uma opção estilística: está intimamente vinculado a sua proposta teórica, pois referir-se aos registros como “as cordas” lhe

permite pensar uma mobilidade e uma maleabilidade das diferentes condições psíquicas oferecidas por possibilidades de amarração borromeana que implicam constituições subjetivas desenquadradas, tanto da categoria da neurose quanto da categoria de psicose. Essas características são condições essenciais do pensamento da autora, que formula uma nova direção de cura para pensar casos historicamente concebidos como não responsivos ao tratamento psicanalítico (os exemplos da autora concentram-se na clínica da adolescência, nos quadros de grande inibição e principalmente nos quadros de anorexia).

A diferença clínica da proposta de Amigo (2007) para com a tese de Soler (2009) é o fato de que esta se ocupa de uma reformulação conceitual detalhada, ao passo que com a noção de “clínica dos fracassos da fantasia” aquela se debruça sobre a questão da direção do tratamento, já dentro do campo da reformulação proposta por Soler (2009), ainda que as autoras não mencionem qualquer conhecimento mútuo acerca dos seus desenvolvimentos teóricos. Outra diferença refere-se ao fato de que Amigo (2007) trabalha com o nó borromeano usando para cada registro a noção de pluralização do Nome-do-Pai. Segundo sua interpretação, quando Lacan sugere a pluralização dos nomes do pai, refere-se ao fato de que a função paterna pode incidir de modo diferencial no registro do imaginário, do simbólico e do real; e ainda que, os modos diferenciais destas incidências determinam a conclusão ou a suspensão da montagem de uma fantasia. Assim, o manejo das cordas enquanto campo prévio que aponta uma tese preocupada com a direção do tratamento é o ponto de ressalva feito por Hector Yankelevich, responsável pelo prólogo à primeira edição do livro:

Esse livro – o segundo de Silvia Amigo [...] – propõe um fato apaixonante: uma análise, uma cura analítica não consiste apenas em uma tarefa de leitura e deciframento a fim de fazer cair o excesso de gozo que fixa o sujeito em seus sintomas, mas também, só pelo fato de ler, o analista escreve o que ainda não estava inscrito, atualiza a *lettre en souffrance*, a faz chegar ao destino, porém já não no sintoma, mas na adequação tradução da letra do Nome-do-Pai, mudando o sentido do movimento do nó. (...)

Esses casos já foram tratados com maior ou menos êxito. Êxito que depende tanto do paciente quanto do analista. Foram e são teorizados fundamentalmente de duas maneiras. Fazendo deles quadros psiquiátricos inteiramente específicos, o que proíbe por direito a cura standard; enfocando-os desde a teoria clássica, como casos especiais, como “casos limite” – e este é o mérito imenso da escola lacaniana argentina. O que nesta segunda direção a autora nos propõe é inovador: uma escrita lógica, uma demonstração conceitual, uma proposta de direção da cura (Yankelevich, 2007 p. 13).

A direção da cura proposta pela autora dentro dos casos que irá examinar pressupõe a mesma hipótese de base usada por Soler (2009): a teoria lacaniana optou por postular autonomia e a não hierarquização dos registros a partir de 1974. Desta forma, Amigo (2007) também se baseia na leitura de que a mudança clínica em questão trazida pelo modelo borromeano é uma inovação diagnóstica que se refere à função do anodamento, aos tipos possíveis de anodamento e relação entre os registros.

Amigo (2009) lembra seu leitor da imagem de Lacan manejando as cordas e fazendo as tranças que irão constituir o nó borromeu. A autora sugere que se deve seguir ao “pé-da-letra” o conselho de Lacan segundo o qual devemos manejar clinicamente o nó borromeano de modo “bobo”, ainda que ele seja matematicamente complexo. Alertando que de bobo Lacan não tinha nada, ela retoma o conselho dizendo que para ela usá-lo de modo bobo significa que é um modelo passível de maleabilidade, que se mexe. A maneira com a qual Lacan trabalha com as cordas, bem, “cada brincadeira daquela” pode indicar uma condição clínica diferente. Desde esta interpretação da obra de Lacan, ela sugere que o mestre sentiu necessidade de fazer um modelo diagnóstico cujas três dimensões deveriam ser levadas a sério em sua literalidade, ou seja, que cada registro deve ser pensado em regime de igual condição constitutiva do sujeito.

De acordo com a tese da autora, postular o não privilégio de um dos registros obriga que se retome em que medida a construção de uma fantasia é tributária de um registro ou outro – já que eles podem ser pensados de modo separados. É nesta inversão que sua tese começa a ser construída. Neste ponto localizamos uma sutil diferença com o pensamento de Soler (2009): para Amigo (2007), a autonomia dos três registros possui como principal consequência não o privilégio, mas um inédito resgate do valor clínico dos fenômenos decorrentes do imaginário:

Quando Lacan no seminário XIX ...ou pire, começa a se perguntar pela importância do registro do imaginário na clínica das neuroses e das psicoses, essa senhoria do nó lhe oferece uma solução, porque lhe indica agregar o imaginário, que vai fazer do sujeito, então, triplamente determinado pelo real, pelo simbólico e pelo imaginário, em condições de equivalência, em condições iguais de constitutividade (...).

A partir de RSI Lacan estabelece que não há prevalência do simbólico, nem do real, nem do imaginário, que o sujeito está triplamente determinado pelas três cordas. (Amigo, 2007, p. 32)

A clínica borromeana seria a saída encontrada por Lacan para destituir a prevalência do simbólico. Para Amigo (2007), trabalhar com a autonomia dos três registros é supor que real, simbólico e imaginário devem ser pensados em condição de igualdade na constituição do sujeito. Esta autonomia lhe permite formular a tese segundo a qual: “Tentarei estabelecer, tomando apoio no nó borromeano, última das escritas de Lacan, que a meu juízo esclarece a tripla determinação da fantasia, uma diferença entre gozo fálico e significação fálica” – afirma a autora (p. 28). É com base nesta assertiva que irá montar toda sua hipótese. Vejamos.

A importância do simbólico se estabelece definitivamente como privilégio da diagnóstica em *De uma questão preliminar*(1957/58) e o registro do real começa a figurar sua importância a partir do Seminário 11 (1964) com a reformulação do conceito do objeto *a*. Mas e o imaginário? Para Amigo (2007), é o resgate da importância deste (como um registro que também oferece condições para determinar a constituição psíquica de um sujeito) que lhe oferece a possibilidade de pensar dois modos de inscrição subjetiva de um sujeito perante o campo do Outro dentro do estádio do Espelho. Na primeira possibilidade (a única admitida por Lacan na década de 1950), o sujeito entra no estádio do espelho significado como objeto de desejo do Outro, uma formulação concentrada na assertiva freudiana para o estabelecimento da referência fálica: “*his majesty the baby*”. Esta posição subjetiva determina a neurose clássica, uma vez que instaura a criança numa clara inscrição fálica, ou seja, ela um dia foi simbolicamente o falo do outro e isto obedece posteriormente a um deslocamento. Entretanto, para a autora, quando Lacan, após 1974, decide por resgatar o imaginário como não submetido ao simbólico, há uma outra opção de entrada ao sujeito no estádio do espelho: a criança pode ser tomada como instrumento do gozo fálico do Outro (e não da significação fálica).

A pergunta que se impõe é a seguinte: poderia acontecer que para um sujeito estejam inscritas as letras que emolduram os furos do simbólico e do real (respectivamente S1 e Φ) e não a que emoldura o furo no imaginário? Minha hipótese é estabelecer que isto possa chegar a acontecer o que se obtém resultados clínicos específicos: fracassos da fantasia e melancolização (Amigo, 2007, p. 116).

Neste caso, no campo do imaginário o sujeito está tomado como objeto, algo que não é necessariamente replicado como coordenada no campo simbólico. Tem-se, assim, uma condição na qual a articulação do imaginário é suficiente para fazer

fracassar a inscrição de uma fantasia, mas no campo do simbólico nada acusa o fracasso da inscrição do Nome-do-Pai. A proposta de Amigo (2007) leva às últimas consequências a tese lacaniana de que os três registros não são hierarquizáveis para sugerir que quando se fracassa o furo no imaginário há um sujeito aprisionado em patologias narcísicas como as anorexias, mas ainda assim um sujeito que escapou da psicose:

Não é que se exclua o simbólico (...), mas é mais útil tentar manobras clínicas entre o real e o imaginário. Esta variação de dispositivo não indica para nada que estejamos falando de psicose. Apenas indica, nem mais nem menos, que, ao não se tratar de uma neurose de transferência, o dispositivo clínico deve ser reinventado. Existem modos não psicóticos de estar fora da lei. Nem todo desvio em relação à norma é psicótico. (Amigo, 2007, p. 139).

É dentro desta leitura que a autora irá desenvolver a tese de constituições subjetivas que implicam um fracasso estável da fantasia e faz das *anorexias veras* seu modelo padrão. Para Amigo (1997) há uma separação clara entre aquelas anorexias e bulimias que são de origem histérica e aquelas que são “puras”, as quais assumem a nomeação de “anorexia vera”. A diferença, diz a autora, encontra-se no fato de que os sintomas anoréxicos ou bulímicos das histéricas dividem suas energias com outros sintomas e diluem-se em outras possibilidades de fazer troca com o outro. Nestes casos a clínica orienta-se tradicionalmente pelo simbólico, num sistema de deslocamento e condensação. São sintomas fixos e rígidos, mas passíveis de deciframento, posto que assumem seu lugar numa série. Já as bulimias ou anorexias veras são radicalmente diferentes, pois a recusa da comida é a única forma pela qual ela se relaciona com o mundo. Ou seja, o laço social (ou a troca discursiva) com os outros é feito exclusivamente pelo fato de não comer ou pelo fato de comer e vomitar:

Nesses casos de *eating disorders* veras, assim como em qualquer outro caso de fracasso estável da fantasia, “entra-se” clinicamente com mais eficácia entre o imaginário e o real. Isso não quer dizer que não se fale, mas não se fala decifrando. Pode se falar construindo, hipotetizando, montando histórias, se quiser explicando, mas isto já é usar a palavra de modo que gire entre imaginário e real. (Amigo, 2007, p. 139)

Neste ponto a autora deixa um pouco em suspenso sua aposta na releitura diagnóstica para expor seu entendimento do curso de montagem de uma fantasia: “Para montar a fantasia, para escrever a fantasia, necessita-se da estrutura do Outro e

das contingências do sujeito em relação ao Outro. Leva muito tempo na vida para montar essa construção” (Amigo, 2007, p. 32). Toda a construção do argumento teórico baseia-se num vínculo entre as noções de sujeito, Outro e tempo. Para a autora é clinicamente imprescindível saber que a fantasia não é algo que venha dado pelo Outro, ainda que se deduza do campo do Outro:

(...) a fantasia é uma resposta que o sujeito se dá à pergunta enigmática pelo desejo do Outro. Esta definição sublinha corretamente o fato de que a fantasia é a resposta singular do sujeito, por conta do sujeito, acerca do que o Outro deseja. Para o que eu acrescento, tem que ser possível a interrogação acerca do desejo do Outro. Para que alguém possa se responder “o que quer o Outro de mim?” deve-se sentir-se primeiramente legitimado a formular-se a pergunta, situação que está longe de ser uniformemente válida. Além disso, uma vez que foi possível sua formulação, não é nada fácil encontrar uma resposta (Amigo, 2007, p. 20).

Neste ponto a tese dos tempos necessários para a montagem da fantasia converge com a tese da autonomia dos três registros. Cada tempo de inscrição da fantasia indica que os nomes do pai obedecem a três modalidades de inscrição: sua inscrição no real, no simbólico e no imaginário e que a cada modalidade de inscrição determina-se o lugar ocupado pelo sujeito (por vir). Se a forclusão do Nome-do-Pai no simbólico não está imposta ao sujeito como condição de partida, então a determinação para uma constituição psíquica neurótica ou uma constituição psíquica afetada por patologias narcísicas irá apenas se concluir na segunda volta edípica, quando a autora localiza a finalização possível da escrita de uma fantasia, ou seja, a resposta que o sujeito dá à pergunta “*Che Vuoi?*”:

Para poder responder o que o Outro quer leva pelo menos toda a primeira volta edípica e também a segunda. A meu juízo, o Édipo culmina na segunda volta, a da adolescência, na qual pode se produzir uma fantasia definitiva. Isto é uma afirmação que define para o sujeito uma resposta mais ou menos estável ao “*Che vuoi?*” (Amigo, 2007, p. 22)

Vemos aqui que a noção de tempo é condição com a qual a autora define sua noção de fantasia. Usando um tom clínico e de modo bastante expositivo, seu argumento passa pelos exemplos clínicos nos quais o analista recolhe os efeitos em uma criança do fato de que sua mãe, até segunda ordem “saudável”, passa por uma situação contingente impensável e cai em depressão. Para Amigo (2007) estas situações não são sem consequências na montagem da fantasia de um sujeito que, de uma hora para outra, vê seu lugar no campo do Outro ser absolutamente modificado.

A autora vai assim delineando sua tese de que uma fantasia definitiva é realmente tributária do tempo, e “leva muito tempo” (sublinha mais uma vez). A tese em questão é em verdade uma “desconstrução” da tese comum no meio lacaniano de que a fantasia é a janela pronta pela qual se olha o mundo.

Relembrando que ao falar da fantasia Lacan se remete ao pintor Magritte, Amigo (2007) sugere que antes da tela ter ficado pronta devemos considerar que o pintor levou um tempo para realizá-la e que, ademais, constrói molduras dentro de molduras. A aposta no conceito de tempo inclui no raciocínio da autora o fato de que para além da janela (que é a moldura) há que se pensar no cavalete, que é aquilo que dá apoio ao quadro, na tela, e no conteúdo daquilo que é pintado e que é visto desde a moldura da janela. Valendo-se da tela de Magritte, ela propõe que há um primeiro tempo de constituição da fantasia que se define pela expulsão do real. Trata-se da paisagem que fica de fora da moldura e isto define a pré-condição de existência da montagem. Em segundo lugar, é “a identificação ao traço unário do Outro” que fará o traçado da moldura (p. 25). Por fim, há o conteúdo, que se refere àquilo que será pintado dentro da janela.

Assim, a autora defende a tese de que uma fantasia deve ser tomada tal como Lacan fez com o quadro, isto é, em sua totalidade. Deve-se considerá-la não apenas como uma moldura, mas também uma pintura que compreende a tela, os bastidores, as cortinas. Deste modo, entendemos que esta proposta refere-se a duas possibilidades subjetivas. Tal como vimos nos casos da anorexia, tratar-se-ia de uma condição subjetiva na qual a posição do sujeito dentro do estágio especular foi tomada como um “objeto do gozo fálico do outro”. Esta condição lhe foi suficiente para montar a questão *Che vuoi?*, mas insuficiente para elaborar uma resposta a ela (a fantasia fracassa de modo irreversível). Ou seja, há um fracasso estável da fantasia o qual a autora define como:

Casos em que o sujeito não sendo um psicótico, isto é, não tendo fracassado na inscrição do significante do Nome-do-Pai, tendo obtido a incorporação do real do Outro real e a do simbólico do Outro real, ainda assim não pôde terminar, não por uma crise, mas por estrutura e não só por contingências, de constituir a fantasia e vive perpetuamente em meio às graves dificuldades desse déficit constitutivo (Amigo, 2007, p. 27).

Há, entretanto, outra possibilidade da noção de “fracasso da fantasia” ser introduzida no campo clínico psicanalítico (*fracassos ocasionais*):

Tratam-se de casos em que o sujeito pôde constituir uma fantasia, mas por alguma contingência ou crise estocástica da vida perde momentaneamente as letras ou a ordem das coisas, como se desmantelasse o quadro, perdesse a moldura, caíssem as cortinas, se derrubasse o bastidor, carecendo momentaneamente de figuração do objeto. O sujeito terá perdido a disponibilidade de sua fantasia. Nessas condições o sujeito perdeu sua bússola, não pode saber o que deseja (...). (Amigo, p. 27, 2007).

A autora toma a tragédia shakespeariana como exemplo paradigmático da indisponibilidade momentânea da fantasia. Seus passos são claros e toda sua proposta gira obviamente em torno da “prolongada suspensão do ato” de Hamlet. A hipótese da autora é que tal inibição do ato refere-se uma indisponibilidade de acesso à fantasia que costumeiramente lhe daria a saída para um impasse. Todas as vezes que saímos ou decidimos algo o fazemos de acordo com a lógica de nossa fantasia. A inibição de Hamlet advém depois do pai (o rei morto) ter-lhe dado a tarefa de matar Cláudio e assim devolver ao trono a dignidade perdida. Hamlet se colocou em ato para muitas coisas, foi capaz de tudo, menos de executar o ato que precisava executar. A autora então supõe que o aprisionamento de Hamlet deve-se a uma fala específica do *ghost*: “Mas de qualquer modo, que realizes o empreendimento, não contamines seu espírito nem deixes que tua alma tente algum dano contra sua mãe”. O fantasma do pai, longe de encarregar-se de cortar o gozo da mãe, transforma-se em seu próprio cúmplice (p. 76).

A grande hipótese da autora é que nesta conjuntura de coordenadas a fantasia que sustentava falicamente a existência de Hamlet, bem localizado no campo do Outro, desaparece. Vendo-se imerso na loucura, ele suspende seu ato. A restituição da existência de Hamlet no campo do Outro se dá apenas quando Ofélia suicida-se, provando com a morte seu amor por ele, ressituuando-o quanto ao desejo do Outro: “Esse suicídio faz com que Hamlet recupere bruscamente a disponibilidade da dignidade do objeto, podendo daí em diante fazê-lo passar de objeto de gozo obsceno a objeto de desejo digno” (Amigo, 2007, p. 79).

Os casos como o de Hamlet descrevem um sujeito que está momentaneamente na posição de objeto do gozo do Outro e, nesta posição subjetiva, uma intervenção que opere prioritariamente pelo simbólico está fadada ao fracasso, pois quem

fracassou antes é a fantasia de onde o sujeito responderia. Temos assim a seguinte direção de intervenção:

(...) nos casos subsidiários da demanda de gozo do Outro trata-se da manobra no limite dos cruzamentos entre I e R. Nessa zona, deverá restabelecer-se um vazio notado por nós como a letra – ϕ , restabelecimento subsidiário da abertura ao infinito da corda do imaginário. Essa abertura fará aparecer, dessa corda, o furo real, isto é, o real do imaginário. Proponho denominar esta intervenção clínica de: manobra imaginária literante (Amigo, 2007, p. 80).

É na proposta nomeada de “*manobra imaginária literante*” que localizamos uma das grandes contribuições clínicas dentro do grupo pós-lacaniano. Essa “manobra imaginária literante” é uma sugestão capaz de operar somente considerando uma clínica desde a concepção borromeana, na qual casos nos quais uma fantasia não se constitui não se revelam necessariamente uma psicose. Veremos a seguir que a autora não está sozinha em sua “manobra” clínica indicando a intervenção do analista entre o imaginário e o real. Descobrimos outras leituras clínicas que são compatíveis com a tese em questão. Todos os autores que apresentaremos em seguida possuem em comum com Amigo (2007) a interpretação de que tais casos limite ou casos de fracasso, seja da fantasia, seja da referência, fálica não remetem ao diagnóstico de psicose.

3.3 Diagnóstico diferencial e episódios delirantes ocasionais na visão de outros autores

O que Alfredo Eidelsztein (2008), Juan-David Nasio (1993), Contardo Calligaris (1989) e Jean-Claude Maleval (2012) possuem em comum é a rejeição em adotar a solução de “psicose compensada” para casos clínicos que trazem ao psicanalista uma posição subjetiva fora do padrão usual da neurose freudiana fundada no retorno narrativo cuja amarração central se dá na saída edípica. Ou seja, temos aqui uma gama de autores que também prevê condições clínicas nas quais a fantasia

fracassa e, portanto, a direção clínica do tratamento não pode estar fundada na proposta de “travessia da fantasia”.

Em primeiro lugar, localizamos a proposta de Eidelsztein (2008)²⁰. Para o autor, após da década de sessenta na qual Lacan formula, mais precisamente o registro do real, ele o faz através da noção de objeto *a* que, uma vez formalizado mudaria a visão global da diagnóstica lacaniana. Para Eidelsztein (2008), a racionalidade diagnóstica lacaniana pode então ser dividida entre casos que possuem extração do objeto *a* e casos os quais não a possui, o que implica um campo clínico ainda a ser pensado quanto à direção do tratamento, mas o autor faz suas interpretações. A clínica na qual há extração do objeto *a* seria entendida como “mais além do pai (p. 45)”, uma clínica cuja direção opera pela lógica da fantasia, lógica do intervalo – assume Eidelsztein (2008). O autor propõe neste contexto que a “clínica do intervalo”, seria a clínica na qual o sujeito apresenta-se pelo hiato existente entre *S1* e *S2*, donde se extrai em queda o objeto *a* e sua consequente formulação da fantasia. A noção chave empregada pelo autor é o *fading* do sujeito, noção através da qual ao analista é possível fazer intervenções clínicas que mostram ao analisante o engodo de uma atuação pela fantasia. O *fading* mais radical do sujeito seria o acting out, no qual a fantasia é atuada. Mas, na ideia de travessia da fantasia, dentro de uma condição clínica na qual a fantasia é estruturalmente completa, o *fading* está em operação o tempo todo, já que a própria análise é instrumento pelo qual o sujeito supostamente faz a travessia. Nestas condições, afirma Eidelsztein (2008), teremos que pensar uma repartição diagnóstica na qual a clínica do intervalo (extração do objeto *a*) aborda os casos de neurose e perversão – sugere em seu quadro esquemático (p. 78, 2008). Do lado da clínica do não-intervalo, ou seja, clínica na qual não está em jogo para o sujeito a extração do objeto *a*, o autor afirma que estão os casos do *holófrase* (p.78). A grande novidade do pensamento construído aqui é a sugestão de que o campo da *holófrase* não é, necessariamente, o campo da psicose.

Para Eidelsztein (2008), as condições clínicas nas quais não há extração do objeto *a* abarca o campo da psicose e da resposta psicossomática – até aí segue as principais elaborações de Lacan (1964). A diferença clínica entre os casos de psicose para com os casos de psicossomática, afirma o autor, deve ser extraída do fato de que

²⁰ Todas as traduções do original em espanhol são de nossa responsabilidade.

na psicose, a não-extração do objeto *a* impede o sujeito de acessar a verdade sexual contida na “Outra cena” , “ tanto no polo paranóico quanto no polo esquizofrênico a ausência do fading do sujeito se articula a uma certeza autoreferencial” (Eidelsztein, p. 335). Quando a ausência de *fading* se articula à certeza autoreferencial quer dizer que, na psicose, o sujeito é subsumido da resposta que visa amarração de sentido de tal forma que o sentido lhe retorna desde o campo do Outro, na condição de uma voz que lhe vem de fora. Com isto o autor propõe opositivamente que nos casos de resposta psicossomática, a ausência do *fading* do sujeito não seria autoreferencial, mas sim parcial e referida somente ao registro do corpo: “No fenômeno psicossomático a ausência do intervalo no qual se aloja o fading do sujeito se articula com a impossibilidade da localização do sujeito do inconsciente no furo ofertado pelo real do corpo” (Eidelsztein, p. 335, 2008). Estaria em jogo, uma clínica diferente tanto da neurose quanto da psicose posto que “A resposta psicossomática, sendo do sujeito, deve ser essencialmente diferenciada de qualquer retorno puro do real, que seja o que seja, não é “do sujeito”. (Eidelsztein, p. 332, 2008).

Examinando a dificuldade diagnóstica imposta pela clínica da psicossomática, encontramos uma hipótese homóloga à de Eidelsztein (2008) na proposta de Nasio (1993) intitulada *Psicossomática: as formações do objeto a*. A leitura clínica de ambos os autores é bem semelhante, naquilo que se refere à distinção e não inclusão da psicossomática no grande caso da “psicose compensada”. O ponto adicional acrescentado por Nasio (1993) é o fato de que, uma vez que o objeto *a* não está extraído e a montagem da fantasia não se fecha de modo completo (como no caso das neuroses padrão). Haveria que se levar em conta que a lesão psicossomática seria um retorno no corpo do objeto não extraído. Nasio (1993) propõe uma distinção clínica interessante ao sugerir que, uma clínica padrão da neurose clássica deve basear-se no fundamento freudiano do “retorno do recalcado” cujos índices clínicos são recolhidos das famosas formações do inconsciente: chistes, sonhos, sintomas e atos-falhos. As formações do inconsciente tem por base uma estrutura cuja lógica obedece à decifração do sentido pela interpretação da cadeia significante, afirma o autor. Em outro polo clínico, estariam não as formações do inconsciente, mas sim as formações do objeto *a*, nos afirma Nasio (1993). Por formação do objeto *a* o autor entende os fenômenos clínicos de alucinação, passagem ao ato e a lesão psicossomática. O denominador comum a todas elas é sua impossibilidade de ser decifrada pela lógica

significante – diz Nasio (1993). Para o autor, os casos de lesão psicossomática possuem uma forclusão parcial, um indicativo de que o significante paterno que incide especificamente sobre o registro imaginário caducou, mas isto não implicaria que Nome-do-Pai esteja foracluído no simbólico.

Neste contexto, tal como defende Amigo (2007), também Nasio (1993) propõe que a direção clínica a ser adotada nestes casos deve optar por intervenções entre o imaginário e real, quais sejam, intervenções não pautadas no princípio de decifração do sentido inconsciente, mas sim de reconstrução de uma parte perdida da realidade do paciente, que se refere especificamente ao universo de seu corpo. Assim, por vias diferentes, mas tangenciando o mesmo ponto, entendemos que estes autores tangenciam a noção de clínica do fracasso da fantasia. Para Nasio (1993) intervenções que convidam o analisante a falar de outro aspecto que não de sua lesão, levam à possibilidade de que, de modo aleatório esta lesão receba alguma nomeação, passando assim a entrar no código de decifração simbólica: “por esta razão, é que, no tratamento, o paciente é convidado a nomear a lesão, a simbolizar a lesão” (Nasio, 1993, p. 88).

Julgamos que tais propostas ampliam clinicamente a noção de fracasso da fantasia. De outro modo, há autores que se apoiam na condição de exceção assumida por alguns episódios clínicos de delírios avulsos, indicativos de uma ruptura fálica momentânea, também tal como faz Amigo (2007) na leitura sobre Hamlet. Em jogo, estariam casos nos quais a evidência delirante é patente, mas não há qualquer outro índice diagnóstico para a psicose, donde decorre uma necessidade de pensar episódios avulsos de irrealização, rupturas de sentidos e alucinação corporal. Um dos exemplos mais expositivos que encontramos é a tese de Maleval (2012) para quem o delírio histérico deve ser fundamentalmente diferenciado do delírio presente numa psicose dissociativa.

Para Maleval (2012) é possível ocorrer episódios fortemente delirantes em sujeitos histéricos que, por condições contingências, perderam a referência fálica de apoio na realidade, entretanto, a organização da referência é transferida à significação delirante que geralmente envolve crenças místicas. A grande diferença para com os episódios delirante das psicoses, afirma Maleval (2012), é o fato de que nestes casos isolados o analista não irá encontrar na fala delirante uma dissociação. Não se trata de um retorno do real, mas sim da fala em ato de uma castração imaginária: “O delírio

histórico aparece ali tal como é: uma castração imaginária e, ao mesmo tempo, uma fonte de satisfação auto-erótica, na qual em nada difere em absoluto dos outros sintomas histéricos” (Maleval, 2012, p. 29).

Partilhando da mesma intuição clínica, encontramos ainda as contribuições de Calligaris (1989) num trabalho dedicado à clínica diferencial das psicoses que alerta para o mesmo ponto indicado por Malveal (2012): há que se fazer uma distinção diagnóstica de base entre fenômenos que revelam a perda, ou ausência, da referência fálica imaginária e uma forclusão do Nome-do-Pai no simbólico. No que tange à clínica do diagnóstico diferencial a leitura de Calligaris (1989) contribui bastante ao debate. Para o autor, é muito difícil estabelecer um diagnóstico de psicose sem que o sujeito em questão nunca tenha entrado em franco processo de desencadeamento delirante com presença de índices estruturais da psicose clássica. A noção que opera para o autor como decisiva para realização de um diagnóstico diferencial é a sequência de fenômenos que aparece após períodos nomeados de “crepúsculo”, períodos nos quais o sujeito foi submetido a contingências que o levaram a destituir a relação entre o saber e verdade que tinha anteriormente cristalizado.

Na hipótese do autor, em qualquer sujeito, há possibilidade de haver situações de “injunção”, situações nas quais evidencia-se um descompasso, uma ruptura brusca, entre a combinação ilusória do saber com a verdade, o que levaria ao imediato apagamento da referência fálica e apresentação de aspecto delirante. Tratam-se de períodos que o autor nomeia de “crepúsculos” nos quais até possível identificar a presença de primeiras alucinações. Entretanto, o que se segue é decisivo. As alucinações cenestésicas possuem um estatuto diagnóstico muito diferente do aparecimento de uma alucinação auditiva que, esta sim, quando presente, deve ser tomada como um índice diagnóstico muito mais confiável da suposta psicose de um sujeito, nos propõe Calligaris (1989). Ainda assim, em se tratando de um sujeito estruturalmente psicótico, o crepúsculo evolui para um desencadeamento delirante, ao passo que o diagnóstico diferencial acusa que se, após o período de crepúsculo, o sujeito volta a reordenar suas referências de saber inconsciente, então, não estamos diante de uma psicose. Para Calligaris (1989), a forclusão do Nome-do-Pai é verificada diante da impossibilidade do sujeito voltar a realizar o ordenamento anterior, pois “o que está forcluído é a amarragem enquanto tal” (Calligaris, 1989, p. 44).

Nesta aposta, a clínica diferencial deveria conseguir separar sujeitos nos quais é a ordenação do saber inconsciente que fica inviável ao sujeito após a injunção, daqueles sujeitos cuja fenomenologia errática simplesmente mimetiza a desordem psicótica. Neste caso, a desordem, não é, sugere Calligaris (1989) uma questão de forclusão do Nome-do-Pai, mas sim uma recusa à norma fálica idealmente compartilhada. Assim, a clínica diferencial para o autor inclui, não a perda momentânea da orientação fálica, mas sim a verificação, *a posteriori*, daquilo que o sujeito consegue reaver disto.

Vamos à proposta de um autor que parte desta mesma intuição clínica, mas dá um passo a mais e propõe uma revisão da antropologia de base que sustentaria estas teses clínicas.

3.4 Revisão da antropologia de base, segundo Christian Dunker.

A posição de Christian Dunker no debate pós-lacaniano é singular: há vários pontos de sua leitura que reafirmam as principais colocações dos autores vistos anteriormente neste capítulo, entretanto, ao propor uma revisão da teoria antropológica que dá suporte à diagnóstica, Dunker (2011; 2015) traz ao debate um elemento inédito.

Em consonância com os autores anteriores, Dunker (2002) igualmente discorda da tendência contemporânea de privilegiar uma ampliação do diagnóstico da psicose. Exatamente tal como propõe Amigo (2007), Maleval (2012) e Calligaris (1989), a crítica do autor fundamenta-se na necessidade de rever certas condições clínicas que revelam um apagamento da significação fálica dentro da estrutura neurótica. Numa leitura clínica praticamente análoga às anteriores, para Dunker (2002) no caso de episódios de apagamento do referente fálico a clínica lacaniana atual que precipita o diagnóstico de psicose, o faz pelo fato de estar esquecendo-se de reincluir no debate um tema importante: a questão do desencadeamento dentro da neurose. Na tese do autor, há passagens de vida que impõem uma encruzilhada de coordenadas simbólicas ao sujeito nas quais o sintoma neurótico deixa de fazer sua função de contenção e aprisionamento do gozo. Nestas condições, o sujeito se vê

diante de uma impossibilidade de refazer seu cálculo neurótico do gozo para voltar a colocar-se na posição subjetiva anterior:

Uma neurose desencadeada corresponderia, nesta medida a uma neurose onde os sintomas fazem inconsistência. O que levanta o problema acerca de quais circunstâncias tornam um sintoma insuportável e em que termos este deixa de ser um artefato subjetivo para contenção do gozo (Dunker, 2002, p. 113).

O autor usa, portanto, a noção de desencadeamento na neurose, de uma forma análoga à proposta de Amigo (2007) sobre a possibilidade de que a fantasia se torne momentaneamente indisponível ao sujeito diante de uma série de coordenadas que suspendem sua referência fálica (tal foi o exemplo do enlouquecer de Hamlet). A situação que provoca uma perda momentânea da referência fálica levaria a situações clínicas que simulam uma desordem psicótica, mas tal desordem apareceria apenas no campo da significação, não do significante, ou seja, pode haver episódios de ideação delirante, mas sem que haja a presença de fenômenos elementares (fenômenos de código e de mensagem, neologismos – que historicamente são os índices basais da psicose).

Dunker (2002) expõe sua proposta de desencadeamento na neurose através de um caso clínico de um senhor de sessenta anos que tem um episódio de ruptura da significação fálica e consequente agressividade dentro de um setor de atendimento de saúde. O episódio aconteceu, após um período conturbado da vida do paciente no qual houve uma série histórica de três eventos contingentes em sequência “ ele perde o emprego, realiza uma operação delicada e seu pai morre, passando sua mãe a viver com outro homem” (Dunker, 2002, p. 121). A ruptura da significação fálica se revela como um acesso de raiva e fala de sentido indecifrável. Dunker (2002) verifica que no episódio o sujeito se viu mergulhado radicalmente na condição de ser tomado como puro objeto da intervenção do Outro, uma condição que repete as contingências de destinos as quais se viu impotente para modificá-las. Para o autor, a “comensurabilidade perfeita” de sobreposição de coordenadas entre falo e objeto *a* ocorre quando há sobreposições contingentes que questionam o sentido fálico anteriormente válido:

Essa equivalência se articula com uma curiosa ruptura na significação fálica. Isso aparece em certos temas já mencionados, mas também permite compreender a figuração quase delirante do discurso inicial. A neurose enquanto agrupamento

preciso de sintomas, se desencadeia a partir da renúncia que mostra assim efeitos diferenciais na esfera do desejo e gozo (Dunker, 2002, p. 122).

A proposta de leitura de Dunker (2002) revela que, nos princípios do pensamento do autor, a atenção chamada pelos episódios de apagamento da referência fálica se revela como uma objeção à antecipação do diagnóstico de psicose nestes casos. Nove anos depois em sua obra, um dos grandes pontos de crítica enfatizado pelo autor é o fato de que o paradigma da psicose tem se apresentado como antídoto a um problema anterior da psicanálise que já apareceu na crítica pós-estruturalista. Trata-se de basear sua psicopatologia inteiramente na neurose como padrão, uma teorização que o autor batiza de “falocentrismo” (Dunker, 2011). Para o autor, as atuais leituras que sugerem sanar os problemas decorrentes do “neuroticentrismo” com a suposição de que a psicose seria então o novo centro da psicopatologia, são leituras que incorrem no mesmo erro, ou seja, consideram que uma condição clínica é dominante, já outras seriam efeitos de deformações. Neste ponto da crítica o autor sugere que a leitura do campo psicanalítico está ainda historicamente viciada no modelo do universo circular, modelo matemático no qual se admite apenas um centro. Neste caso, a solução proposta seria que o campo da psicopatologia pudesse ser pensado no modelo de uma “elipse” (Dunker, 2015). É pautando-se nesta proposta que a leitura de Dunker (2015) introduz um passo adicional: propõe a coexistência de modelos diagnósticos diferentes na obra de Lacan.

Para a tese em questão a diagnóstica lacaniana mereceria ser revisada a cada período que Lacan formaliza um grupo conceitual, posto que a cada grupo de constructos, Lacan colocaria a seus seguidores um adendo diagnóstico diferente que o modelo ao lado não teria permitido incluir. Assim, o fato novo introduzido enquanto interpretação da obra lacaniana revela que, para Dunker (2011a; 2011b; 2015) a obra de Lacan deveria ser lida como uma teoria que opera em regime de simultaneidade com quatro modelos diagnósticos – todos eles estruturais.

Duas questões merecem aqui nosso destaque. A primeira delas é a posição ímpar do autor em fazer o resgate do tema da base estrutural – um debate que não estava disponível em outros comentadores. Em segundo lugar, tal como podemos observar, sua interpretação para a obra lacaniana propõe que seja lida por uma composição de modelos teóricos que não fecham um sistema único, daí sua proposta

de uma “*psicopatologia não-toda*”²¹”. A crítica do autor neste ponto incide num raciocínio genérico que normalmente recai na ilusão de completude baseada em propostas teóricas que pretendem ler a “universalidade” dos fenômenos através de uma única hipótese teórica na qual, sendo a única, justamente, está comprometida em responder pelo universo. Na obra deste autor, vemos que o grande alvo universalizante ao qual dirige sua crítica é o atual sistema diagnóstico DSM. Para Dunker (2010a) a cada momento que a história impõe um sistema de aspiração universalizante, um sistema que se julga apto para a tarefa de ler todos os fatos do mundo, então, este sistema estará aberto ao infinito. A grande prova seria o aumento significativo do número de categorias que acompanham as novas edições do sistema DSM. O problema da interpretação pós-lacanianista unicista da teoria das estruturas clínicas seria justamente tomá-la como uma razão única, portanto, universalista, na qual todas as condições de existência estariam reduzidas a três possibilidades, nas quais o falo seria o eixo central. Desta forma, extraímos das teses de Dunker (2011a, 2011b, 2015) a não comensurabilidade clínica de quatro modelos: estruturas clínicas, quatro discursos, a sexualização e o nó borromeano.

Para Dunker (2011a) o avanço conceitual que a teoria da sexualização requer é em si mesmo um passo lógico que definitivamente colide e impede a aspiração de universalidade da teoria das estruturas clínicas:

Até aqui não haveria nenhum motivo para não pensar que as diferenças entre histeria em um homem e a histeria em uma mulher representem variantes clínicas diferentes, dois subconjuntos da mesma estrutura. Assim como a histeria, a neurose obsessiva e a fobia, formariam as subclasses do conjunto formado pela estrutura neurótica. Mais ainda, a histeria seria o conjunto consistente que abrigaria, dentro de si, apenas e tão somente sintomas histéricos (conversões, angústia, dissociações, etc). Contudo, é exatamente esta impossibilidade que é demonstrada pela teoria da sexualização. Ou seja, os dois lados não fazem um único conjunto e um mesmo lado não forma um conjunto consistente, senão que formado por uma divisão (Dunker, 2011a, p. 138).

Na leitura do psicanalista a teoria da sexualização em Lacan deveria ser lida, ela mesma, como um anti-modelo de qualquer tese que se aspire completa e universal,

²¹ DUNKER, CHRISTIAN I. L. Por uma psicopatologia não-toda (2010a). Transcrição autorizada pelo autor com circulação interna do seminário público sobre a Obra de Jacques Lacan, ministrada no primeiro semestre do ano letivo de 2010 no Instituto de Psicologia da USP.

posto que, aquilo que Lacan teria sugerido com seu avanço das fórmulas da sexuação seria justamente que, desde que partilhemos de um universo humano (enquanto universo de seres sexuados e falantes), então, não há simetria, não há divisão igualitária, não há um padrão central do qual pode se deduzir simetricamente submodelos, pois, a condição de existência da inscrição sexuação é que *não há relação*. Assim, o autor ressalta que o grande giro conceitual imposto pelas fórmulas da sexuação seria, sobretudo, um passo lógico. Seguindo esta linha argumentativa sustenta ainda que, a partir do advento das fórmulas da sexuação, a consequência clínica que Lacan teria introduzido seria o postulado da assimetria entre fantasia e gozo, bem como o postulado da assimetria entre objeto *a* e falo (antes examinada por meio do conceito de calculo neurótico do gozo). Isso obrigaria a uma parcialização, ou a um desdobramento, da diagnóstica das estruturas clínicas que até então presumia simetria destes elementos, uma simetria que encapsulava e limitava a própria noção de fantasia.

Outro aspecto interessante da teoria da sexuação que deveria servir para rever, no sentido de parcializar, a teoria das estruturas clínicas, é o fato de que a sexuação organiza relações diferenciais no nível da fantasia. Desde o lado masculino, a mulher é posta na posição de objeto na fantasia. Desde o lado feminino, a mulher está exposta a um duplo gozo: gozo fálico e gozo do Outro. Lembremos que um dos impasses que Lacan chega no desenvolvimento da teoria das estruturas clínicas diz respeito à natureza específica da diferença entre perversão e neurose (Lacan 1968-1969[2008]). A solução encontrada passa por argumentar que esta diferença não diz respeito à implantação do Nome-do-Pai, mas ao tipo de fantasia e a modalidade de angústia que dela decorre na relação com o outro, exatamente, o tipo de raciocínio diagnóstico a que somos convidados a partir da teoria da sexuação (Dunker, 2011a p. 140).

Há uma ultrapassagem ao nível do diagnóstico diferencial que deixaria de ser comandada pelo operador conceitual Nome-do-Pai para passar a ser comandada pelo tipo de fantasia associada à posição de gozo, dentro da proposta de assimetria contida nas fórmulas da sexuação. Este tipo de construção realiza em ato a leitura de uma diagnóstica que abandona a necessidade de um ponto central (o Nome-do-Pai) para uma diagnóstica que se abre a outros desdobramentos. Assim, de acordo com a teses deste autor, a partir do modelo das fórmulas da sexuação, estaria abolido em Lacan um raciocínio diagnóstico que conta com a pressuposição de um “centro” (neuroticocentrismo) para abrir-se uma diagnóstica não-toda.

Para Dunker (2011) um dos principais pontos de avanço da teoria do nó borromeano seria o postulado do fim do reinado do “neuroticocentrismo”, um reinado que colocava no centro de sua psicopatologia uma categoria clínica da psiquiatria e um único conceito chave: o falo decorrente do Nome-do-Pai. Em sua leitura esta racionalidade diagnóstica implica uma concepção particular de sujeito submetido a um determinismo por ‘filiação’, que o localiza dentro de uma perspectiva de identidade - ainda que toda a teoria de Lacan seja um esforço renovado para não fazer coincidir o sujeito com o conceito de identidade. O problema do “neuroticocentrismo” decorreria do momento em que a obra de Lacan fora balizada pela primazia do simbólico, enquanto registro determinante da constituição do sujeito. Na opinião de Dunker (2015), o incremento lacaniano trazido pelo registro do real, nos últimos anos de ensino, daria margens às leituras que fazem uma inversão estéril: no antigo lugar de privilégio do simbólico, coloca-se uma acepção do real como equivalente da causalidade estrutural, donde se instaura incorretamente uma acepção do real como gênese absoluta (p. 293).

Para o autor, é a noção de estrutura enquanto gênese redescrita em outros termos que seria levada ao pé da letra pela proposta da teoria do nó borromeano fundamentada na hipótese de equivalência dos três registros. Ou seja, a nenhum registro seria atribuível a função exclusiva de determinar a gênese, senão que ela é, em suma, o efeito das modalidades de enlaçamento entre eles, daí as possibilidades de arranjos subjetivos serem em múltiplas; nem prevalência da neurose, nem da psicose. Para esta tese, a teoria das estruturas clínicas seria um modelo ainda herdeiro da psiquiatria, mas a própria psicanálise – desde Freud – deve muito mais à antropologia do que a psiquiatria. A partir de então, a leitura de Dunker (2015) revela que a teoria de base para o exercício diagnóstico deveria levar em consideração dois modelos antropológicos, ambos compatíveis com Lacan: o totemismo como base antropológica da teoria das estruturas clínicas e o perspectivismo ameríndio como base antropológica para a teoria dos nós. Examinemos mais de perto sua proposta.

Dunker (2015) situa as estruturas clínicas como tributárias de uma antropologia totêmica, posto que, o exame da combinatória entre Levi-Strauss e Freud confere ao Totem a função de “*organizar relações*” entre o universal e o particular, a regra e a exceção, a necessidade e a possibilidade de “classificar” objetos existentes

ou não no interior das universais e das particulares. Disso decorre a possibilidade de verificação da existência ou não do Nome-do-Pai no interior de uma estrutura (p. 284). O que o autor ressalta da função totemista é sua lógica de ‘filiação’ que atribui ao sujeito sua pertença de identidade. Segundo sua tese, a antropologia totêmica atribui e convoca o pai tanto para determinar algo que ainda não é determinado quanto para determinar aquilo que não é passível de determinação. Isso introduziria uma ‘anomalia’ análoga à determinar o “Homem” como sinônimo do ‘universal humano’, mas ao mesmo tempo ser o determinante de um único sexo (Dunker, p. 285). A antropologia totemista propõe uma organização que, dentro de seu determinismo implica uma precedência lógica da transmissão identitária: ‘filho de alguém’, ‘pertencente a’, localização subjetiva determinada pelo ‘sobrenome’ nas culturas ocidentais. Mesmo nas culturas indígenas estudadas por Levi-Strauss de tradição totêmica é o conceito de identidade que opera para definir a pertença a uma tribo e não a outra. O que Dunker (2011a; 2015) descobre em suas pesquisas é que esta antropologia totêmica foi, por anos, tomada como universal, mas não é o único modelo existente. Em oposição à antropologia totêmica, existe o *perspectivismo ameríndio* que não se funda num princípio de filiação, ou seja, dissolve a base da exigência de uma identidade fixa e propõe uma ontologia variável.

Na perspectiva dos povos ameríndios do alto Xingu, a ontologia é variável e contingente, pois depende de uma noção chave que é ‘o encontro na mata’, onde, de um encontro fortuito, decide-se em ato a natureza dos sujeitos do encontro. Isso quer dizer que não está previamente estabelecido se são inimigos, nem sequer estaria estabelecido a natureza de cada um deles que no momento, pelo encontro, será decidida. Ou seja, há uma completa suspensão da noção de identidade como base ontológica. Para o autor, esta teoria poderia ser a base necessária para pensar as modificações de constituição psíquicas que a teoria do nó borromeano traz em sua esteira.

Ao advogar a necessidade de uma revisão da antropologia de base, Dunker (2015) sugere uma variação antropológica (e não sociológica) para a leitura das outras patologias que fogem do escopo da neurose clássica. Reconhecer outras patologias, não implicaria, para nada, a leitura historicista de que o mundo contemporâneo estaria evoluindo em decorrência de um déficit da incidência da função paterna. Ao contrário, quando o autor propõe o *perspectivismo ameríndio* como uma antropologia

que deveria ser levada em consideração pelo campo da psicanálise, em verdade sugere que há diversas formas de existência do sofrimento psíquico que não devem ser lidos como efeitos de déficits sociológicos. Seria esta a hipótese de fundo sustentada pela teoria do nó borromeano e pela lógica da sexuação, segundo Dunker (2015).

Por fim, o autor vê na descoberta de uma antropologia que faz oposição à lógica totêmica, uma teoria de base que faz tensão à aspiração universalizante das três estruturas clínicas que seria uma teoria organizadora de um grande campo do sofrimento, mas tomá-la como modelo único e universal da diagnóstica no pensamento de Lacan seria incorrer no risco de sermos absorvidos por uma lente bastante psiquiatrizante dentro da psicanálise. Neste ponto específico de sua crítica o autor não está sozinho.

O trabalho *Psicanálise Lacaniana: revoluções em subjetividade*, de Ian Parker (2011[2013]) se erige justamente criticando o traço psiquiátrico carregado pela teoria diagnóstica das três estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão). O autor se insere de modo bastante peculiar na bibliografia lacaniana sobre a temática diagnóstica. Seu texto foi escrito com o objetivo de difundir o lacanismo no mundo anglo-saxônico e, ao mesmo tempo, provar ao povo inglês que a psicanálise lacaniana não é um subtipo da psiquiatria, mas sim seria um dos instrumentos intelectivos mais poderosos que o mundo atual dispõe para lutar contra os efeitos alienantes de uma sociedade capitalista. A tese de Parker (2011[13]) atribui à teoria do sujeito em Lacan todo o poder subversivo, qualificando-a como uma verdadeira proposta de *revolução na subjetividade*. Por ‘revolução na subjetividade’ – nome que confere título ao trabalho – o autor subentende a noção clínica de ‘destituição subjetiva’, a qual aponta a direção de uma análise lacaniana, que tem duplo alicerce teórico: a linguagem como fundamento da estrutura da qual o sujeito é efeito e o real como irreduzível a uma significação.

Assim, para o autor, o grande mérito revolucionário da psicanálise lacaniana é ter conseguido (com o suporte da linguística e com a tese do real) esvaziar, completamente e radicalmente a noção de Eu – noção que, por definição histórica vem atrelada ao ímpeto normalizante e medicalizante da psiquiatria que ganhou expressão na psicologia – o que o autor chama de ‘complexo psi’. Neste contexto, Parker (2011[13]) relembra a condição subversiva de Lacan em tudo a que se vinculava e “*sua simpatia por dissolver as fronteiras rígidas entre o racional e o*

irracional (p. 53)”. Entretanto, diz Parker (2011[13]), o único ponto da teoria lacaniana que deveria efetivamente ser criticado, posto que produz consequências desastrosas e mal-entendidos prejudiciais à difusão da psicanálise lacaniana é sua teoria diagnóstica das três estruturas clínicas, o único ‘ranço’ da psiquiatria que “traiu” Lacan:

Lacan rompe quase inteiramente com as tendências adaptacionistas da psicanálise, tendências atribuídas ao caráter feudal da psiquiatria e que foram então assimiladas às operações do complexo psi sob o capitalismo e ele rompe quase que inteiramente com a tentação de direcionar o paciente. Contudo, há um limite para esta ruptura que é expresso na reformulação incompleta das categorias diagnósticas feita pela maioria dos psicanalistas lacanianos (Parker, 2011[13], p. 69).

O autor fala da diagnóstica tripartite como o ponto teórico mais problemático em Lacan, posto que estaria em jogo a manutenção das categorias de ‘neurose, psicose e perversão’ numa reprodução implícita, não calculada, de um ‘discurso psiquiatrizante’; ‘obsessionalizante (p.79)’; ‘psicotizante’ (p. 83); ‘histericizante’ (p. 86). O argumento do autor defende a tese de que, este ponto teórico revela-se um efeito discursivo em forma de dominó que deixa a teoria lacaniana vulnerável a uma série de mal-entendidos ao quais, ela própria, seria a primeira a sofrer os efeitos colaterais de rejeição.

Segundo a tese de Parker (2011[13]), o primeiro mal-entendido mostra que muitas vertentes religiosas tem atualmente visto a obra de Lacan como uma teoria que se propõe a uma espécie de retorno ao religioso, à ordem do pai e, em última instância, seria o remédio para tamponar a *falta no espírito* (p.255). Afinal, Lacan e sua famosa requisição ao seu irmão padre para que pudesse ter uma audiência particular com o papa combinada a seu conceito diagnóstico chave, o “Nome-do-Pai” que foi declaradamente extraído da religião católica, ofereceriam margem suficiente para existência de tais interpretações. Assim, teríamos um problema que consiste “na maneira pela qual a psicanálise lacaniana se adapta a um momento da cultura cristã dominante e, em outro momento, à uma forma de secularismo que reforça o próprio cristianismo que pretendia evitar” (Parker, 2011[13], p. 278). O segundo grande mal-entendido gerado pela diagnóstica lacaniana, refere-se ao fato de que, a manutenção das categorias ‘neurose, psicose e perversão’ com holofotes centrais transmitiria (querendo ou não) a ideia de uma psicanálise partidária da psiquiatria – tal é o amplo

preconceito que a psicanálise lacaniana enfrenta no território inglês, sendo interpretada como uma medicina sem licença.

Desta forma, voltando às teses de Dunker (2011) a teoria das três estruturas deveria ser reconhecida como um dos maiores avanços clínicos metodológico do ensino de Lacan, entretanto não deve ser tomada em sua aspiração universal a preço de ser anulada justamente pelo sentido dogmático que historicamente se acoplou em sua leitura. Fazendo coro aos comentadores anteriores (Soler [2009] e Amigo [2007]), a principal crítica de Dunker (2011) refere-se ao caráter de completude que a diagnóstica tripartite (neurose, psicose e perversão) assumiu para os pós-lacanianos, que se esqueceram da origem do método estrutural da antropologia.

Nas teses do psicanalista, a visão tradicional que coloca as três estruturas clínicas como responsáveis pelo entendimento de toda forma de sofrimento humano, tem aspiração de ser universal somente por carregar traços fortes de uma aposta de fé que assume como verdade absoluta um modelo diagnóstico sem lhe dirigir qualquer reflexão crítica. Segundo a tese do autor, em jogo está a trilha de uma perspectiva dogmática acerca da estrutura que se impede de refletir acerca de três pontos absolutamente cruciais. O primeiro deles seria a isenção apresentada pelo clínico lacaniano que abre mão de fazer a anamnese, ou seja, de pesquisar o desencadeamento histórico do sintoma. Em segundo lugar, como as estruturas clínicas já se colocam previamente formalizadas, então se autonomizaram “impedindo que o clínico reflita sobre uma concepção de transferência que particulariza a direção do tratamento” – afirma o autor (p.143, 2011a). Por fim, o caminho dogmático da concepção se ancora na ideia de que uma estrutura está pronta desde sempre, uma crença quase metafísica que impediria o clínico de pensar sobre “*o momento histórico de decisão da estrutura* (p. 143)”.

É neste terceiro ponto dogmático apontado pelo autor, que está justamente concentrado um eixo importante do debate da clínica da infância e da adolescência. Alguns teóricos da infância se debruçam justamente sobre o problema do *momento histórico de decisão de uma estrutura*, momento em que, em alguns casos, ainda estaria por vir.

3.5 Psicoses não-decididas na infância: tempo e contingência na teoria estrutural

Se os autores expostos até aqui olham para a obra de Lacan tentando decifrar o ponto em que a teoria diagnóstica das três estruturas clínicas passou a ser insuficiente para abarcar o grande campo de posições psíquicas que determinariam o sofrimento humano, encontramos, por fim, um outro grupo de autores (da clínica da infância e adolescência) que traz ainda outra proposta. Para os autores doravante em questão, não se trata de reformular a diagnóstica, mas sim de rever a noção de estrutura como entidade meta-definida que pré-existe ao sujeito. Tal como vimos, um dos pontos dogmáticos da teoria das três estruturas clínicas apontados por Dunker (2011a) refere-se ao dogma de uma estrutura previamente pronta e fechada, dogma que impede o clínico de refletir sobre “*o momento histórico de decisão da estrutura*” (p. 143). Em outros termos a questão que aqui se coloca é: seria possível atender uma criança ou adolescente para quem o momento histórico de inscrição do Nome-do-Pai ainda esteja por vir?

Estes autores possuem em comum a flexibilização da noção de estrutura aplicada à infância. O lugar simbólico no qual a criança é inserida no seio familiar ou institucional no qual vive não lhe teria oferecido o cruzamento de coordenadas simbólicas suficiente para fechar uma estrutura clínica, assim, a decisão estrutural ficaria a espera de uma contingência capaz de inscrever ou foracluir definitivamente o Nome-do-Pai. Localizamos que, em princípio, o debate se trava em torno da equivalência ou não da clínica de crianças com a clínica de adultos. Para estes teóricos, a infância implicaria uma questão diferencial, justamente, pois há a possibilidade de sua estrutura ainda não ter sido determinada. Acompanhamos no diálogo abaixo as condições de limites da noção de estrutura clínica:

A. Jerusalinsky: Isso é o que está em discussão exatamente: se seria possível para uma criança que se articula numa relação com o significante, que implica uma estrutura psicótica, atravessar sua infância sem crise?

Calligaris: Eu penso que sim, que nas manifestações que chamamos de psicose na infância, que são manifestações críticas, estaríamos confrontados com algo que fracassa na constituição mesma de uma psicose (p. 65).

A. Callegari: Não há uma afirmação de Lacan de que não haveria psicose infantil?

C. Calligaris: Não dá para pensar a psicose infantil com os mesmos instrumentos que a psicose no adulto. A questão mesma da forclusão tem que ser abordada de um jeito diferente.

A. Jerusalinsky: Concretamente, isso estaria em jogo. Além do mais, no seminário 11 versão espanhol, na página 272, falando sobre a questão da holófrase, Lacan mostra que há justamente aí diferentes instrumentos de um modo positivo. É interessante porque é um dos poucos lugares da obra de Lacan onde ele se refere à intervenção psicanalítica, à consideração psicanalítica da psicose na infância com instrumentos diferentes do que poderia ser no caso dos adultos. Assim, o que ele diz é bem isso, que se trata de questões diferentes. De qualquer modo, estamos questionando se há ou não continuidade e identidade entre o que se estrutura como uma psicose aquém da crise e a psicose na infância. (Calligaris, 1989, p.66)

Assim como na tese de Amigo (2007) e no trabalho inicial de Dunker (1996/2013), o fator tempo comparece tensionando o conceito de estrutura. Para estes autores inclusos no debate da infância e da adolescência a hipótese clínica é a mesma, mas não se trata somente de um tempo de espera necessário para a montagem da fantasia, mas sim, seria a própria definição da estrutura que aguarda pela segunda volta edípica dada pela adolescência. Neste ponto é Calligaris (1989) quem nos resume a aposta em questão:

Quando falamos que a construção de uma estrutura precisa de um tempo, queremos de fato dizer que precisa de tempos. Eu conto pelo menos quatro. Primeiro uma disposição já inscrita no Outro, e que por sua vez já precisa talvez de uma sucessão de tempos lógicos para ser eficiente. Segundo, algo relativo à primeira relação com o Outro dito “materno”. Terceiro, o tempo do Édipo. Quarto, o período da latência e a saída na puberdade. Eu nãoalaria propriamente de estruturação, neurótica ou psicótica que seja, antes deste quarto tempo (Calligaris, 1989, p. 67).

Tal como vimos como capítulo introdutório, a entrada na década de sessenta houve na França um movimento nomeado de pós-estruturalismo, dentro do qual as críticas dirigidas às bases da teoria estrutural eram justamente feitas via noções de “tempo” e “contingência”. Ao refazer as trilhas do percurso histórico, vimos principalmente que o filósofo inglês Williams (2012) e o historiador Dosse (2007) sugeriram que as noções de tempo e contingência atacavam não o método estrutural

para análise de fenômenos, mas sim uma noção de “estrutura fechada”, dentro do qual imanaria uma verdade perene e imutável. Enfim, é dentro deste debate que nós localizamos a leitura destes autores acerca da concepção de formação estrutural na clínica da infância e adolescência.

Em hipótese semelhante, para Fink (1998), o estruturalismo de Lacan no que tange a sua noção de sujeito pode ser lido como um estruturalismo a la Gödel, posto que as extrações clínicas que poderiam ser feitas desde sua teoria revelam um uso da noção de estrutura marcado pela possibilidade de abertura do sistema, ou, nas palavras do autor “duas faces do sujeito e duas faces do objeto. Oposições binárias paralelas? Acredito que não. Ao contrário, uma forma de *estruturalismo gödeliano* como o chamo, em que cada sistema não consegue se completar pela alteridade ou heterogeneidade que contém dentro de si” (Fink, 1998, p. 12).

A noção de abertura via conceitos de tempo e contingência se mostra fundamental na leitura da clínica da infância feita também por Vorcaro (1997). Seu ponto crítico de partida é o mesmo, ou seja, também para a autora, em alguns casos da clínica infantil seria preciso considerar a hipótese de que a estrutura psicótica de uma criança não esteja ainda decidida, mas ao contrário, haveriam estados nos quais há um apagamento subjetivo que pode indicar uma espera para a decisão de estrutura. O diferencial introduzido pela leitura desta autora considera a hipótese valendo-se da formulação do nó-borromeano nos quais:

O sujeito pode constituir invenções para o atamento borromeano, em suprimento aos pontos de fracasso do enodamento, pontos em que a função da metáfora paterna não teve incidência, nas versões (*pére-versions*) que amarram R.S.I para suportar a modalização subjetiva (Vorcaro, 1997, p.134).

Neste tese o advento da teoria borromeana na obra de Lacan também traria uma complexidade que permite considerar os meandros da formação constitutiva de um sujeito através da noção de *sinthome*, como a lemento que irá definir o tipo de amarração entre real, simbólico e imaginário. Para Vorcaro (1997) a noção de *sinthome* advém como uma solução subjetiva nova que “abre uma importante via para o tratamento das psicoses especialmente das psicoses não-decidas da infância (p. 134)”.

Tese semelhante à de Vorcaro (1997) vemos também ser defendida por Bernadino (2004) através de um desenvolvimento teórico mais longo e focado na

hipótese das psicoses não-decidas na infância. Observamos que esta autora escolhe valer-se da noção de “psicose não-decida” e não da noção de “estrutura não-decida”, posto que os casos que traz a debate são casos que indicariam a possibilidade psicótica devido a um apagamento subjetivo da criança que se recusa a entrar no laço social e não revela ainda uma orientação fálica no uso da linguagem. Entretanto, tais crianças não apresentam ainda indícios de rupturas delirantes e, nem tampouco, transtornos de linguagem evidente.

Assim, na interpretação clínica de Bernardino (2004) é possível que o analista lacaniano se depare, em alguns casos específicos, com crianças cuja estruturação psíquica está num momento temporal de “suspensão”, de “retenção”, aguardando pela precipitação contingente de uma inscrição ou foraclusão definitiva que ainda estaria por vir:

Quando o outro parental falha e deixa vaga a encarnação desta função, nossa proposição é de que não há, a princípio, fechamento por parte da criança deste lugar, pelo contrário: a criança ficaria à espera deste outro. Sua estrutura se manteria *em suspensão*, através de defesas que podem ter o caráter psicótico, mas não podem servir para um diagnóstico estrutural. É a partir desta pressuposição que situaremos nossa questão sobre a foraclusão do Nome-do-Pai e sua instauração ou não no tempo da infância (Bernadino, 2004, p. 37).

Pedimos a nosso leitor que retenha sua atenção na proposta clínica contida nesta citação, uma proposta cuja chave está na noção de *suspensão da estrutura*. Observamos que no pensamento de Bernadino (2004), quando o Outro parental falha em apresentar coordenadas suficientemente claras para a inscrição da castração e da metáfora paterna, há a possibilidade de que a estruturação psíquica da criança entre num estado de retenção, aguardando a chegada definitiva do Nome-do-Pai. Veremos que alguns autores do grupo discursivo no capítulo a seguir farão, justamente, a hipótese de que no mundo contemporâneo haveria um novo sujeito: um sujeito em eterno estado de espera pela inscrição da lei que estaria por vir, mas estaria impedida de se concretizar justamente pelo atual declínio da função paterna, segundo suas perspectivas.

4. Império do gozo e queda do pai: do homem rarefeito ao perverso ordinário

O mundo infinito de objetos de satisfação a serviço do gozo irrestrito é objeto de análise de todos os autores que se apresentam nesta seção. Há um pequeno primeiro grupo que realiza um diagnóstico das variações sociais de estrutura, a partir do gozo. Num segundo momento do capítulo encontraremos duas teses diferenciais para um novo sujeito contemporâneo: o homem rarefeito e o perverso ordinário. Cada uma destas teses tem íntima vinculação com a hipótese feita por cada autor acerca do lugar paterno na atualidade.

4.1. Variações sociais da estrutura a partir do exame da noção de gozo

Para o autor Goldenberg (1997) o ensino de Lacan subverteu a lógica do superego freudiano (um superego proibidor) para postular um superego mortífero, pois, ao invés de proibir, dita ao sujeito que ele deve gozar. Esta interpretação de leitura será uma base lógica usada de múltiplas formas pelos autores que compõe este capítulo. Num minucioso estudo dirigido exclusivamente ao conceito de gozo na obra lacaniana, o autor Braustein (2007) expõe diversas formas de abordar o tema. Uma delas propõe que se há associação entre o conceito lacaniano de gozo e o conceito freudiano de pulsão, há que se ficar bem claro que se trata da pulsão de morte – no sentido de que o gozo aparece como o aspecto da vida psíquica que ‘consome’ o sujeito e recusa-se a aceder a uma simbolização. Julgamos necessário mencionar este estudo, pois, tal como vamos observar no discurso atonal que virá adiante, a acepção de Braustein (2007) acerca da condição mortífera do gozo é justamente a acepção exaustivamente reiterada no discurso dos críticos do modelo neoliberalista. Trata-se de uma visão na qual a oferta infinita da lógica do mercado engendra tanto consumo que o homem acaba por consumir a si mesmo, tal como afirma o filósofo francês Dufour (2005): “O capitalismo funcionaria, pois, muito bem. Tão bem que, um dia, ele deveria acabar por... consumir a si mesmo” (p. 09).

Realizando uma crítica análoga, Goldenberg (1997) postula a sociedade de “*consumidores consumidos*” e irá construir uma proposta em dois tempos; em

primeiro lugar parte da análise do mercado e, em seguida, identifica que a lógica do gozo inverte a relação de discursos na atualidade sugerindo a modalidade cínica:

A oferta, então, da fadinha Mercado, longe de ser o abra-te Sésamo! Da caverna dos quarenta ladrões entregues à luxúria de um Ali Babá, é ouvida como uma ordem incoercível; um dever de consumir que torna as mercadorias expostas nas prateleiras objetos ligeiramente persecutórios. (Goldenberg, p. 25, 1997)

Para o psicanalista, o superego que dita “goza!” provoca não apenas a dinâmica ligeiramente persecutória dos objetos, mas engendra também outro imperativo, desta vez, discursivo: “A palavra de ordem vigente é: levar vantagem em tudo, certo?” (Goldenberg, 2002, p.11). É assim que o autor abre o estudo que realizou acerca da condição do *cinismo* enquanto modalidade de relação que domina o campo social, mais especificamente, o campo da articulação política. O mundo contemporâneo vive um atual estado de coisas no qual o Outro do saber está destituído: “A canalhice e o cinismo são duas saídas possíveis em frente a evidência de que o Outro do saber não é de nada. Não há o que esperar de seu lado” (Goldenberg, 2002, p. 37). Ele sugere que todos reivindicam para si o papel de gozar irrestritamente sem lei de interdição. É, então, o laço fraterno (no sentido da igualdade de gozos interditados) a noção chave do debate: “Segundo este ponto de vista, a sociedade fraterna é uma comunidade de privados, unidos pelo pacto implícito de ninguém ter direito a regalias. Ninguém, a não ser o rei, claro, ou quem fizer as vezes da exceção que confirma a regra...” (Goldenberg, 2002, p. 100). O autor sugere que uma das questões da atualidade deve centrar-se acerca do papel da exceção. Todos reivindicam estar na posição de quem dita as leis desde fora e assim “A razão cínica não cria nem a invocação ao pai além da lei, nem o torpor que lhe é consubstancial, mas se nutre deles” (p. 101).

O *cinismo* como discurso atuante na sociedade contemporânea é também o ponto de análise escolhido pelo filósofo Safatle (2008). No trabalho em questão *Cinismo e falência da crítica* (2008), o autor define que: “O cinismo é o nome da posição subjetiva que permite reconhecer o caráter descartável ou contingente de certos valores e identificações e, ainda assim, sustentá-los.” (Safatle, p. 138, 2008). O filósofo parte da condição de falência dos discursos dogmáticos cujo apoio era, justamente... o transcendente. Vemos aqui como os discursos se amarram em formato de trança.

Para Safatle (2008) o momento atual não pode mais recorrer a uma meta-narrativa – e a religião é um exemplo delas. É diante desta constatação que o autor sugere que a sociedade contemporânea pode ser nomeada de “pós-ideológica”, posto que não há mais uma narrativa Outra que sirva aos homens como garantia ilusória. O passo argumentativo de Safatle (2008) sugere que, uma vez que o discurso dogmático não opera mais, então, resta aos homens trabalhar com a transparência, trabalhar com o véu que caiu. Neste contexto, o *cinismo* aparece como a condição subjetiva que usa a transparência para anular a verdade que ela mostra.

Na condição cínica, tanto o enunciador da mensagem quanto o receptor dela, sabem que a verdade está descoberta, mas o próprio ato de exposição radical anula o efeito de verdade. Neste contexto, a articulação que faz o filósofo passa pela psicanálise. Safatle (2008) sugere que a sociedade do consumo, pela lógica do gozo irrestrito, seria a parceira ideal do discurso cínico no qual a lei opera pelo véu transparente que mostra, mas ao mesmo tempo recusa, a falta. Para Safatle (2008), a condição de análise da sociedade contemporânea pressupõe que não vivemos mais na realidade do capitalismo (sociedade de produção), mas sim, na realidade de um ‘capitalismo tardio’ (sociedade de consumo).

A sociedade de consumo é justamente a ceara de trabalho do filósofo francês Dufour (2005). O filósofo não parte de outro ponto senão dos seminários de Jacques Lacan. Ele menciona a articulação acerca do discurso capitalista (referindo-se à conferência de Lacan em Milão), mas enfatiza, precisamente, o conceito de superego lacaniano e seu imperativo: goza! Eis a fala que abre seu estudo:

(...) Todavia, pouco antes da virada neoliberal do capitalismo, no início dos anos 1970, o doutor Jacques Lacan, psicanalista muito conhecido por desentocar o sentido sob o sentido, havia prevenido seus ouvintes, muito politizados, e lhes havia proposto, durante seu seminário, uma interpretação completamente diferente: “ o discurso capitalista é algo loucamente astucioso [...], anda às mil maravilhas, não pode andar melhor. Mas, justamente anda rápido demais, se consome. Consome-se de modo que se consuma’.²² (Dufour, 2005, p. 09)

Dufour (2005) usa o conceito lacaniano de gozo (e sua força de imperativo) para demonstrar o paradoxo de uma sociedade teoricamente ultraliberal que, em verdade, produz sujeitos cada vez mais aprisionados. Esta proposta ele nomeou de “a

²² Lacan “Conferencia na Universidade de Milão, 12 de maio de 1972.

nova servidão na sociedade ultraliberal”. Chamamos atenção para o estudo deste filósofo, pois julgamos que a tese de Dufour (2005) – mais do que qualquer outra que encontramos – esclarece a condição de entendimento para apreender o que os autores pós-lacanianos irão chamar de “*o novo sujeito*”.

O terceiro grupo a ser discutido irá mostrar que, embora estejam circunscritos dentro da mesma temática, cada um dos autores pós-lacanianos possui sua proposta particular para um ‘novo sujeito’. Entretanto, tal como já adiantamos, o ponto absolutamente equivalente em todos eles é que a neurose não mais pode ser assumida como paradigma da subjetividade contemporânea. É este denominador comum que nos leva ao estudo de Dufour (2005). Para o filósofo francês a atualidade só pode falar de um ‘novo sujeito’, pois a lógica neoliberalista apagou, sufocou, consumiu, a existência de dois sujeitos paradigmáticos da era moderna: o sujeito kantiano (homem moral) e o sujeito freudiano (homem do conflito subjetivo, da culpa, enfim, o homem da neurose).

A hipótese que desenvolverei é em suma muito simples, mas radical: presentemente, assistimos à destruição do duplo sujeito da modernidade, o sujeito crítico (kantiano) e o sujeito neurótico (freudiano) – aos quais eu não hesitaria em acrescentar o sujeito marxista. E vemos instalar um novo sujeito, “pós-moderno”. (Dufour, 2005, p. 10)

O autor se dedica a apresentar como, em sua opinião, o sujeito freudiano desapareceu. Para Dufour (2005) tal sujeito, advento que fundou a própria modernidade, era tanto pensante como crítico. Uma subjetividade hábil para investigar a si, um homem que assumia os riscos de uma determinação inconsciente para além da força consciente. O sujeito freudiano, em sua leitura, fazia do conflito psíquico o meio pelo qual sofria, se culpava, mas também resistia à completa sujeição ao Outro. Para a sociedade atual, portanto, realizar o exercício crítico na era neoliberal torna-se cada vez mais impossível. Este argumento é crucial no pensamento do autor. Apoiando-se aí, ele defende a tese de que a lógica neoliberal é uma arte: “*a arte de reduzir as cabeças*”. Em sua interpretação a ‘redução das cabeças’ é sinônimo direto da extinção do conflito e da redução do campo simbólico – justamente o campo simbólico que um dia a antropologia descobriu como sua mina de ouro. Sim, o universo simbólico em questão para o autor é o mesmo definido por Lévi-Strauss:

Com efeito é todo o peso do simbólico nas trocas humanas, que fez os tempos áureos da grande antropologia do século XX (De Mauss a Lévi-Strauss, chegando a Lacan) que se encontra deste modo questionado. O que é preciso enunciar sem demora: o triunfo do neoliberalismo traz consigo uma alteração do simbólico. (Dufour, 2005, p. 14)

Desta forma, para Dufour (2005) é possível falar da existência de um novo sujeito, posto que é o próprio campo do simbólico que está esfarelado na pós-modernidade. Neste contexto, dizer que o homem freudiano desapareceu, é dizer que o novo homem é um homem desprovido da consciência crítica.

Em suma, levanto a hipótese de que esse novo estado do capitalismo é o melhor produtor do sujeito esquizoide, esse da pós-modernidade. Na tendência à dessimbolização em que presentemente vivemos, não é mais, com efeito, o sujeito crítico, colocando prioritariamente uma deliberação conduzida em nome do imperativo moral da liberdade, que convém; também não é o sujeito neurótico preso numa culpabilidade compulsiva, é um sujeito precário, acrítico, psicotizante que é doravante requerido – entendo por “psicotizante” um sujeito aberto a todas as flutuações identitárias e, conseqüentemente, pronto para todas as conexões mercadológicas. (Dufour, 2005, p. 22)

O tema do esfarelamento do campo simbólico é realmente levado às últimas consequências pelo pensamento do autor e ocupa boa parte da tese que, inclusive, o classifica em “dessimbolização venal” (p. 200), “dessimbolização geracional” (p. 204) e “dessimbolização niilista” (p. 205). Entrar em cada uma destas esferas nos levaria a fugir do escopo de nosso trabalho que se concentra em investigar a problemática diagnóstica no discurso pós-lacaniano. Mas devemos dar destaque para o que o autor chama de ‘dessimbolização geracional’.

Os ‘jovens’ noção frouxa e elástica, se veem duplamente isolados no tempo. Isolados cronologicamente pela impossibilidade de se projetar no futuro e de se referir ao passado: ao ‘*no future*’ dos punks respondeu, com menos barulho, um ‘no past’ tácito. Isolados no presente mesmo pela impossibilidade de considerar os mais velhos de outro modo como iguais. A antiga relação vertical entre gerações se tornou relação horizontal entre os contemporâneos, atingindo assim, com obsolescência a diferença simbólica. (Dufour, 2005, p. 204)

Para o autor a ‘dessimbolização geracional’ se refere ao fato de que o ‘novo sujeito’ parece vir ao mundo desprovido da consciência de que uma geração o antecedeu. Ressaltamos aqui este ponto do pensamento do filósofo, pois a mesma

questão será uma das argumentações mais fortes utilizada por Melman (2008) para defender a tese de que há um novo sujeito habitando a terra lacaniana.

Enfim, para encerrar a leitura de que a lógica neoliberal é “a arte de reduzir as cabeças”, Dufour (2005) temendo que sua proposta de um “*sujeito psicotizante*” seja acolhida como uma leitura psicopatologizante, se revela cuidadoso ao fazer uma ressalva: “Certo que, nem todos os indivíduos se tornaram, nessa medida, psicóticos. Não é porque a forma do sujeito dominante hoje é a do sujeito acrítico e psicotizante que a humanidade pós-moderna está no ponto de uma psicotização generalizada.” (Dufour, 2005, p. 22). Veremos que Jacques-Alain Miller (1999/2006) irá discordar radicalmente.

Enfim, o novo sujeito, o sujeito pós-moderno de Dufour, é psicotizante, mas não é psicótico. Um sujeito que sofre pela proximidade escancarada e encarnada do vazio: “O cerne do sujeito progressivamente dá lugar ao vazio do sujeito, um vazio aberto a todos os ventos” (Dufour, 2005, p. 22).

O vento que sopra o novo sujeito do filósofo é o mesmo vento forte que faz orbitar o “*homem sem gravidade*” de Charles Melman (2001/2008).

Vamos, finalmente, aos discursos pós-lacanianos sobre um novo sujeito.

4.2 Um novo sujeito: o *homem sem gravidade*

“*Nossos sujeitos de hoje não tem mais paradeiro.*”

Charles Melman

Para Melman (2008) o novo milênio produziu um novo homem, um homem vazio, desprovido de paradeiro, um “*homem sem gravidade*”.

A morte da sociedade patriarcal é o ponto de partida usado pelo psicanalista para construir a tese da existência deste novo sujeito. Trata-se de uma elaboração realizada em forma de diálogo durante uma entrevista concedida, em 2001, por

Charles Melman à Jean-Pierre Lebrun.²³ A conversa foi publicada no Brasil, em 2008, sob o título: *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. O título e seu aposto revelam a existência de duas teses compiladas como se fosse uma só. Expliquemos. A hipótese acerca do homem sem gravidade, sustentada por Melman (2008), apresenta fundamentalmente um sujeito desprovido de referências identificatórias cuja subjetividade expressa um vazio de conteúdo, uma narrativa sem história, uma vida sem perguntas. Neste contexto, o homem sem gravidade pode ser representado pela experiência de deriva, experiência que assume nas entrelinhas do discurso a imagem do jovem de existência errática. O sujeito sem paradeiro é o ponto de partida para a entrevista. Já o aposto *gozar a qualquer preço* emerge como um atalho subjetivo descoberto pelo homem sem paradeiro. O imperativo do gozo emerge como a saída a qual se apegam o sujeito rarefeito.

Na opinião do autor vivemos numa era na qual a exibição do gozo substituiu a antiga economia subjetiva que era integralmente organizada através da lógica do recalque. Após apresentar esta perspectiva, o entrevistador pede mais detalhes da proposta:

Jean-Pierre Lebrun: Porque a existência de uma tal economia de repente se tornou possível? Ao quê você atribui esta mutação?"

Charles Melman: A um progresso considerável, mas ao mesmo tempo, como frequentemente ocorre, portador sem dúvida, de pesadas ameaças. O progresso considerável é ter efetivamente percebido que o **céu está vazio**, tanto de Deus quanto de ideologias, de promessas, de referências e que os indivíduos tem que se determinar por eles mesmos, singular e coletivamente. (Melman, 2008, p.16)

O céu está vazio.

O vazio na casa das estrelas é a sua interpretação de como a função paterna se desenha na atualidade. Observamos que, para articular sua hipótese de um novo sujeito, Melman (2008) opta por manter o lugar simbólico reservado ao Pai (o céu), mas defende que hoje este lugar está vazio. Em seu pensamento o lugar do Outro (enquanto campo prévio da linguagem, agente de transmissão das leis e das normas)

²³ A entrevista teve lugar durante uma sequência de quatro encontros – 4º *Reencontres de la psychiatrie* – organizado por Jean-Claude Penochet para debater o tema “*L’homme à l’épreuve de la société contemporaine*”; tais encontros ocorreram em Paris, em março de 2001. A data de 2008 que acompanha o nome do autor dentro de nosso texto refere-se a data da publicação da edição em português.

ainda existe e deve ser mantido como tal, mas vive atual fase de um vácuo cujo eco reverbera em espelho uma subjetividade igualmente vazia. O vazio no qual mergulha a função paterna se traduz na maneira como o autor interpreta a função de Deus na atualidade:

*Constatar que o céu está vazio, dizer que não há nada no Outro, não quer dizer que o Outro esteja abolido*²⁴. Confundimos. O Outro continua outro, continua nosso parceiro, mesmo que não haja ninguém para lhe conferir autoridade. É dali que operamos o pequeno deslocamento que mistura tudo. (Melman, 2008, p. 36)

Para o autor, “o pequeno deslocamento que mistura tudo” é supor que o Outro não existe. Ao que tudo indica, a passagem trata-se de uma crítica implicitamente dirigida à tese de Miller (1999/2006) para quem o Outro não existe – tal como veremos adiante. Já para Melman (2008) o Outro (enquanto lugar simbólico, enquanto função) está preservado, mas permanece desprovido de representantes na realidade. Eis o fundamento de base para acompanhar o pensamento do autor. A função do pai na atualidade sofre uma espécie de apagão, uma vez que Deus foi destituído de comandante pelo grande golpe de estado dado pela ciência. Em suma, a grande conversa entre Charles Melman e Jean-Pierre Lebrun poderia ser resumida à seguinte questão: éramos todos filhos de Deus, e agora, já que a ciência diz o céu está vazio, quem somos?

Uma vez demitido o Deus que doava tanto o ópio do povo quanto as regras, o retorno de grupos religiosos e representantes radicais da autoridade pai já se anuncia em algumas comunidades como opção. Entretanto, não é neste retorno da autoridade que o autor aposta suas fichas. O sofrimento do homem contemporâneo revela à Melman (2008) mais que um sujeito totalmente desimplicado para com a lei do pai do que um sujeito ávido por recebê-la. O novo sujeito flerta muito mais com o abismo fundamental via o aumento das adições e práticas de ato que envolve o corpo (bullying, tatuagens, escarificações e os cortes cada vez mais frequentes no corpo das adolescentes) do que exatamente com uma busca de retorno às regras do padre. Neste contexto, *o homem sem gravidade* orbita na internet e muda de país como quem muda de bairro, não havendo qualquer referência capaz de seduzi-lo para fixar seu paradeiro. Erráticos cidadãos do mundo que se colocam a falar uma nova e

²⁴ Grifo nosso.

holofraseada língua, a “*novilíngua*” - postula Melman (2008, p. 25). O autor acusa a existência de uma língua nova que dispensa o intervalo, a pontuação e transmite nada além de um dito descritivo e vazio. Ele sugere que um rápido passeio na internet é suficiente para constatar a linguagem holofraseada para a qual não há qualquer condição de exercer a lógica da interpretação de texto. Realizamos a tarefa sugerida, e de fato, coletamos para nossa cesta alguns exemplos: #partiuuniversário, #tudodebom, #ibirapueradenoite, #festinhacomasamigas. A *novilíngua*, portanto, é a prova via linguagem que denuncia a nova estrutura subjetiva do novo sujeito.

Uma de suas principais teses consiste em propor que, uma vez que o lugar do transcendente mostra-se desocupado, então é o regime de filiação que está abolido. Se Deus está morto, então, morre-se junto com ele a noção subjetiva de “pertença”, donde então, o sujeito gravita, já não há mais um lugar no mundo que possa chamar de ‘seu’ e nem dizer que de lá eu vim. “Em outras palavras estamos forçados a nos sustentar no vazio, sem ponto de apoio transcendente, já que este último foi retirado” (Melman, 2008, p.28).

Radicalizando as consequências da morte do patriarcado, a perda da noção de filiação é o argumento fundamental do psicanalista. Argumento responsável por fazer o giro conceitual da uma análise social à análise intrasubjetiva. Sem contar com a presença de Deus no papel de pai, então a humanidade perde consequentemente a noção de ‘ser filho de’. A subjetividade do jovem de hoje, assim, causa estranheza aos ouvidos clínicos, pois é a noção de filiação que está desaparecida de sua narrativa. Se não há a suposição de um Criador o sujeito infere que é produto exclusivo de si mesmo. Em seu argumento, já que a lógica da sucessão entre gerações está indisponível, o novo homem é rarefeito justamente por não remeter sua existência a Outro. O sujeito pós-moderno de Melman (2008) narra a si próprio sem qualquer menção a uma *dívida simbólica*. Julgando-se produto autônomo de si mesmo, o novo homem chega ao consultório com uma estranha posição de que “não deve nada a ninguém” (Melman, 2008, p. 61).

A subjetividade descrita não menciona a função materna, nem tampouco a paterna, não cogita a função de mestre exercida pela escola, não considera o Outro responsável por tê-lo introduzido na linguagem, por tê-lo feito andar e falar. A ‘ausência de dívida simbólica é o principal diagnóstico do sujeito feito pelo autor. No intuito de exemplificar a subjetividade em questão, vale-se extensamente do caso

clínico de uma jovem de 22 anos. Sem lei de gravidade a jovem orbita pela noite parisiense. Dorme durante todo o dia, sem queixa, sem dívida simbólica para com o Outro, tampouco para consigo mesma:

Quero dizer que ela não faz nada, não se preocupa com coisa alguma. Nem no que se refere a sua inserção social, nem no que se refere a seu futuro pessoal ou profissional, mesmo no que se refere a seu presente. Mora num apartamentozinho, no qual dorme durante o dia todo e de noite vai as boates, num estado de incúria completo, com episódios de desrealização, mas não se queixa de nada. [...]. Quando a vemos, é uma moça bonita, franca, sem distúrbio psíquico aparente e, entretanto, seu estado é grave (...). Essa moça não deve nada a ninguém. Ora, *o problema da dívida simbólica* hoje em dia, por uma operação interessante é que ela se inverte, o devedor se torna credor. (Melman, 2008, p. 61)

Assim, a isenção da noção de *dívida simbólica* é tomada como o signo clínico da queda do próprio lugar antropológico do homem como filho de alguém. Em síntese, o que o *homem sem gravidade* deixa cair é uma antropologia fundada na lógica da filiação, já que sua existência não está referida a seu passado. A ruptura antropológica que está entrando em debate é notada por seu entrevistador, Lebrun:

Sua leitura radical nos leva a dever pensar uma mudança de grande amplitude com *consequências antropológicas incalculáveis*, mudança que instaura a compatibilidade entre uma economia liberal desenfreada e uma subjetividade que se crê liberada de toda dívida para com as gerações precedentes – em outras palavras ‘produzindo’ um sujeito que crê poder fazer tábua rasa de seu passado (Lebrun, 2008, p. 12).²⁵

O ponto que tange as “*consequências antropológicas incalculáveis*” merece aqui uma articulação nossa devido a sua especificidade. Detenhamo-nos um momento. Como vimos anteriormente, uma das contribuições da releitura de Dunker (2011a; 2015) se debruçou sobre a questão antropológica e nos cabe ressaltar o ponto comparativo entre ambos.

Quando Melman & Lebrun (2008) propõem a existência de um novo sujeito, um sujeito desprovido da noção de “pertença”, desprovido da noção de “dívida simbólica”, então, sugerem, imediatamente, que está em jogo uma queda da referência antropológica baseada na narrativa de filiação, referência da sociedade patriarcal por excelência. Esta leitura possui, portanto, uma visão historicista na qual se a sociedade muda, então seu sujeito se transforma e, por consequência, a antropologia de base se destitui. Assim, as “*consequências antropológicas incalculáveis*” as quais se refere o

²⁵ Grifo nosso.

entrevistador Jean-Pierre Lebrun são, em sua hipótese, a consequência direta de uma desautorização da antropologia de base que cai junto com a queda da sociedade patriarcal, o que revela um raciocínio de efeito dominó no qual após uma queda há sucessão de quedas e o novo sempre substitui o velho. Desta forma, o aspeto antropológico entra em nossa tese como um dos eixos para o debate pós-lacanian.

A necessidade da revisão da antropologia de base também foi aspecto bastante ressaltado pela proposta de Dunker (2011a; 2015), ou seja, o autor também tocou neste mesmo ponto, mas pelo avesso do argumento que encontramos aqui. Vimos que a tese de Dunker (2011a; 2015) sugere a necessidade de nos aproximarmos de outra antropologia (que não a antropológica totêmica) justamente para evitar um raciocínio historicista. A outra antropologia, a antropologia do *perspectivismo ameríndio*, em sua perspectiva, traz a possibilidade de reconhecimento de formas de existir que não sejam vinculadas à base filiativa e nem, tampouco, à noção de identidade, sem que estas existências sejam interpretadas como efeitos de “um déficit”, de uma “falha social”, de um “declínio”. Ao contrário, vimos com o autor, a descoberta de outra teoria antropológica oferecerá um antídoto ao raciocínio historicista, afinal, se há sociedades pelas quais a lógica de formação subjetiva nunca foi pautada pela lógica da filiação, abrindo mão da noção identitária, então, na atualidade acontece que esta possibilidade é a expressão de uma antropologia que já estava lá, e não como uma “nova” que substitui a antiga, que vem para demitir a antropologia totêmica.

Enfim, eis aí um grande ponto de debate já encontrado por nós.

Sigamos com o homem rarefeito de Melman.

Em seu pensamento, o vazio que habita o lugar da função paterna não aparece como uma falha a ser corrigida, ao contrário, a queda de Deus é interpretada como o maior passo de progresso que a humanidade poderia se dar – o autor diz isto tentando evitar que a temática da ‘morte de Deus’ comece a figurar como uma proposta de cunho moral ou reivindicatório de retorno aos tempos de autoridade. Diante deste anúncio de progresso, um desconcertado Jean-Pierre Lebrun pergunta à Charles Melman o quê, enquanto psicanalistas, devemos fazer diante deste grande passo. A resposta abre mais possibilidades que a própria questão:

Jean-Pierre Lebrun: Então, apresenta-se a questão de, de todo modo, saber se coletivamente esse progresso for assumido, será que é efetivamente possível para

muitos continuar a respeitar essa dívida que permite a subjetivação, as consequências dessa relação com o Outro sem crer num céu habitado?

Charles Melman: Não saberia responder a essa sua pergunta (...). De minha parte, seguramente, nem por isso vou defender o retorno à missa. (2008, p.65)

Os autores perguntam-se, já que a tese do declínio de Deus figura há tempos no programa da filosofia e da ciência, porque somente hoje fomos tão atingidos ao ponto de fomentar uma “nova economia psíquica”? Aparentemente é aqui que o vazio deixado no céu passa a ser preenchido com objetos das prateleiras do mercado. “Há uma forma nova de pensar, de julgar, de comer, de transar, de casar ou não, de viver em família, a pátria e os ideais. A emergência de *uma nova economia psíquica* é evidente” (Melman, 2008, p. 15)²⁶. A nova economia psíquica é associada à lógica do gozo e ao mercado neoliberal. A tese muda de tom e, no raciocínio do autor, a queda de Deus parece encontrar no neoliberalismo seu parceiro ideal. A grande oferta de mercado e a lógica do consumo irrestrito permitem ao psicanalista supor que a mutação social engendra a mutação constitutiva. Enquanto o problema era a morte de Deus, tínhamos em seu discurso apenas um homem sem referências; mas a partir da entrada do neoliberalismo o homem sem referências converte-se num homem que *goza a qualquer preço* e aqui, o aposto passa a ser formulado como tese adicional. Tal como foi anunciado, a *nova economia psíquica* expressa uma subjetividade que não é regida pelo recalque, mas sim pelo conceito de gozo tomado em sua acepção intimamente vinculada à análise da lógica do consumo.

Neste ponto da tese localizamos uma proposta conceitual importante em jogo, responsável por retirar o discurso do autor da análise social e remetê-lo à análise intersubjetiva.

Para Melman (2008) é possível afirmar a existência de uma nova economia psíquica visto que há uma espécie de curto-circuito na lógica da transmissão intergeracional. Na antiga ordem patriarcal transmitia-se de geração à geração um traço de Ideal fundado na falta, ou na falha, da geração anterior (donde estávamos na lógica do recalcado). É este circuito de transmissão que se interrompe quando cai a narrativa de filiação. Na ausência do traço de Ideal, os sujeitos contentam-se com objetos reais ofertados pelas prateleiras do mercado neoliberal. Este curto-circuito,

²⁶ Grifo nosso.

portanto, mostra que na sociedade atual a lógica do gozo (presença de objeto) triunfa em relação à lógica do desejo (presença da ‘falta de’). Para não cair no abismo da existência, o sujeito agarra-se aos objetos que supostamente podem delimitar seu lugar de pertença no mundo.

Desta forma, sua leitura aponta, sobretudo, para uma crise no processo identificatório, ou, o que se torna o suporte do eu não é mais a referência ideal, é a referencia objetual. E o objeto, contrariamente ao ideal, para ser convencido, exige que não se pare de satisfazê-lo. A perda das referências se instaura aí como a base que revela o fenômeno de orbitação deste novo sujeito que, perdido, não sabe para onde ir, nem por onde começar: “Constatamos as dificuldades dos sujeitos de hoje em dia de dispor de balizas tanto para tomar mais claras as tomadas de decisões, quanto para analisar as situações com as quais se defrontam” (Melman, 2008, p.10).

O novo homem goza com a posse de objetos, mas não sabe seu paradeiro, mesmo quando volta para casa. É neste contexto que o autor identifica uma importante mutação na demanda que chegará cada vez mais frequente aos ouvidos do analista: acreditando-se produto de si mesmo e valendo-se de mais de gozar, o novo sujeito se julga onipotente o suficiente para renunciar a algum gozo, quer dizer que se demite da tarefa de ter que realizar escolhas, donde... gravita ainda mais.

Da extensa conversa com Melman, seu entrevistador, Jean-Pierre Lebrun, escolheu o tema da dificuldade de renunciar ao gozo como tema chave da clínica contemporânea. Lebrun (2008) recebe a tarefa de escrever o prefácio à entrevista e abre a compilação da conversa com um caso clínico que julga demonstrar justamente como o homem contemporâneo está impedido de renunciar ao gozo. Trata-se do caso de um jovem, casado e, ao mesmo tempo, enlaçado num relacionamento extraconjugal. Uma combinação que de ‘atual’ nada há, pois o adultério existe desde os tempos mais remotos, tempos onde Deus unia e o homem não separa – ao menos na escrita da igreja.

Assim, o ponto diferencial trazido pelo caso em questão não era a situação de adultério. O entrevistador descreve uma subjetividade totalmente desprovida de perguntas acerca da divisão subjetiva e, assim, seu sujeito lhe trazia uma questão inédita: “De onde é que vem, se perguntava ele, em suma, que seja preciso renunciar

ao gozo permanente? De onde é que vem que seja preciso pagar o preço de uma escolha? Porque é preciso ser atingido por tamanha injustiça?” (Lebrun, 2008, p.09).

É, pois, através da constatação de que o sujeito contemporâneo reserva para si a posição de reivindicar de um gozo ininterrupto que o aposto ‘*gozar a qualquer preço*’ se redesenha nos moldes de uma economia próxima à lógica da perversão. Temos aqui, portanto, outro tipo de sujeito – para além do perdido homem sem gravidade. O homem que *goza a qualquer preço* não é exatamente o homem desprovido de referências, mas sim descrito pela ilusão de que se pode guardar a castração no bolso. A entrevista caminha assim para definir que o desmentido é a trilha oficial pela qual o campo social tem pautado seus laços. Na opinião de Melman (2008) trata-se de um fenômeno de grupo, uma característica do campo social, referida em princípio ao modelo do universo cultural. Se, junto com a morte de Deus, a lógica do recalque entra em declínio, então, algum outro mecanismo deve dizer o modo como o sujeito se relacionará ao campo do Outro.

J-P Lebrun: Você disse que tínhamos passado de uma cultura fundada no recalque e, portanto, na neurose, para uma cultura fundada na perversão. Mas o que você entende neste caso, por perversão?

C. Melman: Poderíamos dizer que nosso desejo é fundamentalmente perverso na medida em que é organizado por um estado de dependência com relação a um objeto cuja captura imaginária ou real assegura o gozo. [...] Se temos dificuldade para compreender as perversões é porque estamos todos, de fato, normalmente implicados muito de perto por elas. O que não apreendemos muito bem é o que faz com que, sendo neuróticos, não sejamos nessa medida, perversos, mesmo que sejamos facilmente fascinados pela perversão. A diferença diz respeito ao seguinte: para o neurótico, todo objeto se apresenta sobre um fundo de ausência, que é aquilo que os psicanalistas chamam de castração. Quanto ao perverso, ele vai colocar o acento exclusivamente na captura deste objeto, ele recusa, de certo modo, abandoná-lo periodicamente. (Melman, 2008, p. 51)

Assim, o novo homem está fascinado pela perversão que já reina no social como a lógica padrão, uma vez que sua aposta é justamente que deixamos a economia psíquica fundada no recalque para substituí-la para uma economia fundada na exibição do gozo, então, Lebrun (2008) parte daí para construir sua tese de que o novo sujeito, seu *neosujeito*, é um perverso comum.

4.3 Um novo sujeito: o *perverso ordinário*

A vida psíquica dos neosujeitos da modernidade, nesses tempos atuais em que a força organizadora e repressiva do patriarcado não é mais operante, possui características que a distinguem profundamente da vida psíquica dos seus avós. O essencial: neles não é mais tanto o recalque que está em ação, como era o caso do ‘neurótico normal’ a que estávamos acostumados, mas antes a renegação ou o desmentido. Em outras palavras, o mecanismo em ação na perversão. (Lebrun, 2008, p. 253).

Na tese de Jean-Pierre Lebrun o novo milênio possui um *neosujeito* cujo paradigma subjetivo deixou de ser a neurose e passou a ser a perversão: a perversão comum.²⁷

O autor faz um trabalho organizado em duas partes. A primeira etapa do texto concentra-se no campo social e destina-se a realizar uma exposição detalhada das mudanças em curso na contemporaneidade; nesta primeira parte vemos o autor reiterar a fala de Melman (2008), com a diferença que se debruça a exemplificar as mudanças na sociedade atual de modo declaradamente dirigido à clínica da adolescência, à questão da violência nas escolas e a atual falência do sistema de educação. Já a segunda etapa de seu texto destina-se a provar como o coletivo social provoca uma mutação nas condições de constituição subjetiva formando um *neosujeito*.

O que nos acontece hoje em nossas “sociedades avançadas”? (...). Assim, nossa questão inicial já passa a ser: como podemos interpretar as mudanças que ocorrem nestes tempos em nossas sociedades ditas avançadas – que afetam sem ser exaustivo e sem ordem de importância, a tecnologia, o direito, a medicina, a educação, a cultura, a economia a vida sexual – e quais são suas consequências para a subjetividade? (Lebrun, 2008, p. 13)

²⁷ Lebrun, J-P. *A Perversão Comum: viver juntos sem o Outro*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

Repetindo muitas elaborações formuladas em conjunto com Melman (2008), uma das grandes teses adicionais que Lebrun (2008) acrescenta à leitura anterior é o postulado de uma atual *crise de legitimidade*. Tal crise possui duas vertentes: de um lado há o desaparecimento da noção de dívida simbólica; e de outro há uma disfunção do lugar do Outro, enquanto lugar da exceção que anteriormente garantia a aplicação da regra. A tese de Lebrun é sutilmente diferente da de Melman no que se refere à falência da sociedade patriarcal pois se concentra principalmente na queda da religião enquanto discurso de uma ficção que mascara o vazio. A divergência entre ambos é, entretanto, crucial, pois toda a leitura de Lebrun (2008) pode ser vista como uma interpretação acerca da questão do encobrimento. Em outras palavras, Melman (2008) debate uma subjetividade que em essência é a consequência direta do vazio, já Lebrun (2008), parece debater uma subjetividade que é a consequência direta de um novo discurso para encobrimento do vazio.

Para Lebrun (2008) o grande golpe de misericórdia na sociedade patriarcal é o fato de que a consolidação neoliberal (dentro da lógica explícita do gozo) derruba a religião enquanto cartilha oficial da interdição.

Mas o que o lugar transcendente que essa situação supunha encobrir? Até há pouco o social era organizado segundo o modelo religioso. Reconhecia-se que, da mesma forma que era admitida a existência de Deus, a de um lugar de transcendência era evidente. Era a do rei, do chefe, do pai, do mestre, do professor.... E era deste lugar que estávamos em condição, quando o ocupávamos, de impor interditos com toda legitimidade. Veremos como esse modelo foi progressivamente abalado e por que, com ajuda do advento do neoliberalismo, podemos agora considerá-lo obsoleto. (Lebrun, 2008, p. 24)

Lebrun (2008) concentra-se na destituição do transcendental, enquanto lugar de garantia e se pergunta sobre a função ocupada pelo transcendente. Responde que sua função era, em primeiro lugar, uma encobrimento, um véu colocado sobre o vazio. Assim, a religião operando como um discurso tinha por função fazer o encobrimento que, de outra forma, exporia o vazio que habita a cada um. As regras do padre garantem por decreto externo um sujeito dentro da lei que, por si próprio, não se garantia. O lugar da exceção, lugar do Outro, era também o lugar de chancela do legítimo. Para resumir a ideia do autor a nosso modo, sugerimos que ela possa ser traduzida pela função social do cartório. A assinatura no documento é do próprio sujeito, mas o Outro a carimba e a sela como ‘verdadeira’, o legítimo vem de uma

garantia externa ao sujeito. O texto sugere que a sociedade atual esta em crise com este sistema de garantia do legítimo, ou seja, é o lugar da exceção que funda a regra que está abalado:

Como a máscara caiu, estamos, pois abalados. Completamente abalados. E confusos – a grande confusão – por não conseguir naturalmente discernir que existe uma diferença entre livrar-se de Deus e livrar-se do lugar que Ele ocupava. É até toda a questão: porque o lugar da exceção sobreviveria à morte de Deus? Em nome de quê? Como justificar que, uma vez desmascarada a exceção das exceções, o lugar da exceção ainda possa guardar sua pertinência? (Lebrun, 2008, p. 26)

Já percebemos que tal autor não está sozinho nesta questão que já nos foi apresentada anteriormente por Goldenberg (2002) e Melman (2008). Em cena o debate não deve perder seu prumo: o lugar da exceção é o lugar do pai, lugar que funda a regra, estando, a princípio, fora dela. Assim, em consonância com a tese de Melman (2008), a cadeira de Deus está vazia, mas lá permanece – um pouco abalada e questionada, é verdade. A partir dali o exame do autor se dedica a evidenciar que o lugar de exceção não deve ser considerado abolido, mas, sim, que se trata hoje do fato que não podemos esperar que a interdição, nem tampouco a inscrição da lei venha ditada desde fora:

Cada um de nós podia acreditar que as normas que nos regulavam vinham de fora. Embora, na verdade, tenhamos sido nós que a inventamos. Logo, era a sociedade que se tinha dado as normas, regras que ela colocara como que fora de si mesma. É por isso que podemos dizer que o coletivo, na realidade, já se sustentava no vazio. (Lebrun, 2008, p.28)

Ao identificar que a humanidade tem diante de si a tarefa de ter que recobrir o vazio desnudo, sem esperar que as normas de execução chovam do céu, sua tese assume quase um tom higienista ao prever que tanto os pais, quanto os educadores, tem responsabilidade redobrada no sentido de auxiliar a interdição do sujeito. Neste ponto de sua tese, ele relembra que, entretanto, a queda de Deus e o declínio da narrativa religiosa figuram há tempos no programa da humanidade, mas então, porque só agora, na recente últimas duas décadas, podemos de fato acusar a existência deste *neosujeito*? Lebrun (2008) pergunta-se o que ouve com os pais da geração precedente para que esta geração advenha com uma subjetividade que sofreu verdadeira mutação? Ele próprio responde que, uma vez que a sociedade tornou-se em essência de consumo esta alteração social provocou uma mudança na execução da função

paterna. Ou seja, os pais da atualidade assumem que sua função perante os filhos é oferecer-lhes objetos de satisfação: “Vamos partir de um fato clínico aparentemente sem importância, mas muito revelador daquilo que podemos chamar de uma crise na civilização. Surgiu há uns vinte anos uma verdadeira dificuldade para muitos pais: dizer “não” aos filhos” (p. 22).

Observemos como sua hipótese é datável e se localiza numa realidade recente de vinte anos. Ele atribui esta datação ao momento em que a lógica de consumo dominou todos os modos de vida do ocidente, com o incremento da vida virtual que destituiu qualquer fronteira de compras. A exceção ficaria, assim, reservada aos países muçulmanos e ditatoriais.

Localizamos que é partir daqui que o autor deixa o grande campo do diagnóstico social para começar a fundamentar sua tese de uma perversão comum. É justamente neste ponto que devemos chamar atenção acerca de outro posicionamento da tese de Lebrun (2008) sobre o *neosujeito* que se diferencia da tese de Melman (2003) sobre o *homem sem gravidade*.

Até aqui os argumentos são homólogos: ambos partem do tema da morte da sociedade patriarcal para acusar a existência de um novo sujeito. Para o segundo, a sociedade contemporânea perdeu a lógica da filiação e gerou um sujeito perdido, sem referências, sem paradeiro. Já para o primeiro, as coisas se passam de modo diferente: Lebrun (2008) ocupa o céu vazio de Melman (2008) com um pai que faz uma ‘meia-função’. Ou melhor, faz sua função de modo invertido. Sua sociedade é produto e efeito da tarefa de cobrir a nudez celestial, entretanto, na opinião crítica do autor, esta tarefa não está sendo bem executada pelos pais da atualidade. Ou ainda, podemos entender que o autor defende uma ideia que resulta numa verdadeira ‘bronca geral’ nos pais que se julgam impossibilitados de interditar seus filhos:

Podemos ler, em compensação, o aumento desta dificuldade como consequência de uma crise inédita da legitimidade. Com efeito, não há rastros na história de uma geração de pais que não conheça para si a legitimidade de poder – e até dever – significar interdições aos filhos. Hoje como sabemos muitos pais sentem-se obrigados a estar sempre em condição de atender aos pedidos dos filhos, e o argumento que acabam dando ao clínico para justificar este comportamento é que, caso contrário, arrisca o filho a não gostar mais deles. (Lebrun, 2008, p. 21)²⁸

²⁸ Grifo nosso.

Para o autor, quando os pais assumem que sua função é fornecer infundáveis objetos, então, “(...) a posição daquele que proíbe está deslegitimada. Assim o sujeito preso nesta configuração não pode mais contar com a pressão vinda de seus primeiros outros [...]. Neste caso a tarefa de renunciar a sua renegação é bem mais difícil de ser cumprida” (p. 258). Eis o ponto chave da sua argumentação que lhe abre o campo da constituição psíquica, ou melhor, o campo no qual formula seu novo sujeito como um *perverso comum*. Toda a questão irá se desenvolver sobre o atual impedimento do *neosujeito* em conseguir abrir mão do desmentido (*Verleugnung*) inerente à sua própria constituição psíquica.

O desmentido será tomado como passo lógico obrigatório e passageiro para todos aqueles sujeitos cuja constituição psíquica se pôs em marcha através do Édipo. Trabalhando de modo alternado entre Freud e Lacan, ele destaca que, em sua opinião, um dos aspectos cruciais da contribuição de Freud para o tema da constituição psíquica foi a descoberta de que a o desmentido (*Verleugnung*) não é um mecanismo exclusivo do sujeito de estrutura perversa, mas sim uma etapa crucial do desenvolvimento psicosssexual universal. Para traduzir a *Verleugnung*, Lebrun (2008) usa tanto a noção de “desmentido” quanto o vocábulo “renegado” ou “denegado”, todos eles aparecem alternadamente indicando sinonímia para o autor.

Seu *neosujeito* aparecerá, assim, aprisionado na passagem entre os tempos edípicos, posto que os laços da comunidade, tal como se estabelecem hoje, impediriam a concretização da inscrição da castração através do Nome-do-Pai legado da saída lógica do último tempo do Édipo. Apesar de não aceder à castração pela metáfora paterna, Lebrun (2008) aposta que seu *neosujeito* escapa da psicose, justamente, por encontrar para si o desmentido como alternativa suplente. Eis um ponto conceitual importante. Portanto, a função da denegação (*Verleugnung*) será, aos poucos, descrita como operadora de uma suplência. Uma suplência que impede o sujeito de se estruturar como um psicótico, mas lhe confere o preço de ser um *perverso comum*.

Percorremos o eixo principal do argumento.

No primeiro tempo edípico – tal como já vimos com Faria (2010) – a função materna se apresenta enquanto onipotente, pois da perspectiva da criança a mãe (campo do Outro) possui todos os objetos de satisfação e o bebê assume o lugar de

falo materno. Com o amadurecimento do bebê, a mãe se afasta e introduz a inscrição simbólica da falta na economia psíquica da criança. Abre-se o caminho ao segundo tempo no qual o bebê terá de enfrentar a dupla queda materna já mencionada.

Na opinião de Lebrun (2008) a grande descoberta freudiana foi identificar que tal queda não é enfrentada de modo direto pelo sujeito que, antes de assumir a realidade da castração, tenta tamponá-la com um véu denegatório (tanto da falta em si quanto da falta no Outro). Para ele se trata de um período da etapa psicosssexual no qual toda criança realiza *uma pequena entorse da realidade*:

É preciso que a criança percorra um trajeto para não ficar na posição de perverso polimorfo. Supomos que a *Verleugung* inicial – normal da infância, segundo Freud, - vai progressivamente ceder o lugar ao levar em conta a realidade. Esse trajeto vai ser cumprido sob a obrigação, a de dever ceder lugar à realidade, de não poder ficar no autoerotismo do sonhador ainda que acordado. Essa obrigação, o laço social de ontem ainda suportava, e até mesmo a impunha, a tornava em todo caso presente em permanência, ao passo que o de hoje deixa-a suspensa. (Lebrun, 2008, p. 258)

Neste ponto ele explica a diferença entre o ‘o laço social de ontem’ e o ‘o laço social de hoje’. A atuação social reproduz a lógica do desmentido no sentido em que o homem de hoje não consegue visualizar sua própria condição de castrado e isto muda a realidade dos laços, todos consentem juntos em tamponar a existência da falta. Para Lebrun (2008), o mecanismo da renegação compartilhada é condição para que a constituição subjetiva do *neosujeito* tenha se firmado. Assumindo que a *Verleugnung* é, portanto, de um lado tributária do campo da satisfação do sujeito e de outro refém de uma contingência externa atribuída ao campo da realidade, Lebrun (2008) postula que a mutação subjetiva em curso só é possível, pois, a realidade não opera mais como operava na geração dos avós.

No caso do desmentido, como vimos em ação na criança, a operação se refere à realidade e não é, portanto, somente intrapsíquica. Por se referir à realidade, esse mecanismo implica mais – e de outra forma – a presença do outro do que no recalque. Por isso o que esse outro vai dizer ou não dizer vai influenciar a criança, eventualmente até autorizá-la a se manter na via ilusória de seu desmentido. Aliás, é nesse sentido que falamos da importância da pressão exterior e que podemos encarar, a contrário, a existência de uma *comunidade de renegações*. (Lebrun, 2008, p. 260)²⁹

²⁹ Grifo nosso.

Ao traduzir o laço social contemporâneo por uma *comunidade de renegações*, ele define se tratar de um modo de existir no qual “vivemos junto, mas sem o outro”. Para o autor, a nova forma de laço social se caracteriza pela cumplicidade compartilhada para o desmentido. Mais uma vez – já sabemos – o autor não está sozinho nesta aposta. Toda a articulação que vimos ser desenvolvida acerca do *cinismo* como modalidade de discurso da pós-modernidade parece fazer eco a esta leitura de Lebrun (2008). Vimos que Safatle (2008) falava justamente da subversão do uso da transparência que o discurso cínico consegue fazer na atualidade; ora, uma outra forma de descrever ‘a comunidade de renegações’.

A comunidade de renegações identificada por Lebrun (2008) faz o homem atual denegar a castração e supor que seus pares partilham do mesmo uso do véu. Capturado nesta lógica social o *neosujeito* está estruturalmente impedido de renunciar à denegação, pois, tanto o laço social se faz pelo desmentido, quanto a função paterna caduca em interditar.

Somos assim levados a pensar que o neosujeito, por não poder usar com eficácia o recalque já que não tem mais à disposição a força da repressão patriarcal para forçá-lo a isso, vê-se antes naturalmente convidado a partilhar a cumplicidade com a eventual renegação sustentada pela mãe. Ora, como está em harmonia com o discurso social, o sujeito poderá aí encontrar com o que alimentar sua própria recusa da castração. (Lebrun, 2008, p. 261)

Na tese de Lebrun (2008) há um sistema mútuo de trocas através da recusa. Todos sabem, mas mesmo assim... – para acrescentar nossas palavras ao debate. “Ligado ao outro enquanto desmentiroso, ele está na impossibilidade de sair sozinho desse impasse” (Lebrun, 2008, p.265). É justamente por julgar que o sujeito não consegue sair sozinho deste impasse que o autor redefine a posição do psicanalista hoje. Aqui, sua tese é diferente da aposta de Melman (2008), pelo menos no tom escolhido para ser transmitida. O analista do *homem sem gravidade* deve virar-se com a subjetividade vazia que tem diante de si, já o analista do *neosujeito* de Lebrun (2008), deve assumir uma responsabilidade social ativa.

Para Lebrun (2008), tanto a função do psicanalista quanto a direção do tratamento, são integralmente remoldadas segundo as peculiaridades trazidas pelo *perverso comum*. Se ao *neosujeito* não há meios para que ele saia sozinho do impasse do desmentido, ele define que a responsabilidade de lhe construir uma saída passa a ser do psicanalista. O tom político retorna e é retirado do psicanalista uma função

clínica particular e este, é realocado para uma função social geral. Na concepção de Lebrun (2008), o *neosujeito*, sendo um perverso comum, distingue-se do “verdadeiro perverso”, justamente por contar com a possibilidade estrutural de sair do aprisionamento ao desmentido. O *verdadeiro perverso* é aquele sujeito cujo laço social coloca o outro essencialmente como instrumento para chegar ao seu gozo, um gozo que não se satisfaz de outra forma a não ser pelo enquadre do fetiche. Já o *perverso comum* usaria o desmentido como um cobertor discursivo geral, um recurso último antes de assumir a própria castração, seu gozo não é via fetiche, mas recai sobre uma manutenção do vazio através do entupimento com os objetos a venda no mercado. Postulando esta perversão comum, o autor faz a aposta de que uma psicanálise pode ter a função de desconstruir a falácia imaginária que faz o *neosujeito* denegar a castração.

A distinção entre o *neosujeito*, enquanto um *perverso ordinário* para com o *verdadeiro perverso* é, portanto, um dos pontos chaves da proposta do autor que assim a sintetiza: “Ao permanecer somente filho da mãe, o neosujeito pratica o desmentido para evitar a subjetivação, ao passo que o verdadeiro perverso faz do desmentido seu próprio modo de subjetivação, o qual lhe permite aniquilar a alteridade do outro ao instrumentá-la” (Lebrun, 2008, p. 267).

Assim, em seu pensamento, o novo modo de subjetivação perversa implica, necessariamente, numa reformulação na direção do tratamento psicanalítico. Ele sugere que os analistas de hoje devem operar essencialmente via intervenções dirigidas ao imaginário, posicionando-se não através do suposto-saber, mas, sim, como um pequeno outro, o semelhante, aquele que supostamente compartilha do desmentido. É somente fazendo-se de espelho que o analista será autorizado pelo sujeito a revelar-lhe a falácia do engodo. O *neosujeito* receberá sua mensagem invertida, quer dizer, será levado a descobrir que boa parte de seu sofrimento advém, justamente, da prática de perpetuar o sistema de renegação:

Podemos entender que, nesse dispositivo, a intervenção do terapeuta a partir do regime paterno seja sem efeito algum [...] Por conseguinte, com frequência só vai restar uma única via operante. É preciso consentir em passar pela proximidade com o regime materno, aceitar remeter em espelho o que organiza o sujeito, refazer com ele o caminho que leva aos impasses que ele encontrou com suas derivas e errâncias, fazer com que tenha uma dimensão de tudo o que ele evita e recusa. E assim progressivamente permitir que o sujeito sinta que a impossibilidade de encontrar uma saída diante de suas questões deve-se a ele ter desmentido [...].(Lebrun, 2008, p. 281)

Neste sentido, Lebrun (2008) propõe que para atuar na clínica de hoje é preciso consentir que há “um enfraquecimento social da prevalência do simbólico – embora este, nem por isto, tenha desaparecido – em proveito de uma promoção do imaginário” (p. 276). Enfim, traduzimos com nossas palavras que, o *neosujeito* de Jean-Pierre Lebrun, no instante de ver que Deus está nu – e temendo desnudar-se a si mesmo – escolheu denegar, continua a supor o falo no Outro, embora o saiba descompleto, ou seja, castrado. Seu *neosujeito* leva a vida em prol do encobrimento – sua nova forma de garantir uma ficção. Não sendo um “verdadeiro perverso”, o sujeito pode responder à intervenção analítica, pois vive uma subjetividade quase traduzível por um *estado de espera* e o discurso analítico pode precipitar o passo lógico que estruturalmente está instalado, mas não foi dado.

Neste ponto crucial da proposta descobrimos que Lebrun (2008) conta com um parceiro. A subjetividade retida “em estado de espera” é exatamente a mesma tese defendida pelo pensamento de Rassial (2000) que, de modo semelhante, também adota a clínica da adolescência como paradigma subjetivo que pode descrever o sujeito contemporâneo. Para Rassial (2000) a adolescência de hoje vive uma *suspensão da constituição psíquica* que aguarda o aval da inscrição do Nome-do-Pai, mas este demora a chegar e, nem sempre, vem. Hipótese de partida? A morte do patriarcado e as novas formas de estruturação familiar.

Para o autor a adolescência é o período de constituição do sujeito que define sua estrutura por encontros com significantes que terminam por antecipar sua imagem narcísica total; entretanto, segundo a tese de Rassial (2000) a sociedade contemporânea não mais viabiliza esta ancoragem estrutural e deixa o sujeito adolescente numa espécie de ‘limbo’ constitutivo que o autor definiu como “*estado limite*”. Em sua tese, as novas formas de inscrição do sujeito na sociedade e, principalmente, as novas configurações da família, implicam uma mudança funcional que incide diretamente no período de latência na constituição psíquica de sujeito. É, portanto, numa disfunção da latência que o autor converge sua visão da teoria do sujeito enlaçada ao campo social.

Para Rassial (2000), na sociedade antigamente regida pela estrutura familiar submetida a uma lei central (patriarcal), o período de latência tendia a obedecer a uma lógica repressora, mas, numa sociedade em que a estrutura familiar se fragmentou, o *vel* ficcional de uma lei central não mais caduca na sua função de interdição. Portanto,

perde-se, principalmente, a função de ordenação fálica. As balizas identificatórias do sujeito ficam dispersas, não organizadas em torno de um eixo comum, o que aumenta a incidência de casos limite – diz o autor. Para exemplificar, ele recorre à imagem de uma criança dividida radicalmente em duas, um sujeito preso entre duas culturas, fruto de pais que não conseguem entrar em acordo quanto a uma norma comum e compartilhada a ser transmitida:

(...) são dois sujeitos distintos, em dois lugares distintos, que tem dois discursos diferentes, mas em nome de uma enorme distancia ou, ao contrário de uma confusão, o efeito é o mesmo: uma perturbação e uma paralisia do pensamento e da identidade se a criança não tem os meios e as condições neuróticas para interpretar isso. É nesse sentido que a modificação atual da estrutura familiar aumenta o número de estados limites, pois não assegura mais a função organizadora, mesmo que mentirosa, do período de latência. (Rassial, 2000, p. 91)

Em suma, a falência em questão aqui, tanto para Rassial (2000) quanto para Lebrun (2008) refere-se ao modo como a função paterna é exercida na atualidade. A função que teria por definição ordenamento de uma significação comum que responderia à pergunta: o que sou para o Outro?

Na tese de Rassial (2000), sua aposta é que o adolescente não consegue ordenar o conjunto de respostas a esta pergunta e, então, suspende sua resposta: “fico na incerteza de ser ou não ser algo no campo do Outro” (p. 90). Na tese de Lebrun (2008), o sujeito forja uma resposta pelo desmentido. Ambos, portanto, acabam por sugerir a noção de suspensão constitutiva, cujo fundamento Rassial (2000) supõe que está no campo da construção das identificações. A suspensão se dá justamente na impossibilidade do sujeito quanto à fixação identificatória, o que, por sua vez, o deixaria à deriva, à espera da chegada de um evento que precipite sua definição:

O sujeito em estado limite é a hesitação mesma: ele encarna este Vel, no ou bem, ou bem, de Kierkegaard, não para escolher de acordo com uma escolha que se revelaria necessariamente má, não para impor uma certeza, mas encarnando a incerteza, desafiando este ego que o sustenta ainda como incerto. (Rassial, 2000, p. 90)

A imagem de uma estruturação em “estado de espera” evocada tanto por Lebrun (2008) quanto por Rassial (2000) remete, inevitavelmente, a imagem de um *sujeito à deriva* oferecida por Melman (2008). Entretanto, em nossa opinião, no discurso de Melman (2008) a subjetividade em deriva aparece como pronta, já no discurso de Lebrun (2008) e Rassial (2000) ela aparece como inacabada, em estado de

suspensão. Localizamos que a grande diferença da tese de Rassial (2000) para com a tese de Lebrun (2008) está, entretanto, no argumento conceitual do qual os autores lançam mão e aqui precisamos avançar um pouco mais.

Para Rassial (2000) o novo sujeito permanece retido neste estado de espera, que ele nomeou de *estado limite*, mas para Lebrun (2008) o *neosujeito*, ao estar em estado de espera, encontra uma saída temporária o “*desmentido*”, já que está impedido de se inscrever plenamente no regime paterno:

Logo, tudo se passa como se o *neosujeito* não conseguisse realmente se inscrever no regime paterno, como se tivesse sido impedido, depois tivesse sido mantido nesse estado de impedimento. A esse respeito, Lacan introduziu uma distinção capital, aquela entre o “*nomeado para*” que ele diferencia do que ele havia chamado o “Nome-do-Pai”. Ser “*nomeado-para*” algo, eis o que surge numa ordem que de fato acaba tomando o lugar do Nome-do-Pai. (Lebrun, 2008, p. 277)

Elemento conceitual do discurso: “*ser nomeado para*”. Assistimos aqui o ponto teórico da obra de Lacan que ele usa para sustentar conceitualmente sua tese de um novo sujeito. Apoiando sua leitura nos desenvolvimentos do seminário *Les non-dupes-errent* (1973/74), Lebrun (2008) localiza na aula dada por Lacan, no dia 19 de março de 1974, a passagem teórica na qual se apoia para construir sua tese de que a subjetividade do sujeito “nomeado para” é essencialmente diferente daquela subjetividade que recebeu a inscrição do Nome, o Nome-do-Pai. Na interpretação da obra lacaniana feita por Lebrun (2008), a noção conceitual “ser nomeado para” é o que permite abrir mão, dispensar a necessidade da inscrição do Nome-do-Pai.

Tal como podemos comparar, trata-se de uma aposta bem semelhante feita por Soler (2009). Vimos que, para a autora o “ser nomeado-para” é a via pela qual Lacan abre a possibilidade de existir uma subjetividade que não seja articulada pelo Nome-do-Pai e, ainda assim, não seja uma estruturação psicótica. Lembremos que mencionando a mesma passagem teórica da obra lacaniana, para a autora, é necessário pensar uma nova repartição nosográfica que inclui as subjetividades que dispensam o Nome-do-Pai como responsável por fazer sua amarração central, tratam-se daquelas constituições psíquicas que ela nomeou de “*personalidades de exceção*”. Assim, em nossa opinião, dada a semelhança do argumento de ambos, extraíndo-o do mesmo ponto da obra de Lacan, o perverso comum de Lebrun (2008) poderia se incluir na categoria das “*personalidades de exceção*” de Soler (2009).

Na tese de Lebrun (2008) a noção de “estar dispensado de” não significa “estar foracluído”. O autor recorre a um exemplo da vida cotidiana para explicar sua interpretação. Ele lembra que, quando o Sr. X é nomeado para ser o “diretor-presidente”, a função que assume lhe substitui plenamente o nome próprio, donde se passa a “o diretor-presidente”, mas isto não abole a existência de seu nome. *Simplesmente o dispensa* – diz Lebrun (2008), que assim nos resume seu argumento:

A nomeação faz nome próprio, ao passo que o “*nomeado-para*” faz atributo. Em outras palavras, a nomeação é uma metáfora, ao passo que o “*nomeado-para*” é uma solução metonímica na ausência de uma metáfora. O “*nomeado-para*” faz ponto de estofo e parece-me ser o equivalente no nível simbólico da parada sobre a imagem. O sujeito aí encontra uma garantia que faz parada em sua deriva metonímica. Mas o “*nomeado-para*” está sempre submetido a uma possível revogação. (Lebrun, 2008, p. 279)

Tal como podemos constatar, a tese do autor supõe que o recurso ao desmentido está suscetível a uma revogação, recurso de encobrimento imaginário em essência, o fruto de uma operação da constituição psíquica que não se engendrou via Nome-do-Pai, mas sim via “*nomeado-para*”. De modo análogo ao pensamento de Soler (2009), Lebrun (2008) faz a aposta de que a conceituação de “*nomeado-para*” é uma articulação que faz suplência ao buraco deixado pela não inscrição do Nome-do-Pai, entretanto, esta suplência não é considerada como um recurso dentro da psicose, mas sim como um artifício imaginário que impede o sujeito de estruturar-se como um psicótico, inscrevendo-se como um “perverso comum” – sugere Lebrun (2008).

Na tese de ambos os autores vemos, portanto, a noção de *suplência* ser usada como a possibilidade de nova inscrição da lei, uma inscrição executada por procuração e não pelo nome-próprio. Ou seja, no que tange aos elementos dos discursos pós-lacanianos, identificamos que, com Lebrun (2008) e Soler (2009) a clínica da suplência não é a clínica da psicose estabilizada.

Na tese de Lebrun (2008) o *desmentido* é tomado como o recurso suplente que confere a seu *neosujeito* uma saída não-psicótica já que o significante fálico estaria instaurado, mas as coisas se passam nele como se tal significante lhe estivesse indisponível. Neste contexto, retiramos de suas palavras o resumo de sua proposta:

Confrontados com o desmentido, não somos, por essa razão, obrigados a escolher entre presença e ausência da significação fálica, entre neurose e psicose. [...] o efeito obtido será que o significante fálico vai de fato estar instalado no sujeito, mas que, ao mesmo tempo, tudo se passará como se não dispusesse dele. O que significa que o

desmentiroso é capaz, como disse, de fazer objeção ao Outro; logo, de escapar à psicose. (Lebrun, 2008, p. 263)

Se o desmentiroso de Jean-Pierre Lebrun é capaz de escapar da psicose, veremos que “o novo sujeito” de Jacques-Alain Miller não terá o mesmo destino. Para Miller (1999/2006) o homem contemporâneo está sim no campo da psicose, ainda que seja uma psicose comum: a *psicose ordinária*.

Entramos, então, na era da *psicose de massa*.

5. A Psicose Ordinária

É uma observação muito útil: a partir do momento em que as normas se diversificam, se está evidentemente na época da Psicose Ordinária. A Psicose Ordinária é coerente com época em que o Outro não existe. (Miller, 1999/2006, p. 225)³⁰

Na tese de Jacques-Alain Miller habitamos a época em que o Outro não existe e o sujeito não mais obedece ao paradigma padrão da neurose, mas da psicose. Se, para a razão diagnóstica de Melman (2008) o lugar do pai, lugar do Outro está vazio e, se para Lebrun (2008) este lugar vazio é ocupado por uma função paterna invertida, no discurso de Miller (1999/2006), o Pai não opera mais, nem enquanto lugar Outro, nem enquanto função.

Para Miller (1999/2006) o mundo contemporâneo está totalmente demitido de qualquer possibilidade de se submeter a uma regulação externa; neste sentido, no que tange à constituição psíquica, os sujeitos já não são mais submetidos a uma regulação de lei que venha do Outro. Se o Outro não existe, não há garantia da inscrição da lei da castração no sujeito, então, adentramos a era da psicose de massa: “Por isso me parecia notável a redefinição que fazia Jacques-Alain Miller ao começo desta jornada considerando que este volume se tratava da Psicose Ordinária. É a psicose na época da democracia, é ter em conta a *psicose de massa*”³¹ (Laurent, 2008, p. 224).

É a psicose de massa que dialogava com J-A Miller no momento em que este sugere a Psicose Ordinária. Sua linha teórica adota o axioma lacaniano “O outro não existe” enquanto tradução homóloga à sociedade atual. De acordo com os argumentos do autor, no mundo globalizado, em alguns poucos países ainda seria possível visualizar um semblante de ordem central, um mimetismo paterno, que não salvaria

³⁰ Grifo nosso.

³¹ Grifo nosso.

seus sujeitos da psicose de massa, mas sim reservaria a eles uma constituição psicótica mais modesta, uma subjetividade pré-melancólica, tal seria o exemplo da sociedade japonesa e alemã: “(...) Se pode conceber então que as personalidades pré-melancólicas seja mais facilmente tipificáveis e reconhecíveis nas culturas onde as normas sociais estão mais claramente definidas, inclusive impostas, como ocorrem no Japão e na Alemanha” (Miller, 1998, p. 225). Para sustentar sua época da psicose de massa, a amarração teórica central feita pelo raciocínio do autor é, em suma, uma articulação que atribui homologia entre o último período da obra de Lacan (período nomeado como a “*clínica do gozo* [p. 202]”) e a sociedade contemporânea (regida pela lógica do gozo).

Para Miller (1998) a sociedade guiada pelo mais de gozar faz desaparecer as leis que determinavam a castração, sendo assim, elimina-se a distinção subjetiva entre as classes de neurose, perversão e psicose essencialmente fundamentadas na lógica do recalque. Assim, uma vez que o Outro não existe, não há possibilidade de inscrição da divisão subjetiva e todos os sujeitos passam a ser iguais perante a morte. Neste sentido, o que os distingue não mais é a incidência ou não da castração, mas sim, “o mais ou menos da inscrição de gozo” (Miller, 1998, p. 202). Esta assertiva leva o autor a propor uma completa substituição do paradigma diagnóstico:

Esta igualdade nos leva a falar de modos de gozo em particular. Se fala precisamente de modos de gozo quando se faz desaparecer a descontinuidade das classes. Todos iguais frente ao gozo, todos iguais frente a morte, etc. Já não se distinguem classes, senão modos, que são variações. Desde então damos lugar a aproximação. Se o Outro existe, pode-se resolver por sim ou por não. Nas situações em que o Outro existe, há critérios, há repartições. Mas, quando o Outro não existe, não se está simplesmente no sim ou no não, senão em mais ou menos. (Miller, 2006, p. 202)

Quando o autor propõe substituir a diagnóstica de classes (neurose, psicose e perversão) para dar lugar à diagnóstica do gozo (“clínica da aproximação”), abre-se a proposta de apagamento da episteme estrutural (qualitativa) para o advento de uma diagnóstica essencialmente quantitativa (guiada pelo *mais ou menos dos modos de gozo*). Com o objetivo de sustentar sua ideia de substituição do paradigma epistemológico, o autor sugere que o modelo teórico a ser adotado dentro da clínica do gozo deve ser equivalente a uma curva de Gauss, a qual ele chamou de “a verdade das coisas humanas” (p. 202) ou de a solução dos males da classificação: “Pensava

que é a solução de nossos males: o real das coisas humanas se apresenta com a forma de uma Curva de Gauss” (Miller, 1999/2006, p. 202).

Miller (1999/2006) usa a noção de curva de Gauss para sustentar uma aposta de que a clínica da neurose e da psicose já não mais podem ser pensadas estruturalmente separadas. A curva de Gauss lhe é o modelo de permitir uma clínica que postula a continuidade entre as classes, donde, mais uma vez, os sujeitos diferem apenas no modo de gozo. É através do modelo da curva de Gauss que ele dispensa a ruptura entre as classes neurose, psicose e perversão declarando que, em sua opinião, a lógica descontínua do texto *De uma questão preliminar [...] (1957/58)* foi superada no ensino de Lacan e já não mais pode ser considerado o modelo padrão, após o advento da noção de gozo e da clínica borromeana.

É a autora Geler (2006) quem nos resume a proposta escrevendo o prólogo à edição espanhola da Psicose Ordinária:

Por exemplo, é habitual operarmos com a ideia de descontinuidade entre psicose e neurose. Esta divisão oferece uma certeza diagnóstica. Mas também podemos operar com uma continuidade. Jacques Alain-Miller se pergunta: ‘qual é a verdade das coisas? É a curva de Gauss’. Esta concepção no campo da aproximação, do mais e do menos, permite ler uma continuidade, o que se chama já não classes, senão modos de gozo. (Silvia Geller, 2006, p. 9 – trecho extraído do prólogo à edição espanhola de Psicosis Ordinária – Miller (2006) et al)

Ao se tratar de uma proposta de mudança de paradigma teórico para pensar todo o exercício diagnóstico, a noção de Psicose Ordinária carrega uma articulação conceitual muito além da proposta de ‘um novo tipo’ de psicose. Veremos a seguir que Miller (1999/2006) não remou sozinho rumo esta elaboração.

Nossa investigação descobriu que a noção de Psicose Ordinária foi uma espécie de ‘solução tampão’ encontrada através de uma *convenção* realizada após três grandes encontros dedicados a discutir os casos clínicos que não se enquadravam na diagnóstica tripartite (neurose, psicose e perversão). Há, portanto, um percurso histórico a ser percorrido sem o qual a ampla noção de Psicose Ordinária fica amputada de seu alicerce. Acompanhem os degraus do debate.

Em 1996 um encontro foi marcado para discutir o desconforto dos analistas sobre os limites da diagnóstica tripartite (neurose, psicose e perversão):

Num primeiro momento, em Angers, começamos com surpresas [...]. Estava implícito que nos confrontávamos com certa rotina de um classicismo e por isso queríamos distinguir momentos ou casos que se recortavam sobre um fundo de ordem e provocavam nossa surpresa. (Miller, 1999/2006, p. 201)

Deste encontro resultou que uma gama considerável de casos se recusava a responder aos eixos diretivos que separavam a clínica da psicose da clínica da neurose, segundo os princípios estruturais legados pelo texto *De uma questão preliminar [...]* - que Miller apelida de “o metro-padrão” (p. 201) do clínico lacaniano. Ele propôs que a clínica borromeana e sua noção de suplência poderiam oferecer a chave conceitual aos impasses teóricos e sugeriu um segundo para debater a questão sob o signo da noção da suplência. Assim, em 1997 realiza-se a conversação de Arcachon, que pode ser resumida como um esforço coletivo dos autores para apresentar seus casos clínicos que colocariam questões diagnósticas, revelando-se como exceção à regra classificatória das três estruturas clínicas: “Num segundo tempo, perseveramos e elegemos como tema “os casos raros” (Miller, 1998, p. 201).

Os casos apresentados nesta jornada de Archacon foram compilados e publicados sob o título de “Os casos raros e inclassificáveis da clínica psicanalítica”, em 1998.³² Os casos inclassificáveis segundo a diagnóstica estrutural clássica foram ali apelidados de “ornitorrincos” em alusão ao caráter raro e inclassificável do animal. A arte de capa da versão brasileira traz o desenho de um ornitorrinco – o animal foi eleito em Arcachon como uma figura emblemática do impasse diagnóstico trazido pelos casos fora do metro-padrão das três estruturas clínicas.³³

Da extensa apresentação de casos realizada, destacamos alguns deles, mas recomendamos vivamente que nosso leitor os busque na íntegra. Uma primeira leitura já revela que há uma variabilidade tanto de questões quanto de fenômenos a serem debatidos que dificilmente formam um grupo homogêneo. Rastreamos o eixo comum que trançava algumas apresentações.

³² Publicado em 1998, pela Biblioteca Freudiana Brasileira. Edição limitada de circulação interna sem ficha catalográfica.

³³ O desenho de um ornitorrinco na edição da Biblioteca Freudiana.

5.1 Os casos raros e inclassificáveis de Arcachon

Em primeiro lugar, observamos que todas as apresentações se incluem dentro do adjetivo de “caso raro”, mas nem todos os casos atendem ao qualificativo de “inclassificável”. Expliquemos. Tal como veremos adiante, alguns casos de psicose são apresentados como “raros” pois possuem uma solução de estabilização muito eficiente via suplência após o desencadeamento delirante, entretanto, não são inclassificáveis, posto que a psicose está comprovada pela presença de índices clássicos do diagnóstico (delírio desencadeado, presença de fenômenos elementares e de distúrbios de linguagem). Tal é o estatuto dos dois casos trazidos por Carine Decool, por exemplo.

A autora apresenta um caso de melancolia e outro de esquizofrenia; ambos trazem transtornos de linguagem evidentes e um desencadeamento de forma clássica cuja ruptura com a realidade dissolve a significação fálica e o delírio abre sua assíntota ao infinito. Estes dois casos merecem atenção pois, mesmo sem atender ao atributo de *inclassificável*, revelam comparativamente dois modos diferentes de incidência da noção de suplência (antes e depois do desencadeamento), o que leva a autora dar o título de sua apresentação de “*Uma rara suplência*” (Deccol apud Miller, 1998, p. 23).

Um caso de melancolia é nomeado como Dorotéia. Uma senhora que, antes do desencadeamento de seu delírio, ocupava na família a posição daquela que faz todos rirem, tratava-se de uma herança, “um traço do pai, o talento para provocar o riso” (Deccol apud Miller, 1998, p. 26). Após o desencadeamento delirante, a paciente se identifica “a ser menos que nada, liquidada” (Decool apud Miller, 1998, p. 24). A analista revela que a paciente mergulha numa captura imaginária cuja estagnação subjetiva lhe é mortífera. Após o desencadeamento do delírio melancólico, a fala da paciente é marcada por um neologismo, a palavra ‘*mãe-avoenga*’, que emerge no momento em que a função do pai de sua neta é ocupada por um homem do qual Doroteia teme ‘escândalos’ (Decool apud Miller, 1998, p. 24). No caso de Dorotéia, a analista Decool interpreta que, antes do desencadeamento, a suplência imaginária era

realizada pela posição de “fazer todos rirem”, algo que não volta a operar após o delírio.

A partir de então a noção de *suplência* assume a chave de leitura da autora para os dois casos. Para Decool no caso Dorotéia podemos ver a suplência sendo realizada pela identificação imaginária ocupada pelo traço paterno herdado não como significante, mas como um semblante especular. Diante do encontro com Um-pai a suplência se esvanece e Dorotéia se vê mergulhada em seu delírio de inexistência. Chamamos a atenção para observar que, neste caso, a suplência é descoberta somente *a posteriori*, ou seja, somente após o desencadeamento delirante é possível localizá-la onde existia como tal.

Com atenção, podemos observar que se trata do mesmo uso da noção de suplência realizado pela leitura de Quinet (2011) ao interpretar o desencadeamento do episódio delirante do caso do Homem dos Lobos – tal como já demonstrado. Vimos que, para Quinet (2011), o Homem dos Lobos representava um caso de psicose compensada pela suplência a seu nome: *Wolfsman* até o momento em que o nome suplente foi destituído. Assim, o nome imaginário dado ao paciente de presente por Freud, operou durante anos como suplência, mas no momento em que fora destituído apresentou a ruptura dos registros e abriu o campo ao desencadeamento delirante.

Voltemos à Arcachon.

A analista Decool traz ainda um segundo caso que, a princípio, parece tratar-se da mesma questão, mas, no fundo, revela uma aplicação diferente do conceito de suplência. Trata-se do caso Emilio, um jovem militar que numa discoteca conhece uma mulher e vai até seu apartamento. Presente do inédito encontro com o real do outro sexo o paciente se viu diante da possibilidade de engravidar a moça produzindo para si a frase ‘querendo fazer filhos, acaba-se na televisão’. Há imediata ruptura com a realidade e o desencadeamento de um delírio:

O encontro com o enigma do sexo e da geração vai revelar brutalmente a ausência de significação fálica. Pouco depois aparecem fenômenos elementares, indícios do retorno do real do significante paterno foracluído, e do surgimento de um Outro devorador: um distribuidor automático de cédulas bancárias lhe devora o braço. Ele foge da caserna certo de que o querem comer (pessoas, ratos, etc). O gozo faz retorno em seu corpo, entregando o sujeito a experiências de dissociação, dando-lhe a impressão de estar morto. (Decool apud Miller, 1998, p. 23)

O paciente em questão é tomado por um período de fertilização do delírio, no qual fenômenos alucinatórios aparecem, entretanto, “(...) é nesse contexto de catástrofe subjetiva que em dado momento e de maneira totalmente inesperada, Emílio irá encontrar uma solução que lhe dará estabilidade: vai se dedicar a contar histórias engraçadas” (Decool apud Miller, 1998, p. 25). No caso Emílio, após o desencadeamento, o jovem encontrou um lugar estabilizador para si enquanto aquele que conta histórias que provocam riso. Vejamos que aqui a noção de suplência adquire função de organizadora após a ruptura delirante, uma função de ‘estabilização’, quase análoga àquela que Schreber encontrou para si, supondo-se mulher de Deus diante do espelho. A suplência pelo lugar de ‘contador de histórias’ no caso de Emílio, aparece como uma solução “após o desencadeamento”:

A suplência pelo riso refere-se, ela também, a identificações que revestem uma consistência particular para nossos dois sujeitos – a de um eu que lhes permitem um laço social. Eles evocam o ego de Joyce.

Veremos porém que estamos diante de uma situação com duas suplências radicalmente diferentes para Dorotéia e Emílio:

1. Antes do desencadeamento, fazer rir distinguia Dorotéia na família [...].
2. O caso de Emílio se opõe ao precedente em dois pontos: por uma parte é após a catástrofe imaginária acarretada pelo Φ_0 que ele inventa sua solução; por outra parte, ele não utiliza o registro imaginário, mas uma forma de tratamento do real pelo simbólico. (Decool apud Miller, 1998, p. 26)

A autora tem o cuidado de frisar ainda que, no caso de Emílio, o que ele nomeia de ‘histórias engraçadas’ são narrativas que apenas provocam, no interlocutor, um “sorriso”, o que é bem diferente de provocar o efeito “cômico”, efeito chistoso, que é inerente à significação fálica.

Seguindo a mesma linha da apresentação, está o caso trazido por Marie-Claude Sureau. Trata-se de uma paciente que desencadeia um delírio paranoide com tom hipocondríaco. Deste caso, a autora destaca que, após a ruptura delirante, o neologismo “leiteira” emerge na fala da paciente assumindo uma função ordenadora da catástrofe subjetiva abatida sobre ela: “leiteira é um significante que não remete a nenhuma significação no código linguístico, mas que tem uma significação para este sujeito e lhe permite dar significância a seu ser (Sureau apud Miller, 1998, p. 37). A paciente de Sureau se organiza subjetivamente em torno do neologismo “leiteira” que

para ela funciona como ponto de retorno dando lugar subjetivo a sua existência. Em suma, trata-se de uma aplicação da noção de ‘suplência’ análoga àquela vista no caso de Emílio, à diferença que o próprio câncer da linguagem (o neologismo) faz na paciente de Sureau a função de ordenação do desastre imaginário.

Eis alguns dos casos que ali foram expostos sem qualquer dúvida diagnóstica acerca da psicose de seus sujeitos. Tratam-se de casos considerados raros, pois remetem à novidade de uma clínica sob o signo da ‘suplência’. Mas Arcachon não trouxe ao universo lacaniano apenas estes casos. Separamos um segundo grupo de apresentações que, ao contrário do primeiro grupo, tratam-se de casos marcados pela dúvida diagnóstica. São exemplos clínicos carimbados pela ausência dos elementos elementares, ausência de transtornos de linguagem e pelo não desencadeamento, mas, ainda assim, são tomados como “casos inclassificáveis” devido à presença de uma forte “estagnação subjetiva”, uma vazia subjetiva, ora definido como “buraco” ora definido como “nevoeiro”.

Enfim, adentremos, pois, no campo dos *“inclassificáveis”*.

O psicanalista Hervé Castanet traz um caso nomeado de “Um sujeito no nevoeiro” (Castanet apud Miller, 1998, p. 19). Trata-se de um sujeito que não apresenta qualquer fenômeno elementar, mas “o maçante é que para este sujeito nada se mexeu” (Castanet apud Miller, 1998, p. 19). Assim, a estagnação subjetiva é a principal característica clínica do caso. Durante sete anos seu paciente lhe trouxera velhas lembranças infantis petrificadas. Em termos diagnósticos o autor diz primeiro ter suposto uma neurose obsessiva grave “cujas incansáveis cogitações recuam na mesma proporção à possibilidade do ato” (Castanet apud Miller, 1998, p. 20). Entretanto, “que a fala de seu sujeito era cada vez mais atravessada não por uma hesitação, mas sim por ‘brancos’ que eram “verdadeiros buracos subjetivos não simbolizados” (Castanet apud Miller, 1998, p. 21). A profunda estagnação subjetiva irá se associar a uma distância progressiva do sujeito com seus laços sociais: “perdeu sua companheira que o colocou para fora de casa, perdeu seu emprego de vendedor, seus amigos, seus laços sociais” (Castanet apud Miller, 1998, p. 21), diz o autor:

Uma palavra trazida pelo sujeito resume bem melhor sua posição subjetiva. *“Vivo no nevoeiro”*. Durante estes sete anos, apesar das mudanças de tática do analista, nunca este nevoeiro se dissipou. Todas as intervenções do analista o mostraram presente, ativo, atuante, mas por definição, inapreensível. Este sujeito não apresentava nenhum fenômeno elementar psiquiátrico. Ou antes, não apresentava nenhum, salvo um:

justamente este nevoeiro. Nevoeiro é o nome e a forma que este sujeito pegou como fenômeno elementar. É o emblema da loucura deste sujeito, fora disso tão normal, tão aplicado, tão gentil, tão bom moço, tão atento aos livros que vendia...tão ausente. (Castanet apud Miller, 1998, p. 22)

À semelhança do caso do “nevoeiro”, François Lechertier apresenta um sujeito igualmente marcado pela estagnação subjetiva, ao qual ele nomeou de “um caso contemporâneo” (Lechertier apud Miller, 1998, p. 40). A principal característica clínica retratada pelo autor é a experiência subjetiva singular. Trata-se de Laurent, um jovem de 17 anos que elaborou para si um irmão imaginário, que ora assume a posição de confidente, ora de perseguidor. Para o autor, apesar do recurso à criação imaginária, o traço mais marcante do caso que remete à dificuldade diagnóstica era a sua profunda apatia. Uma tristeza profunda diante da qual “Laurent era afligido com um sentimento de estranheza, desdobramento até de uma profunda apatia, um distanciamento onde ele nada tinha a dizer” (Lechertier apud Miller, 1998, p. 41).

Apesar da sua invenção, Laurent não atribui vozes ao irmão, não o vê através de alucinações, nem tampouco traz fenômenos elementares. É pela ausência destes índices que Lechertier assume tratar-se de uma subjetividade ímpar, desprovida de habilidade para manter-se no laço social:

Laurent é um caso “contemporâneo”³⁴ – retomada de um termo introduzido por Jacques-Alain Miller – porém, ser um caso contemporâneo parece conduzir à depressão, à auto-destruição. O caso Laurent é também um inclassificável da clínica, pois apesar de uma série de metáforas subjetivas frágeis, pouco significantes puderam se substituir ao sujeito barrado. Mesmo armada com as letrinhas e categorias de Lacan, a psicanálise pode ter dificuldades para elaborar a formalização de uma estrutura. (Lechertier apud Miller, 1998, p. 45)

Para o psicanalista, Laurent é, portanto, o exemplo paradigmático de um caso representante da subjetividade contemporânea cujo diagnóstico é inclassificável segundo a diagnóstica tripartite, ou, nas palavras do autor, segundo “*as letrinhas de Lacan*”.

Por fim, temos o caso de Camille Cambron que traz a questão do fenômeno psicossomático. Também trata-se de um caso marcado pela forte estagnação subjetiva. A autora se ocupa em descrever uma paciente cuja narrativa se apresenta

³⁴ Aspas do autor.

sob formas de cenas não-dialetizáveis, não passíveis de deslocamento via interpretação:

Para abordar este tema dos casos raros, escolhi falar-vos de Sofia. Inclassificável da clínica, seu caso é uma especulação sobre o que é a estrutura. nada permite hoje sustentar que houve um desencadeamento. Esta moça não é alucinada, e propriamente falando *não apresenta distúrbio de linguagem*.³⁵ Alguns elementos permitem, contudo, fazer o diagnóstico de psicose. (Cambron apud Miller, 1998, p. 67)

Cambron anuncia que em sua opinião o caso Sofia é o paradigma “do que se permite apreender da *clínica das suplências*” (Cabron apud Miller, 1998, p. 67)³⁶. Trata-se de um caso no qual o surgimento de uma dermatite na mão é associado pela paciente diretamente a uma cena de brusca ruptura amorosa. A paciente apresenta um discurso queixoso sobre seu corpo a partir do qual a analista infere que “a insistente premência de tal sofrimento corporal favorece o diagnóstico de psicose” (Cabron apud Miller, 1998, p. 69). Ao longo da exposição, ela interpreta que, pela estagnação subjetiva do sujeito, há a possibilidade de uma ruptura delirante sempre em estado de eminência. Seu relato concentra-se em realçar as buscas de atividades profissionais da paciente que, segundo interpretação da analista, fazem a função de um remendo subjetivo. Neste campo, ela localiza a busca do sujeito pela aquarela e pela atividade de costureira. Os sonhos e o discurso da paciente são marcados pelo tema da recomposição de algo rompido e, na ausência de dialetização desta narrativa, a autora interpreta que:

Mesmo sem ter havido o desencadeamento, o diagnóstico de psicose não parece ser mais duvidoso. Se a estrutura não se liga ao Nome-do-Pai, existem outros modos de fazer nó. Suplência imaginária pela aquarela, a sustentar no tratamento por uma estabilização. Amarração no seu trabalho em sua atividade de costureira, pelo corte real. Um de seus sonhos no qual ela teve que pintar uma bordadura de flores –amores perfeitos – ilustra o trabalho de amarração que ela executa no seu atamento. (Cambron apud Miller, 1998, p. 71)

Segundo a autora, mesmo sem ter havido o desencadeamento, mesmo sem a presença de distúrbios de linguagem, mesmo sem a presença de fenômenos elementares; ainda assim, o diagnóstico de psicose não parece mais. Tal como

³⁵ Grifo da própria autora seguido da nota de rodapé: “Sublinhei para chamar atenção” (p. 67).

³⁶ Grifo nosso.

podemos constatar, ao que tudo indica, a forte estagnação subjetiva da paciente é o índice determinante que lhe autoriza o diagnóstico de psicose, sem dúvidas adicionais.

Apresentados sob o signo da clínica da suplência, estes casos (e muitos outros) são levados à conversação, por onde se detectou que, no grande grupo dos “inclassificáveis” as questões que levantam dúvida diagnóstica podem ser resumidas sob três eixos: novas modalidades de transferência (*neotransferência*), sintomas corporais que não respondem à lógica da decifração significativa (*neoconversão*), por fim, episódios avulsos de delírios ou estagnação subjetiva que intuitivamente apontam para um novo tipo de desencadeamento, um desencadeamento discreto e não exuberante tal como o caso de Schreber (*neodesencadeamento*). Esta separação em três eixos clínicos obrigou os analistas presentes em Arcachon a agendar um último encontro, para o ano seguinte, em Antibes, justamente para então reformular os casos segundo a separação temática: *neotransferência*, *neoconversão* e *neodesencadeamento*.

5.2 A Convenção de Antibes

Hoje nos encontramos num terceiro tempo, na Convenção. Ao ler a recompilação, tive a sensação de que o que havíamos abordado desde o ângulo de “os casos raros”, abordamos agora desde o ângulo de casos frequentes. Nos demos conta de que aquilo que havíamos designado como casos raros em relação com nossa norma de referência, com nosso metro-padrão, digamos: “De uma questão preliminar[...]” sabíamos muito bem que na prática cotidiana que os “casos raros” são casos frequentes. Neste volume da Convenção assumimos seu estatuto de casos frequentes (Miller, 1999/2006, p. 201)

A Convenção de Antibes é, portanto, realizada com o objetivo de dar delineamento conceitual ao termo “inclassificável” que emerge como signo do sujeito contemporâneo. Foi assim que em 1999, a Convenção chamou tantos inscritos que precisou ser transferida para o auditório *La Croisette*, em Cannes – que comportava a multidão interessada nos ornitorrincos da psicanálise lacaniana. Antes da convenção ser iniciada houve uma primeira rodada de exposição de casos clínicos feita localmente com o intuito de apresentar a neotransferência, a neoconversão e o neodesencadeamento. Após estas seções locais, é Miller (1999/2006) quem,

relembrando os passos dados em Angers e Arcachon, abre a Convenção oferecendo a sugestão de *Psicose Ordinária* como a diagnóstica teórica que soluciona o grande campo dos casos clínicos apresentados como “inclassificáveis” desde Arcachon:

Ei-nos aqui como imaginava nosso caminho retroativamente. Passamos da surpresa à raridade e da raridade ao frequente. De noite eu me perguntava como se chamará o livro que resulta desta jornada. Postulamos o NeoDesencadeamento, a NeoConversão, a Neotranferência. Postularemos a NeoPsicose? Teremos realmente ganas de resumir nossa elaboração como a NeoPsicose? Não me agrada em absoluto NeoPsicose. Então, eu me disse: finalmente, falamos da Psicose Ordinária.

A história da psicanálise teve um interesse muito natural pela psicose extraordinária, por gente que realmente se colocava um êxito ressonante. Faz quanto tempo Schreber consta em nosso cartel? Enquanto que aqui teremos psicóticos mais modestos, que reservam surpresas, mas que se podem fundir numa espécie de media: a psicose compensada, a psicose suplementada, a psicose não desencadeada, a psicose em terapia, a psicose que evoluciona, a psicose sinthomatizada – se me permitem. A psicose joyceana é discreta, a diferença de Joyce. (Miller, 1999/2006, p. 201)

Retenhamo-nos aqui por um momento.

A psicose compensada, a psicose suplementada, a psicose não desencadeada, a psicose em terapia, a psicose que evoluciona, a psicose sinthomatizada, a psicose joyceana. Para Miller (1999/2006) todas são uma só: a psicose ordinária e seu eixo articulador é a noção de suplência. Entretanto, vimos que, desde o início, a noção de suplência não é patente de um único uso. Em nossa opinião é importante esta ressalva. Detectar *a posteriori* uma suplência que realizava a função de amarrar os registros real, simbólico e imaginário, mas diante de um encontro com Um-pai sucumbe e permite o desencadeamento de forma clássica, nos viabiliza dizer que lá (antes do desencadeamento) havia uma psicose compensada que, após delírio, já não mais opera como tal. Entretanto, não é este o tom da melodia ditada pela psicose ordinária. Tal como veremos adiante, a noção de psicose compensada assume outro estatuto na fala de Miller (1999/2006). A proposta milleriana sugere o diagnóstico de uma psicose compensada lá onde não há fenômeno elementar, nem tampouco ruptura delirante. Há, portanto, que se rastrear como o autor sustenta a aposta da psicose, mesmo na ausência destes índices.

A grande novidade em questão é sugerir um diagnóstico de psicose onde ela ainda não se provou como tal. Veremos os passos. As jornadas de Antibes foram,

então, planejadas para fazer uma apresentação ordenada de cada um destes eixos, dos quais destacamos seus principais pontos de debate.

O tema da *neotransferência* é aberto sob o guarda-chuva do diagnóstico social da morte da sociedade patriarcal e do afrouxamento dos laços sociais. É neste contexto de afrouxamento das formas de laço que “a nova transferência” ou “neotransferência” deve ser pensada. Neste eixo, o axioma lacaniano *O Outro não existe* ganha força paradigmática na discussão. Se a psicose é o modelo subjetivo adotado de partida pela convenção, então, o analista deixa de ser depositário de um suposto saber para assumir um risco duplo: ou ser tomado como Outro completo (donde há colagens maciças como modalidades de transferência) ou sofre as consequências da fragilidade do laço, no qual a própria aposta no laço se vê suspensa. Assim, a tese de que se habitamos a era que o Outro não existe assume o tom principal:

O que ocorre hoje? Hoje, quer dizer, na época do Outro que não existe, seria o estatuto do outro. Talvez se poderia dizer que o Outro que não existe é um Outro que não existe com a divisão, quer dizer, para que o sujeito não coloque em prática a divisão. Este Outro que não existe poderia então ser um Outro não tocado por este limite interno que é a divisão. E então o Outro se volta mais bem a um Outro que prolifera, um Outro que se estende, finalmente, um Outro não alcançado pelo limite. (Bernard Lecœur apud Miller, 1999/2006, p. 243).

Desta forma entra como tema importante para a *neotransferência* a noção de privado. Relembrando que, na proposta de Miller (1999/2006) somos todos iguais perante a morte e, assim, a *neotransferência* revela o modo pelo qual cada sujeito se faz diferente do outro através do laço estabelecido com o analista. Nesta aposta, cada um se inscreve como um caso particular na grande linha contínua da curva de Gauss. Desde esta perspectiva, na transferência contemporânea, a tarefa do analista passaria a ser decifrar a “língua privada” da satisfação particular falada por cada paciente – via por onde os conceitos lacanianos de “*lalíngua*” e de “*letra*” entram como chaves do debate. A conversa, neste ponto, torna-se longa e um pouco dispersa. Muitos analistas alternam a palavra.

Assim, pedimos licença para deixar a sala de convenções por alguns instantes, para demonstrar como através da noção de *neotransferência*, após a Convenção de Antibes a proposta da clínica do singular absoluto ganhou força de discurso, aparecendo bem formulada por Forbes no texto “*Do legado de Lacan: a arte do*

diagnóstico na segunda clínica”. O texto é a transcrição de uma entrevista concedida por Forbes à Francisco Rodrigues Alves. O entrevistador pergunta à Forbes qual a legalidade do diagnóstico na segunda clínica de Lacan, ao que o entrevistado lhe responde:

Não parece pertinente defender a legalidade do diagnóstico na segunda clínica de Lacan. Como cada processo analítico é singular, o analista não tem qualquer garantia ou jurisprudência em sua prática clínica. A legitimidade, por outro lado, é o que baseia toda a experiência do diagnóstico. Em uma clínica do real, fundamentada pela busca da responsabilidade e, consequência, a legitimidade do diagnóstico é sustentada pelo profissional por meio de seu ato. Em outras palavras, como não há mais um percurso pré-estabelecido para uma análise, o psicanalista deve se responsabilizar por cada escolha clínica, visando à experiência analítica de seu cliente (Forbes em entrevista ao relator Francisco Rodrigues)³⁷

Obedecendo a sugestão de que somos todos iguais perante a morte, a noção de *neotransferência*, advém, portanto, para postular uma clínica do singular absoluto, no qual, o próprio exercício diagnóstico deixa de ter sua vertente classificatória para assumir um exercício de codificação de uma língua privada, falada por cada paciente. Assim, como base temos aí uma aposta de que é o próprio exercício diagnóstico que cai em desuso. Cada caso é um singular. Nesta proposta, está em jogo a ideia de que não há racionalidade teórica que dê conta de sustentar uma visão clínica prévia do sujeito.

Voltemos à sala de convenções.

Debatendo a *neotransferência*, os clínicos presentes remetem a proposta da língua privada à uma ruptura no paradigma de linguagem usado por Lacan a partir de 1967, ruptura que se faz definitiva com o texto *O Aturdido*. O argumento teórico a ser construído ali vê nesta mudança de paradigma sobre a linguagem a base que faltava para cancelar a tese que *O Outro* não existe. Em suma, para os autores presentes neste debate em Antibes (1999/2006), na década de 50, a obra de Lacan sustentava o *Outro* como tesouro do significante, lugar do simbólico garantido pelas leis da linguagem; a partir de final dos anos 60, observam a inversão da aposta. *O Outro* não existe, então, não há garantia para transmissão das leis que fazem da linguagem um

³⁷ Forbes, <http://www.jorgeforbes.com.br/arq/artedodiagnostico.pdf>

código comum compartilhado. Adentramos, pois, num universo sempre do singular onde cada paciente fala uma língua: “Minha reflexão sobre a Psicose Ordinária hoje. O que faz um corte se chamou a língua privada desfaz a descontinuidade entre a psicose e o normal. “*Cada um fala sua língua privada*, diria Lacan nos anos 70” (Nevau apud Miller, 1999/2006, p. 221).³⁸

Em suma, no que tange a proposta de uma *neotransferência*, sustenta-se uma clínica do singular, ou seja, um traço diferencial na grande Curva de Gauss. Neste contexto, Miller (1999/2006) propõe que a temática da língua privada remete, inevitavelmente, ao tema do “fora do discurso” e, para o autor a noção de “estar fora do discurso” é a noção que, na segunda clínica de Lacan, substitui a antiga temática da forclusão do Nome-do-Pai (presente na primeira clínica):

Efetivamente na época de ‘De uma questão preliminar [...]’ o que ordena para Lacan o mundo? O que faz que seus pensamentos se apresentem em suas cabeças e não em outro lado? O que faz que estejam mais ou menos em harmonia com suas cabeças e com seus corpos? O que faz que cada coisa tenha seu lugar? O Nome-do-Pai – o Nome-do-Pai concebido como significante do Outro, S(A), ou seja, como o Outro do Outro. Depois, Lacan elabora o contrário (se pode supor que o teorema de Gödel lhe deu a ideia) que não há Outro do Outro. Em que converte então o conceito de forclusão do Nome-do-Pai? De alguma maneira é deslocado para o ‘fora do discurso’. De fato, o que opera a classificação, a divisória, é o discurso e as rotinas das conversações determinadas pela estrutura discursiva. (Miller, 1999/2006, p 239)

Se a noção de “fora do discurso” é para Miller (1999/2006) o conceito que substitui a noção de forclusão do Nome-do-Pai, julgamos ter encontrado aqui um dos aspectos conceituais mais importantes de seu sistema de pensamento.

O “fora do discurso” trata-se, portanto, de uma noção crucial para o entendimento da proposta *Psicose Ordinária*. Se a noção de “fora do discurso” substitui, no pensamento de Miller (1999/2006), a noção de forclusão do Nome-do-Pai, então, estar fora do discurso é o índice clínico que permite ao autor ler a existência da Psicose Ordinária. Entretanto, o entendimento milleriano de “fora do discurso” é bastante singular, não parece estar diretamente associado à teorização dos quatro discurso, mas a um uso da noção de discurso como o “campo social”. Vemos que a sugestão é, de fato, coerente com as apresentações clínica dos inclassificáveis em Arcachon. Referimo-nos ao fato de que, a linha comum que costurou boa parte dos casos inclassificáveis de Arcachon era justamente a dificuldade dos sujeitos (tanto

³⁸ Grifo nosso.

de Hervé Castanet quanto François Lechertier e Camille Cambron) de se vincular ao campo do laço social. Do modo como aqui é utilizado, a noção de ‘fora do discurso’ parece ser assumida como sinônimo da ausência de laço social (ou, ainda, da ausência de habilidades para adaptação ao campo social comum). Veremos adiante que esta acepção ganha força consistente na diagnóstica em questão.

Seguimos na convenção, muda-se a pauta para o tema da *neoconversão*.

Fazendo coro à sua proposta de oposição entre o antes e o depois da clínica do gozo, Miller (1999/2006) aposta que a neoconversão é a antítese da antiga conversão histérica: “Esta segunda parte está dedicada à neoconversão, que foi definida de uma maneira resumida, mas sólida, como a conversão não interpretável como a conversão histérica” (Miller, 1999/2006, p. 241). Em oposição aos sintomas conversivos da histeria que comumente se apresentam sobre o palco da encenação, da dramatização, da grande ópera, a neoconversão revelaria, ao contrário, um “teatro de bolso”, assim que as seções clínicas dedicadas à neoconversão forma intituladas de “*De La ópera al tetro de bolsillo*” (Miller, 1999/2006, p. 241). Os casos apresentados não revelaram uma unidade entre si, alguns privilegiaram o tema da escarificação, outros da fixação à imagem especular, outros ainda enfatizaram os fenômenos de um delírio hipocondríaco localizado, mas, episódios de fenômenos psicossomáticos figuram como um traço comum às apresentações. Nestes casos, os fenômenos se recusavam a obedecer a intervenções interpretativas. Casos próximos àquele narrado por Cambron (1998). Diante da estagnação subjetiva e da não possibilidade de dissolução do sintoma, se postula que neste casos o episódio corporal carrega uma equivalência entre desejo e gozo, o que o diferencia radicalmente de um sintoma conversivo histérico (no qual se trata de um desejo recalcado a ser decifrado como enigma pelo Outro). É Bernard Lecoeur quem sintetiza o panorama teórico sob o qual a neoconversão se ergueu:

Neste caso, ao serem equivalentes o desejo e o gozo, não estaria confrontados neste tope que representa a divisão que “normalmente” (entre aspas) cai sobre o Outro. esta conversão, esta conversão ‘neo’, destacaria – é o ponto que me parece interessante sublinhar – certo uso do corpo, que implica e compreende uma dimensão do ilimitado, de não acotado. Seria um tipo de conversão que já não se refere a um corpo considerado a partir de um recorte ou de uma fragmentação, senão bem mais a um corpo considerado como todo. Esta poderia ser a solução da dificuldade extrema de pensar que algo da neoconversão pode atualizar-se de outro modo que como um deslocamento das figuras da conversão. *Isto requer ter em conta as mudanças no*

estatuto do Outro e correntemente do corpo como aposta da conversão. (Lecoeur apud Miller, 1999/2006, p. 243)³⁹

Na fala de Lecoeur, a hipótese da neoconversão se sustenta desde que a mudança no estatuto do Outro seja considerada como panorama de fundo, ou seja, a neoconversão é coerente com a hipótese de que o Outro não existe. Resumamos. O sintoma histérico inclui o Outro como existente, faz enigma ao Outro convocando-o a decifrá-lo. Já a lógica clínica implicada na proposta da *neoconversão* é seu oposto: não há endereçamento do fenômeno corporal ao Outro, posto que ele não existe. É preciso ressaltar que a neoconversão está sendo apresentada como um fenômeno coerente com a contemporaneidade, um tipo de conversão nova que não é mais a mesma conversão da qual falava Freud em relação às históricas. A *neoconversão* tem por característica a impossibilidade de obedecer a uma interpretação e, somente, uma intervenção que se dirige à ruptura do gozo pode propor uma modificação.

Sobre este mesmo panorama acerca das mudanças na contemporaneidade, abre-se a pauta em torno do *neodesencadeamento*.

Vários casos clínicos foram expostos. Mais uma vez, vale ressaltar que a grande gama de fenômenos trazidos ao debate não faz destes casos um grupo homogêneo. O tema da estagnação subjetiva é bastante reiterado, mas um caso clínico traz uma questão adicional: o desencadeamento de um episódio avulso de delírio, ou seja, uma irrupção momentânea e fugaz. Um dos exemplos é o caso nomeado O Tornero apresentado por Franz Katenbeck.

Um paciente que guiava sua vida pela sentença “caminhar bem”. O caso trabalha com um jogo de palavras entre o *tourner rond* (caminhar bem, sem dificuldades) e o *turner en rond* (caminhar em círculos). Caminhar bem consistia a diretriz de vida do sujeito. Katenbeck narra que o sujeito havia se dedicado a fazer que as coisas caminhassem bem, então, frente a Um-pai havia a necessidade que as coisas caminhassem bem. O analista observa que, esse caminhar bem funcionava como a resposta oficial do sujeito. Entretanto, desencadeou um delírio tardio em sua vida, aos quarenta e cinco anos, quando seu sogro veio morar em sua casa – o que por outra parte era bastante frequente e já havia ocorrido outras vezes. Mas, na ocasião do

³⁹ Grifo nosso.

desenlace, uma cena específica havia ocorrido. O paciente de Katenbeck lhe descreve a cena que foi ao supermercado comprar algo para seu sogro, mas ao sair do estacionamento entrou numa rua no sentido proibido. Chamaram-lhe atenção para a irregularidade de seu ato, ao que falhou sua solução de ‘caminhar bem’: “E esta autocontradição desencadeou um delírio completamente centrado no movimento circular, ao qual teve um momento de florescimento muito breve quando saiu do estupor e desapareceu muito rápido” (Katenbeck apud Miller, 1999/2006, p. 235).

Observa-se neste relato a característica de um delírio ocasional e não permanente. Os analistas presentes tomam o episódio delirante como um índice de desenlace dos registros ou, um “desenganche”, o que acusaria a condição psicótica do sujeito. Observa-se, entretanto, que não se trata de um desencadeamento que abre a cascata do desastre imaginário, mas sim de um episódio de ideação delirante avulsa, sem vínculo anterior ou posterior à fenômenos elementares. Esta independência da ideação delirante desvinculada de fenômenos elementares chama atenção. Entretanto, a não padronização dos tipos de caso acaba por obrigar os analistas ali presentes a um esforço de separação dos índices clínicos que estão sendo debatidos.

Assim, a ideação delirante (caso Tornero) é localizada como fenômeno que advém de um apagamento da significação fálica ($\Phi 0$), separando-as das alucinações verbais, que são colocadas como fenômenos atribuídos à forclusão do Nome-do-Pai ($P0$). É Genevière Morel quem realiza a distinção e relembra a todos que, desde Clérambault, os fenômenos de linguagem devem ser separados dos fenômenos de ideação delirante:

Como Lacan dizia que era seu maestro, pensei que, depois de tudo, o maestro do maestro é sempre um maestro. De Clérambault diferencia o que é automatismo do que é delirante. Eu fiz o mesmo, é dizer, considere que uma ideia delirante sobre o corpo não era a priori algo ligado a $P0$, senão para colocar em $\Phi 0$. (Morel apud Miller, 1999/2006, p. 209)

Ligado à $P0$ implica ser diretamente ligado à forclusão do Nome-do-Pai ($P0$ = Nome-do-Pai zero). Os fenômenos ligados à forclusão do Nome-do-Pai são os fenômenos elementares, distúrbios de linguagem. Já os fenômenos ligados à $\Phi 0$ aparecem como perturbação do campo da significância (ideação delirante). A necessidade desta distinção advém num momento da jornada em que, os fenômenos apresentados sob a nomeação de um *neodesencadeamento* são variados e não parecem

obedecer a mesma lógica e nem formam um grupo homogêneo. Exceto nos casos em que a ideação delirante vem acompanhada de distúrbios de linguagem, nos outros que se revela, em suma, são fenômenos que apontam problemas no campo da significação (por exemplo o episódio delirante momentâneo do Tornero), mas não do significativo (não apresentam transtornos de linguagem, nem alucinações verbais). Desta forma, a acuidade clínica de Genevière Morel lembra que Lacan colocou as alucinações cenestésicas e visuais num grupo distinto das alucinações verbais em *De uma questão preliminar* [...] (1957/58) e, desta forma, o autor sugere que os fenômenos decorrentes da ‘zerificação’ da significação fálica devem ser separados dos fenômenos elementares - atribuídos não ao campo do imaginário, mas sim à forclusão do Nome-do-Pai (P0):

No abismo de P0 classifiquei tudo que é alucinação e os transtornos de linguagem [...]. A meu entender as alucinações visuais e cenestésicas tem um estatuto difícil de determinar na prática: quando alguém diz que dói a perna é muito difícil saber se é ou não uma alucinação, mas quando diz que ouve vozes, o assunto está concluído. (Morel apud Miller, 1999/2006, p. 207)

Se, a separação realizada ali remete exatamente à mesma distinção feita por Lacan em *De uma questão preliminar* (1957/58), então, devemos nos perguntar, em meio a uma gama grande de apresentações de caso, o que é realmente novo apresentado ali?

Constamos que, o fato “novo” neste contexto se dá, pois, alguns fenômenos de $\Phi 0$ (a ideação delirante no caso do Tornero, por exemplo) aparece sozinha, desvinculada de fenômenos decorrentes de P0 (fenômenos elementares e transtornos de linguagem). E, ainda, nos casos como o do “fenômeno do neveiro”, ou o “caso contemporâneo” eles tampouco apresentam qualquer distorção no campo da significação, ou seja, nem fenômenos ligados à $\Phi 0$, a não ser o forte vazio subjetivo, que já foi ressaltado. A constatação de que alguns casos trazem fenômenos de $\Phi 0$ sem vínculos à fenômenos elementares leva Miller (1999/2006) a propor que é justamente aí que o *neodesencadeamento* diferencia-se do desencadeamento clássico. Mas como explicar a presença de fenômenos de $\Phi 0$ se apresentando na ausência de fenômenos de P0?

Na hipótese de Miller (1999/2006) os fenômenos decorrentes de P0 estariam mascarados, escondidos, pela suplência imaginária. Ele sugere que em todos os casos

de psicose ordinária é possível afirmar que são restituições a um desencadeamento que ocorreu de modo muito precoce e imperceptível aos pares do sujeito. Em sua aposta de sempre houve uma ruptura inicial dos registros, ou seja, os fenômenos elementares um dia estiveram ali, mas o clínico que não os viu passar e a suplência imaginária veio a encobrir seus efeitos:

Sempre há um desencadeamento, simplesmente não se viu, era muito precoce. Se produziu e teve uma restituição da estrutura imaginária, para falar a linguagem de *De uma questão preliminar [...]*. Em todo caso, as psicoses ordinárias são do tipo débil, ao menos o contraste entre o antes e o depois não é tão marcado. (Miller, 1999/2006, p. 238)

O termo débil aqui é usado como um qualificativo que indica um desencadeamento discreto, imperceptível em oposição ao desencadeamento exuberante.

Em princípio a proposta de Miller (1999/2006) é acolhida e reformulada pelos próprios analistas ali presente. O raciocínio em curso os leva, portanto, a supor que longe dos olhos do analista, em algum encontro contingente, outrora houve a confrontação do psicótico ordinário com Um-pai. Este confronto teria sido discreto, mas um suficientemente bom para provocar tanto o *neodesencadeamento*, quanto a imediata restituição imaginária através de uma suplência. O caráter inovador do *neodesencadeamento* é, portanto, atribuível à imperceptibilidade do encontro fortuito (e invisível) do sujeito com Um-pai:

(...) Genèvieve Morel designa transtornos de Φ_0 . Se trata cada vez em nosso informe, especialmente no caso que se refere à David Halfon, de sujeitos em quem o clínico não notou transtornos ligados ao encontro com Um-pai, donde não há desencadeamento de uma forma típica. (De Georges apud Miller, 1999/2006, p. 214)

Atípico em relação a qual tipicidade?

Primeiramente atípico, pois carrega um caráter evanescente, às vezes invisível. Atípico posto que, quando o desencadeamento é percebido (tal é o caso do Tornero) a solução delirante é fugaz, ou seja, não se instaura no sujeito como permanente é apenas momentânea. Em terceiro lugar, é atípico, pois ocorre na completa ausência de transtornos de linguagem, índices que um dia foram tomados por Lacan como exigência primordial para o estabelecimento de um diagnóstico de psicose. Desta forma, observamos que, a proposta de Psicose Ordinária caminha para colocar uma

pedra em cima de um dos maiores índices diagnósticos da psicose dentro da teoria lacaniana.

Lembrando que estamos numa jornada. Os casos são debatidos de modo intercalado e não é possível visualizar a priori uma linha contínua de exposição, exceto na fala do próprio Miller (1999/2006) quem abriu as jornadas com a solução pronta. As vozes se alternam e nem sempre dizem o mesmo. As coisas se passam como se as exposições clínicas compusessem os fios inseridos numa máquina de tecelagem que trançam uns aos outros; entretanto, quando a peça está quase pronta, percebe-se que a seda principal não havia sido acoplada ao tear. O lugar privilegiado que Lacan havia reservado aos transtornos de linguagem, exigindo sua presença antes de confirmar o diagnóstico de psicose, não estava sendo visto. Somente após várias discussões é Serge Cottet o primeiro quem nota o ponto comum entre as apresentações, assumindo que então, a novidade clínica trazida pela diagnóstica da Psicose Ordinária é postular uma psicose na qual os sujeitos possuem em relação normal e não transtornada com a linguagem:

Na primeira parte deste informe coloca em evidencia casos que incluem signos comprovados da psicose, mas faltam as manifestações clássicas da forclusão, sobretudo e em varias oportunidades os transtornos de linguagem. Cabe somar que esta ausência é compatível com a forclusão. *Se apresentam então psicóticos que tem uma relação normal com a linguagem.* (Serge Cottet apud Miller, 1999/ 2006, p. 205)⁴⁰

Uma vez declarada a psicose sem transtorno de linguagem, aquilo que estava lá, mas ninguém havia visto, incomoda. Alguns analistas começam, portanto, a supor justamente o contrário, ou seja, se não há transtornos de linguagem, então, provavelmente, não se está no campo da psicose, apesar dos outros índices clínicos que provocaram dúvida diagnóstica. Eis inaugurado o grande ponto de discórdia da convenção – talvez tardiamente.

Muitos analistas assumem a voz em defesa da tese milleriana, outros se apercebem que a ordinariedade da psicose de Miller (1999/2006) tem por condição o apagamento de um dos índices diagnósticos mais claros do raciocínio lacaniano. Abre-se aí, em nossa opinião, o principal debate conceitual de toda a questão, no qual

⁴⁰ Grifo nosso.

o pensamento de Miller (1999/2006) se vê obrigado a revelar as cartas as quais o diferencia do pensamento de Lacan.

Miller (1999/2006) assume a palavra para dizer que todos devem ter em mente que sua sugestão implica uma mudança geral na razão diagnóstica. Relembra a todos que foi justamente para apagar as diferenças qualitativas entre $\Phi 0$ e $P0$ que propôs adotar o modelo de uma Curva de Gauss e, resume seu pensamento, apostando que a exigência de transtornos de linguagem era coerente com a primeira clínica de Lacan, mas trata-se de uma referência que é adotada esquecendo que o próprio Lacan a havia superado:

(...) Os transtornos linguísticos não são ditos antideicos, como expressa De Clérambault, senão que são concebidos em tanto como agozantes, fora do gozo, posto que a libido circula do lado do imaginário corporal.

Esta conceitualização teve uma importância histórica e capital e segue sendo uma referência indispensável, mas se a adota sem perceber os limites que Lacan nela viu e superou, perde-se o que é o centro da clínica borromeana, uma concepção muito mais estreita do gozo e do significante, a continuidade dos campos. Na clínica borromeana podemos dizer: *o Φo e o Po* , são dois extremos da curva de Gauss, é somente uma distinção de razão, não uma distinção fundada na coisa (Miller, 1999/2006, p. 216)⁴¹

Uma nota é importante. Observamos aqui que, ao ler a clínica borromeana através do modelo de sua Curva de Gauss, Miller (1999/2006) realiza uma operação que é ler Lacan com um modelo adicional que não está em Lacan. O apoio de referência de Miller (1999/2006) é enfaticamente a curva de Gauss e a possibilidade desta curva lhe oferecer uma clínica quantitativa, clínica do ‘mais ou menos de gozar’.

É assim que na racionalidade da Psicose Ordinária os transtornos de linguagem acabam de ter sua função diagnóstica anulada.

Dentro da própria convenção erguem-se duas fortes oposições ao acolhimento da solução geral de nomear de psicose todos os casos ali debatidos. A primeira objeção se levanta contra a proposta da neoconversão e, a segunda, é claramente fundamentada contra a proposta de diagnosticar uma psicose na ausência de fenômenos elementares e transtornos de linguagem. Acompanhemos o debate.

⁴¹ Grifo nosso.

A primeira oposição vem de Alain Merlet. Sua objeção dirige-se contra a proposta de tomar a *neoconversão* (guiada pelo tema dos fenômenos psicossomáticos) como signos de uma psicose, na ausência de outros índices. Para Merlet o caráter de fenômenos corporais impossíveis de serem simbolizados já aparece na clínica psicanalítica desde Freud. Segundo a crítica de Merlet, o fato de haver fenômenos do corpo que são irrepresentáveis não consta qualquer novidade, não é em nada “neo”:

Vocês falam em seu informe da conversão simbolizante, mas derivando a noção de defesa. Minha pergunta é: o que entendem vocês por a maneira freudiana quando falam de fenômenos do corpo não interpretáveis à maneira freudiana? [...] me parece ao contrário que com sua noção de defesa e sua ideia de primeira mentira, Freud destaca uma simbolização que não é mais que máscara, o patalla, frente ao sexual. Em outras palavras, é uma representação da coisa que não existe (Merlot apud Miller, 1999/2006, p. 246)

É, pois, mais propriamente a hipótese da *neoconversão* que é colocada contra a parede. Diante da objeção do colega, Françoise Sauvart, uma das responsáveis pela apresentação da seção destinada à *neoconversão* também recua diante da proposta milleriana acerca do apagamento da barreira divisória entre neurose e psicose: “Me dei conta *a posteriori* de que o que havíamos desenvolvido em Renne era múltiplo. O termo ‘neoconversão’ serviu para designar os fenômenos corporais nos casos de psicoses, mas de nenhuma maneira numa ótica continuísta” (Sauvant apud Miller, 1999/2006, p. 248). O caso de Sauvart trazia um delírio dirigido ao corpo. A autora localiza, *a posteriori*, seu caso dentro da psicose clássica e rejeita a noção de uma clínica continuísta realçando a multiplicidade dos outros casos dos colegas, diferencia o seu.

Sob signo da *neoconversão* (e que em princípio colocaram uma dúvida diagnóstica), debate-se então fenômenos reservados ao corpo que se recusam a obedecer uma lógica da decifração recalcada. O debate caminha para formular a hipótese de que todos podem ser lidos como fenômenos do imaginário cuja conexão com o simbólico não está clara. Observando o eixo comum pelo qual a hipótese da *neoconversão* é questionada, Miller (1999/2006) assume a palavra para defender e fundamentar conceitualmente sua aposta. Uma vez que um sujeito precisa recorrer (de qualquer forma) ao imaginário ele, já realizando uma suplência, está portanto dentro do campo da psicose. O autor defende a tese de que lançar mão do recurso imaginário é o próprio índice clínico que lhe autoriza a supor que a psicose é o paradigma da

subjetividade humana. Para Miller (1999/2006) a organização psíquica que se obtém via Estádio do Espelho é um passo universal de toda constituição, mas este passo é em si o próprio signo da *psicose nativa*:

Não nos esqueçamos que o Estádio do Espelho de *De uma questão preliminar [...]* não é o que Lacan descrevia inicialmente, é um estágio do espelho quase psicótico. Quando não está organizado pelo simbólico, é um estado de ordem psicótica, habitado por um sofrimento primordial klenóide. *Quando se retrocede topicamente ao estágio do espelho é a psicose*. Dito de outra maneira, este estágio ilustra a tese da *psicose nativa* (Miller, 1999/2006, p. 238)⁴²

Assim, a hipótese da *psicose nativa* se revela como a grande tese do pensamento milleriano. É, aqui que a aposta da forclusão generalizada assume as entrelinhas do discurso. No pensamento milleriano, a forclusão é a condição de partida e aos sujeitos (todos iguais perante a morte) restam duas alternativas subjetivas: a psicose ordinária (donde a suplência impede o desencadeamento exuberante) e a psicose extraordinária, que não tem a mesma sorte da primeira. A psicose nativa é a base que oferece todo o entendimento à proposta que o autor coloca em jogo e a assume como tal.

Uma vez que o imaginário foi tomado ele próprio como signo da psicose, o raciocínio do autor começa a ficar mais claro para os presentes e, neste contexto, quem se apresenta para contestar o diagnóstico geral de psicose que está em vias de ser formalizado é Herbert Waschberger que ressalta sua estranheza em aceitar a proposta de um diagnóstico de psicose que dispense a exigência da presença dos transtornos de linguagem:

A questão inicial de Cottet me deu a impressão de que sua leitura aponta para apagar a barreira da psicose com transtornos de linguagem e sem transtornos – tanto mais quanto que, de fato, é bastante corrente dizer em nosso meio: “não há psicose sem transtorno de linguagem”. Me parece, sem dúvida, que isso permite situar os transtornos de linguagem em relação com a estrutura de modo bem astuto.

Por outra parte, me parece que pouco a pouco chegamos a constatação de que é difícil conceber uma psicose e a questão da forclusão sem uma relação transtornada com a linguagem. (Waschberger apud Miller, 1999/2006, p. 230)

Mais uma vez observando as reticências levantadas contra sua proposta, Miller (1999/2006) resitua novamente sua fala lembrando tratar-se de uma proposta que

⁴² Grifo nosso.

implica uma mudança geral de paradigma em coerência com a mudança geral que sofre a sociedade contemporânea. Para o autor, a sociedade pós-moderna sofre uma completa mutação, trata-se de um mundo onde tudo mudou, inclusive o conceito de transtorno de linguagem. Assim, no mundo atual o próprio ato de “falar” é um transtorno de linguagem:

Se trataria, pois, de estender o conceito de transtornos de linguagem, mais além do franco neologismo, até incluir o uso paranormal da linguagem, o uso apenas deslocado. Por tanto, se poderia estender ainda muito mais o conceito de transtornos de linguagem. Até poderíamos dizer que *falar, finalmente, é um transtorno de linguagem*. Eu o penso de maneira profunda (Miller, 1999/2006, p. 206)⁴³

Na interpretação milleriana da obra de Lacan, o Estádio do Espelho é, portanto, o signo da *psicose nativa* e “falar” é um transtorno de linguagem. Com estas duas teses adicionais Miller (1999/2006) se defende das objeções feitas à sua proposta de Psicose Ordinária.

5.3 A noção de psicose ordinária aplicada a um caso de anorexia

No que tange aos nossos propósitos de mapear os discursos diagnósticos pós-lacanianos, julgamos que apresentar os passos que levaram à formulação da Psicose Ordinária é a tarefa que nos cabia, posto que, apesar das objeções levantadas, o discurso milleriano se difundiu e hoje figura como uma das razões diagnósticas mais infiltradas discursivamente; diante de situações clínicas de impasse, episódios enigmáticos ou obscuros, a hipótese de uma psicose (ainda que não haja nem fenômenos elementares, nem tampouco desencadeamento delirante) é já quase uma interpretação prêt-a-porter para os casos que apresentam peculiaridades clínicas (de todos os tipos). Assim tal como podemos entender a proposta de Psicose Ordinária cumpriu seu papel, ou seja, apresenta-se o discurso pós-lacaniano como uma possibilidade de classificar o inclassificável, tal é o exemplo que recolhemos do artigo

⁴³ Grifo nosso.

científico intitulado “*As psicoses ordinárias*” de Campos, Gonçalves & Amaral (2008) - autores do campo da psiquiatria que, ao escrever numa revista científica brasileira, evidenciam que a proposta milleriana teve grande acolhimento, cruzou o atlântico e desembarcou por aqui como solução a um dos impasses mais notório da clínica psicanalítica: a anorexia masculina. Vamos acompanhar a aplicação da diagnóstica que assim abre o artigo:

As psicoses ordinárias se caracterizam por serem distintas das psicoses extraordinárias e podem ser denominadas de psicoses brancas ou descoradas, psicoses frias, psicoses não delirantes, fechadas ou compensadas. Elas se apresentam sem grandes fenômenos produtivos, malgrado se observe algum deterioro no campo do afeto. Embora categorizadas de ordinárias ou de comuns e serem até mais frequentes que as demais, podem passar despercebidas ao senso comum e até mesmo aos psiquiatras (Campos, Gonçalves & Amaral, 2008, p. 74)

Neste texto, um caso de anorexia masculina é diagnosticado uma psicose ordinária. Trata-se do caso de um jovem estudante, nomeado pelos autores de Caol, que se recusa a fazer ingestão de alimentos e de líquidos. Sem conteúdo delirante e sem transtornos de linguagem, contudo, os autores definem o diagnóstico de psicose ordinária, pois o caso obedece, passo a passo, os eixos da *neotransferência*, neoconversão e neodesencadeamento. A neotransferência no caso de Caol se apresenta pela fragilidade e pela indiferença com que o estudante se relaciona com os médicos que lhe prestam atendimento:

Nas psicoses ordinárias, o vínculo transferencial não se firma mais de maneira consistente como na modalidade erotômata ou persecutória encontrada nas psicoses clássicas. O vínculo que se estabelece é frouxo, parcial e promove uma transferência fragmentada. A transferência no caso de Caol é expressa sempre de maneira indiferente a quem lhe assiste (Campos, Gonçalves & Amaral, 2008, p. 80)

Da mesma forma, para os autores, o neodesencadeamento pode ser constatado quando se verifica que Caol teve uma perda progressiva de todos os laços sociais e sugerem a hipótese de que a condição clínica do ‘isolamento gradativo’ pode ser tomado como um dos modelos do neodesencadeamento nas psicoses ordinárias: “As novas formas de desencadeamento se expressam como desligamentos, como desenganches gradativos do Outro” - afirmam Campos, Gonçalves & Amaral (2008, p. 75). Na interpretação dos autores, o cuidado excessivo de Caol com sua dieta coloca a relação do seu eu com o seu corpo de modo estranho, ou seja, “no caso de

Caol, em primeiro lugar, é evidente a relação de estranheza entre o eu e o corpo” – postulam os autores (2008, p. 81). A relação peculiar com o corpo passa a ser o instrumento central do discurso do paciente o que, na opinião dos autores, faz desta grave anorexia um exemplo do conceito definido como neoconversão:

(...) as neoconversões estão no campo da psicose e não são interpretáveis pela palavra, tampouco cedem à intervenções significantes ou à argumentação lógica. Entre as neoconversões temos como uma das principais a dismorfobia corporal encontrada nos casos de anorexias graves. (Campos, Gonçalves & Amaral, 2008, p. 79)

Neste contexto, segundo a interpretação clínica os autores, a condição da anorexia se revela como uma suplência imaginária que impede o sujeito de entrar em franco delírio e, ao mesmo tempo, faz a função de encobrir os fenômenos elementares que antigamente seriam exigidos como condição para o diagnóstico de psicose; “aliás esse encobrimento pelos transtornos alimentares, ou até mesmo seu tratamento, dificultam o diagnóstico e impedem o desencadeamento típico” – afirmam os autores (2008, p. 78). Desta forma, a dificuldade diagnóstica estaria na acuidade do clínico em conseguir identificar uma psicose camuflada onde ninguém de outra forma a reconheceria – só o clínico pós-lacaniano. Segundo a leitura de Campos, Gonçalves & Amaral (2008), o caso de anorexia de Caol responde ao qualificativo de raro posto que a anorexia é patologia incomum nos homens, além disso, o caso designa também o exemplo clínico da hipótese teórica da suplência, pois “os transtornos alimentares podem funcionar como uma prótese psíquica ou como uma solução do tipo identificatória que autoriza o sujeito a circular no campo social com um significante de anoréxico imposto pela sociedade” (Campo, Gonçalves & Amaral, 2008, p. 78).

A noção de suplência assume no artigo a centralidade da discussão teórica, ou seja, “digamos que o sintoma pode assumir a função do nome-do-pai” – resumem os autores (2008, p. 81). Fazendo um ensaio de aproximação com a teoria de Lacan, os autores ligam a noção de suplência como exclusiva da clínica borromeana e a associam à condição de pluralização dos nomes do pai:

Na suplência o sujeito encontrará um elemento capaz de ordenar o real, o simbólico e o imaginário, através de um nó do tipo borromeano.

A amarração entre os três registros psíquicos, propiciada por um quarto elemento que fará as vezes de nome-do-pai tem a função de estabilizar a realidade psíquica para o sujeito. Este quarto elemento que do ponto de vista contingente pode ser qualquer um,

é denominado na clínica lacaniana de nomes-do-pai, no plural. (Campos, Gonçalves & Amaral, 2008, p. 77)

Desta forma, constatamos que o artigo em questão mostra de maneira exemplar (e até didática) o alcance que a proposta milleriana obteve em meios lacanianos, alcançando de fato um de seus objetivos mais almejados que era classificar o inclassificável. A perfeição clínica do encaixo que aplica o diagnóstico de psicose (ordinária, é verdade) ao caso de anorexia masculina deixa-nos, entretanto, um grande ponto de interrogação acerca da ênfase clínica que os autores a um ponto específico de seu paciente: a inadaptação ou inadequação do Eu do sujeito às normas sociais padrão. A ausência de laços, a perda do emprego, a estranheza do eu em relação ao próprio corpo, mostram, em suma que a análise egóica é privilegiada como instrumento que compõe a definição do diagnóstico de psicose na ausência dos índices clássicos dos fenômenos elementares. A relevância clínica da não-adaptação do eu do sujeito ao meio social é ressaltada diversas vezes pelo artigo dos autores que afirma:

Já nas psicoses ordinárias, os estados clínicos servem como muro de proteção que impedem o desencadeamento. As psicoses ordinárias implicam como pressuposto a disjunção entre a temporalidade da psicose e seu desencadeamento. Nesse tipo de psicose, identificamos uma diacronia com o tempo, mas um contínuo na clínica que demonstra um esgarçamento gradativo dos *mecanismos de defesa do eu* que serviam de tecido de proteção. (Campos, Gonçalves & Amaral, 2008, p. 77)⁴⁴

O “*esgarçamento dos mecanismos de defesa*”, assim, retorna como parte integrante, e ao que tudo indica essencial, da visão diagnóstica do clínico pós-laciano, dentro do discurso da psicose ordinária. Ora, Anna Freud ficaria feliz em ver sua tese principal sendo defendida com excelência e novas roupagens conceituais. Se na convenção de Antibes, a opção pelo diagnóstico de psicose foi recebida com reticências por alguns, neste artigo que a vemos ser aplicada, é possível verificar o raciocínio clínico adicional que ajuda a sustentar o diagnóstico de psicose: o esgarçamento dos mecanismos de defesa do eu. O raciocínio clínico que aqui se presentifica para definir a psicose ordinária se revela ser o seguinte: na ausência de fenômenos elementares e na ausência dos transtornos de linguagem, a fragilidade dos

⁴⁴ Grifo nosso.

mecanismos de defesa do eu, o isolamento do sujeito do tecido social, convertem-se nos signos clínicos que autorizam conferir o diagnóstico psicose dentro deste discurso, uma psicose simples, psicose comum, ordinária, mas, sim uma psicose. O tema da “inadequação do Eu” entra no discurso pós-lacaniano com uma roupagem conceitual renovada sob o signo da noção de “desligamento do laço social”. É o próprio Miller (1999/2006) quem a define assim: “Nas psicoses ordinárias o sujeito alcança gradativamente o empobrecimento de suas relações, a diminuição dos laços afetivos e sociais e, conseqüentemente, a perda do vínculo há uma crescente marginalização escandida” (Miller, 1999/2006, p. 74). Vemos aqui que o raciocínio milleriano conserva extrema coerência interna, pois, tal como vimos no início da exposição da noção de psicose ordinária, ele declarou que, em sua leitura, a noção de “fora do discurso” é o constructo teórico que substitui a noção de “foraclusão do Nome-do-Pai”. O que vemos aqui é que a noção de “fora do discurso” é desdobrada para “fora do laço social”, que rapidamente converte-se em fora da comunidade que compartilha do mesmo Ideal normativo, das mesmas expectativas sociais. Seguindo a lógica do pensamento milleriano, os autores de nosso artigo em questão, definem que nas psicoses ordinárias, “observa-se o desligamento sucessivo dos laços familiares e sociais, que pode chegar até a uma vida errante” (Campos, Gonçalves & Amaral, 2008, p. 75). Ou seja, demite-se a exigência de transtornos de linguagem, para que a vida errante assuma o posto de índice diagnóstico da psicose? A noção milleriana de psicose ordinária parece não considera o catálogo dos tumores da linguagem como índice necessário ao diagnóstico da psicose e parece tê-lo substituído pela noção de *inadaptação do eu*. A *análise do eu* emerge como recurso que designa a condição psicótica do sujeito, já que de outra forma a psicose não se prova (posto que os índices clássicos estão ausentes):

Nas psicoses ordinárias, com frequência, não é possível localizar seu ponto de desencadeamento, tampouco perceber delírios ou alucinações. Pode-se, contudo, verificar um funcionamento psicótico prévio do sujeito, mesmo sem a identificação de fenômenos elementares. Em alguns casos *o funcionamento psicótico prévio pode aparecer com uma vida conflituosa, pouco adaptada ao meio social, dificuldades de se manter no emprego, adesão ao uso de drogas [...]*. (Campos, Gonçalves & Amaral, 2008, p. 76, 2008)⁴⁵

⁴⁵ Grifo nosso.

Repetindo. O indicador diagnóstico, ou seja, “o funcionamento psicótico prévio” é identificado, segundo estes autores, pelas seguintes características clínicas: “*vida conflituosa*”; “*pouco adaptado ao meio social*”, “*dificuldade de se manter no emprego*”, “*adesão ao uso de drogas*” - enfim, eis aí o sentido de “fora do discurso”. Trata-se de um catálogo completo daquele que é, em suma, um inadaptado social, um sujeito que não obedece à normatividade ideal esperada: um psicótico ordinário. Neste caso, no quadro de indicadores diagnósticos para a psicose, demitiu-se a cartilha dos tumores de linguagem e, em seu lugar, foi relançado um novo catálogo das funções adaptativas do Eu. Caso o eu (e sua histórica função de síntese) se revele socialmente bagunçada, inadaptada, sem emprego e tendendo ao uso de drogas, então, neste nevoeiro, sugere-se uma psicose (ordinária, é verdade!).

Tal como podemos constatar, este discurso pós-lacaniano nos indica que o projeto clínico de Lacan foi aqui convertido no seu extremo oposto. Para sustentar-se em pé, a diagnóstica da psicose ordinária pressupõe em sua base a queda da análise dos fatos de linguagem e um essencial retorno da análise dos mecanismos de defesa do Eu – assim é a razão clínica que dá suporte conceitual a um diagnóstico de psicose na ausência de qualquer outro índice estrutural. Trata-se do retorno da clínica da “tomografia do Eu”, uma clínica tão debochada por Lacan (1957/58).

No ponto em que se evidencia que a análise das funções adaptativas do Eu retorna ao centro de um dos discursos diagnósticos pós-lacaniano mais influente da atualidade é preciso, ao menos, perguntar-nos: o que houve? Como chegamos ao exato avesso daquilo que propôs Lacan quanto ao exercício diagnóstico que define uma psicose?

Na ausência dos índices estruturais (fenômenos elementares e distúrbios de linguagem) que apontam ao diagnóstico de psicose a *análise do eu* retorna ao ambiente clínico pós-lacaniano debaixo da mesa. Será o preço tardio pago pela assepsia do movimento estruturalista e pelo grau zero do sujeito que, em fins da década de cinquenta ofereceu á Lacan uma racionalidade diagnóstica na qual lhe era possível realizar uma clínica totalmente desvinculada de uma análise do Eu? Será que aquilo que ficou de fora do discurso lacaniano por algumas décadas agora precisa retornar assim, por debaixo da mesa?

Se a questão formulada estiver correta, então, é possível que nós (os lacanianos) fomos tão acostumados a deixar o Eu de fora que, quando ele grita seu sofrimento aos nossos ouvidos o interpretamos como signo de psicose? Será a psicose ordinária ou será a velha imagem satírica daquele esquizoide de espírito livre que em 1508 já declarava-se desamarrados dos grandes contratos sociais. Teremos que ter cuidado para não colocá-los todos em uma nova Nau e embarca-los rumo ao azul desconhecido de um diagnóstico cuja direção do tratamento fica comprometida.

Julgamos que a proposta lacaniana em seus fundamentos nos autoriza justamente a realizar outro pensamento.

Considerações Finais

A pesquisa encerra-se deixando para nosso campo de trabalho um primeiro mapa dos principais discursos diagnósticos pós-lacanianos. Para realizar este trabalho com efeito de panorama, nossa tese optou por demonstrar uma visão de grupos discursivos o que implicou um necessário sacrifício do exame detalhado sobre cada conceito utilizado. Desta forma, o leitor tem como resultado as linhas gerais do grande debate diagnóstico na atualidade, dentro do ambiente laciano, mas também, um indicativo do estilo de exposição e de sustentação de cada discurso. No que tange à neutralidade de nossa exposição, partidários de certo realismo, sabemos que uma pesquisa em ciências humanas nunca deve supor que seu resultado se faz livre das impressões de seu observador, entretanto (e advertidos disso), procuramos ao máximo nos retirar de cena para que o pensamento de cada autor pudesse ser apresentado o mais livre possível de nossas interferências.

No capítulo que representou a diagnóstica clássica, observamos que a leitura binária da forclusão/não-forclusão é o sistema reinante do pensamento. O debate sobre a manutenção da função edípica ampliada pelo incremento do real ofereceu ao leitor uma interpretação da obra laciana que se esforça por buscar nela uma homogeneidade.

No segundo grupo discursivo, que defende a necessidade de uma reformulação da diagnóstica laciana, encontramos propostas que complexificam a clínica, retirando-a de uma visão linear. O discurso se congrega pela hipótese de diluição do lugar central ocupado pelo Nome-do-Pai no pensamento diagnóstico de Jacques Lacan.

Em Soler (2009), a queda deste conceito foi bastante clara e se fundamentou, essencialmente, na leitura da autora de que Jacques Lacan, através da noção de *nomeado para*, teria encontrado meios teóricos para dispensar a necessidade do Nome-do-Pai. Do pensamento da autora nos chama atenção o fato de que sua proposta para reformulação diagnóstica pretende incorporar o tradicional eixo da psiquiatria nomeado de *transtornos de personalidade*. É um movimento inédito dentro do lacanismo que, desde o advento do estruturalismo, nunca mais deixou os

traços do Eu, nem tampouco da personalidade, fazerem parte de sua racionalidade diagnóstica. Em Dunker (2011a; 2015) a queda da centralidade do Nome-do-Pai foi adotada como condição para que a psicanálise deixe de se pautar por um falso universal: a regência pelo falo. Quando a psicanálise adota a neurose como modelo subjetivo padrão de seu sujeito, importa de modo embutido uma antropologia (a totêmica). A questão trazida por Dunker (2015) girou em torno do engodo feito pela psicanálise ao elevar uma antropologia particular à condição de universal. Na antropologia totêmica há ordenação pelo regime de “pertença a”, uma lógica da transmissão intergeracional fundada na ideia de “filiação” ao Pai. Dunker (2015) introduziu a descoberta de outra lógica antropológica não organizada pela noção de identidade. Vimos que para este autor, a queda do privilegio do Nome-do-Pai atesta que Lacan teria se dado conta de que o regime de “pertença a” não seria mais a possibilidade universal de constituição subjetiva.

Já o tema da pluralização dos nomes, apareceu, sobremaneira, na tese de Amigo (2007) como interpretação que dispensa a exclusividade do Nome-do-Pai como elemento articulador dos registros. Trabalhando com a hipótese de autonomia dos registros (real, simbólico, imaginário), acompanhamos a psicanalista defender as incidências clínicas da pluralização dos nomes do pai. As variações seriam sentidas no campo da montagem da fantasia. De nossa parte, entendemos que a contribuição da autora coloca em questão a sobreposição entre estrutura da fantasia e estrutura do sujeito existente na obra de Lacan. Vimos em nosso resgate inicial feito pelo Capítulo 1 que Jacques Lacan, no ano de 1966, retornou ao relatório *De uma questão preliminar [...]* para acrescentar-lhe uma nota. Esta nota introduzia a vertente do corte do real no esquema formalizado para representar o sujeito neurótico.

Observamos ainda que tal nota teve por consequência gerar uma equivalência entre estrutura da fantasia e estrutura do sujeito. Enfim, acreditamos que a tese de Amigo (2007) incide justamente desfazendo esta equivalência. Mostra que a constituição de uma fantasia pode fracassar, mas, não necessariamente fracassa junto com ela, a constituição do sujeito.

Neste universo discursivo, a tese da autonomia dos registros foi outro elemento de discurso que se destacou fortemente. Exatamente aí reside uma diferença importante na comparação com o primeiro grupo discursivo. Para o conjunto de autores que redescreveu a diagnóstica clássica, a mudança prioritária engendrada por

Lacan, a partir da década de sessenta se revelaria através do incremento da noção de real. No segundo grupo, ao contrário, não vimos uma hipótese do fortalecimento da noção de real, mas sim do fortalecimento do imaginário. Tanto a tese de Amigo (2007) quanto a tese de Soler (2009) destacaram que o giro implicado na proposta de não hierarquia dos registros devolveria ao imaginário sua igualdade de participação na constituição do sujeito. Vimos também que esta suposição teórica foi a base sobre a qual outros autores se dispuseram a discutir casos fora da neurose padrão. Calligaris (1989), Dunker (2002) e Maleval (2012) advertiram para a possibilidade de uma falência fálica no registro imaginário, sem o necessário vínculo com uma forclusão do Nome-do-Pai no simbólico. De outro lado, Amigo (2007), Nasio (1993) e Eidelsztein (2008) sugeriram condições clínicas graves às quais, a falha no campo imaginário, ou sua predominância como recurso suplente, não determina uma clínica da psicose, mas sim implicaria pensar direções de tratamento que consideram intervenções recuperadoras da costura entre imaginário e real, uma direção clínica que Amigo (2007) batizou de “*manobra imaginária literante*”.

Por fim, consideramos que os autores reunidos nos dois últimos capítulos circunscrevem o mesmo universo de discurso. Universo dentro do qual as teses diferentes para um *novo sujeito* foram encontradas. Trata-se do mesmo campo discursivo, pois, a hipótese de partida encontrada em todos os comentadores ali demonstrados reside no diagnóstico social do declínio da função paterna na atualidade. A hipótese de base é a queda da função paterna no mundo contemporâneo, uma leitura historicista, portanto. Dentro deste grupo discursivo, pudemos observar que os pós-lacanianos não estão sozinhos. A queda da sociedade patriarcal bem como o imperativo de gozo (ditado pela lógica de uma sociedade de consumo) são discursos reproduzidos e pensados para muito além do universo lacaniano. Desde a chegada da contribuição darwiniana e da teoria do Big Bang, a ciência rivaliza e desafia a autoridade da figura de Deus como narrativa oficial para a origem da humanidade. Em outras palavras, a grande figura do pai estaria em declínio desde o princípio da era moderna. Por outro lado, a sociologia se debruça sobre os efeitos do declínio do patriarcado desde o advento da Revolução Industrial e, em parceria com o estudo de alguns filósofos, há pelo menos duas décadas, temos muitas pesquisas publicadas acerca da mudança do sujeito no modo de existir em sociedade, uma mudança diretamente ligada à exigência de consumo.

Para alguns autores deste importante grupo discursivo as mudanças sociais são tão radicais que implicam, necessariamente, a aposta na existência de num novo sujeito. Vimos que, para cada autor deste grupo a função paterna falha em inscrever sua lei no sujeito, mas não se trata da mesma tese em todos eles. Num primeiro momento, identificamos a proposta de que o lugar da função do pai estaria mantido, mas de modo vazio; já outro argumento defende que o lugar vazio estaria preenchido por uma função paterna invertida e, por fim, há a proposição milleriana, a mais radical dentre elas, de que na atualidade nem sequer o lugar da função paterna seria mantido. Após rastrear estes pontos teóricos que sustentam tais teses verificamos que uma importante questão foi deixada de fora por todos estes autores: Lacan não desconhecia a era do declínio do pai e já a assumia como fato desde a década de 30. Assim, é justamente neste universo que vemos infiltrados, uma espécie de retorno silencioso dos principais temas clínicos debatidos pelo “Lacan psiquiatra” revisitado pelo Capítulo 1. Em outras palavras, sugerimos que devemos comparar as propostas deste último grupo de autores com os aportes conceituais formulados por Lacan na década de trinta e quarenta.

Alguns elementos destes discursos sobre um “novo sujeito” se destacaram.

Quando Melman (2008) propõe “*um sujeito sem paradeiro*”, ele detecta uma formação subjetiva cuja questão metapsicológica concerne à problemática dos processos de formação de identidade – processos historicamente vinculados, não exatamente à esfera nomeada sujeito, mas à esfera dos processos formativos do Eu. Este eixo conceitual toca de perto a noção de “personalidade” – exatamente a mesma noção teórica escolhida por Soler (2009) para conceitualizar determinadas condições clínicas: a *submissão despersonalizante* ou as *personalidades de exceção*.

Outro elemento do discurso de Melman (2008), entretanto, chama nossa atenção: o resgate do termo “homem” reintroduzido no lacanismo. Vimos que todo o movimento estruturalista tinha por condição a morte do “homem”. Em suma, a morte do “homem” sugeria a destituição de uma acepção existencialista que vinha ligada à concepção de sujeito como “indivíduo”: o homem da consciência, homem da psicologia tradicional. O homem visado pela psicologia tradicional fazia de sua atividade diagnóstica um exercício baseado no exame das habilidades sociais e da função de síntese do Eu. Em resumo, a pergunta de Melman (2008) talvez possa ser reformulada da seguinte forma: o que acontece na atualidade para que os processos

identificatórios estejam fracassando e nosso homem fique sem paradeiro? Nestes termos, consideramos justa e coerente sua reintrodução do termo “homem” feita no discurso já que é uma leitura baseada no binômio identidade/não-identidade; uma noção que por estar mai propriamente vinculada à instância do Eu, desde sempre foi conceitualmente separada do termo “sujeito” dentro do universo lacaniano.

Neste ponto da interlocução formulamos a seguinte pergunta: se estamos na esfera dos processos formativos do Eu, se a noção de personalidade (esteira da noção de caráter) é também resgatada, então, não estaríamos nós debatendo o plano das “*neuroses de caráter*” tal como foram hipotetizadas por Lacan (1938)? Lembramos que, já na década de trinta, o pensamento de Lacan em *Os complexos familiares* (1938) assumiu a hipótese de que vivemos numa era do declínio da imago paterna cuja consequência psicológica seria um incremento das neuroses de caráter, a qual nomeou de “a grande neurose contemporânea”. O psiquiatra Lacan (1938) havia sugerido que os analistas não temessem a iminente descentralização da figura paterna que assombrava as tradicionais famílias naqueles idos anos 30: “Não somos daqueles que se afligem com o pretenso afrouxamento do liame familiar (...). Mas um grande número de efeitos psicológicos nos parecem depender de um declínio social da imago paterna” (p. 60).

No início de nossa tese vimos ainda que, tanto na interpretação de Roudinesco (1994) quanto na interpretação de Porge (1998), Lacan optou por erguer a centralidade do conceito de Nome-do-Pai e da função paterna, mesmo sendo “obcecado” pelo tema do pai humilhado de Claudel. O ponto mais interessante descoberto por nossa pesquisa revela que, em nenhum momento do debate pós-lacaniano acerca do declínio da função paterna há qualquer menção dos autores ao fato de que já em meados dos anos trinta, Lacan já tinha construído sua interpretação para os efeitos psicológicos deste declínio. Assim, sugerimos como uma das conclusões a ser extraída de nossa pesquisa que, aquilo que a tese que Melman (2008) defende como o *homem sem gravidade*, talvez possa ser retraduzido como *neuroses de caráter*, tal como foram formuladas por Lacan (1938).

Outro grande ponto de discussão pós-lacaniana se delineou em torno da entroncada e volátil proposta de *psicose compensada*. A amplitude do uso clínico desta novidade diagnóstica revelou que sua conceituação está longe de ser bem definida. Neste contexto, descobrimos que a chave teórica para aprimorar este debate

está localizada no uso polivalente adquirido pela noção de “suplência”. Uma das principais consequências que podemos extrair de nosso panorama pós-lacaniano é a necessidade de um melhor delineamento deste conceito. Identificamos ao menos três usos possíveis da noção de suplência. Ela serve a alguns autores para ler condições clínicas localizadas por eles fora do campo da psicose, as quais tampouco não se enquadram no diagnóstico padrão da neurose. Neste caso, o discurso destes autores possui o eixo comum de tomar a suplência como saída subjetiva que permite a alguns sujeitos dispensar a amarração borromeana feita pelo Nome-do-Pai. Assim, constatamos que para nosso segundo grupo de autores, *a clínica da suplência, não é a clínica da psicose*.

Identificamos, entretanto, mais dois outros usos da noção de suplência, desta vez, dirigidos especificamente à *clínica da psicose*. Neste caso, a primeira aplicação refere-se a uma leitura *diagnóstica retroativa*. Na modalidade retroativa, somente após um desencadeamento delirante fica possível ao clínico verificar que lá, naquele ponto de ancoragem identificatória do sujeito, havia uma suplência ao Nome-do-Pai (foraclusão). Suplência em essência imaginária que foi destituída de sua função e uma vez desnudo o recurso no qual o sujeito psicótico se apoiava entra-se em franco processo delirante. Nesta leitura clínica, a “suplência” é identificada a *posteriori* – vimos que esta interpretação foi aplicada por alguns autores para reler o caso Homem dos Lobos.

Entretanto, na segunda aplicação da noção de suplência (dirigida à clínica da psicose) verificamos que seu uso serve a uma *diagnóstica antecipativa*. Ou seja, precipita-se um diagnóstico de psicose mesmo na ausência de outros índices: estamos aí na hipótese da *psicose ordinária*. Vimos que, esta razão clínica demite a exigência da presença de distúrbios de linguagem e de fenômenos elementares (fenômenos de base linguística e alucinatória) para postular um diagnóstico de psicose, na ausência do processo delirante. Os grandes opositores desta proposta mostraram que, para que ela se sustente conceitualmente seria preciso abrir mão do maior pilar da clínica diferencial construído por Lacan – pilar baseado nos fenômenos de linguagem que lhe permitiu distinguir um diagnóstico estrutural de um diagnóstico fenomenológico. Até aqui consideramos que a discussão já estava avançada dentro dos pós-lacanianos. Acreditamos que o passo adicional feito por nossa pesquisa se deu ao verificarmos que, na ausência de tais fenômenos de base, a aplicação clínica da proposta de *psicose*

ordinária se vê obrigada a valer-se de um recurso extra, um índice que ajuda antecipar o diagnóstico de psicose: trata-se de uma tradicional análise das funções adaptativas do Eu.

A fragilidade dos mecanismos de defesa, o isolamento social, bem como as muitas dificuldades egóicas em conseguir conciliar-se com as padronizadas exigências morais e ideais – tudo isto, voltou a ser usado como índice diagnóstico, seja de modo direto ou indireto, no seio de um dos discursos mais influentes do universo pós-lacaniano. Constatamos que, neste discurso, um eu “não-adaptado” é usado como índice para o diagnóstico de psicose encoberto sob a roupagem conceitual dos motes lacanianos “fora do discurso” ou “fora do laço social”. Eis aí o achado de nossa pesquisa que mais nos surpreendeu, pois revela um extremo oposto do projeto clínico da obra lacaniana e uma inversão de sua perspectiva crítica.

Com esta constatação verificamos por fim que, as noções clínicas de Eu, de personalidade e de caráter (todas elas subsumidas do universo lacaniano após a adoção do estruturalismo) retornam a quase todos os discursos pós-lacanianos. Sugerimos que este retorno deve ser pensado como um sintoma, algo que foi deixado de fora, mas agora retorna silenciosamente, de modo incômodo e, por vezes, totalmente condensado ou deslocado. Após ter a visão de panorama, podemos dizer que se tais noções retornam com significativa intensidade aos discursos diagnósticos pós-lacanianos, então, reclamam por reconhecimento em nosso campo. Entretanto, julgamos que atender seu repatriamento ao universo lacaniano não significa voltar a uma clínica da análise do Eu em sua função adaptativa.

Vimos no Capítulo 1 que, enquanto psiquiatra Jacques Lacan se esforçou para construir uma teoria do Eu que o sustenta como uma *estrutura fundamental do desconhecimento* de si e junto com ela elaborou sua *fórmula geral da loucura*, bem como uma avançada *teoria da alienação*. Em nosso resgate histórico vimos que todos estes constructos ficaram posteriormente abrigados dentro da grande sombra feita pelo registro do simbólico trazido nas malas do antropólogo, após o exílio na Guerra. A primazia do simbólico dominou a década de cinquenta na qual a diagnóstica de lógica binária se firmou. Entretanto, vimos igualmente que, no início da década de sessenta, aquela mesma *teoria da alienação* apoiada em Hegel retornou à cena no ensino de Lacan. Em 1963, Lacan havia convidado seus ouvintes a olhar para a tela *O Sacrifício de Isaac (1601)* para falar dos nomes do pai, mas seu céu ficou bem escuro

e vazio naquele final ano. Não pluralizou os nomes do pai, entretanto, em 1964, optou por refazer por outras bases sua teoria do sujeito. Trouxe um sujeito capturado constitutivamente por um truque hegeliano: a alienação e separação. Ora, se a *teoria da alienação* retornou pela porta da frente no ensino de Lacan, sugerimos que é por ela que devemos deixar retornar à nossa casa os fenômenos do Eu. Não precisamos temê-los, nem tampouco nomeá-los de psicóticos devido a suas extravagâncias ou esquisitices. Deixemo-los entrar sem seus mecanismos de defesa. Parece que para falar dos auspícios do Eu e dos engodos de sua bela alma capturada na imago, Jacques Lacan reservou uma *fórmula geral da loucura* e não uma nova teoria da psicose.

Referências

- AMIGO, Silvia. *Clínica dos fracassos da fantasia (1998)*. Prólogo de Héctor Yankelevich. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.
- BADIOU, Alain & ROUDINESCO, Elizabeth. *Lacan: passado-presente*. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Difel, 2012.
- BERCHERIE, Paul. *Os fundamentos da Clínica: história e estrutura do saber psiquiátrico*. Tradç. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.
- BERNARDINO, Leda Maria Fischer. *As psicoses não-decididas na infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- BERRIOS, German E & PORTER, Roy. *Uma história da psiquiatria clínica I: Transtornos neuropsiquiátricos*. Trad. Lazlo Ávila. São Paulo: Escuta, 2012.
- BERRIOS, German E & PORTER, Roy. *Uma história da psiquiatria clínica II: As psicoses funcionais*. Trad. Lazlo Ávila. São Paulo: Escuta, 2012.
- BERRIOS, German E & PORTER, Roy. *Uma história da psiquiatria clínica III: As neuroses e os transtornos de personalidade*. Trad. Lazlo Ávila. São Paulo: Escuta, 2012.
- BRAUSTEIN, Nestor. *Gozo*. Trad. Monica Seicman. São Paulo: Escuta, 2007.
- CABAS, Antonio Godino. *O sujeito na psicanálise: de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- CALLIGARIS, Contardo. *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- CAMPOS, Sergio de; GONÇALVES, Sara & AMARAL, Tammy. *Psicoses Ordinárias*. In: Mental ano VI n. 11. Barbacena – jul-dez 2008. P. 73-87.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da razão (1972)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. LEXIKON. Dicionário etimológico da língua portuguesa.
- DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artes Medicas, 2000.
- DOR, Joël. *Estruturas e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre Editores, 1991.
- DOSSE, François. *Historia do Estruturalismo: o campo do signo (1v)*. Trad. Alvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007.
- DOSSE, François. *Historia do Estruturalismo: o canto do cisne (2v)*. Trad. Alvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade neoliberal*. Trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- DUNKER, Christian I. L. *O cálculo neurótico do gozo*. São Paulo: Escuta, 2002.
- DUNKER, Christian. I. L. *A psicose na criança: tempo, linguagem, sujeito*. São Paulo: Zagodoni, 2013.
- DUNKER, Christian. I. L. *Estrutura e Constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: AnnaBlume, 2011.
- DUNKER, Christian. I. L. *História e Estrutura: razão diagnóstica e psicopatologia psicanalítica (2011a)*. In: EntreAto: o poético e o analítico. Nina Araujo Leite & Guillermo Milán Ramos (orgs). Campinas: Mercado das Letras, 2011.

DUNKER, Christian. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

EIDELSZTEIN, Alfredo. *Las estructuras clínicas a partir de Lacan. Volumen I*. Buenos Aires: Letra Viva, 2008.

FARIA, Michele. *Constituição do sujeito e Estrutura familiar: o complexo de Édipo de Freud a Lacan*. 2. Ed. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2010.

FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre desejo e gozo*. Trad. Maria de Lourdes Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FORBES, Jorge. *Do legado de Lacan: a arte do diagnóstico na segunda clínica*. Extraído de <http://www.jorgeforbes.com.br/arg/artedodiagnostico.pdf>.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura (1961)*. Trad. Jose Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas (1966)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOLDENBERG, Ricardo. *Goza!/: Capitalismo, globalização e psicanálise*. Ricardo Goldenber (org). Andre Soueix [et al]. Trad. Telma Correia, Ricardo Goldenberg e Marcela Antelo. Salvador: Ágalma, 1997.

GOLDENBERG, Ricardo. *No círculo clínico, ou , Caro Lacan porque negar a psicanálise aos canalhas?*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

IANNINI, Gilson & TEIXEIRA, Antonio. O futuro de uma classificação In: In. Revista Cult nº184. Outubro/2013. P.24-27.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Joerge Zahar, 1996.

LACAN, Jacques (1932). *Da Psicose Paranóica em suas relações com a personalidade*. – 2ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

- LACAN, Jacques (1938). *Os Complexos Familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.
- LACAN, Jacques (1946/1966). *Formulações sobre a causalidade psíquica*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- LACAN, Jacques (1953-54). *O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LACAN, Jacques (1954-55). *O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.
- LACAN, Jacques (1956-57). *O Seminário, livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.
- LACAN, Jacques (1957-58). *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- LACAN, Jacques (1958/1966). *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- LACAN, Jacques (1963). *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- LACAN, Jacques (1964). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- LACAN, Jacques (1973/74). *Les non-dupes-errent. Seminário XXI*. Trad. Espaço Moebius: Salvador; não publicada.
- LACAN, Jacques (1974/75). *RSI. Le Seminaire*. Versão não publicada.
- LACAN, Jacques (1975/76). *O Seminário, livro 23: O Sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.
- LEBRUN, Jean-Pierre. *A Perversão Comum: viver juntos sem o outro*. Trad. Procopio Abreu – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

LEITE, Marcio Peter Souza. *Deus é A Mulher*. Maria Cecília de Souza Leite (org). São Paulo: IMF, 2013.

LEITE, Marcio Peter. A Forclusão generalizada. Extraído de http://www.marciopeter.com.br/links2/destaques/dest_foraclusao.html.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1957). *Antropologia Estrutural I*. Trad. Chaim Samuel Katz & Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LOMBARDI, Gabriel [et. al]. *Vestigios clínicos de ló real em el hombre de lós lobos*. Buenos Aires: JVE, 2003.

MELMAN, Charles *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun (2003)*. Trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

MILLER, Jacques Alain [et. al]. Os casos raros e inclassificáveis da clínica psicanalítica: A Conversação de Arcachon. Biblioteca Freudiana Brasileira, 1998.

MILLER, Jacques Alain [et. al]. *La psicosis ordinária: la convención de Antibes* (1999). Instituto Clínico de Buenos Aires. Buenos Aires: Paidós, 2006.

NASIO, Juan-David. *Psicossomática: as formações do objeto a* (1983): intervenções de Pierre Benît e Jean Guir. Tradç. Felipe Leclerq. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

PARKER, Ian. *Lacanian Psychoanalysis: Revolutions in Subjectivity*. London: Keith Editor, 2011.

PEREIRA, Mario Eduardo Costa. O DSM e a crise da psiquiatria. In: In. Revista Cult nº184. Outubro/2013. P.38-45.

PEREIRA, Mario Eduardo Costa. *O automatismo mental e a erotomania*, segundo Clérambault. In: Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental. São Paulo, v II, n1, p. 141-145, 1999.

- POMMIER, Gérard. *Transferencia y estructuras clínicas* (1995). Buenos Aires: Ediciones Kliné, 1999.
- PORGE, Erik. *Os nomes do Pai: pontuações e problemáticas*. Trad. Celso pereira de Almeida. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.
- QUINET, Antonio. *Teoria e Clinica da Psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- RASSIAL, Jean-Jacques. *O sujeito em estado limite*. Trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- ROUDINESCO, Elizabeth & PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ROUDINESCO, Elizabeth. *Jacques Lacan : Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e Falência da crítica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- SAFATLE, Vladimir. O poder da psiquiatria. In. Revista Cult nº184. Outubro/2013. P.22-23.
- SANCHES, Daniele R & BERLINCK, Manoel Tosta. Debilidade Mental: o patinho feio da clínica psicanalítica. In:Revista Ágora (Rio de Janeiro). v. XIII, n. 2 jul/dez 2010. P. 259-274.
- SANCHES, Daniele R. Da narrativa ao nó-borromeano: versões da noção de falha simbólica na clínica da psicossomática. In: Revista Atylus. Rio de Janeiro. n. 20, p. 125-137. Abril, 2010.
- SAURÍ, Jorge J. O que é diagnosticar em psiquiatria. Trad. Araide Sanches. São Paulo: Escuta, 2001.
- SOLER, Colette. *La querella de los diagnósticos* (2003). Curso em el Colegio Clínico de Paris. Trad. Pablo Peusner. Buenos Aires: Letra Viva, 2009.

NATAL, Ada. Textos Seleccionados / (de) Ferdinand, Saussure. Roman Jakobson, Louis Trolle Hjelmslev, Noam Chomsky: Trad. Carlos Vogt [et al]. Consultoria: RODRIGUES, Ada Natal. – 3. Ed – São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Os pensadores).

VEGH, Isidoro. *Estructura y Transferencia em la serie de lãs neurosis*. Buenos Aires: Letra Viva, 2008.

VORCARO, Angela Maria. *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

WILLIAMS, James. *Pós-Estruturalismo*. Trad. Caio Liudvig. Petrópolis: Vozes, 2012.